



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA (DARQ)
ARQUEOLOGIA BACHARELADO

ROBERTA DA SILVA ROSA

MAR, GUERRA E MONUMENTOS EM SERGIPE
SOB O OLHAR DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

LARANJEIRAS-SE

2016

ROBERTA DA SILVA ROSA

**MAR, GUERRA E MONUMENTOS EM SERGIPE
SOB O OLHAR DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA**

Monografia apresentada ao Departamento
de Arqueologia (DARQ) da Universidade
Federal de Sergipe para obtenção do título
de Bacharel em Arqueologia.

Área de Atuação: Arqueologia Histórica

Orientador: Prof. Dr. Gilson Rambelli

LARANJEIRAS-SE

2016

ROBERTA DA SILVA ROSA

**MAR, GUERRA E MONUMENTOS EM SERGIPE
SOB O OLHAR DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA**

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arqueologia à comissão julgadora da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador Prof. Dr. Gilson Rambelli
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Paulo Fernando Bava de Camargo
Universidade Federal de Sergipe

Profa. MSc. Luciana de Castro Nunes Novaes
Universidade Federal de Sergipe

À minha família: meu maior amor,
minha base e porto seguro, onde sempre encontro
incentivo e forças para realizar todos os meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu querido orientador Prof. Dr. Gilson Rambelli pela confiança e por me ensinar pacientemente o caminho a seguir neste longo, mas gratificante percurso de elaboração de pesquisa científica, mostrando-me sempre os acertos e equívocos cometidos, a fim de despertar o máximo do meu potencial. Professor, saiba que te admiro muito pela sua competência e entusiasmo. Agradeço de coração pelas valiosas contribuições em mais um projeto.

Aos professores Leandro Duran e Paulo Bava de Camargo pelas contribuições e direcionamentos desde as pesquisas iniciais no mestrado, as quais foram muito importantes também neste trabalho monográfico.

Aos meus companheiros de pesquisa – Davisson Oliveira, Dalline Guimarães e Christian Rocha –, que participaram das atividades de campo nos dois Cemitérios dos Náufragos, em Aracaju, juntamente com o professor Duran, obrigada novamente pelo incentivo e acompanhamento.

Aos meus caros colegas Luiz A. Pinto Cruz, Marcelo Monteiro, Otávio Porto e Durval Pereira, que foram minhas principais fontes. Obrigada por se dedicarem ao estudo focado no período da Segunda Guerra Mundial, destacando os acontecimentos trágicos ocorridos no litoral de Sergipe.

Aos professores(as) da Universidade Federal de Sergipe por me ensinarem um pouco dos muitos e preciosos conhecimentos dessa área de pesquisa apaixonante que é a Arqueologia.

Em especial, agradeço à minha mãe Iracema por ser uma mulher inspiradora, forte e amável. À minha irmã Núbia por me incentivar sempre e cuidar tão bem de mim. Ao meu pai Alberto por me ensinar a apreciar o conhecimento desde pequena. Ao meu namorado Methanias Colaço pelo amor, companheirismo e paciência de todas as horas, além é claro dos direcionamentos na área acadêmica.

E, por fim, agradeço ao meu Deus, que me concedeu forças e ânimo dia após dia para que eu chegasse até aqui e concretizasse mais um sonho.

“[...] nada melhor do que o mundo material que nos envolve, para compreender a sociedade, suas transformações e conflitos” (ORSER, 1992, p. 10).

RESUMO

Em 1942, embarcações mercantes brasileiras foram torpedeadas pelo submarino alemão *U-507*, entre o litoral de Sergipe e da Bahia, provocando mais de 500 (quinhentas) mortes e concebendo um dos estopins que levaram o Brasil a participar efetivamente da Segunda Guerra Mundial. Os resultados materiais da passagem da guerra que perduram até os dias atuais em Sergipe perfazem dois Cemitérios dos Náufragos, sendo um deles considerado, inclusive, Monumento Histórico Estadual, através do Decreto nº 2.571, de 20 de maio de 1973. O presente trabalho tem como objetivo discutir, de maneira crítica, sobre estes episódios trágico-navais, por meio de um estudo comparativo dos dois equipamentos cemiteriais supracitados, com outros dois equipamentos brasileiros e quatro norte-americanos. O aporte teórico-metodológico utilizado nesta pesquisa foi retirado da abordagem da Arqueologia Histórica, a qual nos possibilitou reinterpretar parte dessa cultura material da época de guerra. Os resultados encontrados mostram que estes monumentos fúnebres representam um meio eficiente de transmitir o conhecimento histórico, já que despertam a curiosidade do público e ao mesmo tempo possibilitam um momento de reflexão sobre a memória coletiva, sendo a Arqueologia, portanto, um elo entre a questão educativa e as leis de proteção deste patrimônio local, que visa homenagear a memória dos brasileiros, civis e militares, que morreram durante a guerra.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia Histórica, Segunda Guerra Mundial, Sergipe, Cemitérios e Monumentos.

ABSTRACT

In 1942, Brazilian merchant ships were torpedoed by German submarine U-507, between the coast of Sergipe and Bahia, causing more than five hundred (500) deaths and designing one of the triggers that led Brazil to participate effectively in the Second World War. The material results of the passage of the war that lasted to the present day in Sergipe make up two Cemeteries of Shipwrecked, one being considered, including State Historical Monument, by Decree No. 2.571 of May 20th, 1973. This work intends to discuss, critically, on these tragic-naval episodes through a comparative study of the two aforementioned cemeterial equipment, with two other Brazilian and four American pieces of equipment. The theoretical-methodological approach used in this study was taken from the approach of Historical Archaeology, which enabled us to reinterpret part of this material culture from the time of war. The results show that these funeral monuments represent an efficient means of conveying historical knowledge, since they arouse the public's curiosity and, at the same time, they allow a moment of reflection upon the collective memory, becoming archeology, therefore, a link between the education issue and protection laws of this local heritage, which aims to honor the memory of the Brazilians, civilian and military, who died during the war.

KEYWORDS: Historical Archaeology, Second World War, Sergipe, Cemeteries and Monuments.

TABELA

Tabela 1 –	Ocorrências navais em Sergipe envolvendo submarinos do Eixo.....	78
------------	--	----

MAPAS

Mapa 1 –	Localizações dos afundamentos dos mercantes brasileiros em águas nacionais.....	98
Mapa 2 –	Localização do Cemitério Americano de Ardennes, na Bélgica.....	150
Mapa 3 –	Localização do Cemitério Americano da Bretanha, na França.....	152
Mapa 4 –	Localização do Memorial Costa Leste em New York, EUA.....	154
Mapa 5 –	Localização do Cemitério Americano da Normandia, na França.....	156

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Aracaju vista do Rio Sergipe, 1937.....	41
Figura 2 –	Folha da Manhã, 18/08/1942, p. 1.....	42
Figura 3 –	Folha da Manhã, 18/08/1942, p. 5.....	42
Figura 4 –	Folha da Manhã, 21/08/1942, p. 1.....	42
Figura 5 –	Folha da Manhã, 23/08/1942, p. 1.....	42
Figura 6 –	Correio de Aracaju, 18/08/1942, p. 1.....	42
Figura 7 –	Correio de Aracaju, 18/08/1942, p. 1.....	42
Figura 8 –	Correio de Aracaju, 18/08/1942, p. 1.....	43
Figura 9 –	Correio de Aracaju, 20/08/1942, p. 1.....	43
Figura 10 –	O submarino alemão U-507, cuja ação na costa de Sergipe levou o Brasil à guerra.....	55
Figura 11 –	O Navio Baependy foi o primeiro a ser torpedeado.....	56
Figura 12 –	Foto aérea dos naufragos e sua baleeira no litoral de Sergipe.....	58
Figura 13 –	Estaleiro Blohm & Voss, em Hamburgo, Sr. Hermann Blohm e Ernst Voss e sua primeira empresa. Desenho da empresa em plena expansão.....	60
Figura 14 –	Anúncio do Lloyd Brasileiro, Companhia de Navegação, século XX.....	61
Figura 15 –	O Navio Araraquara foi o segundo alvo do submarino U-507.....	63
Figura 16 –	Uma propaganda do estaleiro Cantiere Navale, em Trieste, Itália.....	65
Figura 17 –	O Navio Aníbal Benévolo do Lloyd Brasileiro foi o último a ser alvejado e consequentemente afundado na costa sergipana durante a Segunda Guerra Mundial.....	66

Figura 18 – Propaganda do estaleiro alemão Reiherstieg Schiffswerf & Maschfbk.....	67
Figura 19 – Possíveis estojos das cápsulas dos torpedos que atingiram os navios mercantes na costa de Sergipe.....	68
Figura 20 – Uma das baleeiras abicadas no litoral sergipano, 1942.....	73
Figura 21 – Capa do Jornal Folha da Manhã, Aracaju, 19/08/1942.....	75
Figura 22 – Harro Schacht, Comandante do Submarino alemão U-507.....	75
Figuras 23 e 24 – O submarino <i>U-507</i> , em segundo plano, na primeira foto, e na segunda está sendo atacado pelo hidroavião Catalina VP-83/P-10.....	77
Figura 25 – Fotografia do Presidente Getúlio Vargas publicada logo após os torpedeamentos em 1942.	83
Figura 26 – Nota publicada no jornal sobre a “guerra de nervos”.....	88
Figura 27 – Nota sobre o black-out total em Aracaju, 27 de agosto de 1942.....	92
Figura 28 – Publicação sobre a Declaração de Guerra em todo território nacional.....	93
Figura 29 – Sepultamento dos náufragos na praia de Aracaju - SE.....	110
Figura 30 – Cemitério dos Náufragos localizado na praia de Atalaia onde foram enterradas várias vítimas dos atentados nazistas.....	111
Figuras 31 a 34 – Enterramentos em covas rasas e em sepulturas monumentos, Cemitério dos Náufragos, Atalaia, Aracaju – SE.....	112
Figuras 35 e 36 – Não há padrão nos enterramentos do Cemitério dos Náufragos, Atalaia, Aracaju – SE.....	113
Figura 37 – Sepultamento que se remete a década de 1940, no Cemitério dos Náufragos, Atalaia, Aracaju – SE.....	114

Figuras 38 a 40 – Placa referente aos ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial, no Cemitério dos Náufragos, Atalaia, Aracaju – SE.....	115
Figura 41 – Cemitério dos Náufragos localizado no Mosqueiro, Aracaju – SE.....	116
Figura 42 – Cemitério dos Náufragos localizado no Mosqueiro, em destaque a cruz, o mastro de hastear a bandeira e a âncora simbólica.....	117
Figura 43 – Placa referente aos náufragos da Segunda Guerra Mundial, Cemitério dos Náufragos, Mosqueiro, Aracaju – SE.....	118
Figura 44 – Cemitério Militar Brasileiro em Pistoia, na Itália.....	121
Figuras 45 e 46 – Portão principal do cemitério e o mastro no qual era hasteada a bandeira nacional.....	122
Figura 47 – Ajardinamento adotado no cemitério ao fim da guerra. Tratam-se de soluções simples e reveladoras de uma certa estética ao mesmo tempo funcional e simbólica.....	124
Figura 48 – Cemitério em Pistoia (1945). São visíveis as seis quadras, os portões de acesso, o mastro da bandeira e os canteiros. Ao seu lado, o cemitério civil de San Roque.....	125
Figura 49 – Túmulo do soldado desconhecido no Monumento Votivo de Pistóia, na Itália, modelo de chama eterna presente na maioria dos monumentos ao soldado desconhecido.....	127
Figuras 50 e 51 – Monumento Votivo em Pistoia, na Itália, detalhe da segunda foto que mostra as placas nos locais dos enterramentos.....	129
Figura 52 – Túmulo do Soldado Desconhecido.....	130
Figuras 53 e 54 – Pracinha da FEB são homenageados em Pistoia, no dia 02 de novembro de 2015.....	131
Figuras 55 e 56 – Monumento aos Mortos situado no Parque do Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro.....	132

Figuras 57 e 58 –	Propostas apresentadas no concurso para o Monumento aos Mortos, RJ.....	133
Figura 59 –	Maquete apresentada no Concurso para o Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial.....	133
Figuras 60 a 63 –	Detalhes do primeiro plano do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.....	135
Figuras 64 a 69 –	Detalhes do segundo plano do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.....	136
Figuras 70 a 71 –	Detalhes do terceiro plano do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.....	137
Figuras 72 e 73 –	Túmulos de Soldados Desconhecidos, respectivamente, em Paris e no Rio de Janeiro.....	138
Figura 74 –	Dois Guardas Costeiros saudando a memória de um companheiro em 1945.....	144
Figura 75 –	Cemitério Americano de Ardennes, na Bélgica.....	149
Figuras 76 e 77 –	Placas comemorativas dos desaparecidos vistas fora da capela no Cemitério Americano de Ardennes, Bélgica.....	150
Figura 78 –	Cemitério Americano da Bretanha, França.....	151
Figuras 79 e 80 –	Mapa de batalha e vitral na capela do Cemitério Americano da Bretanha.....	152
Figura 81 –	Memorial Costa Leste, em New York, EUA.....	153
Figuras 82 e 83 –	Paredes com os nomes dos desaparecidos no Memorial Costa Leste, em New York.....	154
Figura 84 –	Cemitério Americano da Normandia, França.....	155
Figuras 85 e 86 –	Escultura presente no jardim semicircular e parede com os nomes dos desaparecidos no Cemitério Americano da Normandia.....	156

Figuras 87 e 88 – Inscrição no centro de visitantes e na parede da capela do Cemitério Americano da Normandia.....	157
Figura 89 – Soldados americanos indo em direção à Praia de Utah, em 06 de junho de 1944, Normandia.....	157

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I – CONCEITOS DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA.....	22
1.1 – Breve discussão teórica sobre a Arqueologia Histórica no âmbito internacional.....	26
1.2 – Desenvolvimento da Arqueologia Histórica no Brasil.....	34
CAPÍTULO II – A GUERRA VEIO A BORDO: ATAQUES MARÍTIMOS EM ARACAJU.....	39
2.1 – Os planos de Hitler contra o Brasil.....	41
2.2 – Ataques bélicos em alto mar.....	54
2.2.1 – Torpedeamento do Navio Baependy.....	55
2.2.2 – Torpedeamento do Navio Araraquara.....	62
2.2.3 – Torpedeamento do Navio Aníbal Benévolo.....	66
2.3 – A preparação de guerra e o cotidiano sergipano.....	81
2.3.1 - Estratégias e ações propostas para a defesa do litoral e do território brasileiro.....	84
2.3.2 - Estratégias e ações de defesa efetivadas em Sergipe.....	95
CAPÍTULO III – PRAIA: “DE CEMITÉRIO A CÉU ABERTO À MONUMENTO”	108
3.1 – Os Dois Equipamentos Cemiteriais dos Náufragos.....	109

3.2 – Cemitérios e Monumentos das vítimas da Segunda Guerra Mundial: caso brasileiro x caso norte-americano.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165
ANEXOS.....	178

INTRODUÇÃO

A presente monografia intitulada “*Mar, Guerra e Monumentos em Sergipe sob o Olhar da Arqueologia Histórica*” foi elaborada tendo como interesse principal analisar a partir do olhar arqueológico a importante passagem histórica da Segunda Guerra Mundial pelo estado de Sergipe, levando em consideração não só o âmbito local, mas também o nacional. O palco da tragédia bélica foi a costa sergipana, onde ocorreram os torpedeamentos dos três navios mercantes brasileiros: *Baependy*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*, que transportavam civis, em sua maioria, e um contingente de militares em uma das embarcações. As agressões marítimas praticadas pelo submarino *U-507* ocorreram de surpresa e, em menos de 24 horas, ceifaram as vidas de centenas de brasileiros em agosto de 1942. Estes episódios tiveram grande relevância nacional, sendo inclusive considerados o motivo maior que levou o Brasil a participar efetivamente da Segunda Guerra Mundial.

Vale ressaltar que esta guerra tem sido uma das mais investigadas e analisadas por pesquisadores até hoje. No Brasil, durante a última década, trabalhos têm sido desenvolvidos mesmo que timidamente destacando a participação do país no maior conflito da História. Entretanto, como bem afirmou o escritor e jornalista Luis Fernando Veríssimo, no prefácio do livro “*U-507 – O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial*” de Marcelo Monteiro (2013, p. 5), “[...] ainda restam detalhes não examinados, bastidores a serem explorados e fatos obscuros a serem esclarecidos, de uma guerra da qual se imaginava saber tudo”.

Tomando como base a revisão da produção historiográfica e a releitura dos acontecimentos decorrentes do conflito bélico, elaboramos a presente pesquisa buscando compreender através da cultura material, ou seja, do viés arqueológico, os eventos trágico-navais ocorridos em agosto de 1942, entre o litoral de Sergipe e da Bahia, que foram considerados, na época, como um dos principais motivos que levaram o Governo Vargas a declarar oficialmente guerra contra os países do Eixo.

É importante destacar que, a tragédia marítima ocorrida com os navios mercantes brasileiros passou cerca de meio século sem receber a devida atenção dos pesquisadores, mesmo diante da importância política, social e econômica, que representou tanto no contexto local como no nacional.

Ao longo desses anos, esses acontecimentos bélicos acabaram caindo no “esquecimento” e deixaram de ser representados como atos relevantes no contexto da

participação brasileira. Os fatos recordados e registrados em obras e livros didáticos sobre este período se restringem, geralmente, a política externa “pendular” do Governo Vargas, antes da declaração de guerra, e a presença militar da Força Expedicionária Brasileira nas frentes de batalhas ocorridas na Europa, já no final do conflito.

No decorrer desta pesquisa nos debruçamos sobre as fontes bibliográficas disponíveis a respeito da guerra, e nos deparamos, na maioria das vezes, mais com produções científicas elaboradas no âmbito acadêmico do que com publicações de livros. Dentre os trabalhos científicos, encontramos algumas monografias, dissertações, teses e artigos científicos produzidos por historiadores, arqueólogos e também por militares, especialmente, os da Marinha que se dedicam a este tema de guerra marítima, ou melhor, de Guerra Submarina.

Observamos que os trabalhos têm suscitado questionamentos interessantes e abordado, de forma crítica, vários aspectos deste período, como por exemplo: os motivos que levaram o governo alemão, inicialmente, a permitir ataques a navios brasileiros; os torpedeamentos realizados pelos submarinos nazistas às embarcações mercantes nacionais; as experiências traumáticas dos sobreviventes; as manifestações populares a favor da guerra; as transformações ocorridas no cotidiano das populações litorâneas; as ações da Defesa Passiva realizadas nas principais cidades do país; a atuação da Marinha Brasileira para a defesa do litoral; a participação norte-americana na patrulha do Atlântico Sul; o medo social diante da guerra; os restos dos navios afundados enquanto Sítios Arqueológicos de Naufrágios; os Cemitérios dos Náufragos enquanto Patrimônio Histórico e Cultural; os Monumentos dedicados às vítimas de guerra e também aos militares, entre outros enfoques.

A amplitude dessas abordagens demonstra que a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial não foi apenas simbólica, como afirmaram muitos estudiosos durante décadas, mas sim efetiva envolvendo, inclusive, significativas perdas materiais e humanas.

No contexto sergipano é válido destacar algumas produções que vêm sendo desenvolvidas, como por exemplo, os seguintes trabalhos monográficos: “*Aracaju: memórias de uma cidade sitiada (1942-1945)*” de Luiz Antonio Pinto Cruz (1999); “*Notícias do campo de batalha: a imagem da Segunda Guerra Mundial no Sergipe Jornal (1939 - 1945)*” de Janio Cesar Melo Marinho (2004); “*Movimento estudantil em tempos de guerra (1942 - 1943)*” de Silvia Carolina Andrade Santos (2005); “*Torpedeamento na costa de Sergipe: selvageria sem precedentes: luto nacional: marco negro na história política, que pôs o Brasil em estado de beligerância na 2ª Guerra Mundial*” de Maria Goreth Pimentel de Santana Barreto (2009); “*Uma arqueologia da II grande guerra: Sergipe e os sítios de naufrágios*” de Otávio Arruda

Porto (2010); e, por fim, “*Arqueologia de naufrágios: Sergipe e os remanescentes da Segunda Guerra Mundial*” de Alexandre Araújo de Oliveira Santana (2012).

Destas pesquisas, duas avançaram e se transformaram em objetos de estudos de dissertações de Mestrado, como foi o caso da produção do historiador Luiz Antônio Pinto Cruz (2012), “*A Guerra já chegou entre nós!*” *O cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942-1945)*, e a do arqueólogo Otávio Arruda Porto (2013), *Arqueologia Marítima / Subaquática da 2ª Guerra Mundial: sua aplicabilidade no Brasil*. Além delas, em 2015, a dissertação intitulada “*Sergipe no contexto da Segunda Guerra Mundial (1942): uma abordagem da Arqueologia de Ambientes Aquáticos*” (2015), foi produzida por mim, Roberta da Silva Rosa. Todas essas pesquisas tratando da mesma temática – Sergipe diante da Segunda Guerra –, mas com enfoques diferentes, abordando desde as consequências sociais, materiais e emocionais do conflito.

Mesmo diante desses vários trabalhos, percebemos que ainda existem histórias a serem contadas e novos olhares a serem lançados em busca de diferentes interpretações sobre a participação e o envolvimento de Sergipe no conflito histórico de maior alcance mundial do século XX, que se iniciou na Europa, em 1939, e após anos de batalhas intensas, em quase todo o mundo, teve o seu fim em 1945 com a rendição dos países do Eixo: Alemanha, Itália e Japão. E foi justamente seguindo esta proposta de novas produções a respeito do contexto bélico que desenvolvemos a presente pesquisa.

No tocante a organização da monografia em si, ela foi dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado “*Conceitos da Arqueologia Histórica*”, apresentamos as bases teóricas que norteiam a pesquisa. Nele, fazemos uma breve discussão sobre as definições da Arqueologia Histórica ao longo do tempo, no âmbito internacional, destacando alguns teóricos como Orser, Fagan, Shanks, Tilley, Symanski, Gomes e Funari.

Depois, apresentamos de forma rápida o desenvolvimento desta área de pesquisa no Brasil, a qual abrangeu inúmeros objetos de estudos, dentre eles, os equipamentos cemiteriais – foco dos estudos de caso desta monografia. Assim, finalizamos este capítulo destacando outros vieses arqueológicos como o de ambientes aquáticos, das guerras, da repressão e da sensibilidade, os quais podem se relacionar com a temática da “guerra submarina” em Sergipe, contribuindo, desse modo, para um melhor entendimento deste importante contexto histórico bélico.

Já no segundo capítulo, intitulado “*A Guerra Veio a Bordo: Ataques Marítimos em Aracaju*”, elaboramos um histórico denso que envolve tanto o contexto macro – as relações políticas e econômicas do Brasil com os países do Eixo e, posteriormente, com os Aliados,

fato este que motivou os planos de Hitler contra a nação brasileira –, como o contexto micro – abordando os ataques bélicos ocorridos em alto mar contra os navios *Baependy*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo* –, sendo aqui discutido a importância do estudo das embarcações enquanto sítios de naufrágios por meio da Arqueologia de Ambientes Aquáticos, além disso, evidenciamos também a forte característica naval da cidade de Aracaju que perdurou até a década de 1940, tendo sido o mar sergipano considerado simbolicamente a porta de entrada para a Segunda Guerra Mundial no Brasil.

Encerramos este segundo capítulo destacando a preparação de guerra, isto é, as ações que foram propostas para a defesa do litoral e do território brasileiro e, por fim, as estratégias e ações de defesa que foram efetivadas em Sergipe, as quais afetaram especificamente o cotidiano de Aracaju, desde a paisagem praiana até a paisagem noturna da capital com o *black-out*, tendo sido este último marcante na memória de muitos sobreviventes deste passado recente.

No terceiro e último capítulo, intitulado “*Praia: ‘De Cemitério a Céu Aberto à Monumento’*”, são apresentados os resultados das análises feitas a partir dos vestígios materiais presentes e/ou ausentes nos dois Cemitérios dos Naufragos, localizados em Aracaju-SE, construídos para enterrar as vítimas – civis e militares – que morreram nos ataques trágico-navais ocorridos na costa sergipana. Partindo desse contexto, buscamos fazer uma correlação dos vestígios materiais presentes nestes equipamentos cemiteriais com os apresentados nas fontes escritas, além de destacarmos a situação atual de cada um no que tange a localização, as características, a conservação e o significado simbólico para a população sergipana.

E, finalmente, encerramos a pesquisa fazendo uma análise comparativa entre os dois Cemitérios dos Naufragos com os dois “Monumentos” brasileiros que foram construídos para enterrar os restos mortais dos militares da Força Expedicionária Brasileira, que perderam suas vidas em combates na Itália, além de propor também uma comparação destes equipamentos fúnebres com quatro norte-americanos, no intuito de perceber as semelhanças e diferenças com relação ao tratamento dado a esses espaços cemiteriais da época de guerra.

CAPÍTULO I – CONCEITOS DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

Iniciaremos este capítulo elucidando algumas questões sobre a existência de várias definições da Arqueologia Histórica que foram, ao longo do tempo, elaboradas, desenvolvidas e redefinidas pelos pesquisadores. O motivo para tal escolha advém da necessidade de esclarecer, de maneira geral, os objetivos de estudo dessa fascinante área do conhecimento, a qual muitos ainda desconhecem.

Um ponto que nos instigou muito, no decorrer do curso de Arqueologia, foi nos deparar com inúmeras pessoas que lançaram vários questionamentos sobre o objeto de estudo desta pesquisa monográfica. E, todas as vezes que paramos para explicar que o presente estudo se refere ao período histórico, especificamente relacionado à Segunda Guerra Mundial em Sergipe, muitas delas demonstraram uma feição de desentendimento e externaram a dúvida com relação “a certeza” difundida pela mídia, isto é, a Arqueologia enquanto sinônimo de pré-história associada a esqueletos humanos e artefatos de um passado longínquo.

Diante das reações, logo percebemos que, o fato de abordar acontecimentos do passado recente através do olhar da Arqueologia significa para a maioria das pessoas uma “desconstrução” do conceito propagado por muitos anos nos meios de divulgação de informações. Contudo, preferimos trocar o termo “desconstrução” por “reconstrução” porque é isso que realmente a Arqueologia Histórica significa: uma nova maneira de reinterpretar os fatos sociais, culturais e históricos por meio da cultura material, incluindo aí os documentos escritos e outras fontes.

Os conceitos apresentados são amplos, o proposto por Orser e Fagan (1995, p. 14) citado por Funari (1996, p. 164), por exemplo, deixa claro que esta disciplina “centra sua atenção no passado pós pré-histórico, e procura entender a natureza global da vida moderna”. Nesse sentido, podemos incluir dentro dessa abordagem a temática da Segunda Guerra, já que esta ocorreu em meados do século XX, isto é, em um passado considerado recente, pois ainda exerce influência sobre parte da sociedade atual, já que várias pessoas que participaram do conflito ainda estão vivas.

Diante disso, corroboramos com Shanks e Tilley (1987) quando afirmam que, a Arqueologia Histórica tem como foco as tensões sociais no passado e também no presente. Assim, esta área de pesquisa se reconhece como resultante dos conflitos contemporâneos e toma como base o pressuposto de que para conhecer o passado é preciso conhecer a nós mesmos.

Partindo disso e buscando identificar os vestígios materiais que ainda restam enquanto resultados das consequências diretas da passagem da Segunda Guerra por Sergipe, selecionamos alguns sítios arqueológicos, como por exemplo, os de naufrágios, decorrentes dos afundamentos dos navios *Baependy*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*, e os dois equipamentos cemiteriais dos Náufragos, ambos localizados em Aracaju.

Com relação aos sítios de naufrágios, sabemos que nenhuma pesquisa *in situ* foi realizada neles, diferentemente do que ocorreu com os dois Cemitérios dos Náufragos, já que ambos foram alvos de pesquisas acadêmicas como a de Cruz (2012), Porto (2013), Mello e Cerqueira (2011, 2012) e Rosa (2015). É oportuno frisar que, um dos cemitérios, o chamado de “original”, na atualidade, ainda está em uso pela população local, mesmo estando interditado pelo Ministério Público Estadual (MPE) desde 2006, por ter sido considerado um cemitério “ilegal” (MELLO; CERQUEIRA 2011, 2012).

Partindo dessas informações, convém destacar que, o estudo de caso apresentado nesta monografia trata especificamente dos resultados encontrados a partir das análises feitas a respeito das estruturas, dos usos e dos simbolismos existentes ou não, nesses dois equipamentos cemiteriais tanto no passado como no presente. Além disso, é feita também uma breve comparação deles com outros cemitérios e monumentos construídos pelo governo brasileiro e norte-americano para enterrar as vítimas da Segunda Guerra.

Sobre o envolvimento do pesquisador com o seu objeto de investigação, Duran (2008), com base nas obras de Hodder (1991, 1998) e Shanks e Tilley (1992), afirma que: “[...] a produção do conhecimento envolve [...] a perspectiva do arqueólogo, e esta, influi tanto nas escolhas dos objetos de estudo, quanto na formulação das perguntas a serem respondidas e na interpretação das respostas obtidas” (2008, p. 42).

Logo, enquanto teóricos críticos, sabemos que o conhecimento é historicamente condicionado. Por isso, devemos buscar constantemente a compreensão dos acontecimentos através de vários pontos de vista, tendo como finalidade produzir uma variedade de perspectivas a respeito do passado (HODDER; HUTSON, 2003). Com relação a isso, corroboramos com Hodder e Hutson (2003) quando afirmam que:

Há uma relação dialética entre passado e presente: o passado é interpretado em termos do presente, mas o passado também pode ser usado para criticar e desafiar o presente. Nesta sentido, é possível avaliar de forma crítica o contexto do passado e do presente, um em relação ao outro, de modo a alcançar uma melhor compreensão de ambos. Afinal, há uma habilidade mental humana para conceber mais de um contexto subjetivo e

examinar criticamente a relação entre as perspectivas variadas (2003, p. 234, tradução nossa).

Diante disso, a abordagem teórica Pós-Processual torna-se imprescindível, já que busca interpretar a cultura material através de uma dimensão abrangente, envolvendo desde os aspectos técnicos, sociais, culturais, políticos, religiosos e simbólicos na tentativa de obter uma melhor compreensão da relação das pessoas com o mundo material que as cercam.

Esta corrente de pensamento arqueológico surgiu entre as décadas de 1970 e 1980, tendo como principais pilares os trabalhos inovadores de viés humanista dos arqueólogos Ian Hodder, Michael Shanks e Christopher Tilley (FUNARI, 2006). Tais autores compartilhavam o mesmo desejo de “[...] reconstruir a arqueologia sob novos pressupostos” baseados em conceitos retirados das “[...] ciências humanas e sociais contemporâneas” (2006, p. 51). No entanto, convém destacar que, entre eles, existiam algumas divergências teóricas, as quais ainda servem para explicar, até hoje, a própria configuração do pós-processualismo, que abarca múltiplas correntes de pensamentos, é plural e diferenciado das anteriores (FUNARI, 2006).

Conforme o arqueólogo Mark Leone citado por Gilson Rambelli (2003), existem três tipos de abordagens arqueológicas que devem ser consideradas como pós-processualistas. São elas: “[...] a ‘simbólica’, a ‘estrutural’ e a ‘crítica’” (2003, p. 22). É importante evidenciar que, esta última, compreende o passado como algo que pode ser construído de diferentes maneiras, dependendo tanto da perspectiva, do enfoque, como da análise do pesquisador. Dessa forma, a Arqueologia crítica tenta demonstrar que o conhecimento arqueológico do passado é determinado pelo método da pesquisa e, por isso, ele não pode ser considerado como imparcial, mas sim como fruto da subjetividade do pesquisador (RAMBELLI, 2003).

Dentro desta perspectiva teórica pós-processual que envolve a interrelação entre passado e presente, o estudo do homem passa, então, a ser abordado não tendo mais como métodos os empregados nas ciências naturais, até porque o homem “[...] é dotado de algo que o distingue de todos os outros objetos de estudo: o simbolismo” (MARTÍNEZ, 1993, p. 267 apud SCHIAVETTO, 2003, p. 41). Diante disso, concordamos com Schiavetto (2003) quando afirma que:

Por detrás de toda espécie de produção material humana, há algo mais do que a funcionalidade da existência dos objetos, e, segundo os críticos das explicações funcionalistas, as ciências não estavam conseguindo abranger uma realidade muito mais complexa do que a palpável (2003, p. 41).

Segundo Schiavetto (2003), a partir de explicações subjetivas e levando em consideração a existência de contextos relativizados, os arqueólogos passam a considerar o passado como algo que “[...] não pode ser totalmente apreendido, ficando sujeito às diversas interpretações, que não excluem contaminação do nosso cotidiano no presente” (2003, p. 42). Isto significa, de acordo com Shanks e Tilley (1987) que, “[...] o passado, então, já passou; ele não pode ser recapturado em si, revivido como objeto. Ele somente existe agora em sua conexão com o presente, na prática presente da interpretação” (SHANKS; TILLEY, 1987, p. 26 apud SCHIAVETTO, 2003, p. 42).

Com base nesse enfoque subjetivo, passa-se a admitir o caráter discursivo da Arqueologia enquanto ciência. Discurso este que vai ser construído através de uma visão interdisciplinar (SCHIAVETTO, 2003). Como consequência disso, as demais correntes começam a ser repensadas e abordadas a partir de outros contextos, tornando assim a Arqueologia um campo crítico, autorreflexivo e voltado para as questões sociais (SCHIAVETTO, 2003).

Diante disso, cabe ressaltar que, para a Arqueologia os equipamentos cemiteriais devem ser estudados enquanto *estruturas*¹, isto é, enquanto fonte de informação que vai além do significado material, pois apresenta também significados simbólicos, conforme a teoria pós-processual (SHANKS; TILLEY, 1988).

No caso dos dois Cemitérios dos Náufragos, eles representam uma importante passagem histórica que ocorreu na década de 1940, em Sergipe, especificamente em Aracaju, e são, na verdade, as provas concretas dos atos brutais de guerra praticados em alto mar, que vitimou mais de 500 (quinhentas) pessoas entre civis e militares brasileiros.

Naquela época, dezenas de corpos precisaram ser enterrados às pressas, no entanto, os cemitérios aracajuanos não comportaram tantos mortos. A solução aparente foi sepultar os corpos não reconhecidos e já em estado grave de decomposição na própria praia tanto em covas rasas como em covas coletivas, além de utilizar outros dois cemitérios da capital: o Santa Izabel e o da Cruz Vermelha, este último chamado na época de Cemitério dos Cambuís.

Sobre a manutenção do cemitério construído na praia, que ainda hoje está em uso mesmo de forma controversa, nos questionamos com relação ao cuidado e proteção dado a ele por parte do poder público, já que este espaço é reconhecido pelo Estado e, ao que tudo

¹ Segundo Orser (1992, p. 31), as *estruturas* constituem uma das fontes de informações utilizadas nas pesquisas de Arqueologia Histórica. ORSER JR, C. E. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Tradução de Pedro Paulo Funari. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

indica, é considerado o único cemitério construído em solo de uma cidade brasileira para sepultar corpos de náufragos, vítimas dos nazistas, na época da Segunda Guerra Mundial, no Brasil.

Face ao exposto, é pertinente frisar que este capítulo tem a finalidade de abordar alguns conceitos da Arqueologia Histórica – principal foco desta abordagem – além de evidenciar, de forma breve, o viés de outras Arqueologia(s), como por exemplo, a de ambientes aquáticos (RAMBELLI, 1998, 2002, 2003, 2008; DURAN, 2008; BAVA DE CAMARGO, 2002, 2008), das guerras (NEYLAND, 2011), da repressão (FUNARI; ZARANKIN; REIS, 2008; POLONI, 2014; BARETTA, 2014) e da sensibilidade, as quais podem se relacionar com a temática da “guerra submarina” (CRUZ; SOUZA, 2009; CRUZ; ARAS, 2010, 2011, 2012, 2013; CRUZ, 2012).

Esta multiplicidade de linhas de pesquisas caracterizam propriamente a Arqueologia em si, que é interdisciplinar e abrange várias temáticas. No entanto, pode-se questionar o porquê de utilizar todas elas para falar especificamente sobre os ataques bélicos ocorridos na costa sergipana em agosto de 1942? A resposta é simples! Conforme, Orser (2012) arqueólogos(as) que queriam conduzir “[...] pesquisas em sítios associados de qualquer maneira como o mundo moderno – independente de como esse ‘mundo’ seja definido – devem tentar enquadrar seus estudos dentro de termos os mais amplos possíveis” (2012, p. 186). E, se tratando de Arqueologia Histórica, então, ela “[...] deve ser pensada como um campo global e amplo, que vê o mundo além do sítio” (2012, p. 185).

Partindo disso, exploramos ao máximo os diversos pontos de vista sobre a “guerra submarina” para compreender como os torpedeamentos dos navios mercantes brasileiros afundados pelo submarino alemão *U-507*, em agosto de 1942, no litoral de Sergipe, afetaram o cotidiano da capital aracajuana, e como essa tragédia marítima influenciou de forma direta a política brasileira contribuindo, assim, para a Declaração de Guerra contra os países do Eixo.

1.1 – Breve Discussão Teórica sobre a Arqueologia Histórica no Âmbito Internacional

Diante da breve apresentação a respeito do que este trabalho vai tratar, cabe agora, neste primeiro capítulo, discorrer sobre algumas definições e escolhas dos objetos de estudo da Arqueologia Histórica ao longo do tempo.

Os “arqueólogos(as) históricos(as) têm se interessado em definir a missão e o escopo de seu campo de pesquisa por muitos anos” (ORSER, 2012, p. 186). Em linhas gerais, podemos dizer que esta disciplina foi organizada oficialmente nos anos de 1960, sendo então considerada um campo de pesquisa relativamente recente (ORSER, 1992). Ela tem como foco o estudo das sociedades com escrita e incorpora duas vertentes, uma inglesa, que representa a Europa, e outra norte-americana (FUNARI, 2007).

Sobre o conceito de Arqueologia Histórica, Orser primeiro o definiu em sua obra clássica *Introdução à Arqueologia Histórica* – primeiro manual de Arqueologia Histórica traduzido em língua portuguesa² –, como sendo “[...] o estudo arqueológico dos aspectos materiais em tempos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje” (1992, p. 23). Sendo assim, o foco principal da Arqueologia Histórica “[...] refere-se às manifestações materiais do mundo, em rápida transformação, posterior a cerca de 1500 d. C” (ORSER, 1992, p. 23).

Com base nisso, entendemos que este viés da Arqueologia permite o estudo do passado recente, o qual “[...] incorporou muitos processos, perspectivas e objetos materiais que ainda estão sendo usados em nossos dias” (ORSER, 1992, p. 28). Em outras palavras, a Arqueologia Histórica se detém a investigação da sociedade moderna, capitalista ou protocapitalista, isto é, da sociedade em que estamos inseridos e que somos herdeiros (ORSER, 1992).

É pertinente esclarecer que, a Arqueologia enquanto ciência humana vai além da mera coleta e descrições de artefatos. Ela assume, na verdade, um papel de ciência crítica que produz interpretações sobre a sociedade em que a cultura material está inserida (ORSER, 1992).

Corroboramos com Funari quando afirma que, esta disciplina “[...] não é uma simples *ancilla*, serva ou auxiliar da documentação escrita e da ciência da História, pois a cultura material pode não só complementar as informações textuais, como fornecer informações [...] não disponíveis e até mesmo confortar-se às fontes escritas” (2002, p. 1).

É justamente neste cenário que se inserem “os documentos históricos” entendidos “[...] como ‘artefatos’, algo produzido pela ação humana consciente” (ORSER, 1992, p. 26). Assim, as tendências historiográficas e o gênero literário passam a fornecer quadros discursivos sobre o passado, servindo, deste modo, de contexto histórico para o estudo

² Tradução e apresentação de Pedro Funari (1992).

arqueológico da sociedade moderna, contribuindo para uma melhor compreensão das suas transformações (FUNARI, 2002).

Como se pode notar, a Arqueologia Histórica além de utilizar os documentos escritos como fonte de informação, vai empregar também os conhecimentos científicos adquiridos de outras áreas para elaborar suas interpretações a respeito da cultura material, passando, assim, a obter um caráter multidisciplinar e com um amplo leque de fontes de informações (ORSER, 1992).

Com o avanço dos estudos e uma adesão cada vez maior de pesquisadores envolvidos, novos conceitos foram sendo elaborados para a Arqueologia Histórica. Um evento a ser destacado é *World Archaeological Congress 3*, que ocorreu em Nova Delhi, no ano de 1994, e que teve pela primeira vez um tema com este nome – *Changing Perspectives on Historical Archaeology* (FUNARI, 1996).

Vale ressaltar que, este tema foi organizado por vários pesquisadores provenientes de cinco continentes, entre eles, o arqueólogo brasileiro Funari. As abordagens trabalhadas envolveram desde as questões epistemológicas, passando pela pluralidade da cultura material, destacando a Arqueologia e a representação das identidades modernas e, por fim, deu ênfase a arqueologia feminista (FUNARI, 1996).

Como resultado do desenvolvimento das pesquisas arqueológicas focadas no período histórico foram lançados alguns livros. Uma das obras que ganharam destaque foi a produzida por Orser em parceria com Brian Fagan. Tratava-se de um manual didático introdutório à Arqueologia Histórica, publicado em 1995, através do qual foram discutidos e apresentados inovações metodológicas, “[...] definição da Arqueologia Histórica, sua História, os sítios e artefatos, as noções de tempo e espaço, as prospecções, o trabalho de campo, as teorias explicativas, os grupos, sua difusão pelo globo e a dimensão política deste campo de estudo”, isto é, Orser e Fagan evidenciaram a abrangência de assuntos que podem ser tratados por esta disciplina (FUNARI, 1996, p. 164).

Além da obra citada acima, outra que demonstrou maior importância foi *A Historical Archaeology of the Modern World*, de autoria de Orser, publicada em 1996. Nela, o autor propõe um estudo interdisciplinar da cultura material do capitalismo inaugurando, assim, um modelo interpretativo inovador (FUNARI, 1996).

A respeito de algumas questões centrais subjacentes às mudanças ocorridas no decorrer do desenvolvimento da Arqueologia Histórica, cabe aqui destacar uma delas que se refere ao caráter multidisciplinar, cujo o objetivo era “[...] encorajar a fertilização por cruzamento de ideias e abordagens entre pessoas preocupadas com a constituição material das

relações sociais” (MILLER; TILLEY, 1996 apud FUNARI, 1996, p. 164). Esta característica encontra-se presente na própria definição da área, segundo Orser e Fagan: “a Arqueologia Histórica é um campo multidisciplinar que compartilha uma relação especial com as disciplinas formais da Antropologia e da História” (1995, p.14 apud FUNARI, 1996, p. 164).

Orser ainda afirmou que muitos estudiosos consideram, por exemplo, a História e a Antropologia como áreas distintas somente no sentido trivial de especialização acadêmica (ORSER, 1994 apud FUNARI, 1996). Além disso, disciplinas como Geografia, Sociologia, Arquitetura, Semiótica, Filosofia, o estudo do patrimônio e/ou a História da Arte também foram citadas enquanto áreas que mantêm um diálogo com a Arqueologia (FUNARI, 1996).

Conforme David Austin (1990) citado por Funari (1996), tomando como base a relação próxima entre a Arqueologia Histórica e a História, propõe sua unificação como sendo uma espécie de História social. Ele parte do pressuposto que, documentos escritos e cultura material são objetos de estudo que se complementam, isto é, são inseparáveis.

Diante de todas as considerações já feitas, é apropriado destacar aqui a opinião de Funari em seu artigo *O amadurecimento de uma Arqueologia Histórica Mundial*, publicado em 1996, por meio do qual ele diz que, o conceito de Arqueologia Histórica tem sido uma questão controversa, pois os arqueólogos não possuem uma definição exata, pelo contrário, eles ainda divergem em suas interpretações.

A proposta lançada por Orser e Fagan (1995), por exemplo, mostra que esta disciplina “centra sua atenção no passado pós pré-histórico, e procura entender a natureza global da vida moderna”. Lembrando que este período pós pré-histórico é marcado pela influência de quatro termos indissociáveis: colonialismo, eurocentrismo, capitalismo e modernidade, todos ligados à expansão europeia (1995, p. 14 apud FUNARI, 1996, p. 164).

Levando em consideração a proposta sugerida acima, Funari expõe que ela pode ser avaliada a partir de duas questões centrais. Uma relacionada à questão da “continuidade histórica entre o século XV e o presente, continuidade essa que derivaria, precisamente, do capitalismo? [...]” (1996, p. 165). Já a outra, discorda de tais generalizações e continuidades, pois entende que “a economia dos tempos modernos [...] é fundamentalmente pré-capitalista, o que se aplica à Europa, ao mundo colonial a ela submetido, e ao incipiente mercado mundial” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 73 apud FUNARI, 1996, P. 165). Já com relação à América, deixa claro que:

O modo de produção escravista colonial das Américas não seria [...] capitalista. Nos aspectos socioculturais, com mais forte

razão, pode caracterizar-se as sociedades modernas, em particular ibéricas, americanas e africanas, como dominadas por instituições patriarcais, com divisões não apenas de classe como de status, não igualitárias, no sentido capitalista do termo, mas hierarquizadas (BEOZZO, 1978, p. 287 apud FUNARI, 1996, p. 165).

Perante tais considerações, Funari (1996) demonstra nas entrelinhas que, os artefatos enquanto mercadorias voltadas para a troca comercial estão ligados, de maneira parcial, ao capitalismo. Nesta perspectiva, Orser entende que “[...] o capital, direta ou indiretamente, transformou e imprimiu especificidades ao mundo pós-medieval” (ORSER, 1996 apud FUNARI, 1996, p. 166).

É importante destacar aqui que, o conceito da Arqueologia Histórica, adotado pelos organizadores da temática *Changing Perspectives in Historical Archaeology*, é amplo. E, para tanto, eles escolheram um elemento essencial: o caráter de classe das sociedades históricas. Dessa forma, admitiram a questão das “[...] continuidades entre a História e a Pré-História, [...] mas sem deixar de notar a diferença entre sociedades agrárias e sem Estado e as sociedades hierarquizadas, alfabetizadas e caracterizadas por divisões de classe e pela exploração.

Com base nisso, podemos dizer que a Arqueologia Histórica tem como finalidade estudar a interação entre “[...] dominantes e dominados, letrados e iletrados, em diferentes contextos culturais e cronológicos” (FUNARI, 1996, p. 166). Diante dessas premissas, entende-se então que esta disciplina “[...] democratiza o passado, iluminando a vida quotidiana das pessoas comuns que não são visíveis no registro documental” (HALL, 1991, p. 78 apud FUNARI, 1996, p. 166). Em resumo, ela “[...] estuda as contradições inerentes às sociedades de classe” (HALL, 1994, p. 1 apud FUNARI, 1996, p. 166).

Funari (1996) encerra seu artigo afirmando que, o amadurecimento de uma Arqueologia Histórica mundial implica superar certas limitações. Ele destaca, por exemplo, o caráter multidisciplinar que exige a superação das barreiras existentes entre as disciplinas que trabalham com as sociedades humanas e suas transformações.

Orser (2012) concorda com Funari (1996), entretanto mostra entusiasmo ao dizer que, “Em ambos os níveis metodológicos e epistemológico, um aspecto importante desses estudos tem sido a vontade dos(as) autores(as) de colocar os pés para fora de suas próprias disciplinas de modo a usar materiais de pesquisa e conhecimentos de outros campos” (2012, p. 187).

Com relação ao caráter crítico da Arqueologia Histórica, Funari em um artigo mais recente, *A Arqueologia Histórica em uma Perspectiva Mundial*, publicado em 2002, afirma que ela tem se debruçado cada vez mais sobre:

[...] o próprio campo discursivo da disciplina e da formação de conceitos modernos que moldam, de maneira invisível, os discursos possíveis. Multiplicam-se os estudos sobre a invenção de quadros interpretativos, com ênfase na História das Arqueologias, como procedimento heurístico indispensável para a crítica das práticas discursivas, no interior da disciplina (2002, p. 3).

Em linhas gerais, o estudo da cultura material possibilita, então, ir além dos quadros estritos da historiografia, como por exemplo, admite tratar de temas que são simplesmente ignorados pela documentação, como é o caso da vida cotidiana (FUNARI, 2002). A respeito disso, Rambelli (2003) citando Funari (1998, 1999) afirma que: “[...] a Arqueologia pode – e deve – ‘ouvir’, através da análise e interpretação da cultura material, as vozes caladas – ou pouco pronunciadas – das pessoas comuns em seus cotidianos, dos oprimidos, enfim dos excluídos do processo elitista de construção da História Oficial” (2003, p. 24).

Seguindo essa perspectiva, as histórias dos sergipanos sobre o período bélico demonstram claramente as feições da construção da História, a qual não deve se limitar apenas aos grandes feitos heroicos dos políticos e dos militares, mas abranger as ações e reações da população que é a maioria, de fato, mas que, infelizmente, nos livros se torna a minoria, já que as suas histórias são pouco pronunciadas, como por exemplo, as histórias dos sobreviventes dos naufrágios; as impressões das comunidades litorâneas que socorreram os náufragos e auxiliaram as autoridades no enterramento das vítimas; as manifestações populares contra os ataques; as mudanças ocorridas na paisagem de Aracaju com a preparação da guerra, entre outras histórias (ROSA, 2015).

No tocante a análise da cultura material por meio dos métodos arqueológicos, ela tem possibilitado aos estudiosos conhecer as tensões sociais refletidas no cotidiano da sociedade (FUNARI, 2002). E, como consequência disso, vimos surgir inúmeras críticas quanto aos “[...] modelos normativos de cultura, cujos pressupostos de homogeneidade social não parecem encontrar respaldo nem nos estudos da cultura material, nem na teoria social contemporânea” (2002, p. 3).

Nos últimos anos, vários pesquisadores têm demonstrado em seus trabalhos a importância do diálogo através da interdisciplinaridade e a importância da multiplicidade de

temas. As pesquisas têm apresentado cada vez mais uma variedade de interesses e sujeitos em confrontos, como por exemplo, agentes sociais como as mulheres e os grupos étnicos que começaram a ser introduzidos nas pesquisas, além das diferentes ideologias presentes na sociedade. Sendo assim, podemos afirmar que, o aspecto central desta disciplina passou a ser a pluralidade e a heterogeneidade que existem nas sociedades tanto do presente como do passado (FUNARI, 2002).

As pesquisas podem englobar o estudo do patrimônio material de comunidades concretas e ressaltar não só as práticas cotidianas, mas também os “[...] sonhos e imaginação [...] do fazer e do viver de uma sociedade” (ORSER, 1992, p. 9). Afinal, “[...] nada melhor do que o mundo material que nos envolve, para compreender a sociedade, suas transformações e conflitos” (1992, p. 10).

Nesse contexto é importante destacar que a Arqueologia Histórica preocupada com a análise da sociedade voltou sua atenção para as “[...] características materiais do capitalismo” (LITTLE, 1996 apud FUNARI, 2002, p. 1). Os temas contemporâneos que têm sido mais estudados são: as relações de poder, que podem ser percebidas através das ações de dominação e de resistência, conflitos de classes, desigualdades, colonizadores e colonizados e as formas econômicas e políticas daí geradas (FUNARI, 2002).

Os reflexos da guerra em Aracaju representam alguns desses temas citados acima, como por exemplo, as forças de dominação e resistência que estiveram presentes tanto no contexto político como no social. É bem verdade que, na época da Segunda Guerra Mundial, as nações do Eixo tentaram impor o seu domínio sobre outras nações, as quais, posteriormente, se tornaram Aliadas. Neste cenário de embate de forças e disputas por poder todas as esferas foram mobilizadas, como por exemplo, a sociedade que, em nome dos jovens reservistas, foi convocada para assumir a tarefa militar, além da produção industrial que também sofreu mudanças, pois se voltou para o esforço de guerra. No contexto social aracajuano, notamos que a questão da repressão e da resistência pode ser observada nas perseguições sofridas pelos estrangeiros descendentes de alemães e italianos, que tiveram que ocultar suas identidades e culturas para não sofrer retaliações (ROSA, 2015).

Com relação aos contextos repressivos, é importante evidenciar que as possibilidades de investigações apresentadas pela Arqueologia da Repressão são amplas. As pesquisas podem se debruçar sobre vários aspectos, como por exemplo: táticas de repressão e de resistência, os usos dos espaços utilizados para a realização dessas práticas, as histórias de personagens que vivenciaram essa época, a produção material que caracteriza as ações e oposições contra os governos repressivos, além de explorar o próprio campo arqueológico,

isto é, buscar entender como ele tem sido utilizado, orientado ou limitado durante esses regimes (POLONI, 2014).

A respeito disso, Poloni (2014) afirma que, esse tipo de estudo abrange um amplo campo de investigação referente à:

[...] resistência, combate, prisão, julgamento, tortura, morte e desaparecimento [...], e engloba a materialidade inerente à construção dos mecanismos de poder, [...] relacionados aos aparelhos repressivos, como forma de compreensão ampla das ações desses governos e lideranças, bem como do próprio campo científico dialógico aos mesmos (2014, p. 3).

Podemos incluir também como objeto de estudo a questão do silêncio, da coerção de pessoas e da proibição de assuntos referentes tanto a opositores políticos quanto a outros profissionais que atuaram durante o período, em particular, os profissionais da área de Arqueologia (POLONI, 2014).

Muitos desses exemplos citados acima podem ser utilizados na pesquisa sobre Sergipe. Afinal, em 1942, surgiram inúmeros “quebra-quebras” envolvendo parte da população aracajuana contra os estrangeiros e brasileiros considerados “espiões” e “traidores da pátria”; ocorreram também várias prisões de suspeitos considerados nazistas; houve repressão com relação a esses descendentes de alemães e italianos em Aracaju; o pelotão da cavalaria também reagia de maneira violenta e abusiva, na tentativa de impor a ordem entre os populares; e os meios de comunicação foram censurados pelo governo através do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Fundamentado nesses dados, podemos dizer que todas essas ocorrências descritas acima, derivaram de ações dos governos ditatoriais (nazifascista ou simpatizantes), que provocaram os ataques bélicos e resultaram na morte de centenas de pessoas, dentre elas, vários sergipanos.

Diante disso, fica claro que esta abordagem da Arqueologia da Repressão é importante na medida em que busca elucidar as ações praticadas pelos governos e as consequências sofridas pela sociedade, na tentativa de compreender esses períodos obscuros da História, que ainda hoje assolam milhares de famílias que tiveram parentes e amigos vitimados por esses regimes ditatoriais. Neste cenário, essas pesquisas se inserem como “[...] ações de garantia de não-repetição e não esquecimento” (AÍNSA, 2006 apud POLONI, 2014, p. 2) dessas histórias, contribuindo assim para a “[...] reparação simbólica das vítimas” (POLONI, 2014, p. 2).

Portanto, corroboramos com Poloni (2014) quando afirma que, o objetivo deste viés arqueológico é abordar, discutir e divulgar o tema através de um debate constante entre a população e o seu passado. E, a partir disso, dialogar com os diversos discursos a respeito dos contextos repressivos buscando reconhecer essas práticas e dar vozes às histórias relegadas pela historiografia oficial.

Em suma, concluímos este subtema destacando toda essa revolução conceitual que ocorreu nos últimos anos, no âmbito internacional, no campo de pesquisa da Arqueologia Histórica. E, a partir de agora, vamos adentrar em uma discussão mais específica voltada para o desenvolvimento desta disciplina no âmbito nacional.

1.2 – Desenvolvimento da Arqueologia Histórica no Brasil

O desenvolvimento dos inúmeros enfoques apresentados pela Arqueologia Histórica, no âmbito nacional, só começou a expandir sua área de pesquisa a partir dos anos de 1980. Segundo Funari (2005), durante o período de mudança política da Ditadura Militar para a instauração do Regime Civil Democrático, que proporcionou um abrandamento da censura e, aos pouco, permitiu a restauração das liberdades públicas possibilitando, assim, um avanço nos estudos de Arqueologia Histórica.

É importante salientar que, o desenvolvimento deste viés arqueológico embasou-se em estudos da cultura material vinculados aos grupos subalternos, como por exemplo, os “[...] indígenas, negros, mulatos, libertos, pobres, caboclos, sertanejos” (FUNARI, 2005, p. 5), além dos imigrantes e outros excluídos da sociedade, que não puderam escrever sua própria história.

Dentro desse amplo contexto, percebe-se então que o objetivo desta disciplina é: “[...] resgatar as vozes, os vestígios e os direitos de nativos, negros e de todos os outros excluídos das narrativas dominantes” (FUNARI, 2005, p. 5), isto é, recuperar a memória desses grupos sociais, buscando assim reinterpretar a historiografia oficial.

Nessa perspectiva, conforme Orser, destacam-se: “[...] os estudos arqueológicos das missões jesuíticas [...], de patrimônios materiais urbanos, [...] estudos de quilombos e da cultura material de origem africana” (1992, pp. 10-11).

De acordo com Symanski e Gomes, além da cultura material analisada nesses sítios, outros contextos também receberam atenção tomando como ponto de partida o pensamento

“[...] marcado pela rejeição aos modelos que privilegiavam a perspectiva dos grupos dominantes, focalizando-se na agência dos grupos subordinados e nas trocas envolventes” (2013, p. 300).

Os novos estudos começaram a revelar aspectos da vida cotidiana e, de certa maneira, desmistificaram os discursos e visões de mundos construídos pela documentação oficial que, geralmente, abordava os grupos subalternos, ou seja, os homens comuns, como figurativos na História (ORSER, 1992).

Diante do exposto, podemos dizer que a Arqueologia Histórica “[...] contribui significativamente para uma mais completa compreensão da sociedade brasileira, reconstituindo, através dos artefatos, vozes abafadas, práticas esquecidas, culturas reprimidas” (ORSER, 1992, p. 11).

Um bom exemplo deste viés são as histórias dos sergipanos referentes ao período bélico, as quais nos últimos anos têm sido, mesmo que timidamente, exploradas pelos pesquisadores na tentativa de demonstrar o contexto vivenciado naquela época tanto através dos depoimentos dos sobreviventes dos naufrágios como através da reação da população, inclusive, evidenciando as experiências de alguns estrangeiros que moravam em Aracaju e que sofreram represálias e perseguições, sendo acusados de colaborar com os ataques das embarcações, como foi o caso do italiano Nicola Mandarino, que teve sua residência e seus estabelecimentos comerciais depredados pela fúria do povo (ROSA, 2015).

É curioso notar que, mesmo com todos os avanços teóricos, ainda tem pesquisador que vê o campo de estudo arqueológico como algo limitado. No artigo de Orser, intitulado *Rumo a Uma Arqueologia Histórica Global: Um exemplo do Brasil*, publicado em 2012, ele destaca a proposta de Robert Schuyler para a Arqueologia Histórica.

Segundo Schuyler (1988) este viés arqueológico deveria concentrar-se em “etnografias históricas” ou estudos antropológicos focados em comunidades específicas. No entanto, Orser faz uma crítica a esta proposta, pois a enxerga como “muito restritiva”, “[...] tendo em vista a complexidade social e a escala global dos sistemas mundiais normalmente estudados em arqueologia histórica” (ORSER, 2012, p. 186).

O problema de limitar a Arqueologia Histórica a uma etnografia histórica com relação ao estudo de uma determinada comunidade ou grupo social, é o fato de não levar em consideração que esta, para ser compreendida em seus vários aspectos, precisa estar inserida no contexto mais amplo da sociedade (ORSER, 2012).

No caso específico dos ataques bélicos ocorridos na costa sergipana, durante a Segunda Guerra, é necessário levar em conta o contexto histórico global do conflito – macro

história – vivenciado naquela época, como por exemplo, as relações políticas e econômicas entre o Brasil e os países do Eixo, e também as relações comerciais e de solidariedade com os EUA, pois só assim é possível entender os motivos que levaram aos torpedeamentos dos navios nacionais no litoral aracajuano – micro história. Afinal, cada uma dessas relações teve um papel fundamental no rumo em que a guerra tomou.

Um estudo que se destacou foi o de William H. Adams (1977), apensar de ter sido realizado uma década antes do de Schuyler, é considerado mais aberto, pois aborda “uma comunidade de pessoas, não ‘como uma coleção de sítios ou artefatos para serem vistos pelos(as) arqueólogos(as) e para o seu próprio e singular conhecimento.’ O foco aberto é na arqueologia de pessoas socialmente conectadas dentro da comunidade [...] interativa maior” (2012, p. 187).

Segundo Orser, “A mensagem de Schuyler aparenta ser uma reação à crescente tendência entre cientistas sociais para conduzir estudos em larga escala que vão além de um sítios individual, um grupo de sítios ou mesmo uma região” (2012, p. 187).

Em suas críticas, Schuyler ainda afirma que, “[...] Arqueólogos(as) que estudam sociedade letradas de qualquer tipo devem estar bem equipados para apresentar sólidos estudos de comunidades através da combinação de informação arqueológica com não-arqueológica”. Contudo, ele diz que, a “arqueologia histórica sempre fará suas melhores contribuições a nível de análise de sítio” (2012, p. 189).

Orser enfatiza que “Os comentários de Schuyler sobre as limitações espaciais de uma perspectiva arqueológica vão contra um corpo significativo de pesquisa. Diversos(as) arqueólogos(as) demonstram considerável interesse em análises de larga escala de complexos culturais inteiros [...]”. E que “A extensa história de contatos culturais entre europeus e não-europeus que caracteriza o processo moderno de globalização [...] argumenta contra o estudo isolacionista de comunidade em arqueologia histórica”. Orser ainda admite que “Um grande desafio para a arqueologia histórica interessada em análise e interpretação em larga-escala é encontrar meios de conduzir uma pesquisa que tenha abrangência tanto sítio-específica quanto transcontinental” (2012, p. 189).

Outros arqueólogos(as) históricos(as) [...] observaram que arqueologia histórica deve desenvolver uma perspectiva global, notando que ‘seu óbvio nicho como um campo de pesquisa moderno e sintético, é no estudo de processos e inter-relações pelas quais as organizações humanas sociais e econômicas se desenvolvem e envolvem no mundo moderno’ (DEAGAM 1988, p. 8 apud ORSER, 2012, p. 189).

Reforçando este conceito, Orser afirma que: “[...] nenhum estudo do mundo moderno – incluindo arqueologia histórica – pode estar verdadeiramente completo sem se considerar as diversas conexões geralmente mantidas entre habitantes de sítios históricos” (2012, p. 185).

É importante ressaltar que, os estudos que marcaram as duas últimas décadas estavam focados em processos históricos e culturais que atuaram após o início da globalização europeia. Sobre isso, Orser afirma que esta abordagem ampla, que estuda o chamado ‘sistema-mundial moderno’, foi desenvolvida principalmente por historiadores e sociólogos históricos. Além deles, outros como economistas, ambientalistas, geógrafos, economistas políticos e antropólogos também utilizam as perspectivas globais. Orser ainda destaca que “[...] um preceito da perspectiva de sistema mundial é que a interação social envolve ‘uma totalidade de processos interconectados’ que não pode ser entendida pela dissociação dessa totalidade em pequenas, talvez insignificantes, unidades analíticas” (2012, p. 187). Deste modo, concordamos que Orser quando afirma que:

Estudos transcontinentais e transdisciplinares do sistema mundial moderno têm sido importantes para dissolver barreiras disciplinares e nos fornecer informações sobre a história e a sociedade moderna. O que estranhamente está em falta nesses estudos é a aplicação de descobertas arqueológicas de modo significativo, quando acontece de serem aplicadas” (2012, p. 188).

Diante do exposto, é preciso levar em consideração que, ao longo dos anos, a Arqueologia Histórica foi se consolidando e com isso novos objetos de estudo passaram a fazer parte do seu foco de pesquisas e das discussões arqueológicas. Novos objetos tais como: as senzalas, os engenhos, as estruturas domésticas urbanas e rurais, os povoados de mineração, os cemitérios, as lixeiras coletivas, entre outros (SYMANSKI; GOMES, 2013).

Seguindo essa linha de estudo de novos objetos de pesquisa, que inclui as estruturas cemiteriais, relembramos que esta temática foi a escolhida para realizar o presente estudo de caso, que trata da cultura material existente nos dois Cemitérios dos Náufragos, os quais constituem parte dos Monumentos Históricos do Estado de Sergipe e que, posteriormente, serão apresentados detalhadamente no capítulo III.

Em virtude dessas considerações, convém destacar que, os diversos estudos de Arqueologia Histórica, no Brasil, possibilitaram importantes reflexões sobre a pluralidade étnica e cultural, além despertar os aspectos públicos da Arqueologia tanto com relação às leis

de proteção do patrimônio arqueológico e da questão educativa, bem como da defesa dos direitos da população em geral (FUNARI, 2006).

Outro aspecto muito importante a ser enfatizado é que esta disciplina se desenvolveu sob a influência das correntes de pensamentos teóricos e, a partir delas, foi englobando em sua abordagem variada novos temas e enfoques que permitiram reinterpretar e reconstituir as histórias e o cotidiano das sociedades por meio de uma dialética entre presente e passado (SHANKS; TILLEY, 1987). Conforme Arno Kern citado Orser (1992, p. 10), “[...] esta imensa tarefa de resgate do passado para o presente é uma responsabilidade da qual dificilmente alguém poderá se furtar, pois é um compromisso com a própria sociedade”.

Por esse motivo, nos propomos a realizar esta pesquisa abordando uma marcante passagem histórica sobre a guerra, a qual ficou “esquecida” durante algumas décadas, e que só recentemente passou a ser estudada pelos pesquisadores.

Em resumo, a finalidade deste trabalho é demonstrar por meio dos vestígios arqueológicos as consequências dos torpedeamentos, destacando, assim, seus reflexos no interior da sociedade sergipana.

A pesquisa também se propõe a fazer uma homenagem às pessoas que perderam suas vidas como vítimas da guerra e que estão enterradas em solo sergipano, servindo este trabalho como uma espécie de mensagem de “[...] não esquecimento e de não repetição” de atos de guerra (POLONI, 2014, p. 2). Contudo, cabe esclarecer que, este período bélico está sendo lembrado não como uma forma de gerar tristeza e dor nos parentes e amigos que perderam seus entes queridos nessa época, mas como uma maneira de lembrar que em tempos de guerra tudo é ruim e, por isso, ela deve ser evitada (ROSA, 2015).

Sobre isso, com base na Arqueologia da Guerra, e destacando o trabalho da Arqueologia de Ambientes Aquáticos referente aos estudos de naufrágios, Neyland (2011) afirma que: “The involvement of descendants in surveying for lost shipwrecks is a personal and sensitive experience for all of those involved. In most archaeology, the archaeologists have become detached from the tragedy of human loss by the passage of time” (2011, p. 725). Ele faz uma ressalva com relação aos naufrágios da Segunda Guerra, já que os familiares das vítimas ainda estão vivos. E, neste caso, o processo de descoberta e investigação é, portanto, influenciado e motivado por uma necessidade de trazer a resolução da perda para as famílias dos desaparecidos nesta ação. Afinal, para os sobreviventes e para as famílias daqueles que pereceram, os destroços estão em primeiro lugar como túmulos de guerra. E, é justamente esta sensibilidade com relação às memórias da guerra que podem ajudar a construir um consenso sobre a proteção dos naufrágios (NEYLAND, 2011, tradução nossa).

CAPÍTULO II – A GUERRA VEIO A BORDO: ATAQUES MARÍTIMOS EM ARACAJU

A pequena capital sergipana, localizada no litoral nordestino, segundo Barreto (1994, p. 261), nasceu “[...] como Cidade e como Capital [...]” ao mesmo tempo, em meados do século XIX. E, de acordo com Diniz (2009), o mar foi considerado um dos principais elementos de justificativa para dar origem à nova capital, a qual foi projetada nos moldes de cidade-portuária e erguida ao longo das margens do Rio Sergipe e, em parte, do Oceano Atlântico. Com base em Almeida (2008), podemos considerar como as principais razões para a efetivação da mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, a boa localização geográfica desta, aliada aos interesses econômicos, sociais e políticos da época.

Sobre a construção de Aracaju, Souza (2009) afirma que ela “[...] surgiu da necessidade econômica e estratégica da capital da Província [...] possuir um porto moderno para a comercialização internacional do açúcar [...]. Além disso, a existência de um porto era sinônimo de modernidade e desenvolvimento [...] (2009, p. 56).

Diante desse contexto, devemos considerar que, desde o século XVI, havia “[...] uma tendência de substituição das cidades fortalezas por cidades-porto, aliada à facilitação do comércio que esse modelo trazia” (SOUZA, 2009, p. 61). A partir disso, foi propagada a ideia de que as capitais deveriam se situar à beira-mar ou às margens dos principais rios devido à boa localização dos portos (SOUZA, 2009).

Sendo assim, a nova capital foi pensada, projetada e fundada enquanto cidade portuária às margens do rio Sergipe. O porto situava-se em frente a atual Praça General Valadão, próximo ao prédio da Alfândega (SILVA C., 2009). A importância da navegação na vida dos aracajuanos, conforme Cruz (2012, p. 65), “[...] ocupou um papel central na sociedade [...] dos anos de 1940. Aliás, o mundo naval foi um elemento simbólico capaz de construir não só a cidade de Aracaju em 1855, mas também, contribuiu para a construção da identidade naval dos seus moradores”.

Conforme Cruz (2012), os nomes de alguns navios ainda permanecem presentes na memória coletiva da população sergipana, como por exemplo, o *Aníbal Benévolo*, o *Brasiluso* e o *Comandante Alcídio*. Baseado em fontes bibliográficas e na entrevista realizada com o

aracajuano José Nunes, mais conhecido como Zé Peixe³, o historiador citado acima escreveu o seguinte sobre a característica náutica da capital sergipana:

“Singrando as águas mansas do estuário, entra o porto, procedente do sul, um vapor de passageiros. Um longo apito, repetido, frenético, ecoando nos ares”. Do antigo Inflamável até o Bairro Industrial, eles ficavam abrigados e fundeados em pontes. O navio a vapor fez parte da identidade cultural dos aracajuanos. Zé Peixe, grande conhecedor da paisagem marítima de Sergipe, em entrevista afirmou que a presença do navio era um espetáculo para os aracajuanos. Espectadores em terra. No meio do rio com lanchas e com canoas. Todo mundo satisfeito, dando adeus, tchau-tchau para o navio. Era uma festa quando passava o navio aqui (CRUZ, 2012, p. 66, grifo do autor).

Sobre a paisagem de Aracaju vista pelas pessoas que viajavam a bordo dos navios, Cruz (2012) descreve as diferentes percepções nutridas a respeito do panorama da cidade:

Do boroeste visualizava o Trapiche do Lima, a Rua da Frente, os mercados, as lojas comerciais, a Praça Fausto Cardoso, o Palácio Olímpio Campos, a Ponte do Imperador, as casas residenciais, a Capitania dos Portos (que em reverência, alguns vapores emitiam seu último apito defronte à força marítima), o Inflamável e as palhoças na praia de Formosa. Do bombordo, viam-se os verdejantes coqueirais da Ilha, os manguezais e a Atalaia Nova. E da popa, Aracaju ia ficando para trás, esta última imagem mais parecia uma bela tela, com cores formosas e amenas, onde ainda era possível ver ao fundo o Morro do Urubu, a Igreja de Santo Antônio e o fumegar das chaminés das Fábricas no bairro Industrial (CRUZ, 2012, p. 67, grifo do autor).

A *figura 1*, logo abaixo, mostra a deslumbrante paisagem da cidade vista do rio Sergipe. Nela, observa-se o eixo do conjunto da Praça Monumental, tendo em frente à Ponte do Imperador – estrutura considerada porta de entrada de Aracaju. Esta fonte iconográfica nos permite apreciar a mesma paisagem do passado, vista pelas pessoas que chegavam e partiam da capital sergipana pelo rio, durante as primeiras décadas do século XX.

³ José Martins Ribeiro Nunes, vulgo Zé Peixe, foi prático do porto de Aracaju por mais de meio século. Ele arriscou a vida orientando inúmeras embarcações a entrar e sair, com segurança, pela boca da barra do Rio Sergipe. Zé Peixe se tornou uma referência na prática não só em Sergipe, mas no Brasil e no mundo. Na época dos torpedeamentos, ele testemunhou vários acontecimentos em Aracaju, entre eles, as operações antissubmarinas, os ensaios antiaéreos, o movimento estudantil e a perseguição aos estrangeiros.



Figura 1 – Aracaju vista do Rio Sergipe, 1937. Fonte: Diniz (2009, p. 165).

A partir desse contexto que envolve o ambiente aquático sergipano, veremos agora como os reflexos da Segunda Guerra Mundial chegaram ao Brasil, tendo como porta de entrada o litoral de Sergipe, palco das investidas dos torpedeamentos nazistas contra os navios brasileiros.

2.1 – Os Planos de Hitler Contra o Brasil

Antes de falarmos propriamente sobre os ataques de guerra ocorridos no litoral sergipano, é preciso contextualizar, de maneira abrangente, este período bélico. Atualmente, ainda há muitas discussões sobre as razões que levaram o Brasil à condição de país beligerante em 22 de agosto de 1942 e, posteriormente, a Declaração de Guerra contra a Alemanha nazista e a Itália fascista em 31 de agosto do mesmo ano (CRUZ, 2012; GAMA; MARTINS, 1985; MONTEIRO, 2013; SCHURSTER, 2013; PEREIRA, 2015).

Neste período de conflito mundial, o governo brasileiro colocou a nação como vítima de uma série de atentados considerados como: “inesperados”, “agressivos”, “covardes”, “selvageria”, “bárbaros”, “revoltantes”, entre outros termos, como mostram as notícias abaixo veiculadas nos jornais da época (*ver figuras 2 a 9*).

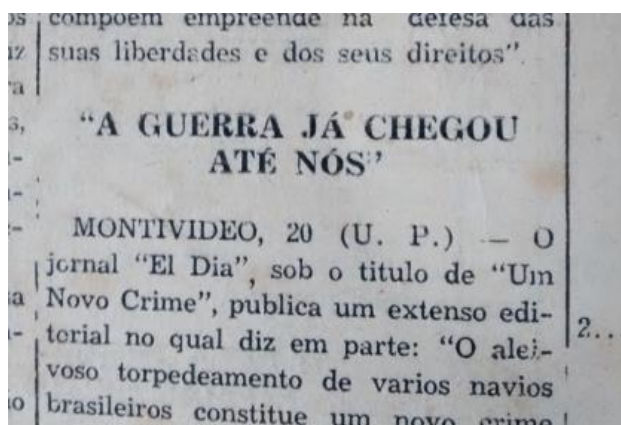


Figura 8 - *Correio de Aracaju*, 18/08/1942, p. 1.
Fonte: Biblioteca Epifânio Dória, 2016.

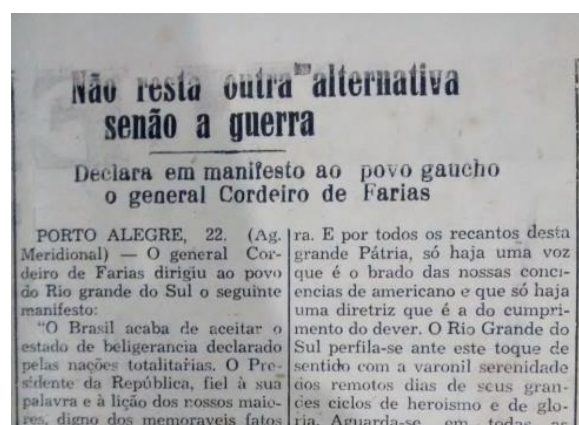


Figura 9 - *Correio de Aracaju*, 20/08/1942, p. 1.
Fonte: Biblioteca Epifânio Dória, 2016.

Dessa maneira, as autoridades conseguiram induzir a população a se sentir incitada a lutar e a defender a honra da pátria, tanto através da preparação de guerra, como pela busca de vingança no *front* europeu. Exemplo disso foi o caso do soldado Dálvaro José de Oliveira, sobrevivente do navio *Itagiba* (afundado na Bahia no dia 17 de agosto de 1942), que junto com outros náufragos pertencentes ao pelotão do Exército – muitos deles ainda feridos –, prometeram fazer justiça. “‘De mãos dadas, juramos que iríamos à guerra para vingar aquelas mortes’. Em 22 de setembro de 1944, já como terceiro sargento, Oliveira embarcou para a Itália no navio americano General Mann” (MONTEIRO, 2013, p. 131).

Tomando como base uma análise mais apurada, crítica e distanciada das emoções que envolveram a população brasileira daquele tempo, podemos afirmar que “[...] o Brasil foi vítima de atentados covardes e traiçoeiros” (MONTEIRO, 2013, p. 11), já que 607 (seiscentas) pessoas inocentes morreram, em menos de 72 horas, entre o litoral de Sergipe e da Bahia, agredidas pelo mesmo submarino: o *U-507* (SERAFIM, C. F. S; BITTENCOURT, 2006).

Esta afirmação parte do pressuposto que, as embarcações brasileiras não eram de guerra e nem levavam para a Europa ou Estados Unidos materiais bélicos. Na verdade, sabemos que esses três navios torpedeados eram de cabotagem, ou seja, transportavam passageiros e cargas apenas entre os portos marítimos brasileiros, navegando de um estado para outro. Nos dias dos ataques, viajavam neles homens, mulheres, crianças e até famílias inteiras, sendo a maioria dos passageiros composta por civis. Convém ressaltar, porém, que apenas no navio *Baependy* viajava um contingente de militares, que estavam sendo transportados para Pernambuco, onde lá iriam servir no 7º Grupo de Artilharia do Dorso (GAMA; MARTINS, 1985; PEREIRA, 2015).

No entanto, com relação ao julgamento de um ação de guerra, devemos considerar que esta, enquanto empreendimento humano, é imprevisível e movida tanto pela fúria como pela violência dos combates. Dessa maneira, não há espaço para uma “lógica sentimental”, pois se olharmos a situação do “outro”, vamos perceber também que o dito “inimigo” quando ataca não se preocupa com os inocentes: homens, mulheres e crianças, seja do lado brasileiro ou alemão, seja do lado norte-americano ou japonês (GODOY; LOPES, 2015).

Todavia, devemos lembrar que, o Brasil enquanto nação possuía deficiência em sua defesa. Afinal, os militares efetivos eram mal preparados e o material bélico disponível era arcaico e ineficiente, como já afirmava o primeiro-ministro da Inglaterra, Winston Churchill. Até porque, segundo Martolio (2015, p. 4), o país “[...] sempre entendeu que é melhor viver em paz do que sepultar seus cidadãos por conquistas territoriais de que não precisa ou por ambições descabidas”.

Diante disso, ao analisarmos a postura adotada pelo governo brasileiro perante a guerra, percebemos que tais atentados não poderiam ter sido classificados, por exemplo, como inesperados (MONTEIRO, 2013). Afinal, segundo Cruz e Aras (2010), o país já vinha desenvolvendo “uma política de barganha arriscada” ao assinar acordos de cooperação com os Estados Unidos – país aliado⁴ – auxiliando-o na “[...] indústria bélica com gêneros alimentícios e minérios de primeira necessidade”, praticando assim “[...] um ato de ‘assistência hostil’” que feria sua condição de “neutralidade” (2010, p. 163).

Os acordos bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos atraíram os submarinos de Adolf Hitler ao Atlântico Sul. Georges Duby apresentou o Brasil como uma das principais linhas de suprimentos de material bélico dos Aliados. Em seu mapa histórico da guerra [...] mostrou o Atlântico Sul como uma importante rota dos comboios dos EUA, daí porque um dos objetivos dos U-boots foi obstruir o abastecimento de mercadorias para as nações aliadas. Além do mais, no nordeste brasileiro foi erguida a maior base militar americana fora dos EUA, chamada de “Parnamirin Field”⁵, implantada em Natal (RN), considerada, segundo documentos do Departamento de Guerra dos EUA, um dos quatro pontos estratégicos mais importantes do mundo comparado ao Estreito de Gilbratar, ao canal de Suez e a Dardanellos (todos no Mediterrâneo) (CRUZ; ARAS, 2010, pp.162-163).

⁴ Os Estados Unidos só entrou oficialmente na guerra após o ataque japonês à base naval de Pearl Harbor em 07 de dezembro de 1941 (CRUZ, 2012).

⁵ Base terrestre militar que só começou a ser construída em setembro de 1942, após os ataques navais na costa sergipana. Segundo alguns estudiosos, se instalaram nela, de forma permanente, um contingente de 10 mil soldados americanos o que correspondia, na época, cerca 20 % da população de Natal (OLIVEIRA, 2005).

Para entendermos melhor como o Brasil se envolveu neste contexto bélico, voltaremos um pouco no tempo, especificamente, em 1939 – ano em que a guerra eclodiu –, para explicarmos a conduta adotada pelo Estado Novo perante o conflito.

Inicialmente, podemos afirmar que o país se posicionou como uma nação oficialmente neutra, se beneficiando tanto dos acordos comerciais feitos com as nações do Eixo, como com as nações Aliadas. Segue abaixo um trecho da publicação do Diário Oficial referente ao Decreto-Lei nº 1.561 de 02 de setembro de 1939, a respeito das regras de neutralidade:

Art. 1º O Governo do Brasil abster-se-á de qualquer ato que, direta ou indiretamente, facilite, auxilio ou hostilize a ação dos beligerantes. Não permitirá também que os nacionais ou estrangeiros, residentes no país, pratiquem ato algum que possa ser considerado incompatível com os deveres de neutralidade do Brasil⁶.

Porém, nos primeiros anos do conflito, segundo Monteiro (2013), o ditador Vargas demonstrava uma tendência político-ideológica mais aproximada do regime totalitário nazifascista do que da ideologia democrática norte-americana. Este fato era tão notável que, perante a política internacional, caso fosse necessário o Brasil tomar partido na guerra, era visto como um possível parceiro dos países do Eixo.

No entanto, apesar dessa situação, a presença do Ministro do Exterior, Oswaldo Aranha, em Washington, garantia aos Estados Unidos uma forte base política dentro do governo brasileiro. Além disso, segundo Hingst (2013), o apoio concedido por Vargas aos Estados Unidos, que anteriormente tinha sido negado, ocorreu em troca de importantes benefícios como: o aparelhamento militar brasileiro, o financiamento para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional⁷ e as vantagens comerciais oferecidas pelo livre comércio. Todos esses fatores acabaram aproximando de vez os dois países (MONTEIRO 2013; HINGST, 2013).

A relação entre Brasil e Estados Unidos não se restringiu ao campo político e econômico, a parte cultural também foi incluída de forma significativa. Como exemplo, podemos citar a visita feita pelo famoso cineasta Walt Disney, criador do personagem Zé Carioca – representação estereotipada do brasileiro –, ao Rio de Janeiro em 1940, ação esta

⁶ Decreto-Lei nº 1.561 de 02 de setembro de 1939. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 04 set. 1939. Seção 1, p. 21265. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2469868/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-09-1939/pdfView>. Acesso em: 03 mar. 2016.

⁷ No dia 09 de abril de 1941 foi fundada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, financiada pelos Estados Unidos (POSO, 2007).

que fez parte da política de boa vizinhança⁸ para promover uma aliança de aproximação entre os dois países (MONTEIRO 2013; HINGST, 2013). Nessa época, a produção cultural foi utilizada como importante ferramenta estratégica que se mostrou bastante eficiente, influenciando desde a gastronomia, o cinema, a música e até a língua portuguesa (KUGLER, 2013).

Com isso, o Brasil passou a importar vários produtos norte-americanos, como a bebida Coca-Cola, o sorvete industrializado da Kibon e a goma elástica de mascar – o famoso chiclete –, entre outros produtos. Os filmes que predominavam nas telonas brasileiras eram os produzidos por Hollywood, inclusive a imagem da cantora Carmen Miranda foi bastante utilizada enquanto difusora da nossa cultura no exterior. O som do jazz também passou a tocar cada vez mais nas rádios nacionais. E, por fim, houve a adoção de várias palavras em inglês que começaram a fazer parte do linguajar brasileiro (KUGLER, 2013).

Geograficamente, no contexto da guerra, o Brasil foi avaliado como área estratégica, principalmente, devido à localização privilegiada do Nordeste. Este foi cobiçado pelas potências beligerantes, já que poderia servir como base de abastecimento, isto é, uma espécie de trampolim entre a África e os Estados Unidos (CRUZ, 2012; MONTEIRO, 2013). O *Saliente*⁹ foi então considerado como área prioritária de defesa e, portanto, em caso de necessidade, deveria ser ocupado pelas forças norte-americanas (CRUZ, 2012; SCHURSTER, 2013).

Em 1941, conforme Monteiro (2013), o Comando do Exército Brasileiro organizou um plano de defesa da região com o objetivo de manter uma estrutura capaz de “[...] repelir qualquer tentativa de invasão estrangeira, fortalecendo a presença militar em cidades estratégicas como Natal, Maceió, Recife, Campina Grande e Cabedelo” (2013, p. 25).

No entanto, vale destacar que, a cidade de Aracaju não foi incluída neste plano de defesa, talvez, por estar localizada no menor Estado da Federação e, consequentemente, por possuir um litoral um tanto limitado, sendo assim, mínima a probabilidade de interesse de atuação dos inimigos navais. Porém, esta estratégia se mostrou equivocada, o que acabou “permitindo”, no ano seguinte, que as águas sergipanas fossem o palco das primeiras investidas nazistas contra o Brasil.

⁸ Política caracterizada como a “maior colaboração econômica, militar e de negociação diplomática, como estratégia impedir a influência europeia, manter a estabilidade nas Américas e assegurar a liderança norte-americana no hemisfério” (SCHURSTER, 2013, p. 45).

⁹ Palavra originária do latim que significa “que salta”, “lugar que se projeta”. Diante da imensa costa brasileira, a região Nordeste é a que se sobressai em direção ao Oceano Atlântico ficando assim mais próxima da África (CRUZ, 2012, p. 47).

Diante dessa conjuntura, cabe esclarecer que, antes mesmo dos ataques, comissões mistas de defesa continental já estavam sendo formadas entre os Estados Unidos e outras nações como o Canadá e o México, por exemplo. Dentre os países da América do Sul, o primeiro a assinar um acordo desse gênero foi o Brasil, mesmo estando neutro. A articulação dos planos entre os dois governos foi destaque, inclusive, nos jornais brasileiros (MONTEIRO, 2013). A partir de então, “[...] já não era mais segredo o lado para o qual o Brasil deveria apontar seus poucos e modestos canhões caso entrasse na guerra, o que já não parecia tão impossível como no começo das hostilidades, em 1939” (2013, p. 25).

Um dos principais motivos para tal mudança no âmbito político, segundo Monteiro (2013), foi a criação do próprio Estado Novo, em 1937. Neste novo regime, o presidente Vargas pretendia:

[...] estabelecer uma identidade única no País, consolidando o Estado Nacional Brasileiro. Nesse sentido, criou uma forte campanha de nacionalização, que, ao mesmo tempo, procurou abafar eventuais identidades regionais, como as decorrentes da imigração europeia. Os alemães e os italianos, com numerosas colônias – espalhadas principalmente pela região sul, com presença forte em outros pontos do território nacional –, são uma ameaça (2013, pp. 25-26).

Na época, havia inclusive boatos sobre os possíveis planos de Hitler e Mussolini para instalar espécies de filiais de seus regimes totalitários em território brasileiro e que, após a guerra, poderiam ser divididas entre eles (MONTEIRO, 2013). Sobre isso, Godoy e Lopes (2015) afirmam que, o *Führer* alemão tinha mesmo planos ambiciosos com relação ao Brasil devido, principalmente, a grande colônia germânica estabelecida na região Sul do país. Hitler teria dito: “O Brasil me interessa, em especial. Lá edificaremos uma nova Alemanha. Ali se reúnem todas as condições para uma revolução que permitiria transformar, em alguns anos, em Estado governado e habitado por mestiços corrompidos numa possessão germânica” (SANDER, 2008 apud GODOY; LOPES, 2015, p. 37). O líder alemão teria dito também que:

Os brasileiros precisam de nós, se quiserem fazer alguma coisa por seu país. O que lhes falta não é tanto capital para frutificar, porém o espírito de empreendimento e talento de organização. Nós daremos ainda uma terceira coisa: nossas ideias políticas. Se há um continente onde a democracia é uma insanidade, esse é a América Latina (SANDER, 2008 apud GODOY; LOPES, 2015, p. 37).

Com base nisso, compreendemos que o forte vínculo dos estrangeiros com seus países de origem, de fato, passou a ser considerado uma possível ameaça à segurança nacional. Afinal, “[...] o inimigo poderia estar infiltrado” na sociedade brasileira (MONTEIRO, 2013, p. 26). Além do mais, percebemos também, no discurso de Hitler, o preconceito latente com relação a mistura étnica – marca do povo brasileiro – que tem sua formação multicultural advinda de diferentes povos, e que para o ditador alemão era algo intolerável, pois o mesmo tinha o objetivo de homogeneizar o povo, tendo como predominância “o homem branco germânico”, considerado por ele como superior.

Retornando aos motivos que afastaram o presidente Vargas dos fascistas e dos nazistas, podemos destacar dois episódios. O primeiro está relacionado à tentativa de golpe praticada pela Ação Integralista Brasileira, financiada por Roma em 1938, que planejou tirá-lo a força do poder. Todavia, o golpe foi frustrado e com isso foram presos, no Rio de Janeiro, cerca de 1500 integrantes do levante, junto com o líder do movimento, o escritor Plínio Salgado, que foi exilado em Portugal (GOMES, 2011; MONTEIRO, 2013).

O segundo episódio refere-se à agressão praticada contra o navio *Taubaté*, ocorrida em 22 de março de 1941, que enquanto navegava de Chipre para Alexandria, no Mediterrâneo, foi atacado por um avião da força aérea nazista – *Lufwaffe* –, que o metralhou e bombardeou mesmo exibindo a bandeira nacional pintada em ambos os bordos. Foram feitas reclamações por meio do Ministério das Relações Exteriores, mas a promessa de reparação feita pelo governo do *Reich* não foi cumprida (GAMA; MARTINS, 1985). De acordo com Monteiro (2013), os alemães alegaram que o ocorrido tinha sido um engano. Contudo, o Capitão-de-Longo-Curso do navio, Mário Tinoco, afirmou que:

[...] ao contrário do que alegavam os nazistas, teria sido fácil identificar a nacionalidade do Taubaté como um navio brasileiro, caso essa fosse realmente a intenção dos atiradores. “Estou tão seguro que do avião podiam avistar os símbolos brasileiros, [...] porque eu mesmo pude ver [...] as cruzeiras que servem de distintivos à aviação alemã pintadas de cada lado do aparelho” (2013, p. 39).

Este “incidente” deixou 13 pessoas feridas e uma vítima fatal, o Conferente José Francisco Fraga (MONTEIRO, 2013), considerado a primeira vítima brasileira dos nazistas, cujo corpo foi levado a Alexandria para ser enterrado, recebendo homenagens tanto das autoridades navais como da diretoria do Lloyd Brasileiro (GAMA; MARTINS, 1985).

Por esses e outros motivos, aos poucos, o governo brasileiro foi se afastando dos regimes totalitários, aos quais se acreditava, no início da guerra, que o país pudesse se aliar. A aproximação com os Estados Unidos refletiu a forte influência do Chanceler Oswaldo Aranha que, desde o início da guerra, discordava dos líderes militares que pregavam uma união com os países do Eixo (MONTEIRO, 2013).

Vale ressaltar que, até novembro de 1941, nenhuma nação americana tinha se envolvido oficialmente na guerra. Havia inclusive um acordo diplomático entre elas chamado de “Hemisfério Ocidental”, através do qual se mantinham neutras e atentas ao conflito europeu e asiático (CRUZ, 2012, p. 39). Contudo, apesar dessa “imparcialidade”, os norte-americanos auxiliavam os ingleses enviando-lhes suprimentos. Devido a isto, algumas embarcações estadunidenses foram atacadas pelos *u-boots* (CRUZ, 2012).

Mesmo diante dessa tensa situação, Cruz afirma que, não era de interesse “[...] nem dos americanos e muitos menos dos alemães [...] criar uma situação de beligerância um com o outro. No entanto, o ataque japonês a Pearl Harbor [...] criou uma configuração de guerra com o Japão” (2012, p. 39).

O rumo que a guerra seguiu acabou levando o Brasil a se posicionar de forma definitiva diante do conflito. Afinal, conforme o acordo assinado na reunião de consultas dos países americanos, em julho de 1940, na cidade de Havana, era considerado “[...] um ato de agressão contra todos os países do hemisfério qualquer atentando de uma nação americana à integridade de qualquer membro do pacto” (MONTEIRO, 2013, p. 27).

O ataque japonês a base naval de Pearl Harbor¹⁰, no Havaí, localizado no Pacífico, ocorrido no dia 07 de dezembro de 1941, acabou “arrastando” a primeira nação americana – os Estados Unidos – oficialmente para o conflito mundial. “Dois dias depois, Adolf Hitler suspende todas as restrições contra embarcações americanas, e, no dia 11 de dezembro declara guerra aos Estados Unidos [...] justificando visualizar os norte-americanos como uma ameaça real às suas pretensões bélicas” (CRUZ, 2012, p. 40).

Um mês depois, em janeiro de 1942, o Brasil cumpre com o acordo e rompe as relações diplomáticas com os países do Eixo. No entanto, este ato enfureceu o ditador alemão e marcou, de forma irreversível, a escala de agressões contra as embarcações brasileiras (MONTEIRO, 2013).

¹⁰ A agressão japonesa foi realizada através de ataques aéreos que atingiu seriamente 20 navios americanos (PEREIRA, 2015). “Foram afundados 4 encouraçados e outras 4 embarcações, provocando 2403 mortes e deixando mais de 1100 feridos” (2015, p. 139).

Em pouco tempo, uma série de torpedeamentos foi realizada contra os navios brasileiros em águas internacionais. Foram postos a pique: “[...] o *Buarque* em 16 de fevereiro de 1942, seguindo-se o *Olinda*, o *Cabedelo*, o *Arabutã*, o *Cairu*, o *Comandante Lira* (mais próximo do litoral brasileiro), o *Gonçalves Dias*, o *Alegrete*, o *Pedrinhas*, o *Tamandaré*, o *Barbacena* e o *Piave*” (GAMA; MARTINS, 1985, p. 268). De acordo com Monteiro, “[...] o cargueiro Buarque foi o primeiro a ser atacado, próximo à costa americana. Depois disso, vários torpedeamentos foram realizados, e até julho de 1942, quinze navios brasileiros já haviam sido atingidos, totalizando 136 mortos” (2013, p. 13).

Sobre as cargas transportadas pelos navios – consideradas pela Marinha Alemã como uma das principais justificativas para atacar e destruir as embarcações brasileiras –, podemos citar alguns exemplos como: o *Arabutã*, que segundo Schurster (2013), viajava no dia 10 de março de 1942, com uma tripulação de cinquenta pessoas e “[...] levava um carregamento de algodão para os Estados Unidos. De lá, traria para o Brasil carvão que estava destinado à Central do Brasil” (2013, p. 51). Após o ataque, uma nota foi lançada pelo jornal *Folha da Manhã*: “Mais um navio brasileiro foi torpedeado. [...] sem aviso prévio, num cruel desprezo pela vida dos nossos tripulantes. Que trazia êsse barco da América do Norte para o Brasil? Não trazia material de guerra, não trazia ‘tanks’, nem aviões. Trazia carvão para as nossas locomotivas” (FOLHA DA MANHÃ, 1942, p. 3 apud SCHURSTER, 2013, p. 51).

Outro navio, o *Tamandaré*, viajava no dia 28 de julho de 1942 transportando “[...] grandes carregamentos de tecidos, produtos farmacêuticos, café, minerais e paina” (SCHURSTER, 2013, p. 51). No entanto, ele “[...] teria o mesmo fim de tantos outros. Foi torpedeado e afundou em torno de 40 minutos. Não deu nem para pedir socorro” (2013, p. 51).

Os ataques alemães expressavam uma mensagem clara ao Brasil, isto é, o país estava pagando o preço por sua escolha em participar – não oficialmente da guerra – do lado dos Aliados. Vargas não tinha como voltar atrás em sua opção, dessa forma, faltava apenas um ato agressor à soberania nacional, um ataque a uma cidade ou a uma embarcação em águas territoriais brasileiras (MONTEIRO, 2013).

Conforme Cruz (2012), os ataques ordenados pelo *Führer* e praticados pelos seus comandados não tinham limites. E devido à postura adotada pelo presidente Vargas diante do conflito, houve reação imediata do alto escalão da Marinha de Guerra Alemã – a *Kriegsmarine* – a qual determinou, no dia 15 de junho de 1942, que parte de suas unidades navais fosse direcionada para o litoral brasileiro (CRUZ, 2012).

Cumprindo a missão de guerra, os submarinistas alemães realizaram uma intensa campanha pelo Oceano Atlântico por meio da operação chamada de *Paukenschlang* (Rufar Tambores), que tinha como objetivo sufocar a indústria bélica americana. Para isso, foi necessário alvejar as embarcações que comercializavam com os Estados Unidos, impedindo assim a chegada de suprimentos.

É nesse contexto que se inserem as agressões praticadas contra as embarcações brasileiras, já que muitas delas viajavam carregadas de matérias-primas como a borracha, por exemplo, que era utilizada nas esteiras de tanques e em correias de motores americanos (MONTEIRO, 2013). Além dela, outros produtos eram comercializados como: “[...] bauxita, ferro, níquel, titânio, manganês, diamantes, cristais de quartzo, berilo, óleos, couros, carnes, laticínios e café” (2013, p. 40).

Na época, o país ainda permanecia oficialmente “neutro”. Contudo, diante do contexto de favorecimento aos Aliados, “[...] na percepção dos nazistas era preciso impor um ataque exemplar ao governo varguista que lhe servisse como advertência” (FALCÃO, 1999, p. 99 apud CRUZ, 2012, p. 70). Dessa forma, “[...] os *U-boots* deveriam navegar [...], torpedear navios brasileiros, minar as áreas costeiras e bombardear as embarcações inimigas que cruzassem o seu caminho” (CRUZ, 2012, p. 70).

De acordo com Pereira, no início do ano de 1942, o presidente Vargas já tinha sido “[...] alertado pelos seus especialistas militares de que era esperado um ataque ao Nordeste em agosto daquele ano” (2015, p. 111). O plano de ataques tinha como objetivo destruir aeroportos e instalações utilizadas pelos norte-americanos (PEREIRA, 2015). Diante disso, representantes do governo começaram a organizar, com o apoio dos Estados Unidos, a defesa da região. No entanto, vale destacar que, os materiais bélicos requisitados aos EUA demoravam a chegar ao país, e ainda vinham de forma incompleta como foi o caso do pedido feito pela Força Aérea Brasileira¹¹ de “[...] 40 caças P-47, P-39 ou P-40E; 28 bombardeiros médios B-25; 285 bombardeiros A-24; e 14 PBY Catalina, 6 dos quais anfíbios. Em resposta ao pedido foram enviados apenas seis P-40 e seis B-25, pouco mais de 3% do pedido inicial [...]” (PEREIRA, 2015, p. 111).

Conforme os acordos de cooperação entre os dois países, os pilotos brasileiros deveriam ser treinados pelos pilotos norte-americanos durante o patrulhamento da região costeira. Mesmo diante da falta de estrutura, 60 pilotos receberam treinamento em Fortaleza, tendo que obedecer a ordem de atacar, caso vissem algum submarino hostil (PEREIRA,

¹¹ Em 1941 foi criado o Ministério da Aeronáutica e a Força Aérea Brasileira com participação decisiva norte-americana (MONTEIRO 2013).

2015). Isso ocorreu devido à “[...] necessidade de proteção aérea aos comboios, [...] os voos de treinamentos foram aproveitados para operações de patrulha do litoral – fervilhante com a operação de submarinos do Eixo” (2015, p. 112).

Foi justamente em uma dessas ocasiões, conforme Pereira (2015), que os tripulantes do bombardeiro B-25 foram convocados para caçar o *u-boot* agressor do navio brasileiro *Comandante Lyra*¹², atacado em 18 de maio de 1942, próximo a Fernando de Noronha. Quatro dias após o ocorrido, os aviadores durante a patrulha se depararam com o provável submarino e o atacaram lançando bombas, no entanto, o submarino conseguiu escapar.

Esse e outros ataques aéreos contra submarinos nazifascistas, no litoral nordestino, ocorreram e foram mantidos em segredos até a assinatura do convênio militar entre Brasil e Estados Unidos, que só ocorreu no final de maio de 1942. Logo após a oficialização do acordo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tratou de repassar as informações à imprensa a respeito dos episódios (PEREIRA, 2015). Inclusive, pode-se dizer que o governo fez questão de noticiar os ataques para demonstrar à população que as Forças Armadas estavam dando uma resposta aos torpedeamentos praticados contra os sete navios brasileiros, que tinham ocorridos até 22 de maio de 1942, e que ceifaram as vidas de 118 brasileiros. A agressão contra o Eixo foi, inclusive, noticiada em vários países (PEREIRA, 2015).

O jornal *The New York Times* publicou na primeira página: “Brasil ataca submarino do Eixo! – Bombardeiro afunda um corsário e o Brasil contra-ataca o Eixo – Rio de Janeiro alerta que irá proteger seus interesses com patrulhas aéreas – Ação é uma resposta ao afundamento de navios e à ameaça nazista”. O *Diário Carioca* estampou uma manchete usando letras garrafais: “A aviação brasileira afunda um submersível do Eixo e avaria outro!” (PEREIRA, 2015, p. 113).

De acordo com Pereira, os ataques aéreos brasileiros contra os *U-boots* foram “[...] o estopim da mais audaciosa operação militar contra um país das Américas planejada pelo III *Reich* durante a Segunda Guerra Mundial: a Operação Brasil” (2015, p. 113). Para as autoridades nazistas, “[...] ter seus submarinos atacados por uma nação inexpressiva como o Brasil beirava a humilhação”. Por isso, uma resposta à altura precisava ser dada pelo governo alemão (2015, p. 113).

Partindo disso, o plano elaborado pelo Comando de Guerra Naval Alemão determinou um ataque surpresa contra as embarcações brasileiras, aproveitando-se assim das falhas de

¹² Primeira embarcação mercante nacional a ser atacada por um submarino do Eixo junto à costa brasileira (PEREIRA, 2015).

defesa do país, que estava incompleta (PEREIRA, 2015). As autoridades germânicas também consideravam desnecessária uma declaração prévia de guerra ao Brasil, já que o mesmo estava lutando contra a Alemanha no mar (PEREIRA, 2015).

Mais do que uma vingança contra a ação brasileira, os estrangeiros navais alemães visualizaram a oportunidade de empreender um ataque devastador contra uma nação fraca militarmente. [...] aos olhos de Hitler [...] uma ofensiva impactante, punindo o Brasil pela aproximação militar com os EUA e servindo como exemplo intimidador às demais nações do continente. A ação surpresa assombraria o mundo, ganhando notoriedade internacional pela audácia e pela enorme destruição. O III Reich teria o seu Pearl Harbor (PEREIRA, 2015, p. 115).

Segundo Monteiro (2013) e Pereira (2015), Adolf Hitler concordou com a ideia inicial de um ataque arrasador utilizando minas e torpedos contra os portos brasileiros, como o de Santos, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Natal e Pará, que seria realizado em agosto de 1942 por vários submarinos: dois grandes do tipo *IX-C* (cada um com 740 toneladas) e oito médios do tipo *VII-C* (cada um com 500 toneladas), além do submarino-tanque *U-460*, a famosa “vaca leiteira”.

Os dez *U-boots*, citados acima, partiram de suas bases navais, na França, em direção ao Brasil. A flotilha seria abastecida pelo *U-460* a mais de 600 km de distância de Fernando de Noronha, e depois cada um seguiria para seu posto de comando onde realizaria o ataque simultâneo (MONTEIRO, 2013). No entanto, em 29 junho de 1942, o Ministério do Exterior alertou que estes ataques poderiam comover as nações americanas e atrair o Chile e a Argentina para a guerra. Diante disso, Hitler então ordenou o cancelamento dos ataques, e os submarinos foram enviados para outra região litorânea, como Freetown, Trinidad e Caribe (MONTEIRO, 2013).

A ordem de cancelamento da Operação Brasil – ação submarinista que deveria atacar simultaneamente os portos brasileiros, destruindo assim boa parte da marinha de guerra e mercante – seria chamado de “Pearl Harbor brasileiro”. Contudo, a Operação foi cancelada por considerações diplomáticas, pois havia o temor de que o ataque levasse não só o Brasil à guerra, como também arrastasse os demais países da América do Sul para o embate contra a Alemanha (PEREIRA, 2015).

Apesar da Operação ter sido abortada, a Marinha Alemã autorizou, em 05 de julho, os torpedeamentos sem advertência das embarcações brasileiras. Em 07 de agosto, os comandantes dos submarinos receberam uma mensagem de rádio autorizando “manobras

livres” ao longo da região costeira do Brasil, inclusive poderiam atacar os navios parcialmente iluminados, sem indicação de neutralidade e mesmo desarmados (MONTEIRO, 2013). No entanto, Pereira (2015) nos alerta que, a ordem da Marinha Alemã era de liberdade de manobra, mas na direção de Pernambuco, já que Recife era a principal base usada pela Marinha norte-americana no Brasil, e também porque recebia embarcações de cabotagem e cargueiros aliados e neutros.

Contudo, o capitão Harro Schacht ignorou a ordem e seguiu em direção ao sul, entre Sergipe e Bahia. E já decidido a atacar qualquer embarcação suspeita, tendo posse, talvez, até de informações estratégicas, o comandante do *U-507* escolheu o litoral sergipano para “[...] iniciar o maior ataque naval sofrido pela Marinha do Brasil no tempo da Segunda Guerra Mundial” (CRUZ, 2012, p. 71). Conforme Pereira (2015), raramente se viu um oficial em um cargo como o de Schacht exercer tamanho poder de influenciar os rumos de um conflito usando somente o seu livre arbítrio.

É importante destacar que, esta nova interpretação dos fatos de guerra trazida por Pereira (2015), que envolve a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, nos mostra uma versão diferente da que foi apresentada por muito tempo pela historiografia oficial, a qual afirmava que a ordem “[...] do massacre nas águas do litoral nordestino [...]” tinha partido do próprio Hitler quando, na verdade, foi uma “[...] iniciativa e decisão pessoal do capitão de corveta Harro Schacht” (2015, p. 217).

Podemos afirmar então que, o atentado bélico chegou ao Brasil de forma violenta, tendo sido o palco da tragédia as águas do mar sergipano, onde o submarino *U-507* pôde torpedear sequencialmente, na surdina da noite, os navios *Baependy*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo* destruindo, assim, centenas de vidas humanas e bens materiais nacionais. Dessa maneira, este ato significou o estopim para que o país saísse da condição de neutralidade e se transformasse em uma nação beligerante.

2.2 – Ataques Bélicos em Alto Mar

Nas profundezas do Atlântico Sul, sob a lupa do periscópio, o capitão Schacht ficou à espreita buscando encontrar suas vítimas para miná-las. O litoral deserto de Sergipe, nos dias 15 e 16 de agosto de 1942, se apresentou como local ideal para as investidas solitárias do submarino *U-507* (CRUZ; ARAS, 2012). Nesta rota, segundo as transmissões de rádio

interceptadas pelo serviço secreto alemão, várias embarcações navegariam dentro de poucas horas (MONTEIRO, 2013).

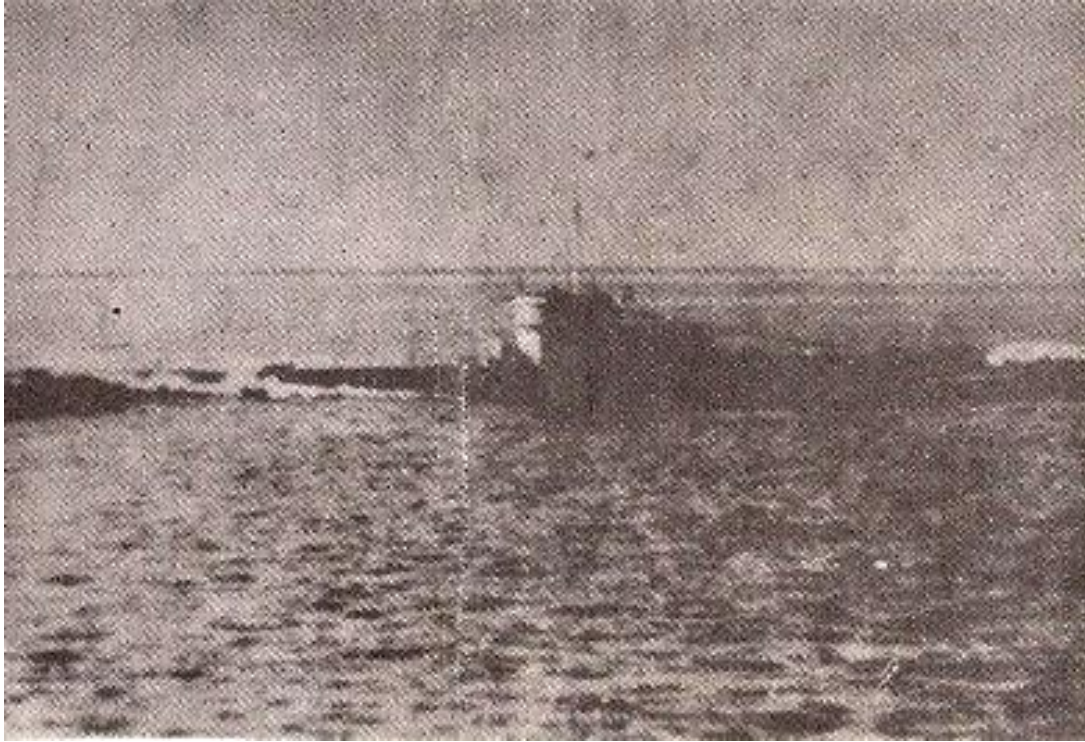


Figura 10 – O submarino alemão *U-507*, cuja ação na costa de Sergipe levou o Brasil à guerra. Fonte: Gama e Martins (1985, p. 316).

Na mira dos nazistas estariam os navios *Baependy*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*. O radar detectou quando cada embarcação se aproximou do raio de ação do *U-boot* e bastou somente aguardar o momento exato para disparar os torpedos. Do outro lado, sem detectar a presença inimiga, os navios brasileiros tornavam-se alvos fáceis e sem perceber a proximidade do submarino eram rastreados por horas, até finalmente serem atacados sem a menor chance de defesa (MONTEIRO, 2013).

2.2.1 – Torpedeamento do Navio *Baependy*

No dia 15 de agosto de 1942, Schacht avistou, ao cair da tarde, um mercante de cerca de cinco mil toneladas, iluminado, seguindo no rumo 35°, velocidade nove nós. Veio então à superfície e tomou posição para o ataque, lançando um torpedo às 19h 12m na posição de Lat 11° 51' S e Long 37° 02' W, a 20 milhas do Rio Real. A profundidade local média era de 38 metros. A vítima era o *Baependy*, um dos morosos paquetes da

linha da costa do Lloyd Brasileiro (GAMA; MARTINS, 1985, p. 347).

De acordo com Porto (2013), o itinerário de viagem do *Baependy* no dia 15 de agosto tinha como local de partida o Rio de Janeiro, com uma escala em Salvador, tendo como destino final a cidade de Recife. Entretanto, a rota do navio foi interrompida quando “[...] navegava de 11 a 20 milhas da barra do rio Real, a uma velocidade de nove nós (16,6 km/h)” na costa sergipana, em “[...] um local que a profundidade era de 40 metros” (SANDER, 2007 apud PORTO, 2013, p. 36). Conforme Araujo (2008, p. 67), a posição da embarcação na hora do ataque era de “[...] Lat: 11° 50’S Long: 37° 00’W”. Todos esses dados corroboram e se aproximam dos apresentados acima por Gama e Martins (1985).

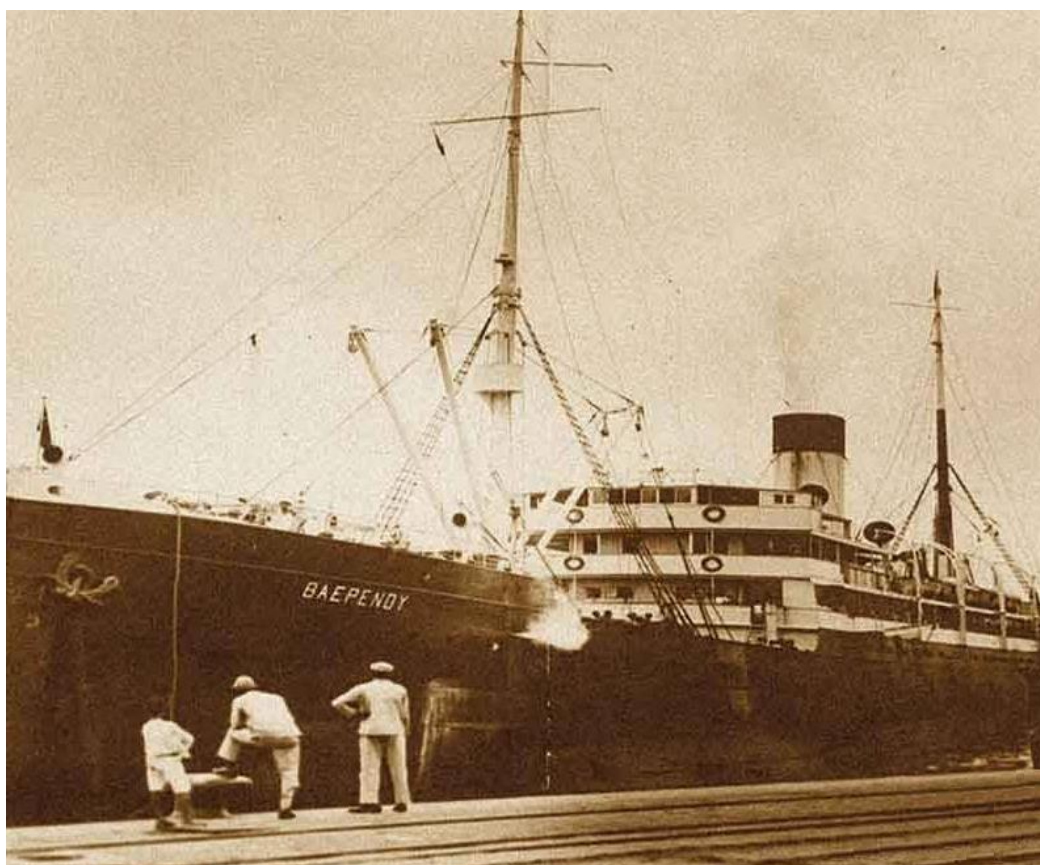


Figura 11 – O Navio Baependy foi o primeiro a ser torpedeado¹³.

A bordo do navio seguiam 306 pessoas. Eram 73 tripulantes e 233 passageiros, sendo a maioria composta por militares. Naquela noite, o salão estava em festa, o clima era de

¹³ Figura 11 - Fonte: Wikimedia Commons (2015). Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/ecos/noticia/18926/Operacao-Brasil---U-507-o-Lobo-Solitario-ataca/>. Acesso em: 15 set. 2016.

alegria entre muitos oficiais e passageiros que comemoravam o aniversário do Imediato¹⁴ Antonio Diogo de Queiroz (GAMA; MARTINS, 1985). Esses brasileiros nem em seus piores pesadelos teriam imaginado que sofreriam ataques de guerra durante a viagem.

Entretanto, às 23h53min, as agressões bélicas começariam. Aliás, este horário foi registrado equivocadamente no diário de bordo do capitão Schacht, devido ao fuso horário entre Brasil e Alemanha, que tem cinco horas de diferença. Na verdade, pelo horário local, os ataques começariam às 19h12min, momento este em que os alemães acabariam com a festa e com a vida da maioria das pessoas a bordo, inclusive com a do aniversariante, o Imediato Queiroz, ao lançarem dois torpedos contra o navio (MONTEIRO, 2013).

O impacto do primeiro projétil foi tão grande que madeiras e vidros se estilhaçaram e as máquinas pararam de funcionar. Houve um forte estrondo e logo as águas começaram a invadir a embarcação. Tripulantes e passageiros tiveram dificuldades em soltar os barcos salva-vidas devido à recém-pintura que, praticamente, colou os nós, deixando-os presos ao navio (MONTEIRO, 2013). O pânico e o desespero tomaram conta das pessoas diante daquela situação, dificultando, assim, o trabalho de salvamento por parte da tripulação (GAMA; MARTINS, 1985).

O segundo torpedo foi disparado, logo em seguida, e acertou os tanques de combustível provocando uma grande explosão. Nesse momento, as luzes do navio se apagaram e a estação de transmissão de rádio parou de funcionar, não deu nem tempo para pedir socorro. A fumaça logo começou a encobrir aquela cena de horror. O *Baependy* foi rapidamente se inclinando para boreste, direção de onde tinham vindo os torpedos, até afundar de vez, junto com a maioria das pessoas e das baleeiras (MONTEIRO, 2013). O vapor naufragou em dois minutos. De acordo com os depoimentos, “[...] o comandante do navio, o Capitão de Longo Curso João Soares da Silva, morreu no passadiço enquanto acionava o apito do navio” (PORTO, 2013, p. 37).

O saldo trágico deste primeiro naufrágio foi de 270 mortos (SERAFIM; BITTENCOURT, 2006; PORTO, 2013). As primeiras vítimas dos nazistas, em águas territoriais brasileiras, foram homens, mulheres e crianças. Apenas 36 pessoas conseguiram se salvar. “Somente uma baleeira com 28 sobreviventes atingiu a costa no dia seguinte, no local conhecido por Moita Verde, ao sul do Rio Real. Oito outros náufragos, quase mortos, agarrados a destroços de madeira, chegaram a terra no dia 17” (GAMA; MARTINS, 1985, p. 347).

¹⁴ Oficial que substitui o Capitão a bordo de um navio.



Figura 12 – Foto aérea dos naufragos e sua baleeira no litoral de Sergipe.
Fonte: Cruz (2012, p. 66).

Com base na teoria pós-processual, que incorpora os conceitos de ação, sentido, contexto e história enquanto elementos essenciais (ORSER, 1992). Sentimos, então, a necessidade de citar os nomes das vítimas, tanto as que se salvaram, como também as que perderam suas vidas¹⁵, as quais geralmente são referenciadas apenas enquanto números. Nesse sentido, acreditamos que o simples fato de trocar os números pelos nomes, personifica e dá identidade a essas vítimas de guerra. Afinal, eram pessoas como nós, que tinham famílias, trabalhos e sonhos, mas que foram tragicamente interrompidos pela guerra. Diante disso, entendemos que o fato de citar os nomes deixa em evidência um ponto importante: o chamado à memória. Quem eram essas pessoas? O que faziam? Para onde iam? Segue abaixo os nomes¹⁶ das que conseguiram sobreviverem à tragédia do *Baependy*.

Entre os tripulantes salvos estavam: Adolfo Arthur Kern (1º Maquinista), Alicio Borges Tavares (1º Piloto), Antônio Joaquim dos Santos (Marinheiro), Arlindo Monteiro da Silva (2º Cozinheiro), Augusto Caetano de Medeiros (Moço), Balthazar Santos Pereira (1º Radiotelegrafista), Deoclides Gomes da Silva (Moço), Eustáquio Dias dos Santos (Marinheiro), Francisco de Castro (Foguista), Henrique Francisco dos Santos (Moço), João Alves Caldas (Marinheiro), José Guerra (2º Comissário), Luiz Vargas (Adj. Cozinha),

¹⁵ As listas com os nomes das vítimas estão presentes nos anexos. Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe – APES.

¹⁶ Nomes dos sobreviventes retirados da “lista oficial” elaborada por Cruz (2012).

Minervino Severiano de Souza (Carvoeiro), Pascácio Calado (Enfermeiro), Raimundo Corrêa da Silva (Moço), Severino Teles dos Santos (Carvoeiro) e Zacarias da Conceição (Moço).

A respeito do destino da viagem dos passageiros salvos naquele trágico dia, sabemos que a maioria seguia para a cidade de Recife/PE. Eram eles: Abel Dantas (Soldado), Alípio Lavay (3º Sargt.), Eleutério Trindade (Soldado), Gilberto Lima, José Castelo Branco Verçosa (1º Tte.), José Gabriel de Souza, José Joel Marcos (1º Tte.), Jorge Tramontin (3º Sargt.), Lauro Moutinho dos Reis (Cap.), Odyr do Nascimento (Soldado), Oswaldo Ferreira Ariosa (Soldado), Vicente de Paula Souza Pulcherio (1º Sargt.), Viterbo Storry, Walter Pinto Brandão (Soldado) e Zamir de Oliveira.

Outros dois passageiros, que também se salvaram, tinham destinos diferentes: Floriano de Freitas Ceará, viajava com destino a Belém/PA, enquanto a passageira Vilma Castello Branco, sabemos apenas que a mesma havia embarcado em Salvador/BA, mas não há informações sobre qual era o destino final de sua viagem.

A respeito dos números exatos de quantas pessoas tinham a bordo do *Baependy*, cabe aqui uma ressalva, pois, esses números variam de acordo com as fontes. Conforme Porto (2013) citando Silva (1972), viajavam naquele dia na embarcação 306 pessoas, entre civis e militares, sendo a maioria composta por militares que se dirigiam à Recife para formar o 7º Grupo de Artilharia de Dorso. No entanto, contrapondo esses números, Cruz (2012, p. 72) e Monteiro (2013, p. 57) alegam que viajavam, na verdade, 323 pessoas – “[...] 73 tripulantes e 250 passageiros”. Entre os passageiros, 141 deles eram militares (CRUZ, 2012).

Pereira (2015) afirma que, na época, este tipo de viagem era comum devido à ausência de embarcações específicas para o transporte de tropas. Dessa maneira, era realizado tanto o carregamento de cargas como de passageiros, civis e/ou militares, por meio dos navios chamados de “[...] paquetes: um aportuguesamento da palavra inglesa *packet*” que significa pacote devido à dupla finalidade da embarcação (2015, p. 152).

O *Baependy*, segundo Pereira (2015), cumpriu as instruções de segurança emanadas pelo Estado-Maior da Armada, navegando próximo à costa, a menos de dez milhas náuticas no limite da navegação de cabotagem, e com as luzes dos salões e camarotes apagadas, ficando acessos apenas os faróis de navegação para evitar acidentes.

Momentos antes do ataque, o capitão do submarino *U-507* escreveu em seu diário de bordo que, a embarcação que estava em sua mira não demonstrava sinais de neutralidade. Afinal, segundo a ordem emitida pela Marinha de Guerra Alemã, “[...] os navios iluminados parcialmente, mas sem indicação de neutralidade, [...] eram considerados não neutros” (MONTEIRO, 2013, p. 70). Além disso, foi liberado o uso de armas, sem aviso prévio, contra

esse tipo de embarcação que navegasse pela região considerada fora da área de bloqueio (MONTEIRO, 2013). No entanto, este não era o caso do *Baependy*, já que ele estava na região costeira entre Sergipe e Bahia, mesmo assim, naquela noite, foi posto a pique.

Analizando as estruturas e a parte técnica da embarcação, por meio das fontes escritas, com base na Arqueologia Histórica, que tem como fontes não só as estruturas, mas também os “[...] os artefatos, [...] a arquitetura, os documentos escritos, as informações orais e as imagens pictóricas” (ORSER, 1992, p. 31), identificamos várias informações sobre a construção do navio *Baependy*.

Ele era conhecido como ex-alemão *Tijuca*, pois, por coincidência, tinha sido construído na Alemanha, no estaleiro *Blohm & Voss*, em Hamburgo, no ano de 1899 (ver *figura 13*), sendo batizado de *Tijuca* (MONTEIRO, 2013). No entanto, durante a Primeira Guerra Mundial, ele acabou sendo interditado pelo governo brasileiro, ficando assim impossibilitado de retornar para a Europa. Contudo, após a guerra, devido ao afundamento de algumas embarcações brasileiras atacadas por submarinos alemães, ele foi logo arrestado em represália. Desse modo, o ex-alemão *Tijuca* foi, então, incorporado à frota nacional, sendo rebatizado com o nome *Baependy* (PEREIRA, 2015).



Figura 13 – Estaleiro *Blohm & Voss*, em Hamburgo, Sr. Hermann Blohm e Ernst Voss e sua primeira empresa. Desenho da empresa em plena expansão¹⁷.

O *Baependy*, na época dos torpedeamentos, já era um velho navio da frota do Lloyd Brasileiro, com mais de 40 anos de uso. Vale ressaltar que esta companhia de embarcações

¹⁷ Figura 13 – Fonte: Wrecksite. Disponível em: <http://wrecksite.eu/wreck.aspx?14915>. Acesso em: 15 set. 2016.

era a maior empresa de navegação do país (ver figura 14), possuindo 76 unidades (GUIMARÃES, 1985). Sendo assim, consequentemente, ela seria a empresa que mais sofreria com os ataques dos *U-boats*. Segundo Monteiro (2013), “Entre 1942 e 1943 a empresa perdeu mais de duas dezenas de embarcações, em um total próximo de 100 mil toneladas. Para evitar mais prejuízos e mortes [...]”, um mês após os ataques em Sergipe, “[...] os navios mercante passaram a navegar em comboios, escoltados por embarcações de guerra brasileiras e americanas (2013, p. 259).



Figura 14 – Anúncio do Lloyd Brasileiro, Companhia de Navegação, século XX¹⁸.

É importante ressaltar também algumas características referentes aos aspectos náuticos identificados nas fontes escritas a respeito do *Baependy*. Segundo Cruz (2012), ele tinha um casco de aço com 119 metros de comprimento; 14,10 metros de boca; 9,26 metros de pontal; e deslocava 4.081 toneladas brutas e 3.066 líquidas. Possuía um motor quádrupla expansão (2.250 cavalos) que atingia uma velocidade de 8 milhas horárias (econômica) a 11 milhas horárias (máxima). Ele era impulsionado pelas caldeiras, as quais eram alimentadas por carvão, tendo no centro da estrutura naval uma chaminé e nas extremidades dois grandes mastros (PEREIRA, 2015).

¹⁸ Figura 14 – Fonte: Wrecksite. Disponível em: <http://wrecksite.eu/wreck.aspx?14915>. Acesso em: 15 set. 2016.

A capacidade de passageiros era de 75 pessoas na primeira classe e mais 244 na terceira classe com camarotes (MONTEIRO, 2013; CRUZ, 2012). Segundo Pereira, ele “[...] era um navio grande para os padrões brasileiros da época” (2015, p. 153). Mas que, infelizmente, teve sua vida útil interrompida pelos ataques de guerra alemães, sendo considerada a primeira embarcação da Marinha Mercante a ser torpedeada na costa brasileira durante a Segunda Guerra Mundial.

Vale destacar que, todas essas informações referentes à embarcação estão de acordo com a problematização que é feita nos estudos de Arqueologia de Ambientes Aquáticos, os quais levam em consideração vários fatores como: a época em que o naufrágio ocorreu, sua localização e também o efeito do tempo e da erosão sobre ele (RAMBELLI, 1998, 2002, 2003). Já na pesquisa *in situ*, o levantamento de informações a respeito das estruturas e dos artefatos deve ser feito através de métodos geofísicos, os quais “[...] são importantes para a determinação dos limites do sítio, a orientação do navio e o local onde deverá se iniciar uma possível escavação” (GARCIA, 2005, p. 95). No entanto, apenas “[...] o registro rigoroso através de uma metodologia consciente e bem aplicada garantem a preservação da informação arqueológica” (2005, p. 95). Afinal, os sítios arqueológicos constituem um patrimônio que é “[...] único e não renovável” (RAMBELLI, 2002, p. 80, 2008, p. 100).

As investigações a respeito de um naufrágio também podem perpassar pela análise do navio em si, como por exemplo: as técnicas de construção, tipologia, cargas, tripulações em seu cotidiano com suas hierarquias, itinerários de viagens, dentre outras informações (RAMBELLI, 1998, 2002, 2003). A pesquisa pode ir além e se debruçar sobre o fenômeno do próprio naufrágio, ou seja, o que provocou? De que modo afundou? Como a carga se dispersou? E a erosão sofrida ao longo do tempo? (RAMBELLI, 2002, 2003; GARCIA, 2005). Enfim, inúmeras perguntas podem ser feitas a esse tipo de sítio, levando em consideração que a abordagem arqueológica deverá sempre “[...] obedecer a um rigoroso critério de adequação das técnicas de investigação e registro à problemática levantada” (GARCIA, 2005, p. 97).

2.2.2 – Torpedeamento do Navio Araraquara

O segundo alvo a ser torpedeado pelo submarino *U-507* foi o paquete *Araraquara* (GAMA; MARTINS, 1985). O percurso que seria realizado no dia 15 de agosto, tinha como

ponto de partida a cidade de Salvador, às 11h00 horas, e o destino final era a cidade de Maceió.



Figura 15– O Navio Araraquara foi o segundo alvo do submarino U-507 ¹⁹.

Todavia, nas imediações da costa sergipana, ainda na “[...] companhia das luzes de Aracaju a bombordo” (MONTEIRO, 2013, p. 83) a viagem não pôde prosseguir, pois ali estavam os mesmos submarinistas que atingiram o *Baependy* à espera do *Araraquara* para atacá-lo (PORTO, 2013). Com os faróis de navegação acesos, a embarcação parecia bastante visível para os nazistas que, novamente, não identificaram sinais de neutralidade, liberando assim o ataque (MONTEIRO, 2013) “[...] na posição de Lat 11° 53 S e Long 37° 22’ W” (GAMA; MARTINS, 1985, p. 347).

De forma repentina, sob a claridade das luzes da cidade de Aracaju, “[...] dois torpedos” foram disparados às 21h03min atingindo, em cheio, a embarcação (PORTO, 2013, p. 39). No entanto, contrariando esse dado, Monteiro (2013, p. 85) afirma que, “[...] o U-507 dispara o torpedo do tubo 4, atingindo [...] ‘entre os porões de carga 3 e 4’, conforme registra Schacht. ‘As luzes apagaram-se instantaneamente’”. Ou seja, apenas um torpedo foi disparado contra o navio *Araraquara*. “Pouco mais de um minuto depois da primeira explosão, passageiros e tripulantes tiveram a impressão de que outro torpedo atingira o navio”

¹⁹ Figura 15 – Fonte: Wrecksite. Disponível em: <http://wrecksite.eu/wreck.aspx?14916>. Acesso em: 15 set. 2016.

(2013, p. 85). Entretanto, essa impressão foi equivocada, sendo ocasionada devido a um estrondo causado pelo peso do mar sobre a popa, que fez o navio partir em dois pedaços (MONTEIRO, 2013).

Rapidamente, em menos de cinco minutos, a embarcação foi engolida pelas águas sergipanas e afundou, não dando nem tempo para usar o equipamento de salvamento, inclusive, porque devido à hora avançada, muitos passageiros e tripulantes já estavam recolhidos em seus camarotes (GAMA; MARTINS, 1985).

A maioria das pessoas foi arrastada para o fundo do mar, junto com a embarcação. Morreram “[...] o Comandante [...], o Imediato, seis oficiais, 58 tripulantes e 65 passageiros. Apenas 11 pessoas que estavam a bordo sobreviveram” (SANDER, 2007 apud PORTO, 2013, p. 39). No total, morreram “[...] no naufrágio 131 pessoas” (MONTEIRO, 2013, p. 86; GAMA; MARTINS, 1985, p. 347).

Entretanto, é pertinente destacar que, conforme Cruz (2012, p. 72), “[...] não há um consenso em relação ao número efetivo de passageiros” e tripulantes dos navios torpedeados. Como exemplo, cita o depoimento de Milton Silva, sobrevivente do *Araraquara*, que afirmou que “[...] ‘havia a bordo 177 pessoas (81 tripulantes e 96 passageiros)’. Essa informação diverge do número divulgado pelo governo à época, de que o navio carregava 142 pessoas. Erro que pode ter sido premeditado, na tentativa governamental de reduzir o impacto da tragédia” (2012, p. 72).

Com base na teoria pós-processual, segue abaixo os nomes²⁰, os quais personificam e dão identidades a essas vítimas que sobreviveram à tragédia do *Araraquara*. Entre os tripulantes salvos estavam: Erothildes Bruno de Barros (3º Maquinista), Francisco José dos Santos (Marinheiro), José Rufino dos Santos (Marinheiro), Maurício Pereira Vital (Taifeiro) e Milton Fernandes da Silva (1º Piloto).

Já entre os passageiros salvos estavam: Alaíde Lins Cavalcanti, Caetano Moreira Falcão e Eunice Neiva Baumann, que viajam para Recife –PE; e José Pedro da Costa, que viajava com destino a Cabedelo-PB.

A respeito da iluminação do navio, Gama e Martins (1985) afirmam que, o *Araraquara* viajava inteiramente iluminado, assim como o *Baependy*. Porém, há controvérsias, já que outras fontes relatam que navegavam parcialmente iluminados, apenas com os faróis de navegação acesos.

²⁰ Nomes dos sobreviventes retirados da “lista oficial” elaborada por Cruz (2012).

Com relação às informações administrativas e de construção da embarcação, identificamos, por meio das fontes escritas, que o *Araraquara* foi construído na Itália, entre os anos de 1927 e 1928 (GUIMARÃES, 1985), no estaleiro de *Cantiere Navale*, em Triéste (ver *figura 16*). Tendo sido registrado na Capitania dos Portos do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro somente em 1937, com a inscrição de número 42 (MONTEIRO, 2013; CRUZ, 2012). Ele era “[...] armado em iate para a navegação de grande cabotagem e pertencia à frota dos ‘Ara’, do Lloyd Nacional S. A.” (CORREIO DE ARACAJU, 18 de agosto 1942, p. 1).

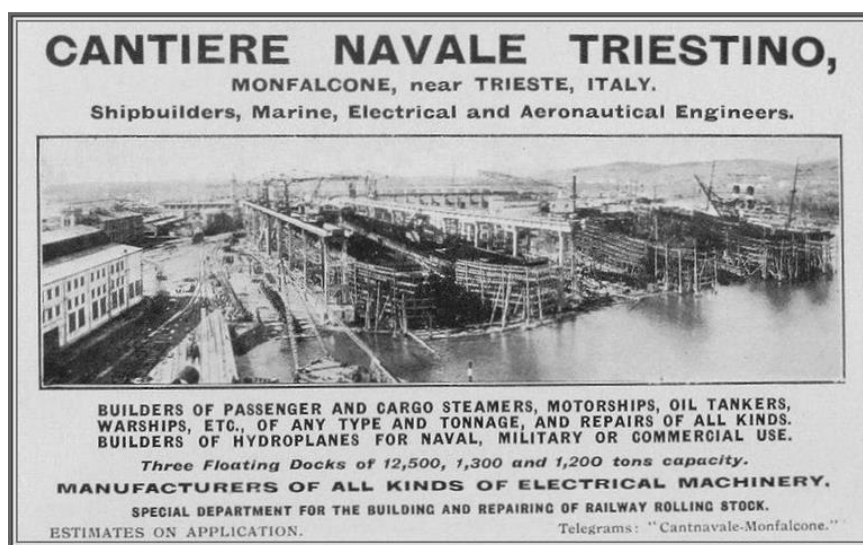


Figura 16 – Uma propaganda do estaleiro *Cantiere Navale*, em Triéste, Itália²¹.

A respeito dos aspectos estruturais, técnicos e náuticos, identificados por meio das fontes escritas, ele apresentava: casco de aço com 117, 97 metros de comprimento, boca com 16,37 metros, pontal com 7.440 metros e calado com 5,41 metros. Já a tonelage bruta de deslocamento era de 4.871 e a líquida era de 2.974 (CORREIO DE ARACAJU, 18 de agosto 1942, p. 1). O *Araraquara* também possuía dois motores com propulsão movida por duas hélices, e atingia a velocidade de 12 milhas horárias. A capacidade de passageiros na embarcação era de 118 (MONTEIRO, 2013). No entanto, no dia do afundamento, a quantidade de “[...] pessoas a bordo [...] era de 146, sendo 73 tripulantes e 73 passageiros” (MONTEIRO, 2013, p. 86). Já Cruz (2012, p. 72) contrapõe o número da tripulação e afirma que ela “[...] compunha-se de 41 homens”.

Todavia, sabemos que as fontes de informações nem sempre corroboram umas com as outras e, por isso, é imprescindível que se faça uma pesquisa extensa em fontes diversificadas

²¹ Figura 16 – Fonte: Wrecksite. Disponível em: <http://wrecksite.eu/wreck.aspx?14916>. Acesso em: 15 set. 2016.

com o objetivo de confrontar os dados de maneira crítica, tendo como finalidade alcançar uma melhor compreensão dos fatos ocorridos no cenário de guerra (ORSER, 1992).

2.2.3 – Torpedeamento do Navio *Aníbal Benévolo*

O terceiro e último navio a ser torpedeado na costa sergipana, em 1942, foi o *Aníbal Benévolo*. O trajeto realizado por ele, no dia 16 de agosto de 1942, tinha como partida a cidade de Salvador, com destino à Aracaju. O navio saiu uma hora após o *Araraquara* (CRUZ, 2012; MONTEIRO, 2013).



Figura 17 – Navio Aníbal Benévolo do Lloyd Brasileiro, último a ser afundado na costa sergipana durante a Segunda Guerra Mundial. Fonte: Reprodução do livro *Agressão* (1943).

No entanto, conforme Porto (2013), quando o “*Benévolo*” vinha navegando a “[...] sete milhas da costa, aproximadamente a 13 km” de distância da praia de Aracaju, com as luzes “[...] apagadas e mantendo apenas os faróis de navegação acesos”, foi surpreendido pelo ataque do submarino *U-507* (2013, p. 41).

Era madrugada, 4h13min no horário local, enquanto Harro Schacht anotava em seu diário de bordo 9h13min, devido ao fuso horário (MONTEIRO, 2013). A maioria dos passageiros e tripulantes estava dormindo, restando acordado apenas o pessoal que estava de plantão (PORTO, 2013). “Somente quatro dos 71 tripulantes sobreviveram e todos os 83 passageiros pereceram” (2013, p. 41). É preciso ressaltar que, o navio afundou com vários sergipanos e nenhum deles conseguiu sobreviver (CRUZ, 2012).

Entre os sobreviventes, se encontrava o Comandante Henrique Jaques Mascarenhas da Silveira que, para não demonstrar covardia, dias após se recuperar dos ferimentos voltou a comandar outro navio mercante que fazia rota na Zona de Guerra²². Os tripulantes que se salvaram chegaram até a costa, na praia da Estância, próximo ao rio Real, agarrados em destroços do naufrágio (SANDER, 2007 apud PORTO, 2013, p. 41).

Tendo por base a teoria pós-processual, segue abaixo os nomes²³, os quais personificam e dão identidades a essas vítimas que sobreviveram à tragédia do *Aníbal Benévolo*. Entre os tripulantes salvos estavam: Armênio de Castro Bezerril (Taifeiro), Henrique Mascarenhas Silveira (Comandante), José Antônio de Oliveira (Moço), Manuel Ferraz (Foguista), Manuel Gomes de Oliveira (Cabo-foguista), Manuel Nunes da Silva (Moço), Valdemiro Pinheiro (Foguista) e Wilson Gil (Taifeiro).

Ao analisarmos as estruturas e a parte técnica da embarcação, através das fontes escritas, identificamos que o navio *Aníbal Benévolo*, também conhecido como ex-*Comandante Alvim*, tinha sido construído no estaleiro alemão *Reiherstieg Schiffswerf & Maschfbk*²⁴, em 1905 (ver figura 18).



Figura 18 – Propaganda do estaleiro alemão *Reiherstieg Schiffswerf & Maschfbk*²⁵.

²² Decreto-Lei nº 4.800 de 06 de outubro de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 08 out. 1942. Seção 1, p. 15011. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2508750/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-10-1942/pdfView>. Acesso em 03 de mar. 2016.

²³ Nomes dos sobreviventes retirados da “lista oficial” elaborada por Cruz (2012).

²⁴ Fonte: Disponível em: <http://www.brasilmergulho.com/anibal-benevolo/>. Acesso em: 11 dez. 2016.

²⁵ Figura 18 – Fonte: Wrecksite. Disponível em: <http://wrecksite.eu/wreck.aspx?14917>. Acesso em: 15 set. 2016.

Ele era um vapor com 1.905 toneladas brutas de deslocamento e 984 líquidas (CRUZ, 2012; MONTEIRO, 2013). Seus aspectos náuticos consistiam em: casco de aço com 86 metros de comprimento, boca com 11,5 metros, calado com 8 pés (mínimo) e 14 (máximo), e pontal de 6,62 metros. Possuía velocidade de 8 milhas horárias (econômicas) e 10 milhas horárias (máxima). Sua capacidade de passageiros era de 93 na primeira classe e mais 61 na terceira classe com camarotes.

A respeito das percepções dos naufragos referente a toda essa tragédia, nota-se nos depoimentos que esta experiência foi profundamente traumática. Afinal, os sobreviventes viram a morte de perto com seus próprios olhos (CRUZ, 2012). Desta maneira, podemos considerá-los como testemunhas vivas de que a guerra chegou efetivamente ao país, e da forma mais “covarde” e “cruel” (CORREIO DE ARACAJU, 1942; FOLHA DA MANHÃ, 1942).



Figura 19 - Possíveis estojos das cápsulas dos torpedos que atingiram os navios mercantes na costa de Sergipe. Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe.

De acordo com as informações, os ataques aos navios ocorreram de surpresa, no momento em que a maioria das pessoas já estava dormindo em seus camarotes. E, por isso, muitos passageiros e tripulantes não tiveram nem tempo de lutar pela própria vida, pois foram arrastados para o fundo do mar junto com as embarcações em minutos. Os poucos que conseguiram sair de dentro dos navios nadaram sem cessar a procura de algo para se apoiar.

Alguns encontraram baleeiras para se abrigar, outros agarraram-se aos restos das embarcações na tentativa de salvar-se (CRUZ, 2012; PORTO, 2013; MONTEIRO, 2013; CORREIO DE ARACAJU, 1942).

Cada sobrevivente trouxe consigo a experiência traumática vivenciada em alto mar e a compartilhou através dos depoimentos publicados nos jornais. Segue abaixo alguns trechos de relatos divulgados pelo jornal *Correio de Aracaju*, nos dias 18 e 21 de agosto de 1942:

O soldado **Oswaldo Ferreira** disse a nossa reportagem que conseguira salvar-se com o apoio de uma taboa, tendo levado 2 dias sem nenhum alimento e que tendo sua taboa de salvamento se aproximado do submarino, vira em cima do mesmo um homem com uma forte lanterna de mão projetando luz sobre os náufragos, disse ainda lhe parecer ter visto mais dois submarinos [...] e que o “Baependy” [...] submergiu no espaço de 3 a 5 minutos, não se tendo por isso podido arriar nenhuma baleeira (18 de agosto de 1942, p. 1, grifo nosso).

Raimundo Corrêa dos Santos [moço de convés do Baependy], nos disse ter-se salvo com o auxílio de um grande pedaço de taboa, que o ajudara a flutuar, ao sabor da corrente das águas, sem rumo, por força da escuridão da noite, não tendo visto o submarino agressor que por duas vezes torpedeou o “Baependy”, tendo apenas podido ver o clarão do seu holofote e a projeção de lanternas de mão por cima das ondas e dos náufragos (18 de agosto de 1942, p. 1, grifo nosso).

Deoclides Gomes da Silva [aracajuano moço de convés do Baependy], [...] disse ter conseguido salvar-se com o auxílio também de uma taboa, levando uma noite sem nenhum alimento. Disse nos ainda que [...] também foi alvo do holofote do bárbaro agressor, que pouco tempo depois afastava-se da carniçada e dos destroços que causara, em plena escuridão do mar e do céu; que ninguém via uns aos outros e apenas se ouviam os angustiados e lancinantes gritos dos náufragos, que logo não foram mortos pelas terríveis explosões dos torpedos (18 de agosto de 1942, p. 1, grifo nosso).

O náufrago **Firmino Gomes da Silva [cozinheiro do Aníbal Benévolo]** disse ter-se salvo com o apoio de um pedaço de pau que encontrara sobre as águas, tendo nadado 32 horas, até encontrar a praia [...]. Durante seu percurso sobre as ondas sempre teve muita coragem e muita fé de salvar-se; e na 2ª feira, às 6 horas, já tendo avistado terra e ansioso para alcançá-la largou-se do pau que o estava ferindo e machucando, muito embora o tivesse ajudado a flutuar, com o intuito de melhor poder nadar e mais depressa alcançar a costa, onde afinal chegou completamente despido [...] o Benévolo partido ao meio [...] submergiu completamente tendo levado no seu bojo quase todos os tripulantes e passageiros, de vez que, pela manhã, em pleno mar, apenas quatro homens nadavam, inclusive ele, sem que de

logo se fossem juntar uns aos outros [...] (21 de agosto de 1942, pp. 1-3, grifo nosso).

Uma das mais emocionantes passagens dos últimos torpedeamentos, foi a maneira como se salvou o 1º piloto do Araraquara, **Milton Fernandes da Silva**. Conseguindo montar, juntamente com dois oficiais do Exército, em um pedaço de taboa, navegou durante várias horas [...]. Depois de longo percurso, viu um dos oficiais, seus companheiros, enlouquecer a atirar-se n'água, e logo depois, o outro ser arrebatado e tragado pelas ondas revoltas e traiçoeiras do oceano (18 de agosto de 1942, p. 1, grifo nosso).

As histórias descritas acima sobre o drama dos sobreviventes que viajavam a bordo dos três navios torpedeados apresentam algumas semelhanças, como por exemplo, a maioria avistou, mesmo diante da escuridão, a presença dos agressores espreitando com suas lanternas o resultado dos ataques.

Outra semelhança tem a ver com a forma como se salvaram, agarrados a taboas e materiais flutuantes, visto que não houve tempo para desprender todas as baleeiras dos navios. Eles tiveram que nadar por horas suportando a fome, a sede, o cansaço, os gritos angustiantes das vítimas e até a loucura que acometera alguns de seus companheiros. Segue abaixo mais fragmentos dos testemunhos divulgados pelo jornal *Correio de Aracaju* (1942).

[...] o moço de convez **Manoel Nunes da Silva**, [...] 32 anos, [...] natural do Estado de Alagoas [...]. Relatando, como se salvara, disse-nos que à hora do torpedeamento, já se encontrava acordado, embora ainda deitado em seu beliche. Ouviu um enorme estrondo. [...] aflito, vestiu o seu colete salva-vidas e correndo subiu para o convez. Ali, vendo [...] que o navio já se encontrava quase submerso, atirou-se ao mar, de vez que já não era possível valer-se de qualquer uma das baleeiras, e, confiado nos braços, nadara um pouco para afastar-se do perigo existente nas proximidades do navio [...] dentro de dois ou 3 minutos, voltou o seu olhar para o “Benévolo”, não mais o vendo. Havia este já completamente submergido, levando todos os seus passageiros, e tripulantes, os quais naquela trágica hora ainda dormiam, salvo os tripulantes que estavam de guarda. Por sorte sua, [...] viu sobre o mar uma pequena balsa, que certamente se desgarrara do navio no momento da imersão. Nadou então de encontro à mesma [...]. Já dentro da balsa, remando com o pedaço de taboa, já tendo clareado o dia, avistara sobre as ondas apenas, mais três náufragos, tendo de logo reconhecido o cozinheiro Firmino. Deles, porém, lhe distanciaram as correntes marinhas. Chegou à costa às 20:30 horas do mesmo domingo do torpedeamento [...] na praia onde pisou. Caminhára então rumo norte apenas vestido de cueca e camiseta, até o Mangue Seco,

onde chegou às 14 horas da segunda-feira, quando então se alimentou e descansou em casa de um senhor chamado Salgadinho (24 de agosto de 1942, p. 1, grifo nosso).

Sou **Alaíde Lemos Cavalcante**, - disse-nos pausadamente, - casada com o subtenente do exercito Luiz Lins Cavalcante, muito conhecido em Sergipe, onde moramos há 10 anos passados. [...]. Embarcamos no Rio no “Araraquara”, que trazia carregamento bélico, uns dez oficiais muito jovens, recentemente convocados e várias famílias. Era também passageiro o meu irmão sargento Valdemar Figueiredo Lemos. Eu, meu marido, meus três idolatrados filhinhos pedaço do meu coração [...], achavamos-nos repousando no camarote [...]. Nisto [...] ouvimos um fortíssimo estrondo acompanhado de um tremendo abalo no vapor. Espalha-se o pânico, a confusão. Grito lancinantes varam a noite negra [...]. Tripulantes e passageiros se atiram ao mar procurando agarrar-se às baleeiras. Agarrei-me a uma [...] com cinco tripulantes [...]. A luta com as ondas [...] começou a chover horivelmente, arrancou-nos a roupa, deixando-nos seminus. Um vagalhão violento arrebatou um dos nossos companheiros, muito moço, português, sepultando-o no mistério das águas traiçoeiras. Ficaram 4 companheiros. Navegamos [...], sem rumo, durante toda a noite. Ao amanhecer do domingo, percebendo que eu procurava proteger meu natural pudor com as tiras da vestimenta esfarrapada, um dos companheiros arrancou a camisa e deu-ma, declarando: Dona, não tenha o receio; a senhora nos considere irmãos nesta desgraça. Grande coração e sagrada compreensão do dever moral! Lutamos com as ondas desde às 9 horas da noite do sábado até às 8 horas da manhã de segunda-feira, quando fomos dar à praia. Só aí, deitada na praia, sem roupa, morta de fome e sede, com os meus generosos companheiros, eu tive a consciência perfeita da desgraça que me feriu profundamente. Onde estaria os meus idolatrados filhinhos e o meu desvelado e querido esposo! Um menino apareceu na praia e nos conduziu à cabana próxima de uns caridosos praianos que nos deram alimento e algumas peças de roupas velhas, com que cobrimos a nossa nudez (19 de agosto de 1942, pp. 1-3, grifo nosso).

[...] a única mulher sobrevivente do Baependy [...] **Vilma Castelo Branco** [...] declarou-nos que [...] Resolvi tomar passagem do “Baependy”, com destino a Recife, onde tenho minha avó, de 80 anos, e dois filhinhos [...]. Encontro, por coincidência, a bordo com meu pai, o Cel. da reserva do exercito José Valério Castelo Branco, residente em Niterói, de onde, após uma intervenção cirúrgica, ia repousar uns tempos em Recife. Alegrei-me como era natural. O “Baependy” navegava sem novidade quando, às 19 horas do sábado último, a 60 milhas da Barra do Rio Real, recebe um torpedo que o fez adernar e, em seguida, outro, que o partiu ao meio. Achava-me no tombadilho e sem tempo de rever meu pai, lancei-me ao mar de uma altura de 10 metros. O navio submergia rapidamente, e eu, [...] me

afastei, indo encontrar a uns 30 metros uma creancinha, presumivelmente de 3 anos, a debater-se. Agarrei-a, porém uma onda mais alta e violenta arrebatou-ma. Eu ouvia somente gritos de socorro, suplicas, lamentos angustiosos de cerca de 300 passageiros entre tripulantes, soldados, civis, senhoras e crianças. Era um quadro dantesco, de cortar o coração! Com largas braçadas encontrei um remo. Agarrei-me a ele. Nisto ouço em meio à escuridão, uma voz pedindo-me auxílio. Era o 1º radio-telegrafista, Baltazar Santos Pereira. Gritei-lhe que se segurasse nos meus pés. Ele assim o fez. E continuamos a vagar [...], até que alcançamos muito longe, uma prancha com três náufragos, que nos recebeu também. Topamos, mas adiante, já de madrugada, uma baleeira tripulada por 23 náufragos. Incorporamo-nos, os cinco a ela. Éramos agora 28. Essa embarcação estava com um enorme rombo, prestes a soçobrar. Tirei os meus vestidos leves para tapar a grande breca, ficando eu apenas com a simples calça. Os meus companheiros [...], também seminus, me viam, ali, com olhos de crianças inocentes, como se eu fosse sua irmã. Nesses momentos os instintos inferiores cedem e passa à piedade, à virtude que sublima o homem. Só às 10 horas do domingo alcançamos a praia. Um dos companheiros, oficial, cedeu-me a sua túnica para cobrir-me o busto. E viajamos, exaustos, famintos, sequiosos, pela orla deserta do oceano, até que às 5 horas da tarde do domingo, quando chegamos ao povoado Coqueiro [...]. Como perguntássemos se não estava resignada com a sorte que o destino lhe reservou, a sra. Vilma respondeu: - Francamente não. Julgo-me uma criatura infeliz. Única sobrevivente do meu sexo no torpedeamento, eu devia também ter perecido com os outros desgraçados. Sobretudo sinto o fim trágico de tantas creancinhas, imagens de meus filhos, para quem faltou a piedade dos monstros totalitários. E desatou a chorar. Despedindo-nos, respeitando aquela dor que era sagrada (20 de agosto de 1942, pp. 1-3, grifo nosso).

Os depoimentos apresentados acima, de Manoel Nunes, Alaíde Cavalcante e Vilma Castelo Branco, que viajaram respectivamente a bordo dos navios *Aníbal Benévolo*, *Araraquara* e *Baependy*, demonstram os momentos de terror vivenciados em águas sergipanas. Eles conseguiram se salvar graças às baleeiras que se desprenderam das embarcações no momento dos naufrágios.

Apesar das semelhanças em suas histórias, tiveram experiências diferenciadas em alto mar. Alaíde, por exemplo, contou que apesar de parecer estar “segura” dentro da baleeira, foi engano, pois o oceano traiçoeiro e cheio de perigo levou diante dos seus olhos um de seus companheiros. A bravura das águas, inclusive, arrancou as vestimentas e deixou todos seminus. Esse fato também ocorreu com os que estavam à deriva na balsa com Vilma. Esta,

conta que só tomou consciência da desgraça que a acometera quando chegou em terra firme e lembrou-se da perda dos seus familiares.



Figura 20 - Uma das baleeiras abicadas no litoral sergipano, 1942.
Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Segundo Cruz (2012, p. 74), “Não houve socorro às vítimas em mar aberto, as autoridades locais deram assistência somente aos que conseguiram chegar às praias”. Tanto os pilotos do Aeroclube, como os pescadores e os habitantes dos povoados sergipanos e baianos auxiliariam as vítimas. Em depoimento, o sobrevivente do navio *Aníbal Benévolo*, Henrique Jacques Mascarenhas Silveira (1943), citado por Cruz (2012, p. 228), revelou como o seu grupo foi recebido pela população costeira:

Chegamos ao lugar chamado Mangue Seco. Ali, na Fazenda Santo Antonio, eu e os demais náufragos fomos carinhosamente recebidos pela população, que, num gesto generoso, nos forneceu roupas, sapatos, tudo enfim. Ainda ali, recebemos os necessários socorros médicos enviados pelo governo de Sergipe, que tudo nos prodigalizou. De Mangue Seco fui transportado para Estância e, dali, para Aracaju, regressando, posteriormente, ao Rio por avião. O Loide Brasileiro autorizou os náufragos a adquirirem tudo quanto precisam, e a todos dispensou a mais completa assistência²⁶.

²⁶ Depoimento do náufrago Henrique Jacques Mascarenhas Silveira, comandante do *Aníbal Benévolo*. In: *Agressão. Documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra*. Rio de Janeiro: DIP. 1943, pp. 92-94.

De acordo com Cruz (2012), as vítimas mais debilitadas foram levadas para o Hospital Amparo de Maria, na cidade de Estância, e para o Hospital de Cirurgia, em Aracaju. As lesões físicas mais comuns identificadas foram contusões, escoriações, manchas, equimoses, fraturas e queimaduras (CORREIO DE ARACAJU, 18 de ago. 1942, p. 1). Já os problemas psicológicos apresentados foram de ansiedade, angústia, tensão e pânico. À medida que os sobreviventes eram liberados, eram encaminhados para os hotéis da capital, como o Marozzi, Central, Avenida e o Rubina ou para o Palácio do Governo, onde ficaram alojados (CORREIO DE ARACAJU, 18 de agosto de 1942, p. 1; CRUZ, 2012).

Cruz (2012) ainda afirma que, as experiências dramáticas dos sobreviventes, publicadas nos jornais aracajuanos, abalaram de forma direta o cotidiano da população, e “[...] quando os naufragos partiram de volta para suas residências em outros estados da federação, os sergipanos continuaram diante de um mar ameaçador” (CRUZ, 2012, p. 94). Nesse sentido, podemos dizer que, “[...] os horrores praticados pelos nazistas contra os naufragos, continuaram a vir à tona nas lembranças dos sergipanos porque estes incorporaram e se apropriaram das memórias traumáticas registradas em seu mar territorial” (2012, p. 95). Ou seja, “[...] as agressões submarinas tiveram o poder de unir ‘naufragos e sergipanos’ à condição de vítima da guerra marítima” (2012, p. 94).

Diante desse contexto bélico apresentado, buscamos analisar com base na corrente teórica Pós-Processual, a qual busca interpretar a cultura material através de uma dimensão abrangente, que envolve desde os aspectos técnicos, sociais, culturais, políticos, religiosos, simbólicos, entre outros, na tentativa de obter uma melhor compreensão da relação das pessoas com o mundo material (NEYLAND, 2011), inclusive em um contexto extremo como este de guerra em que destroços tornam-se meio de salvação de vidas.

Outra questão relevante a ser destacada é que, após os ataques realizados em Sergipe, o submarino nazista seguiu em direção ao litoral da Bahia buscando novos alvos. Dessa vez, as vítimas foram os navios *Itagiba* e *Arará*. Calcula-se que, em menos de 72 horas, a Marinha Alemã por meio das ações do *U-507* conseguiu afundar cinco embarcações (ver figura 21) na costa brasileira, nas imediações das cidades de Aracaju e Estância, em Sergipe, e na Vila de Guabim situada no município de Valença, na Bahia.

As notícias sobre as tragédias navais logo começaram a se espalhar e consternaram a população. Em pouco tempo, em várias capitais do país, viam-se estudantes, políticos, sindicalistas e empresários manifestando sua revolta contra os atentados (MONTEIRO, 2013).



Figura 21 – Capa do Jornal *Folha da Manhã*, Aracaju, 19/08/1942.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Fazendo um balanço geral sobre os ataques marítimos ocorridos no litoral brasileiro, conseguimos perceber que a costa sergipana, durante a Segunda Guerra Mundial, foi o local de maior incidência de torpedeamentos que provocou maior número de mortes (CRUZ, 2012). A ação do submarino *U-507*, comandada por Schacht, resultou nos seguintes naufrágios: três afundamentos em Sergipe, no ano de 1942, resultando em 551 mortes, e quatro na Bahia, no mesmo ano, resultado em 56 mortes. Consequentemente, todos esses golpes causaram profunda tristeza, dor e revolta na sociedade brasileira. Vale ressaltar que, o comandante Schacht (*ver figura 22*) foi o responsável por todas essas agressões que arrastaram o Brasil efetivamente para a Segunda Guerra Mundial, como enfatiza Pereira (2015).



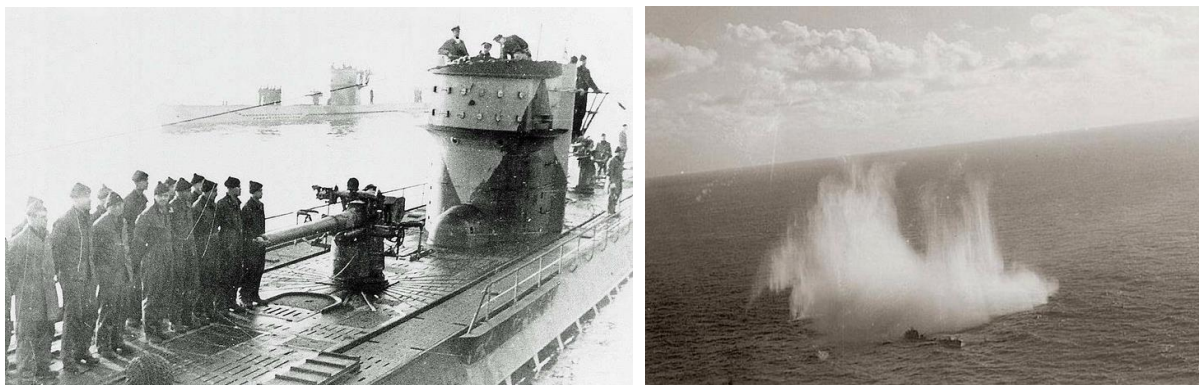
Figura 22 - Harro Schacht, Comandante do Submarino alemão *U-507*. Fonte: Gama e Martins (1985, p. 316).

Segundo Gama e Martins (1985), o comandante Schacht, após sua façanha, sobreviveu pouco tempo, tendo sido afundado com sua tripulação no *U-507*, por meio de ataque aéreo ocorrido no dia 13 de janeiro de 1943.

A respeito desse fato, Pereira (2015) afirma, com base nos diários de guerra do Comando de Submarinos Alemães e da U.S. Navy, e cruzando estas informações com as do relatório da tripulação do Catalina, que antes mesmo do dia amanhecer, o tenente L. Ludwig, piloto e comandante do hidroavião norte-americano chamado de Consolidated Catalina VP-83/P-10, levantou voo no litoral de Fortaleza para dar cobertura ao comboio de navios TR-1. Este hidroavião que, em pouco tempo, abateria o submarino alemão “[...] seguiu na direção noroeste, na altitude de 5.500 pés (pouco mais de 1.600 metros). Às 6h47, o longo rastro deixado pelo *U-507* foi visto a 20 milhas de distância (cerca de 37 quilômetros)” (2015, p. 297). E quando o hidroavião Catalina conseguiu se aproximar, cerca de duas milhas náuticas de distância (3.7 quilômetros), o submarino, então, começou a submergir para se esconder sob a ordem de Harro Schacht.

O ataque foi rápido, o comandante Ludwig teve cerca de quatro minutos para manobrar a aeronave e encontrar a melhor posição para lançar “[...] duas bombas de profundidades Mark-29, de 650 libras, seguidas por duas Mark-17, de 325 libras, a pouco mais de 12 metros de altitude. [...] Todas atingem a água quase num mesmo ponto, a cerca de 50 metros adiante da trajetória do submersível” (2015, p. 298). Segundo Pereira (2015), as bombas estavam munidas de espoletas de retardo, desse modo, só seriam acionadas no mar pela pressão da água ao atingirem 7,6 metros de profundidade, tempo esse que durou três segundos. Elas foram detonadas bem próximas ao compartimento das baterias.

A detonação de 884 quilos de TNT estremece o oceano, provocando um estrondo surdo e poderoso, tal qual um pequeno terremoto. Após dois segundos, surgem duas grandes áreas de espuma e de bolhas na superfície, que logo se fundem em uma massa única. Quatro minutos após as explosões, aflora uma mancha de óleo brilhante e escura. Ludwig circula a região por cinco vezes para confirmar o afundamento; pois, quando um submarino sofria danos sérios, era obrigado a retornar imediatamente à superfície. Todavia, após dez minutos de ronda sem novidades o Consolidated retoma o curso em busca do comboio TR-1. Nunca mais o *U-507* foi visto (2015, p. 298).



Figuras 23 e 24 - O submarino *U-507*, em segundo plano, na primeira foto, e na segunda está sendo atacado pelo hidroavião *Catalina VP-83/P-10*²⁷.

Com base em uma estimativa de relatos de incidentes anteriores, Pereira (2015) passa a descrever como poderia ter sido o afundamento do *U-507*. Ele diz que o *U-boot* teria submergido, no entanto, não teria conseguido escapar dos estilhaços das granadas, as quais acabaram danificando as estruturas do submarino. Diante dessa situação, a água logo começou a invadir os compartimentos das baterias e se misturou com o ácido sulfúrico, produzindo assim uma nuvem de gás tóxico, que sufocou os tripulantes e os prisioneiros de guerra que estavam no submersível.

O submarino continuou afundando, passou dos 30 metros de profundidade, a energia, nesse momento, já tinha sido interrompida devido ao ataque e, por isso, os tripulantes não conseguiam expelir a água dos tanques de lastro. Assim, foi afundando vertiginosamente rumo ao abismo oceânico e quando atingiu cerca de 230 metros – o limite de segurança para mergulho –, o submarino começou, então, a sofrer as consequências da alta pressão do meio externo fazendo o metal do casco do submarino retorcer provocando um ranger ensurdecedor. “A partir do 250 metros, ouve-se o espocar crescente dos rebites saltando das suas juntas: verdadeiros projéteis de metal que ricocheteia violentamente o interior do *U-boot*” (PEREIRA, 2015, p. 299). Logo, os orifícios deixados pelo arrebites foram invadidos pela água fria que inundou o submarino de maneira agonizante.

A partir de 300 metros de profundidade, tanto a estrutura do submarino como os corpos dos tripulantes entraram em colapso. “A tremenda pressão mecânica de 30 atmosferas esmaga as caixas torácicas, rompe os tímpanos e provoca sangramentos nos seios da face. [...] Aos poucos, o pânico vai cedendo lugar ao silêncio absoluto” (2015, p. 299). Assim, os destroços vão alcançando “[...] o leito sem a luz e gelado do fundo do Atlântico, a mais de 3.600 metros de profundidade”. Dessa forma, “[...] os 54 homens da tripulação partilharão o

²⁷ Figuras 23 e 24 – Fonte: Wrecksite. Disponível em: <http://wrecksite.eu/wreck.aspx?14204>. Acesso em: 15 set. 2016.

mesmo jazigo com seus prisioneiros. Não houve sobreviventes”. Schacht e seus comandados “[...] iriam testemunhar as consequências dos seus atos, já que o submarino transformara-se num gigantesco caixão de ferro, levando consigo segredos que permaneceriam escondidos por mais de 70 anos” (2015, 299).

Retomando a nossa discussão sobre os ataques de guerra ocorridos na costa sergipana, Gama e Martins (1985) fazem uma ressalva informando que não foi apenas o submarino *U-507* que atuou em Sergipe, outros como o *U-128*, o *U-518*, o *U-185* e o *U-161* também se movimentaram por esta região litorânea. Em 1943, por exemplo, o *U-518* e o *U-185* provocaram, respectivamente, o afundamento dos navios *Fitz-John Porter*²⁸ (em 01 março) e do *Bagé*²⁹ (em 31 de julho), além de outras duas embarcações não identificadas. Todavia, os destroços chegaram até a foz do Rio São Francisco e da Barra dos Coqueiros (CRUZ, 2012; GAMA; MARTINS, 1985). Segue abaixo a *tabela 1* sobre as ações praticadas pelos submarinos do Eixo, em Sergipe.

Data	Submarino	Ocorrências Navais em Sergipe
15-08-1942	U-507 comandado por Schacht ataca dois navios brasileiros	O <i>Baependy</i> e o <i>Araraquara</i> são torpedeados e afundados pelo submarino alemão entre o litoral de Sergipe e da Bahia. Morreram 401 pessoas.
16-08-1942	U-507 comandado por Schacht ataca um navio brasileiro	O <i>Aníbal Benévolo</i> é torpedeado e afundado pelo mesmo submarino entre o litoral de Sergipe e Bahia. Morreram 150 pessoas.
01-03-1943	U-518 comandado por Offermann ataca um navio norte-americano	O <i>Fitz-John Porter</i> foi torpedeado e afundado pelo submarino alemão na altura da foz do Rio Real entre Sergipe e Bahia. Morreu uma pessoa.
16-05-1943	U-128 comandado por Steirnet é atacado	O submarino foi bombardeado e destruído pelos aviões e destróieres americanos ao largo de Alagoas e Sergipe. Morreram sete pessoas.
31-07-1943	U-185 comandado por Maus ataca um navio brasileiro	O <i>Bagé</i> foi torpedeado e afundado pelo submarino alemão entre as imediações de Sergipe e da Bahia. Morreram 28 pessoas.
27-09-1943	U-161 comandado por Achilles é atacado	O submarino foi bombardeado a 100m ao largo da costa entre Bahia e Sergipe por um avião americano. Não houve sobreviventes.

Tabela 1 - Ocorrências navais em Sergipe envolvendo submarinos do Eixo³⁰.

²⁸ Navio estrangeiro que recebia escolta brasileira. Neste dia estava atrasado, segundo o relatório do Capitão-de-Corveta Pedro Paulo de Araújo, e sua vigilância deixava a desejar, sendo assim torpedeado enquanto navegava na altura da Foz do Rio Real (GAMA; MARTINS, 1985, p. 357).

²⁹ Navio construído na Alemanha em 1912, ex- *Sierra Nevada*, que transportava os seguintes produtos: borracha, castanha, couro, fibras e algodão. Sua rota era Recife-Salvador. Devido a um problema técnico da embarcação foi obrigado a se afastar do comboio e viajar em navegação colada à terra. Foi atacado pelo submarino alemão próximo ao Rio Real sendo atingido por um torpedo e uma granada incendiária. Dos 27 passageiros pereceram oito e dos 107 tripulantes pereceram 20, incluindo o Oficial da Marinha da Reserva Arthur Guimarães que comandava o navio (GAMA; MARTINS, 1985, p. 355).

³⁰ Tabela 1 baseada em Cruz e Souza (2009, p. 1486) e adaptada pela autora com dados retirados dos trabalhos de Araújo (2008) e Porto (2013).

As primeiras tragédias marítimas, ocorridas no ano de 1942, causaram grande revolta popular em várias cidades do país. “Empreendimentos comerciais pertencentes a imigrantes do Eixo foram depredados. Placas com nome de italianos foram arrancadas e bandeiras nazistas queimadas em praça pública” (MONTEIRO, 2013, p. 13). Em Sergipe e no Rio de Janeiro, por exemplo, estudantes passaram a perseguir os colegas de origem alemã, italiana, japonesa e até brasileiros considerados espiões por serem favoráveis aos estrangeiros (CRUZ, 2012; MONTEIRO, 2013). Perante tal situação, o Governo teve que reconhecer o Estado de Beligerância e, duas semanas após as agressões, com o orgulho da Nação ferido, abandonou a condição de neutralidade e Declarou Guerra às potências do Eixo (MONTEIRO, 2013; GAMA; MARTINS, 1985).

De acordo com todas as informações já apresentadas sobre o contexto bélico, e tomando como base o estudo da Arqueologia voltado para o tema da guerra que, “[...] dentro de um contexto histórico, se propõe a estudar os testemunhos materiais remanescentes dos períodos belicosos, dando ênfase ao cunho social que existe por detrás da cultura material” (PORTO, 2013, p. 6).

Nesse sentido, destacamos que os sítios arqueológicos subaquáticos, deste período, envolvem não só as embarcações, mas também os submarinos e as aeronaves naufragadas, além de todos os objetos contidos dentro deles. Todas essas grandes estruturas construídas, especificamente, a base de matérias-primas como o ferro e o aço, possibilitam uma maior preservação se comparadas a materiais de madeira, por exemplo. Por este motivo, esse tipo de sítio arqueológico constitui uma importante fonte de informação desse período de guerra (PORTO, 2013). Outro ponto relevante a ser evidenciado é a facilidade de localizá-los devido aos materiais ferrosos que podem ser identificados através de instrumentos tecnológicos utilizados em levantamento geofísicos. No entanto, cabe aqui uma ressalva quanto à identificação, pois a mesma depende da profundidade e da acomodação das estruturas no fundo do mar (NEYLAND, 2011).

As informações que podem ser obtidas através da Arqueologia da guerra associada à Arqueologia de Ambientes Aquáticos englobam desde os dados tipológicos das estruturas afundadas, passando pelas causas dos naufrágios, as localizações e o estado de preservação dos sítios, além do estudo do “[...] contexto em si, seus aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos e religiosos” (PORTO, 2013, p. 89).

Diante disso e tomando por base os resultados encontrados por meio das pesquisas bibliográficas, percebemos que as gerações contemporâneas dos torpedeamentos ocorridos na costa sergipana ainda guardam fortes lembranças da tragédia naval. São memórias de parentes

e amigos que perderam seus entes queridos de forma agressiva como vítimas de guerra. Conforme Robertshaw e Kenyon (2008) citados por Porto (2013, p. 90), “A guerra deixa feridas que somente para os que vivenciaram seu cotidiano podem realmente compreender o quão bárbaro ela representa”. Afinal, “Os sentimentos de comoção e tristeza ainda se encontram muito vivos na vida das famílias que foram envolvidas” (2013, p. 90).

Em vista disso, entendemos que as pesquisas sobre os episódios trágico-navais podem também abranger um enfoque mais voltado para a questão do simbólico e da “sensibilidade”³¹, ou seja, buscar identificar, analisar e entender o papel das emoções e dos sentimentos despertados nas pessoas que vivenciaram esta época. Dessa maneira, percebemos, por exemplo, que os ataques despertaram no povo sergipano sentimentos e sensações de medo, tristeza, terror, vingança, desconfiança, justiça, entre outros. Já para os naufragos, a experiência de estar a bordo de um navio torpedeado foi profundamente traumática. No decorrer do nosso estudo, nos deparamos com um “catálogo” elaborado por Cruz e Aras (2012) sobre os vários medos derivados dos ataques de guerra. Segue abaixo os medos catalogados:

Passageiros e tripulantes: medo do submarino, medo da morte, medo do navio afundar, medo de cair na água, medo do sofrimento, medo do fogo, medo da explosão da caldeira, medo de ser cortado pela hélice do navio, medo de ser tragado pelo mar, medo dos tiros da metralhadora dos submarinistas, medo da escuridão, medo do mar, medo da solidão e medo de perder os parentes.

Náufragos: medo do submarino, medo da morte, medo do sofrimento, medo da escuridão, medo do mar, medo da solidão, medo de tubarão, medo de naufrágio da baleeira, medo de uma nova agressão submarina, medo de morrer afogado, medo das ondas, medo de morrer de fome, medo da loucura dos naufragos, medo da violência, medo de não ter forças de nadar até a praia, medo de não voltar para casa e medo dos pescadores.

Sergipanos: medo do submarino, medo da morte, medo do sofrimento, medo da escuridão, medo do mar, medo da solidão, medo de morrer de fome, medo da loucura, medo de violência, medo do desconhecido, medo da guerra, medo de não enterrar seus parentes, medo do inimigo adentrar a boca da barra, medo de invasão à praia, medo do amanhã, medo de embarcações estranhas, medo de espões, medo da multidão raivosa, medo dos aviões, medo da escuridão, medo de estrangeiros, medo dos forasteiros, medo dos estudantes, medo de ser convocado, medo de perder seus parentes na Itália, medo do quinta-coluna, medo

³¹ Esta abordagem tem como aporte teórico a obra *Antropologia das Emoções* de Rezende e Coelho (2010).

da cavalaria, medo de luzes noturnas, medo do diabo e medo do fim do mundo (2012, p. 91, grifo nosso).

Sobre isso, Cruz e Aras (2012, p. 90) afirmam que, “A singularidade dos medos sergipanos se associou aos de projeção universal”. Diante disso, a população aracajuana teve que aprender a conviver com esses medos, até porque eles não estiveram presentes apenas em agosto de 1942, quando a guerra chegou ao Brasil. Eles se fizeram presentes, também, em março e julho de 1943, quando novos ataques voltaram a acontecer. Dessa vez, foram torpedeados e afundados os navios *Fitz-John Poter* e o *Bagé*. O medo da guerra só iria acabar realmente no ano de 1945, quando chegaria ao fim a Segunda Guerra Mundial.

Assim, tendo por base a abordagem teórica pós-processual, entendemos que os sítios arqueológicos, inclusive os de naufrágios, não devem ser estudados de forma isolada. Isso significa que o seu entorno deve ser analisado também, buscando assim fazer uma ligação com os vestígios ao redor tanto materiais como humanos, nesse último caso, nos referimos aos corpos das vítimas advindas da tragédia naval. Nesse sentido, o estudo dos Cemitérios dos Náufragos – sítios emersos –, se faz necessário para alcançar uma melhor compreensão da tragédia marítima que vitimou centenas de brasileiros.

2.3 – A Preparação de Guerra e o Cotidiano do Sergipano

Em matéria de defesa passiva nada pode e nem deve ser improvisado; tudo deve e pode ser antecipadamente organizado, antes que o perigo se concretize, pois que – em face do perigo toda a improvisação equivale a uma incorrigível sentença de morte (CORREIO DE ARACAJU, 17 de abril de 1943, p. 04).

A história de Sergipe está atrelada à história do Brasil, principalmente, no que se refere ao período da Segunda Guerra Mundial e as ações de Defesa Nacional. Como vimos no subtema anterior, os primeiros ataques nazistas ocorreram entre a costa sergipana e baiana vitimando centenas de pessoas³². A população litorânea testemunhou de perto o furor da guerra tanto através dos corpos, destroços e materiais bélicos espalhados pelas praias, como

³² Os naufrágios dos navios *Baependy*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba* e *Arara*, provocados pelo mesmo submarino agressor, o *U-507*, vitimaram nos três primeiros 551 pessoas no litoral sergipano, e nos dois últimos 56 pessoas no litoral baiano, totalizando 607 brasileiros, vítimas dos nazistas (SERAFIN; BITTENCOURT, 2006).

pelos depoimentos dos sobreviventes publicados nos jornais. Os ataques tão temidos e ditos como possíveis e prováveis pelo Governo durante o início do ano de 1942, chegaram ao Brasil no final de agosto, e se materializaram no menor estado do país.

Na época, conforme Cruz (2012), a imprensa aracajuana foi requisitada por importantes jornais de circulação nacional que buscavam informações sobre a tragédia naval. No entanto, as matérias que deveriam ser publicadas nos jornais locais, como o *Correio de Aracaju* (nos dias 15, 16, 23 e 30), a *Folha da Manhã* (nos dias 15, 16, 17 e 30) e o *Diário Oficial do Estado de Sergipe* (nos dias 16, 17, 24, 26 e 30), foram censuradas pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Sergipe (DEIP) e impedidas de serem divulgadas.

A ausência destas publicações preocupou a população (CRUZ, 2012), que mesmo sendo em sua maioria analfabeta, tinha o jornal como o principal meio de comunicação (MONTEIRO, 2013). Enquanto as informações sobre os episódios trágicos não eram transmitidas oficialmente, as notícias corriam de boca em boca e ninguém sabia, ao certo, o que estava acontecendo.

As manchetes da imprensa sergipana só foram divulgadas no dia 18 de agosto, inclusive, com edições sucessivas como foi o caso do jornal *Correio de Aracaju*, que lançou até mesmo uma nota de esclarecimento informando que o impedimento ocorreu devido à necessidade de autorização oficial, ou seja, por motivos políticos, fato este que evidenciou o forte controle exercido sobre os meios de comunicação durante o regime varguista.

Sobre as edições sucessivas publicadas no dia 18, cabe aqui destacar sua importância enquanto evidência histórica, registrada a partir da ótica dos jornalistas aracajuanos diante do calor dos acontecimentos (CRUZ, 2012). Aos poucos, as histórias sobre os ataques foram sendo conhecidas, editada, publicadas, recontadas, inclusive encontramos algumas erratas justificando notícias equivocadas, o que é compreensível já que a tragédia naval foi escrita diante das circunstâncias da guerra.

Podemos considerar essas publicações jornalísticas como um dos registros mais importantes sobre os primeiros ataques nazistas em águas nacionais (CRUZ, 2012). No entanto, vale destacar que, a guerra, de certo modo, não se limitou ao ambiente aquático, pois seus reflexos se estenderam até o território, chegando primeiro às praias, depois aos povoados, até chegar à capital aracajuana, interferindo assim diretamente no cotidiano da sociedade sergipana.

A propaganda estadonovista veiculada nos jornais, após os ataques alemães, atentou-se para reforçar e divulgar a imagem do Presidente como um líder forte e protetor, disposto a “lutar”, “vencer” e até “morrer” pela pátria³³.



Figura 25 – Fotografia do Presidente Getúlio Vargas publicada logo após os torpedeamentos em 1942³⁴.

De acordo com Schurster (2013), a finalidade da propaganda construída pelo DIP era de influenciar e incitar o povo através do nacionalismo para promover a união, mesmo diante das diferenças étnica, sociais e econômicas existentes no país. Afinal, o governo precisava chamar a atenção, principalmente, dos jovens para cooptá-los para o combate contra o inimigo nazifascista externo e interno, sendo este último o quinta-colunista também chamado de espião (SCHURSTER, 2013).

Para a defesa e proteção da nação, medidas e procedimentos contra os possíveis ataques de guerra foram providenciados antes mesmo dos torpedeamentos alemães. Segundo Silva L. (2009), desde a ruptura diplomática com o Eixo, em janeiro de 1942. Na época, um conjunto de normas padronizadas determinadas pelo Governo Federal foram instituídas em todos os estados brasileiros. A preparação da guerra voltou-se, sobretudo, para os grandes

³³ Fonte: Acervo do Instituto Histórico de Pitangui-MG. Jornal Município do Pitangui, publicado em 30 de agosto de 1942, nº 20. Disponível em: <http://www.daquidepitangui.blogspot.com.br/2011/10/repercussao-da-segunda-guerra-mundial.html>. Acesso em: 18 dez. 2013.

³⁴ Figura 25 – Fonte: Publicação do jornal *Correio de Aracaju*, 24 de agosto de 1942, p. 1.

centros urbanos localizados no litoral, os quais tinham o Oceano Atlântico como uma possível porta de entrada para o conflito bélico (SCHURSTER, 2013).

Neste subtema é discutido, de maneira crítica, as estratégias de defesa propostas e as efetivadas pelo Governo a partir 1942, abordando inicialmente o contexto nacional e posteriormente as ações realizadas em Sergipe, especificamente, na capital aracajuana. Além disso, levamos em consideração também outros aspectos importantes dentro desta conjuntura como: o papel do Departamento de Imprensa e Propaganda sobre os meios de comunicação na tentativa de manipular as pessoas a favor dos objetivos estatais; as mudanças ocorridas no cotidiano da população litorânea devido à preparação da guerra; e a contribuição do Brasil diante do conflito mundial.

As análises e discussões feitas sobre este período histórico valeram-se não apenas da lógica militar, mas também do viés social baseado na ciência arqueológica que busca entender as transformações ocorridas na sociedade através do estudo da cultura material (FUNARI, 2006). Neste caso específico, buscamos compreender tanto as mudanças ocorridas no cotidiano social devido ao aparato material bélico montado e utilizado para a defesa nacional (construções militares, postos de vigilância, barricadas, armamentos, equipamentos de guerra, entre outros), como também o arranjo estrutural do discurso criado pelo governo na tentativa de influenciar as ações da população.

2.3.1 - Estratégias e Ações Propostas para a Defesa do Litoral e do Território Brasileiro

Durante o regime do Estado Novo, a imprensa foi fortemente controlada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, que censurava todas as informações que não eram de interesse do Governo. Dessa forma, conseguia manipular a população, já que as notícias publicadas eram apenas as convenientes.

Segundo Schurster (2013), os discursos e propagandas veiculados nos jornais e estações de rádios, durante os primeiros anos do conflito, conseguiram construir uma imagem pacífica e harmoniosa do Brasil em meio a um mundo em guerra. As notícias divulgadas, até meados de 1942, se referiam a alguns confrontos ocorridos no exterior, como as agressões no Atlântico Norte e as batalhas nos países europeus. Diante disso, para o povo brasileiro, a guerra parecia estar distante da sua realidade, mesmo com os avisos esporádicos do governo sobre as possibilidades de ataques à nação.

Os jornais aracajuano, por exemplo, publicavam além das notícias da guerra, os acontecimentos locais, dando ênfase inclusive as distrações como o cinema, jogos, festas e comemorações. A vida do sergipano seguia normalmente com o seu cotidiano pacato e sem nenhuma interferência direta da guerra.

De acordo com Furtado et al. (2012), o governo brasileiro até o início da década de 1940, não tinha sentido nenhuma necessidade de criar um órgão específico destinado ao atendimento da população, caso ocorresse algum desastre como um ataque de guerra.

Silva L. (2009) em sua dissertação de mestrado, *Porto Alegre e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945): impactos no cotidiano da capital gaúcha*, afirmou que as primeiras medidas de proteção contra possíveis ataques bélicos foram providenciadas antes mesmo dos torpedeamentos dos navios brasileiros na costa sergipana e baiana.

Essas medidas foram adotadas devido à pressão imposta pela diplomacia do Eixo, durante a Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, que ocorreu no Rio de Janeiro, no primeiro mês de 1942. Na ocasião, o Itamaraty foi informado que se as relações diplomáticas fossem cortadas com os países do Eixo, significaria condição de guerra para o Brasil (SILVA L., 2009). Segue abaixo alguns trechos das falas dos três embaixadores eixistas:

[...] Kurt Prüfer, embaixador alemão, [...] a “ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha significaria, indubitavelmente, o estado de guerra latente, acarretando ocorrências que equivaleriam à eclosão da guerra efetiva”. [...] Itaro Ishii, embaixador japonês, advertiu os governos sul-americanos que rompessem relações com o Japão seriam lançados, por iniciativa própria, ao “flagelo da guerra”. Para Ugo Sola, embaixador italiano, a ruptura das relações [...] seria uma “manifestação da vontade das Nações americanas de chegar, imediatamente ou dentro de um curto prazo, a uma guerra de fato” (SEITENFUS, 2000, pp. 284-288 apud SILVA L., 2009, pp. 102-103).

Mesmo diante dessas intimidações, o presidente Getúlio Vargas decidiu romper os laços comerciais e diplomáticos com as potências nazifascistas, até porque já tinha decidido se aliar às democracias. Entre o Brasil e os Estados Unidos – país recém Aliado devido ao ataque nipônico à base naval de Pearl Harbor –, já existia inclusive um acordo de cooperação, através do qual ficou garantido ao governo brasileiro apoio econômico e militar para a defesa do litoral, principalmente, para a área estratégica do Nordeste, onde seria montado um sistema de defesa com o aparelhamento das Forças Armadas Brasileiras e com instalações militares para

soldados americanos na região (SILVA L., 2009). Em contrapartida, o governo brasileiro forneceria matérias-primas vitais para a indústria bélica norte-americana, a exemplo da borracha (BONET, 2008; SILVA L., 2009; MONTEIRO, 2013).

Diante dessas circunstâncias, as nações do Eixo se sentiram traídas e logo deram uma demonstração de força reagindo contra a nação brasileira. Segundo Araujo (2008) e Schurster (2013), os primeiros alvos torpedeados pelos submarinos alemães e italianos foram os navios *Cabedelo*, *Buarque* e *Olinda*, que navegavam em águas internacionais, em fevereiro de 1942. E nos meses seguintes, as investidas foram contra as embarcações *Arabutam*, *Cairu* e *Parnaíba*.

Nesse contexto de ameaças e ataques de guerra, o Presidente providenciou medidas que garantissem a segurança nacional. E em 06 de fevereiro de 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4.098, definiu os Serviços de Defesa Passiva Antiaérea como encargos indispensáveis à defesa da nação. Conforme o decreto, estaria subordinado a ele todos os brasileiros e estrangeiros residentes ou de passagem no país, com idade superior a 16 anos, bem como as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado³⁵.

O decreto-lei instruía e obrigava a população a cumprir tarefas de proteção e defesa em tempo de paz ou de guerra. Os exercícios e atividades nele descritos deveriam ser realizados mediante convocação, tendo prazo máximo de 10 dias úteis em cada ano. E caso fosse descumprido, haveria penalidade na forma de multa ou prisão.

O serviço de defesa passiva antiaérea, especialmente no art. 2º, determinava que todos os habitantes deveriam:

- a) receber instruções sobre o serviço e o uso de máscaras; b) possuir os meios de defesa pessoal; c) recolher-se ao abrigo; d) cumprir com a interdição de ir e vir; e) sujeitar-se às ordens prescritas para dispersão; f) atender ao alarme; g) extinguir as luzes; h) proibição de acionar ou por em movimento veículo de qualquer natureza.

Já no caso dos homens não convocados e das mulheres entre 16 e 40 anos, ficariam determinadas as seguintes prescrições regulamentares:

- a) dar instrução sobre os serviços; b) proteção contra gases; c) remoção de intoxicados; d) enfermagem; e) vigilância do ar; f) prevenção e extinção de incêndio; g) limpeza pública; h)

³⁵ Decreto-Lei nº 4.098, de 06 de fevereiro de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 10 fev. 1942. Seção 1, p. 2062. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2154423/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-10-02-1942/pdfView>. Acesso em 03 mar. 2016.

desinfecção; i) policiamento e fiscalização da execução de ordens; j) construção de trincheiras e abrigos de emergência.

Caberia ainda às pessoas naturais ou jurídicas construir abrigos antiaéreos em todas as novas construções e também em prédios que tivessem cinco ou mais pavimentos ou área superior a 1.200 m² destinados à habitação coletiva como: hotéis, hospitais, estabelecimentos comerciais, industriais e de ensino. No caso das construções já existentes, ficariam dispensadas, exceto, quando sofressem reparações e ultrapassassem as dimensões determinadas, ou caso fossem consideradas como necessárias à segurança nacional.

Os meios de comunicação também foram incluídos neste decreto-lei. Jornais, revistas, estações de rádios e empresas de exibição de filmes cinematográficos foram obrigados a divulgar duas vezes por mês, de forma gratuita, avisos do Ministério da Aeronáutica. Todas as medidas impostas por este decreto foram estabelecidas com o objetivo de alertar e instruir a população sobre os procedimentos de defesa e proteção diante de possíveis ataques de guerra ao Brasil.

De acordo com Furtado et al. (2012) e Silva L. (2009), as estratégias e ações de defesa da população brasileira, instituídas pelo governo em 1942, foram inspiradas pelo *Civil Defense Service* ou *Civil Defence Committee* criado em 1939, na Inglaterra, com a finalidade de minimizar os efeitos da guerra que tinha acabado de começar na Europa.

Silva L. (2009) ainda destaca que a defesa civil ganhou visibilidade em todo o mundo, nesta época, visto que a grande guerra não distinguia seus alvos e atacava tanto militares como civis. Afinal, os confrontos não estavam mais restritos aos campos de batalha e devido a isso todos os cidadãos passavam a ser considerados como “soldados”, tendo o dever de participar, de alguma maneira, da mobilização da guerra, seja por meio das manifestações ou vigiando o litoral, seja denunciando os quinta-colunistas ou colaborando com a Campanha do Metal, entre outras ações.

Até meados de agosto de 1942, o posicionamento oficial do Brasil diante do conflito mundial ainda era de “neutralidade”. No entanto, para as potências do Eixo, a guerra contra o país já estava declarada – mesmo que não oficialmente – devido ao rompimento das relações diplomáticas. Com isso, as embarcações mercantes que navegavam em águas internacionais começaram a ser torpedeadas, e na medida em que as investidas foram intensificadas em alto mar, as ações de defesa pacífica também foram intensificadas em terra (SILVA L., 2009).

Podemos dizer que, a preparação da guerra em território nacional começou com a elaboração e publicação de um documento que, segundo Schurster (2013, p. 47), “[...] era um guia no Brasil para estruturar a nação num possível ataque das forças do Eixo”. Este

documento era a cartilha *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Civil Antiaérea*, organizada pelo Coronel Orozimbo Martins Pereira, então diretor-chefe do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea em 1942.

As medidas propostas sobre a defesa e proteção da população apresentadas na cartilha estavam voltadas, principalmente, para as cidades litorâneas que eram as mais suscetíveis à ataques vindo do mar (SCHURSTER, 2013). Afinal, a flotilha de submarinos alemães espalhada pelo Atlântico Norte e, posteriormente, pelo Atlântico Sul, estava atemorizando as regiões costeiras com ataques contra as embarcações comerciais (MONTEIRO, 2013).

Conforme Silva L. (2009) e Schurster (2013) citando Pereira (1942, p. 2), o importante manual de defesa civil brasileiro, *Alerta*, com relação aos possíveis ataques de guerra, tinha o objetivo de:

[...] não apenas [...] prever e organizar a proteção anti-aérea coletiva, mas, paralelamente – instruir convenientemente a população afim de que ela possa – não só enfrentá-los com o moral sempre elevado, como também – cooperando com as autoridades – reduzir ao mínimo seus danosos efeitos caso eles venham a ser desencadeado (SILVA L., 2009, p. 111; SCHURSTER, 2013, p. 47).

Nesse trecho da cartilha notamos que, além da preocupação com a guerra em si, havia também uma preocupação com “o moral” da população. A respeito disso, encontramos uma publicação no jornal *Correio de Aracaju* do dia 25 de agosto de 1942, que faz referência a “guerra de nervos”, a qual se espalhou rapidamente e deixou parte da população em pânico. Os motivos eram os mais variados, desde as mortes dos naufragos, passando pelas possíveis invasões dos submarinistas à cidade, até as histórias surgidas sobre os quinta-colunistas (espiões infiltrados na sociedade brasileira).

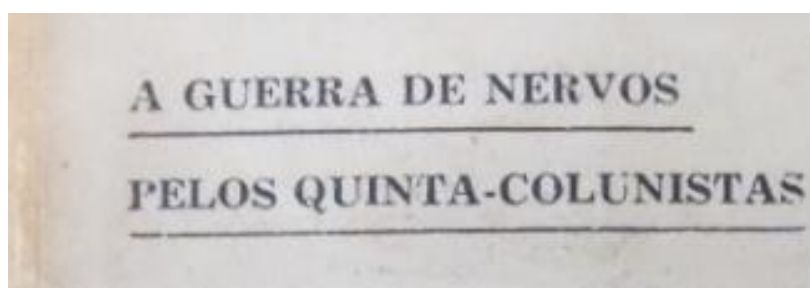


Figura 26 – Nota publicada no jornal sobre a “guerra de nervos”³⁶.

Dessa maneira, podemos dizer que, as medidas propostas pelo governo tinham o objetivo não só de preparar o aparato material bélico de defesa, como também cuidar “do

³⁶ Figura 26 - Fonte: Jornal *Correio de Aracaju*, 25 de agosto de 1942, p. 3.

moral” da população para garantir, assim, o sucesso da cooperação e do esforço coletivo de guerra.

De acordo com Schurster (2013, p. 47), a cartilha *Alerta* foi estruturada em quatro partes com a finalidade de apresentar o “[...] *modus operandis* da defesa civil e militar brasileira”. O conteúdo, no geral, ensinava como as cidades deveriam se preparar para os possíveis ataques tanto estruturalmente, com um aparato material de defesa e de combate, como em consonâncias com as ações comandadas pelos militares e efetivadas em conjunto com a população civil.

A primeira parte do documento mostra as possibilidades de ataques ao Brasil devido à localização geográfica estratégica dentro do continente americano. Pereira (1942) citado por Schurster (2013) afirma que, as agressões poderiam vir tanto pelo mar como pelo ar, sendo este último caminho, o mais provável e, por isso, alegava a necessidade de se criar um órgão de Defesa Antiaérea.

Conforme o autor, a Defesa Antiaérea deveria ser dividida em duas: na Defesa Ativa Antiaérea e na Defesa Passiva Antiaérea. A primeira seria responsável pela organização de postos de vigilância, armas antiaéreas, caças submarinos, entre outros, e ficaria restrita aos centros urbanos e comerciais mais importantes do litoral. Já a segunda, se subdividiria em Militar e Civil, sendo a Militar responsável pela organização e desprendimento dos balões e das nuvens artificiais montadas para a defesa aérea. Em contrapartida, a Civil teria como função estabelecer e organizar procedimentos antecipados com o objetivo de salvaguardar a vida da população e minimizar os efeitos materiais causados por possíveis ataques. Tudo isso, com o intuito de evitar a desordem no cotidiano dos brasileiros (PEREIRA, 1942 apud SCHURSTER, 2013).

Sobre a proteção e a preparação da guerra nas cidades localizadas no interior do país, cabe aqui uma breve ressalva. Segundo Pereira, devido aos poucos recursos do Estado, ficou definido que os custos seriam, então, divididos entre o governo e a iniciativa privada (PEREIRA, 1942 apud SCHURSTER, 2013).

Sobre a segunda parte da cartilha, ela aponta medidas que deveriam ser efetivadas em circunstâncias de guerra tanto para os órgãos governamentais como para a população civil. Segue abaixo as respectivas obrigações:

Ao governo cabe a instalação de aparelhos de sinalização para alertar a população dos ataques, organizar o black-out, construir abrigos coletivos, instruir a população civil, prever a estocagem de máscaras contra gases, organizar e realizar exercícios

completos de alerta e organizar e acionar serviços auxiliares: de socorro médico, extinção de incêndios, socorro técnico, serviço de desinfecção e vigilância interna das cidades. À população civil cabe obedecer irrestritamente as ordens das autoridades; comportar-se em todas as circunstâncias com calma; conformar-se sem discussão com as instruções dadas pelos agentes do governo e prever e executar as medidas ensinadas (SCHURSTER, 2013, p. 48).

Já a terceira parte, refere-se à proteção coletiva e aos tipos de abrigos como: os antiaéreos, os superficiais, os herméticos e os filtrantes, determinando inclusive as normas de construção dos mesmos. Foram fornecidas também instruções de organização e evacuação da população civil, além de alertas sobre os agressivos químicos. Por fim, a quarta parte conclui mostrando como se daria o preparo dos socorros, destacando os riscos relacionados aos incêndios, aos explosivos e as ameaças aeroquímicas (SCHURSTER, 2013).

Ao propor todas essas medidas, Pereira (1942) defendia a necessidade de efetivar cada uma delas, pois considerava o Brasil como a nação mais ameaçada da América do Sul, não só pela localização e imensa área territorial, mas especialmente pela sua posição política assumida após a entrada dos Estados Unidos na guerra. Afinal, a decisão tomada pelo presidente Vargas de romper as relações diplomáticas com o Eixo (PEREIRA, 1942 apud SILVA L., 2009) tinha comprometido de forma irreversível a neutralidade brasileira (MONTEIRO, 2013).

De acordo com Schurster (2013), a imagem do Brasil construída no documento *Alerta* enquanto nação pacífica e harmoniosa tinha como objetivo, na verdade, acalmar a população perante a situação de guerra, demonstrando assim que não haveria razões concretas para que o país fosse atacado. Contudo, nota-se em alguns trechos do documento, certo clima de preocupação por parte das autoridades. Segue abaixo um dos fragmentos do texto:

O Brasil sempre nutriu os mais sinceros anelos de paz e colaboração para com todas as demais nações. Jamais o Brasil levou agressão ao território dos países vizinhos; sempre preferiu solucionar seus litígios por meio dos pacíficos processos de arbitragem; sempre cultivou e desejou a paz com as demais nações; por isso mesmo, teve razões para temer a agressão (PEREIRA, 1942, p. 18 apud SCHURSTER, 2013, p. 48).

Ao analisarmos a História do Brasil com relação a seu envolvimento em conflitos bélicos com outros países, podemos considerá-lo como diplomático, mas não pacífico, discordando, em parte, com o texto da cartilha citada acima. No entanto, devemos nos atentar

para a forma de governo vigente da época da guerra, o Estado Novo, o qual tinha como estratégia manter uma política de “neutralidade”, isto é, procurando se beneficiar tanto dos acordos comerciais feitos com as nações do Eixo, como com as nações Aliadas (CRUZ, 2012; MONTEIRO, 2013). No entanto, devido aos avanços do conflito e ao envolvimento dos norte-americanos, não foi possível o Brasil manter-se neutro, e o rompimento com a Alemanha e a Itália foi então decretado, significando para as nações do Eixo condição de guerra contra o país, mesmo que não oficialmente, em janeiro de 1942.

Com relação ao temor da agressão mencionado na cartilha *Alerta*, este pode ser justificado pela falta de preparo das forças militares brasileiras tanto pelas dificuldades com relação ao pessoal, como com relação aos materiais e ao aparelhamento bélico, limitados pelos poucos recursos financeiros e também pela falta de capacitação técnico-funcional (PORTO, 2011).

Os navios da Marinha brasileira, por exemplo, eram antigos e ultrapassados tecnologicamente, não tendo estrutura para enfrentar os confrontos. E para declarar guerra seria necessário, portanto, investir em instalações e equipamentos pesados de guerra, além de fazer adaptações técnicas nas embarcações (PORTO, 2011). Portanto, o Brasil sozinho não conseguiria se organizar para enfrentar as investidas da Marinha de Guerra Alemã e, por isso, foi necessário estreitar ainda mais os acordos de colaboração com os Estados Unidos (MONTEIRO, 2013).

Até meados de 1942, podemos afirmar que, as medidas de defesa mais importantes propostas pelo Governo Federal foram as apresentadas na cartilha *Alerta* e no Decreto-Lei nº 4.098. Contudo, devemos lembrar que estas medidas não foram efetivadas de imediato em todas as cidades brasileiras, até porque eram tarefas realizadas somente mediante convocações, já que a guerra não estava oficializada.

Devido às transformações no cenário político brasileiro, consequentemente, houve mudanças significativas no meio social. A população influenciada pelos reflexos da guerra difundidos nos meios de comunicação teve o seu cotidiano alterado, principalmente, com as exigências e tarefas da preparação da guerra. O *black-out*, segundo as fontes bibliográficas, foi uma das medidas que mais marcaram a memória das pessoas daquela geração (SILVA L., 2009; CRUZ, 2012; SCHURSTER, 2013).

Na medida em que a guerra foi se aproximando do Atlântico Sul e várias embarcações foram sendo torpedeadas, os conteúdos divulgados nos jornais foram se adequando ao contexto bélico, deixando assim de evidenciar as notícias de distrações locais para destacar as

notícias de alerta aos brasileiros sobre as possibilidades de ataques à nação (SCHURSTER, 2013).

Cabe aqui uma observação com relação à atuação do governo que, mesmo diante das ameaças nazifascistas e dos ataques dos submarinos aos navios brasileiros, em águas internacionais, permitiu que as medidas de proteção continuassem sendo apenas esporádicas. Diante disso, surgem alguns questionamos. Por que será que as autoridades não determinaram a efetividade contínua dessas medidas já que a guerra se aproximava do país? Será que foi por negligência do governo? Ou por falta de recursos para manter um sistema de defesa ativo? E quanto à medida de *black-out*, por exemplo, se tivesse sido cumprida, em Aracaju, teria evitado os ataques ocorridos na costa sergipana em agosto de 1942? Enfim, são apenas indagações com o intuito de possibilitar reflexões a respeito desses acontecimentos de guerra.

Sobre os ataques ocorridos em Sergipe, conforme Cruz (2012), a iluminação da cidade e do Farol do Cotinguiba ou Aracaju (atual Farol da Farolândia) foi vista, em alto mar, por tripulantes e passageiros do navio *Araraquara* no momento do torpedeamento, e provavelmente, também foi vista pelos submarinistas. Esta identificação da cidade através da luminosidade pode ter facilitado as ocorrências dos ataques. Afinal, as medidas propostas pelo governo só começaram a ser colocadas em prática, em Aracaju, após a tragédia naval, como o *black-out*, por exemplo, que só foi efetivado a partir do dia 27 de agosto de 1942.

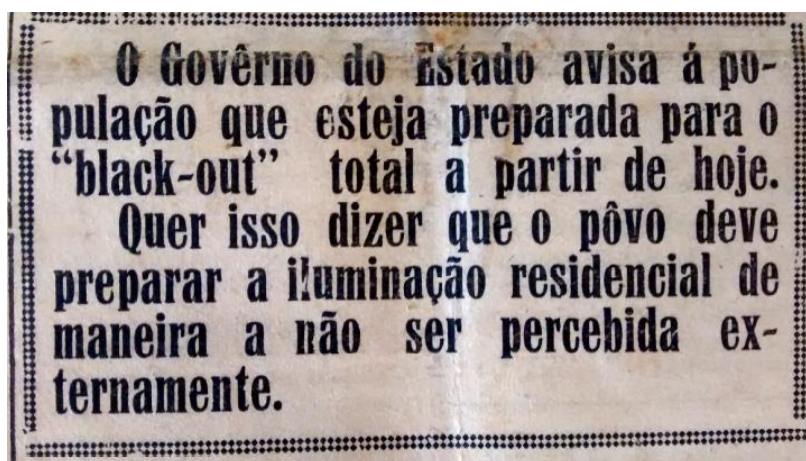


Figura 27 - Nota sobre o *black-out* total em Aracaju, 27 de agosto de 1942.
Fonte: *Jornal Correio de Aracaju* (1942, p. 1)³⁷.

Uma semana após os torpedeamentos na costa brasileira foi anunciado pelo Itamaraty o reconhecimento do Estado de Beligerância com a Alemanha e a Itália, em 22 de agosto de

³⁷ Disponível na Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória.

1942. Dias depois, foi instituído pelo Presidente o Decreto-Lei 4.624³⁸ de 26 de agosto de 1942, que criava o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea em todo território da nacional. Vale lembrar que, este decreto efetivava a medida sugerida anteriormente por Pereira (1942) na cartilha *Alerta*. Conforme o decreto-lei, a organização e a montagem do serviço de defesa passiva antiaérea ficariam subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, cabendo às autoridades militares competentes a coordenação entre a defesa ativa e a defesa passiva.

No dia 31 de agosto de 1942, o Brasil entrou oficialmente na Segunda Guerra Mundial através da publicação do Decreto nº 10.358, que declarou Estado de Guerra em todo território nacional³⁹.



Figura 28 – Publicação sobre a Declaração de Guerra em todo território nacional.
Fonte: Jornal Correio de Aracaju, 01 de setembro de 1942.

Notas oficiais do governo sobre os torpedeamentos estamparam as capas dos principais jornais do país. As notícias demonstravam sentimento de revolta e indignação contra os atentados nazistas, que ceifaram a vida de homens, mulheres e crianças, que viajavam nos navios de cabotagem *Baependy*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba* e *Arará* (CRUZ, 2012; SCHURSTER, 2013; MONTEIRO, 2013). A partir desses fatos trágicos foi surgindo um clima de medo e insegurança na população, afetando, principalmente, as pessoas que moravam nas cidades litorâneas, onde o mar tinha se transformado efetivamente em uma porta de entrada para a grande guerra.

Diante desse contexto, vários decretos foram instituídos, como por exemplo, o Decreto-Lei n. 4.716 de 21 de setembro de 1942, que criou a Diretoria Nacional do Serviço de

³⁸ Decreto-Lei nº 4.624, de 26 de agosto de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 28 ago. 1942. Seção 1, p. 13254. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2469155/pg-6-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-28-08-1942/pdfView>. Acesso em 03 de mar. 2016.

³⁹ Decreto-Lei nº 10.358, de 31 de agosto de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 01 set. 1942. Seção 1, p. 13413. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2473858/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-01-09-1942/pdfView>. Acesso em 03 de mar. 2016.

Defesa Antiaérea enquanto órgão diretor, orientador e consultivo⁴⁰. Quatro dias depois foi instituído o Decreto-Lei 10.490-A, que delimitou a Zona de Guerra⁴¹ no país.

Já em 06 de outubro desse mesmo ano foi estabelecido o Decreto-Lei nº 4.800, que tornou obrigatório o ensino da Defesa Passiva em todas as instituições de ensino público e privado do país, sendo obrigação dos docentes, do corpo administrativo e de todos os alunos o estudo da Defesa Passiva⁴².

No ano de 1943, o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea teve sua nomenclatura alterada pelo Decreto-Lei nº 5.861 de 30 de setembro, passando a se chamar Serviço de Defesa Civil⁴³. Foi a partir desses decretos e documentos que se efetivou no país uma concepção mais moderna de Segurança Nacional. Com o fim da guerra, em 1945, este e outros serviços foram desativados por serem considerados desnecessários.

O papel da propaganda varguista através dos discursos nacionalistas e patrióticos disseminados nos meios de comunicação de massa, conforme Bonet (2008) e Schurster (2013), tinha o objetivo de persuadir o povo no intuito de criar um clima de homogeneidade e, com isso, apagar as contradições sociais existentes entre os diversos grupos, desviando, assim, a atenção dos problemas internos com o discurso de união nacional para o combate do inimigo externo comum a todos.

As manifestações ocorridas em várias capitais brasileiras durante a guerra foram lideradas, em sua maioria, pelos estudantes influenciados pelo patriotismo, que também era difundido nas escolas (SANTOS, 2014). De acordo com Schurster (2013), o governo passou a convocar os jovens, em nome dos reservistas, para fazer parte da preparação de guerra.

Conforme Santos (2014), uma das contribuições dos estudantes sergipanos para a guerra foi a participação na Campanha do Metal. Segundo Melins, contemporâneo da época de guerra, em entrevista concedida a Santos (2014, p. 4), lembrou que ele e seus colegas do Colégio Atheneu Sergipense saíram “[...] procurando nos terrenos baldios, nos edifícios

⁴⁰ Decreto-Lei nº 4.716, de 21 de setembro de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 26 set. 1942. Seção 1, p. 14433. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2495346/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-09-1942/pdfView>. Acesso em 03 de mar. 2016.

⁴¹ Decreto-Lei nº 10.490-A, de 25 de setembro de 1942. Fonte: Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10490-a-25-setembro-1942-325988-norma-pe.html>. Acesso em 26 de fev. 2016.

⁴² Decreto-Lei nº 4.800 de 06 de outubro de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 08 out. 1942. Seção 1, p. 15011. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2508750/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-10-1942/pdfView>. Acesso em 03 de mar. 2016.

⁴³ Decreto-Lei nº 5.861 de 30 de setembro de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 02 out. 1942. Seção 1, p. 14721. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2479259/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-10-1943/pdfView>. Acesso em 03 de mar. 2016.

abandonados [...] metal ou alumínio, ferro, chumbo, [...] selecionávamos [...] e levávamos em carrinhos de mão ou em sacos para a Ponte do Lima, que era o ancoradouro aqui, onde os navios atracavam para levar o material [...]”.

O objetivo da campanha dos metais, segundo a publicação do jornal *Correio de Aracaju* do dia 02 de setembro de 1942, era produzir armas a partir dos meios necessários.

A Capitania dos Portos recebe entregue qualquer quantidade de metais velhos, usados, e os enviará à Comissão de Metalurgia, no Rio. [...] esses metais servirão para o fabrico de armas, munição, navios, aviões, depósitos, etc., e representarão valiosa contribuição à defesa nacional. [...] uma comissão de estudantes, em louvável gesto, percorre de caminhão a cidade, solicitando de cada qual os seus tachos velhos, os canecos de alumínio estragados, ferros velhos, qualquer quantidade de metais que não mais sirvam.

O afundamento dos navios na costa sergipana e baiana despertou, segundo Cruz e Aras (2012), “[...] o espírito de retaliação” que “[...] enfardou milhares de homens e mulheres do Brasil”. Os autores ainda reiteram dizendo que, cada vítima dos naufrágios se tornou um “símbolo de luta” (CRUZ; ARAS, 2012, p. 90). Vale destacar que, os meios de comunicação tiveram um papel importante no sentido de influenciar o pensamento do povo através da propaganda política que, nessa época, era um dos pilares de sustentação do poder (SCHURSTER, 2013). No entanto, Capelato (1999) citada por Schurster (2013) faz uma ressalva afirmando que, a propaganda não conseguiu ser unânime entre os brasileiros, já que não conseguiu formar uma única opinião no povo.

2.3.2 - Estratégias e Ações de Defesa Efetivadas em Sergipe

Para entendermos melhor como os ataques nazistas ocorreram na região litorânea de Sergipe, iremos fazer uma breve descrição sobre a sua extensão. A costa sergipana possui 163 km que vai desde a foz do Rio São Francisco, na região norte, até o Rio Real, na região sul. Ao leste fica o oceano Atlântico, a oeste e ao sul fica o estado da Bahia, e ao norte fica o estado de Alagoas. Dentre os 27 estados da federação, Sergipe é considerado o menor, ocupando uma área de 21.910 km² (CRUZ, 2012).

Diante do cenário bélico, já mencionado nos subtópicos anteriores, vale destacar que, todos os alertas de segurança, nessa época de guerra, deveriam ser postos em ação. Para isso,

o Governo Federal preparou a nação para colocar em prática o que havia sido aprendido tanto com as tarefas propostas pela cartilha *Alerta* como com as determinadas pelos decretos-leis. Para compreendermos como ocorreu todo esse esforço de guerra, destacaremos a microrregião litorânea de Sergipe, que é considerada por Cruz e Aras (2011, 2013), como um dos pontos principais para o entendimento dos episódios trágico-navais que levaram o Brasil a declarar guerra e a participar do maior conflito da História.

As últimas semanas de agosto de 1942 foram incomuns na vida dos aracajuanos devido aos atentados bélicos. Uma das publicações dos jornais locais citados por Cruz (2012, p. 23) dizia que: “Sergipe nunca em sua vida presenciou cenas tão tristes como nestes dias”. A presença iminente da guerra alterou completamente a rotina da população, afinal o comércio local paralisou, as aulas foram suspensas, os expedientes das repartições públicas foram encerrados e a vigilância costeira precisou ser reforçada (CRUZ, 2012).

O clima entre as pessoas na cidade era de medo, afinal os submarinos eram ameaças desconhecidas e “invisíveis” que aterrorizavam. Havia, inclusive, o receio de que eles adentrassem a Barra do Rio Sergipe e invadissem a capital. É nesse contexto de temor e insegurança que Aracaju vai se transformar em uma das primeiras cidades brasileiras, vítimas da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente da “Guerra Submarina” (CRUZ; ARAS, 2010, 2011, 2012, 2013).

Após os torpedeamentos das embarcações em águas nacionais, a defesa do litoral passou a ser questão de Segurança Nacional, uma vez que o inimigo naval não poderia ter acesso ao território brasileiro. Para tanto, a Marinha do Brasil, em Sergipe, passou a atuar por meio das ações realizadas pela Capitania dos Portos administrada, na época, pelo então Capitão de Corveta Gentil Homem de Menezes (CRUZ, 2012).

A tarefa de vigilância do litoral foi realizada tanto pelos militares como em conjunto com a população civil (CRUZ, 2012). Cruz (2011, 2012) afirma, por exemplo, que a participação dos pilotos do Aeroclube, dos pescadores, práticos, barqueiros, faroleiros e marinheiros contribuíram de forma significativa para o esforço de guerra. Várias instituições públicas também apoiaram os trabalhos de defesa, como o Governo Estadual de Sergipe, as Prefeituras de Aracaju, Estância e de São Cristóvão, além da Legião Brasileira de Assistência e da Cruz Vermelha Brasileira (CRUZ, 2012).

O Sistema de Defesa Passiva, decretado meses antes em todo território nacional, foi finalmente montado na região costeira de Sergipe, provocando mudanças expressivas tanto na paisagem como na rotina dos aracajuanos. As orientações determinadas pela Marinha de Guerra, segundo Cruz (2012) foram as seguintes: instalar postos de vigilância distribuídos

pelo litoral, realizar rigorosamente as tarefas de *black-out*, deter os quinta-colunistas e organizar os ensaios antiaéreos diurnos e noturnos.

Corroborando com essas medidas, o jornal *Correio de Aracaju*, do dia 17 de abril de 1943, publicou a seguinte nota: “Em matéria de defesa passiva nada pode e nem deve ser improvisado; tudo deve e pode ser antecipadamente organizado, antes que o perigo se concretize, pois que – em face do perigo toda a improvisação equivale a uma incorrigível sentença de morte”.

Esta era a preocupação do Governo Estadual, por isso, procurou organizar todas as tarefas de Defesa Passiva para evitar que mais pessoas perdessem suas vidas em território sergipano. Afinal, havia o temor de que novos torpedeamentos voltassem a acontecer, assim como os ocorridos em agosto de 1942, que provocaram mais de 500 (quinhentas) mortes. Vale ressaltar que, as medidas paliativas adotadas pela Marinha do Brasil, antes mesmo dos ataques, não surtiram muito efeito, como por exemplo, a pintura das embarcações em cor cinza para camuflá-las ao horizonte marítimo na tentativa de impedir que o periscópio do inimigo exista as identificasse (CRUZ, 2012).

Em Sergipe, as ações realizadas pela Campanha Antissubmarina ou *Anti-Submarine Warfare* (ASW) foram as seguintes:

1 - soldados se dispersaram pela praia com armas, binóculos e canhões; 2 – alguns pontos das suas águas oceânicas foram minados; 3 – os *marines* americanos realizaram várias patrulhas aéreas; 4 – unidades da Marinha de Guerra rondaram a costa e os estuários locais; 5 – pescadores sergipanos se transformaram nos “olhos e ouvidos” do Capitão dos Portos, Gentil Homem de Menezes. Em Aracaju, a população foi orientada a adotar a DPAAe – Defesa Passiva Antiaérea (CRUZ, 2012, p. 186).

Para cumprir certas orientações, o menor estado do Brasil contou com o apoio material e de pessoal vindo de várias localidades do país e também do exterior. As tropas de vigilância costeira, por exemplo, foram reforçadas com militares vindos da Bahia e do Rio Grande do Sul, enquanto a patrulha antissubmarina ficou a cargo dos *marines* americanos (CRUZ, 2011, 2012).

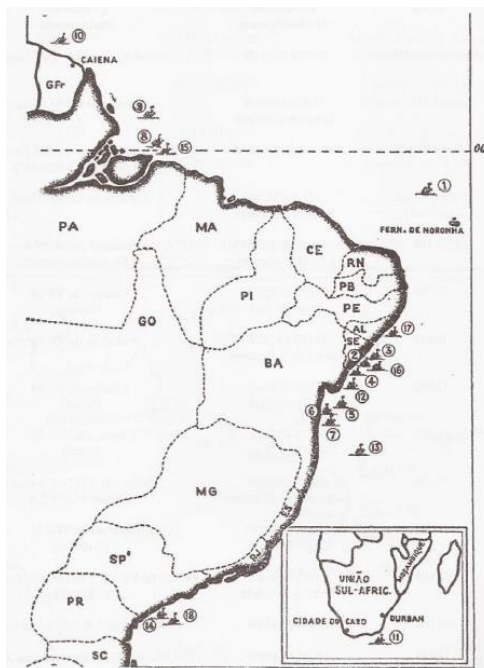
De acordo com Cruz (2012), a luta contra o inimigo nazista no estuário do Rio Sergipe se efetivou com a chegada dos navios caça-submarinos norte-americanos, os quais foram entregues à Marinha Brasileira – oito no total – entre os anos de 1942 e 1943 (GAMA; MARTINS, 1985; PORTO, 2011; CRUZ, 2011). No entanto, vale destacar que, a maioria dessas embarcações feita de madeira, também conhecida como “caça-pau”, foi construída nos

arsenais brasileiros. A sua missão era navegar o dia inteiro pela costa a procura dos *u-boots* alemães e durante a noite elas ancoravam em Aracaju.

Para a defesa do litoral sergipano foram instalados, em pontos estratégicos, vários postos de observação guarnecidos por soldados que alternavam as tarefas de vigilância e, assim, garantiam a proteção da costa. Os equipamentos geralmente utilizados por eles eram: binóculos e mapas com representações de submarinos e aviões nazifascistas, fornecidos pela Capitania dos Portos, no intuito de facilitar a identificação do inimigo, além dos aparelhos de escuta para as transmissões de informações (CRUZ, 2012).

O bombeiro Jardilino Marques que, na época, participou da tarefa de vigilância em Aracaju, contou, em entrevista fornecida à Cruz (2012) que seu posto de observação ficava às margens do Rio Sergipe, especificamente no local onde hoje se encontra o Iate Clube. Ele recordou também do medo existente com relação às possíveis invasões e ataques dos submarinos à capital.

Durante este período bélico, vale destacar que, uma das três forças militares mais exigidas foi a Marinha do Brasil, devido à intensidade da Guerra Submarina no litoral. Afinal, a campanha realizada no Atlântico Sul pelas forças do Eixo se concentrou na região nordeste do país, especificamente, entre a costa de Sergipe e da Bahia, onde ocorreu a maioria dos afundamentos, como mostra o *mapa 1* abaixo, destacando a localização de cada um deles.



Mapa 1 - Localizações dos afundamentos dos mercantes brasileiros em águas nacionais. Fonte: Brígido (2012, p. 55)⁴⁴.

⁴⁴ Posição relativa dos 18 navios atacados e afundados no Atlântico Sul: - (1) *Comandante Lira*, embora torpedeado, conseguiu salvar-se; (2) *Baependi*, (3) *Araraquara*, (4) *Aníbal Benévolo*, (5) *Itagiba*, (6) *Arará*, (7)

O Capitão dos Portos de Sergipe preocupado com a possibilidade de invasões dos submarinistas à cidade de Aracaju, providenciou logo medidas que impedissem essa ofensiva. Conforme Cruz (2012), no dia 06 de outubro de 1942, foi lançado o *Edital de Normas da Capitania dos Portos de Sergipe*, organizado por José Augusto Diniz de Aguiar Dantas que, na época, era o secretário da Capitania. Este importante documento apresentou regras de condutas e proibições, que tinha como objetivo orientar a população sergipana a agir de acordo com o contexto de guerra. Segue abaixo um trecho do edital:

De ordem do Senhor Capitão de Corveta Gentil Homem de Menezes, Capitão dos Portos deste Estado, comunico a todos a quantos possa interessar que esta Capitania dá por muito bem recomenda a proibição do corte de lenha de mangue por quem não esteja para isso legalmente habilitado, bem como a sua compra e venda fora de tais condições; a proibição de detenção em poder de particulares de quaisquer salvados de naufragos ou qualquer objeto ou embarcação que dê à praia; a obrigação que é imposta a quem quer que encontre objetos, salvados ou embarcações em tais condições, de promover a sua guarda e comunicar o encontro a esta Capitania com maior brevidade; que na forma das disposições do decreto 4557 de 10 de agosto último, todo movimento dos portos e águas interiores bem como a sua fiscalização e vigilância além da orla marítima, são a cargo desta Capitania e das entidades federais e estaduais que com ela colaborem, com o fim comum; que pelo cumprimento de disposições análogas às presentes e anteriormente tornadas públicas têm sido aplicadas às sanções regulamentares e multas a grande número de contraventores. Esta Capitania em benefício de serviço público e no cumprimento de suas atribuições não pode deixar de ser rigorosa com os infratores nem estes podem alegar ignorância das disposições legais (DANTAS, 1942 apud CRUZ; ARAS, 2012, p. 97).

O documento apresentado acima, mostra, no primeiro ponto, medidas de proteção e defesa para a cidade de Aracaju com relação às possíveis invasões alemãs. Por isso, faz referência à preservação das barreiras naturais, isto é, da vegetação litorânea formada pelo manguezal ao redor da capital, que funcionava como um bloqueio e, assim, dificultava o acesso caso os inimigos quisessem invadir. Contudo, apesar da proibição de cortar, vender ou comprar madeira procedente de mangue, esta medida não foi cumprida, principalmente,

Barcaça Jacira, (8) *Osório*, (9) *Lages*, (10) *Antonico*, (11) *Porto Alegre* (na entrada do Índico Sul), (12) *Brasiloide*, (13) *Afonso Pena*, (14) *Tutoia*, (15) *Pelotasloide*, (16) *Bagé*, (17) *Itapagé*, (18) *Campos*. Houve ainda o *Cisne Branco*, afundado em setembro de 1943, cuja posição não foi levantada (BRÍGIDO, 2012, p. 55).

devido ao racionamento do querosene que levou as pessoas mais carentes a utilizar a madeira como gênero de primeira necessidade (CRUZ, 2012).

Podemos afirmar que, um dos papéis exercidos pela Marinha neste período foi justamente tentar desenvolver na população uma mentalidade de união diante da necessidade de lutar e combater o inimigo comum a todos. Cabe destacar que, este se escondia nos ambientes aquáticos, ou seja, no mar e nos rios, por isso, era importante preservar as barreiras naturais. Afinal, caso os submarinistas conseguissem adentrar ao território, toda a população seria transformada em soldados diante do contexto de mobilização geral de guerra (CRUZ, 2012).

Já o segundo ponto destacado no documento da Capitania, refere-se à proibição de apropriação dos produtos advindos dos carregamentos das embarcações e também dos objetos das vítimas que chegavam às praias. Conforme o edital, era de responsabilidade de todo cidadão que encontrasse objetos advindos dos naufrágios guardar, avisar e entregar aos militares, para que todo material fosse, posteriormente, encaminhado à Capitania dos Portos ou ao 28º Batalhão dos Caçadores (CRUZ, 2012). Esta medida foi tão importante que até o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, a ressaltou quando enviou um telegrama ao Interventor de Sergipe, Augusto Maynard:

Muito agradeço seu comunicado [...] a cerca restabelecimento ordem Estado e recolhimento ao 28 B.C. material salvo últimos naufrágios. Sou muito mais penhorado medida tomada essa Interventoria e meu distinto camarada contida acolhimento nossos patrícios, companheiros de farda – vítimas torpedeamento nossos navios litoral Bahia Sergipe; e carinhosa assistencia moral e material lhes foi prestada no transe doloroso porque passaram, sob a nossa mais profunda consternação e repulsa⁴⁵.

Esta medida com relação aos salvados também contribuiu para o inquérito policial, auxiliando tanto na localização e identificação das vítimas com seus pertences, como no recolhimento dos restos dos navios, das baleeiras e das cápsulas dos torpedos, os quais constituíram as provas concretas dos atentados alemães contra as embarcações brasileiras.

Com relação aos carregamentos dos navios, segundo as pesquisas bibliográficas, vários produtos embalados em caixotes como tecidos, rendas, talheres, pratos, xícaras, entre outros, foram encontrados e recolhidos por pescadores que, ao invés de entregá-los aos

⁴⁵ Telegrama enviado pelo Ministro da Guerra em 21 de agosto de 1942, e publicado no jornal *Correio de Aracaju* no dia 22 de agosto de 1942. Fonte: *Jornal Correio de Aracaju*, 1942, p. 4.

militares, comercializaram informalmente a baixo custo na beira da praia, atraindo, assim, várias pessoas não só pelos preços, mas também por se tratar de uma “recordação” dos acontecimentos bélicos. As pessoas que adquiriam esses produtos acabavam recebendo um apelido dado pelos estudantes – “tíbum malafogado” –, esses termos faziam referência aos objetos do “tíbum” dos naufrágios. Devido à situação de constrangimento, muitos ficaram envergonhados de usar tais objetos, e, só com o passar do tempo, é que perderam o receio e passaram a utilizá-los no seu dia a dia.

Conforme Cruz e Aras (2012, p. 97), o termo “malafogado” se refere a “[...] tudo aquilo que não tinha afogado completamente, que voltava à tona, trazendo, porém, a marca do mal da grande tragédia marítima”. Cruz ainda afirma que, os materiais adquiridos ilegalmente (roupas, cascalhos, comidas, calçados, perfumes, objetos das vítimas, etc.) foram se dispersando pelas feiras da cidade. Dessa forma, para ele, “No meio social [...] os rastros navais continuaram a flutuar de mão em mão, ajudando a compor os lares locais” da sociedade sergipana (2012, p. 159).

Já o jornal *Correio de Aracaju*, em sua publicação do dia 27 de novembro de 1943, ao invés de considerar a apropriação dos salvados como ilegal, avaliou esta conduta da população mais carente como uma maneira de amenizar sua pobreza.

Sobre os salvados, corroboramos com Cruz (2012, p. 166) quando afirma que, através deles “[...] os aracajuanos desenvolveram costumes, práticas e conflitos”. E, devido a isso, foi possível identificar algumas condutas sociais que fizeram parte da identidade cultural dos grupos que vivenciaram essa época de guerra.

Para a defesa da capital, segundo Porto (2013), foi necessário construir em um local estratégico o novo Quartel do 28º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro (28º BC). O bairro escolhido foi o 18 do Forte por se tratar de um dos pontos mais elevados da cidade, o que possibilitaria uma visão ampla e privilegiada de Aracaju (PORTO, 2013).

O Serviço de Defesa Passiva Antiaérea foi efetivado através da atuação dos militares do 5º Grupo de Artilharia do Dorso, que tinha como dever realizar simulações de ataques aéreos, além de ensinar e orientar a população a se defender, caso ocorresse algum ataque bélico contra cidade (DUARTE, 1971 apud PORTO, 2013). Conforme Cruz (2011, p. 33), além desses grupos de militares, outros também atuaram em Aracaju, como por exemplo, a 1ª Bateria Independente e o 19º Batalhão de Caçadores.

Devido à emergência da guerra, algumas instituições estaduais tiveram até que acrescentar pessoal em seu quadro de funcionários, como foi o caso do Corpo de Bombeiro e do Pelotão da Cavalaria, sendo que, este último, uma semana após os ataques foi

transformado em Esquadrão, ficando assim responsável pelo policiamento da cidade (PORTO, 2013).

Neste período, Sergipe passou por um “isolamento” comercial, já que seu porto parou de receber embarcações e, conseqüentemente, mercadorias que abasteciam a população. Vale lembrar que, nessa época, não existiam estradas de rodagem interestaduais e nem um sistema ferroviário eficiente (CRUZ, 2012). Segundo Cruz e Aras (2012, p. 98), “O isolamento naval asfixiou o comércio e encalhou a safra açucareira nos trapiches ribeirinhos [...]. Sem a movimentação de carga a bordo dos navios, os estivadores sergipanos foram atingidos diretamente pela interrupção do transporte marítimo”.

Diante da escassez foi necessário formar uma Comissão de Tabelaento de Gêneros de Primeira Necessidade para controlar os preços perante a crise econômica provocada pela guerra (PORTO, 2013). Sobre isso, o jornal *Correio de Aracaju* do dia 22 de agosto de 1942, publicou a seguinte nota:

O “Correio” iniciou e sustentou há alguns meses uma campanha contra a carestia. Em constantes tópicos nesta secção temos interpretado o pensamento do povo sobre o angustioso problema. Para a sua solução, pedimos: criação de uma Comissão de Tabelaento, órgão capaz de reagir contra os exploradores da guerra; e, para fazer face à elevação de preços justificada pela guerra, o aumento de remuneração de todas as classes. E, pois, com satisfação vimos o Govêrno atender, em parte, à vontade pública, creando, a exemplo do que ocorre nos demais Estados, uma Comissão de Tabelaento dos Gêneros de Primeira Necessidade. Confiamos em que os membros dessa Comissão se desincumbirão com a devida coragem moral e zêlo pelos interesses coletivos da missão que lhes confiou o sr. Interventor Federal (1942, p. 1).

De acordo com Fortes (1995, p. 36) citado por Cruz e Souza (2009, p. 1487), a capital sergipana diante da ameaça submarina “[...] se sentiu mais isolada sem os costumeiros navios mercantes. Tudo demorava chegar aqui”. Os sucessivos torpedeamentos nazistas acabaram “[...] espantando os navios [...] do cais aracajuano. A cidade perdia sua feição portuária” por causa da paralisação do seu movimento. “A costa sergipana ganhou uma triste fama dos marinheiros: ‘mar dos submarinos’” (FORTES, 1995, p. 36 apud CRUZ; SOUZA, 2009, p. 1487).

Segundo Cruz (2012), a Barra do Rio Real, por exemplo, se tornou um local representativo e simbólico, devido aos ataques e naufrágios que provocaram as centenas de

mortes. Fato este que ficou conhecido, conforme Gama e Martins (1985, p. 387) como “[...] o massacre do Rio Real”. Diante deste cenário bélico, “Muitas pessoas foram desistindo de viajar nos navios de passageiros, temendo encontrar pela frente o temido submarino” (FORTES, 1995, p. 36 apud CRUZ; SOUZA, 2009, p. 1487).

A iminência de guerra transformou o centro administrativo e comercial de Aracaju, especificamente, o Parque Teófilo Dantas, em uma praça de guerra. Nele foi montado um sistema de defesa, inclusive, com formação de barricadas constituídas por centenas de sacos de areia empilhados (PORTO, 2013).

As tarefas e simulações de ataques aéreos à cidade eram realizadas pelos militares do 5º Grupo de Artilharia do Dorso. Eles se abrigavam em cima do prédio Pernambuco, onde já estavam instalados equipamentos de guerra como as baterias antiaéreas. E, munidos com velhas metralhadoras abastecidas de festim, atiravam nos supostos aviões inimigos. Este era o cenário de Aracaju no tempo da Grande Guerra (PORTO, 2013).

Para “esconder” a cidade dos olhos dos nazifascistas, que rondavam pelo mar, era necessário extinguir toda e qualquer iluminação. Durante as noites, os alertas eram acionados e as sirenes tocavam anunciando o *black-out*. Os postes eram camuflados, pintados de preto tanto na parte superior como na lateral. Já as porta e janelas das residências eram protegidas com tecidos escuros para evitar que a luminosidade saísse às ruas. Diante desta transformação na paisagem noturna da capital, surgiram alguns problemas internos, como por exemplo, aumento da violência devido à escuridão e a pouca circulação de pessoas nas ruas. De acordo com os relatos registrados na época, ocorreram vários roubos a residências e casas comerciais, além de assaltos (PORTO, 2013).

Para o governo alcançar o sucesso das operações de Defesa Passiva era necessário contar com a colaboração da população de forma disciplinar. Afinal, as estratégias de proteção coletiva precisavam do apoio de todos. Contudo, vale destacar que, nesse cenário de guerra também houve abusos por parte das autoridades policiais, especialmente da cavalaria, que usava da severidade e da violência para exigir o cumprimento das tarefas (CRUZ, 2012).

No contexto geral, podemos afirmar que, as estratégias de guerra adotadas pelo Brasil foram se aprimorando com o tempo, e, a partir de 1943, com o avanço das tecnologias navais e com a chegada dos aviões catalinas norte-americanos, a caçada aos submarinos foi se tornando fácil e eficaz (CRUZ, 2012).

Na costa sergipana, no litoral norte, por exemplo, temos o registro do afundamento de um dos *u-boots* alemães que foram bombardeados por aviões e caças americanos. Outro que também se movimentava de norte a sul pelo estado foi abatido nas proximidades do litoral

sergipano, mas do lado baiano (CRUZ, 2012). Os submarinos atacados foram: o *U-128* e o *U-161*, liderados, respectivamente, pelos comandantes nazistas Steirnet e Achilles (ARAUJO, 2008).

No livro *Naufrágios e afundamentos na costa brasileira*, de Araujo (2008), encontramos a descrição dos dois submarinos citados acima. Ambos eram de origem alemã, pertencentes à classe *U-schiffe*, do tipo *IXC* e com flotilha sediada em Lorient, na França. O primeiro a ser bombardeado foi o *U-128*, conforme Gama e Martins (1985), que já se movimentava pelas águas brasileiras desde o dia 09 de maio de 1943, quando foi detectado por marcações radiogoniométricas. No entanto, ele só “[...] tentou atravessar a escolta do Comboio *TJ-13* constituído pela Corveta *Cabedelo* [...] e pelos Caça-Submarinos *Gurupi* e *Jaguaribe* [...]” no dia 17, quando foi detectado pelo sonar desta última embarcação, que imediatamente o bombardeou, mas não conseguiu destruí-lo (1985, p. 384). Quando o *u-boot* veio à superfície foi localizado novamente, mas, de acordo com a doutrina da missão básica da escolta, o *Jaguaribe* não poderia sair de seu posto no comboio para atacá-lo mais uma vez, por isso, apenas acionou o alerta e repassou a informação para as outras embarcações (GAMA; MARTINS, 1985).

Contudo, o *U-128* não tinha como escapar do Sistema de Defesa instalado no litoral nordestino guarnecido tanto por militar brasileiros como por norte-americanos. Logo no dia seguinte, ele foi encontrado e avariado pelos aviões ianques, que lançaram bombas de profundidades impedindo assim que ele submergisse. Dessa forma, parado sobre a superfície foi facilmente identificado pelos destróieres *USS Moffet* e *USS Jouett*, que o destruiu a tiros de canhões, afundando-o. Foram resgatados 51 submarinistas, no entanto, quatro deles reagiram e tentaram atacar a tripulação de um dos contratorpedeiros e, por isso, acabaram sendo mortos, sobrevivendo apenas 47 (GAMA; MARTINS, 1985). Vale ressaltar que, nenhum desses prisioneiros de guerra foi interrogado pelas autoridades brasileiras, nem ficou sediado em Aracaju. Todos foram conduzidos pelos militares norte-americanos para a base naval de Aratu, em Salvador, na Bahia (GAMA; MARTINS, 1985).

Cruz (2012) em sua dissertação também comenta sobre a perseguição feita ao *U-128*. Entretanto, fornece outra data para o ataque, 16 de maio de 1943. Ele afirma que este submarino foi detectado pelo radar da aeronave *VP-74*, que estava embasada em Aracaju. O alerta foi acionado e logo as tropas brasileiras começaram as buscas pelo litoral norte do estado, local onde mais tarde o *u-boot* alemão acabou sendo abatido.

Já os dados apresentados por Araujo (2008) complementam essas informações ao fornecer as localizações, tanto do primeiro ataque feito pelo navio patrulha *Jaguaribe*

(11°05'S 36°06'W), quanto à localização dos últimos ataques feitos pelos aviões e contratorpedeiros entre a região costeira de Sergipe e Alagoas (Lat: 10°00'S Long: 35°35'W). Contudo, os dados apresentados por Araujo (2008), especificamente com relação às vítimas, divergem dos informados por Gama e Martins (1985). Afinal, o primeiro afirma que foram mortos sete submarinistas, já o segundo informa que foram apenas quatro. Diante disso, vale destacar que, é necessário contrapor as fontes de informações para mostrar que nem sempre existe consonância com relação aos dados apresentados. Por isso, devemos pesquisar em uma variedade de fontes para contestar ou corroborar as informações (ORSER, 1992).

O segundo submarino atacado próximo a Sergipe foi o *U-161*. Ele foi torpedeado e afundado nas imediações da Barra do Rio Real, só que do lado baiano, no dia 27 de setembro de 1943 (CRUZ, 2012). Araujo (2008) afirma que, ele foi bombardeado por um avião norte-americano a 100 metros da costa da Bahia (Lat: 12°30'S Long: 35°35'W). Contudo, apresenta uma data diferente de Cruz (2012) para o dia do ataque, 26 de setembro, além de informar que não houve notícias sobre vítimas.

Já Gama e Martins (1985) afirmam que, o *U-161* pode ter sido detectado antes mesmo das datas apresentadas acima, ou seja, teria sido identificado no dia 13 de setembro, enquanto navegava pelo estuário do Rio Amazonas. Depois, ele se deslocou pelo litoral e no dia 20 já estava se movimentando pelas águas do Rio São Francisco, onde atacou e afundou um navio mercante brasileiro não identificado. Após a agressão, seguiu para a região norte, em direção a Maceió, e no dia 26 atacou mais um navio, a vítima desta vez foi o navio mercante *Itapagé*. No dia seguinte, 27 de setembro, rumou para a região baiana, nas imediações de Salvador, onde acabou sendo encontrado pelo avião *PBM* norte-americano que o bombardeou e o viu submergir como quem tinha afundado, mas não se sabe ao certo, se ele realmente foi destruído ou se conseguiu escapar, contudo, nunca mais se ouviu falar de agressões realizadas por ele (GAMA; MARTINS, 1985).

De acordo com as pesquisa orais realizadas por Cruz (2012) com José Nunes (Zé Peixe) e Dona Salvelina Moraes, que vivenciaram essa época de guerra em Aracaju, conforme suas memórias, foram os aviões americanos que conseguiram afundar e expulsar os submarinos nazistas do litoral brasileiro.

No caso sergipano, as tarefas de proteção não cessavam. Durante o dia, os aviões monitoravam a região costeira; os caça-submarinos navegavam a procura dos inimigos; e os homens do mar ficavam em alerta a procura de algum movimento estranho nas águas. À noite, era realizado o *black-out* deixando a cidade “invisível” aos olhos dos submarinistas, e o policiamento era reforçado nas ruas para manter a ordem e minimizar as ações dos

criminosos, que tentavam se aproveitar da situação de guerra para promover assaltos e badernas (CRUZ, 2012; CRUZ; ARAS, 2012; PORTO, 2013).

Vale ressaltar que, nessa época, “[...] a propaganda do Estado era sempre forte e relutante em dizer que o Brasil estava pronto para lutar conjuntamente com as democracias americanas, evitando, assim, tornar público toda fragilidade militar e bélica existente no país em caso de guerra” (SCHURSTER 2013, p. 55). Os soldados, por exemplo, estavam instalados em fortes de maneira bastante precária vigiando o litoral. Afinal, o apoio dos Estados Unidos para a preparação da guerra só foi chegando no decorrer do conflito.

Segundo Schurster (2013), nos últimos anos da guerra, os aviões americanos e brasileiros passaram a circular entre os portos mais distantes do Brasil. Já os dirigíveis americanos ficaram próximos à costa. “Este era o Nordeste pronto para a guerra. Apesar de todas as deficiências, a força da retaguarda conseguiu exercer grande papel no conflito do Atlântico Sul” (2013, p. 55).

Diante de todo esse contexto de guerra apresentado, podemos afirmar que, os sergipanos viram de perto em seu litoral não só as supostas ou remotas possibilidades de ataques de guerra, mas, sim, a sua efetividade materializada através dos restos mortais e dos destroços das embarcações que deram às praias, além da preparação de guerra que mobilizou a todos.

Conforme Cruz e Aras (2012, p. 94), a situação bélica só “[...] começou a se inverter para o lado dos aliados, quando as Forças Armadas do Brasil e os *marines* americanos reforçaram a segurança costeira [...]” da América com o auxílio das tecnologias navais. Dessa maneira, os submarinos ou “lobos cinzentos” acabaram perdendo “[...] o seu elemento surpresa e passaram a ser caçados com mais facilidade pelos aviões de guerra” (CRUZ; ARAS, 2012, p. 94).

Sobre os sergipanos que serviram à Marinha no tempo da guerra, chegando alguns inclusive a morrer a bordo dos navios, podemos destacar:

[...] *A bordo do navio Vital de Oliveira* [...] 9 sergipanos: Alcides Lopes Cavalcanti (GR), Antônio Pereira da Silva (CB-MA), Carlos Campos de Barros (GR), Domingos Sérgio dos Anjos (3º SG-CA), Francisco Ribeiro (CB-MA), José Ferreira Filho (1ª CL-MA), Luiz Batista de Jesus (GR), Pedro de Almeida (2ª CL-MA) e Raul Bispo dos Santos (CB-EL).

[...] *A bordo do Coveta Camaquã* [...] havia um sergipano: Celestino Bispo dos Santos (1ª CL-MA).

[...] *A bordo do Cruzador Bahia* [...] 18 sergipanos: Alfredo de Oliveira (2ª CL-TA-AR), Antônio Brandão de Carvalho (2ª CL-

MR), Antônio de Jesus (2ª CL-AT), Audálio Gonçalves dos Santos (3º SGT-TM), Carlos Amarante dos Santos (2ª CL-TM), Cassiano Francisco dos Santos (CB-MR), Durval Fernandes Chaves (SO-ES), Ismael José dos Santos (1ª CL-MA), Jessé Chrysologo da Graça (CB-EL), João Gomes dos Santos (CB-MR), João Serafim de Oliveira (3º SGT-MA), José Theodoro (CB-MR), Lauro José dos Santos CB-(MR), Lourival Rodrigues da Silva (3º SGT-TM), Ludgero José dos Santos (1º CL-MA), Manoel Pedrosa (3ª CL-TA-AR), Maurindo dos Santos (1º SGT-MO) e Vampré Siqueira de Jesus (GR) (CRUZ, 2012, pp. 190-191, grifo nosso).

Diante disso, corroboramos com Cruz (2012, p. 191) quando afirma que: “Ainda se tem muito que fazer pela memória dos brasileiros que perderam suas vidas [...]” durante este período de guerra mundial.

Vale destacar que, a guerra chegou ao fim, no dia 8 de maio de 1945, quando as nações Aliadas conseguiram impor a rendição à Alemanha. Com isso, o Almirante Karl Dönitz que, na época, era *Führer* e Comandante-em-Chefe da Marinha Alemã ao mesmo tempo, transmitiu a ordem de cessar os combates aos submarinos que restavam perante a guerra (CRUZ, 2012). “E pela segunda vez, em 30 anos, os *U-boots* fracassaram em sua proposta de derrotar as marinhas do mundo e tiveram de acabar suas carreiras em portos inimigos” (PRESTON, 1983, p. 46 apud CRUZ, 2012, p. 192).

Enfim, podemos concluir este subtópico, afirmando que, o nosso objetivo foi saber como a Marinha de Guerra do Brasil procedeu na defesa do litoral e do território nacional, especificamente, na costa sergipana. Além de perceber a real participação do país no conflito, buscando, assim, resgatar esses momentos significativos da nossa história. Afinal, este resgate histórico realizado através do estudo da Arqueologia Histórica, por meio da cultura material e das fontes escritas, nos possibilitou enxergar com um olhar diferente do tradicional, a participação e o esforço social, político e econômico de guerra nessa região costeira que foi a primeira a sofrer diretamente com as consequências do conflito mundial.

CAPÍTULO III – PRAIA: “DE CEMITÉRIO A CÉU ABERTO À MONUMENTO”

[...] a morte está presente ao longo da existência humana, e o homem é a única espécie a ganhar um ritual fúnebre, a única espécie a crer na ressurreição da alma (BASTIANELLO, 2009, p. 150).

Tratar sobre a questão da morte na contemporaneidade ainda é um tabu, já que a sociedade ocidental capitalista do presente está fundamentada no conceito de vida plena e busca da felicidade constante, o que se opõe claramente ao conceito de finitude humana. Esta sociedade do consumo e da tecnologia procura cada vez mais artifícios que melhore e prolongue a vida, fugindo, assim, de maneira aparente, de uma passagem obrigatória a todos os seres vivos: a morte (BASTIANELLO, 2009).

Diante desta perspectiva é compreensível que a temática da morte, no período histórico, tenha sido pouco debatida pelos pesquisadores. Contudo, é preciso destacar que nas últimas décadas, com a ampliação das fontes e das abordagens promovida pela Escola dos Annales, questões antes não trabalhadas passaram a despertar interesse, como por exemplo, o estudo dos cemitérios – sociedade dos mortos – enquanto representação da sociedade dos vivos (COSTA, 2012).

Os arqueólogos, em particular, tendo como base o estudo da cultura material com o objetivo de compreender as transformações sociais (FUNARI, 2006), enxergaram nas estruturas tumulares – não só do passado longínquo como também do passado recente – mais um viés de pesquisa que possibilita entender as mudanças de mentalidade ocorridas ao longo do tempo através das variações da produção de artefatos mortuários presentes nos enterramentos, em outras palavras, o espaço cemiterial nos permite fazer leituras sobre a morte, além de possibilitar identificar as atitudes do homem diante da morte mediante a presença e/ou ausência das práticas e rituais fúnebres (ARIÈS, 1989).

Nesse sentido, “[...] as sepulturas servem como um diálogo entre o morto e quem o edificou, possibilitando ser o túmulo um objeto de mediação, isto é, a mediação entre o morto e o vivo” (BASTIANELLO, 2009, p. 150). Dessa maneira, a importância desse tipo de estudo tem se revelado na medida em que consideramos o equipamento cemiterial em si, como possuidor da contribuição de inúmeras gerações que formaram ao longo dos anos um patrimônio local, já que se trata de “[...] um espaço de construção e reconstrução de memória coletiva e tem um precioso acervo” (2009, p. 160).

Neste último capítulo, vamos apresentar os resultados obtidos a partir das pesquisas realizadas sobre os cemitérios que foram construídos, especificamente, para enterrar brasileiros – civis e militares – vítimas da Segunda Guerra Mundial. O objetivo principal é fazer comparações entre esses equipamentos cemiteriais, buscando identificar diferenças e semelhanças com relação às estruturas materiais, como também tentar entender os significados simbólicos e a representatividade deles para a nação. Por fim, apresentaremos alguns exemplos de cemitérios norte-americanos, buscando compará-los aos brasileiros, além tentar perceber neles o tratamento que é dado pelas autoridades e o reconhecimento e respeito concedido pela população.

Tomando como base os resultados obtidos com as pesquisas bibliográficas, identificamos que existem quatro “cemitérios” brasileiros que foram construídos para abrigar os restos mortais das vítimas da Segunda Guerra Mundial. Três deles estão edificadas em território nacional e o outro foi erguido na Europa, especificamente na Itália. A partir de agora, vamos apresentar, de maneira geral, cada um deles identificando suas localizações, características, estado de conservação, significados simbólicos e outros aspectos.

Em Aracaju, por exemplo, encontramos dois desses cemitérios, ambos nomeados de “Cemitérios dos Náufragos”, os quais são considerados como resultantes dos trágicos torpedeamentos navais ocorridos no litoral de Sergipe, em agosto de 1942, que vitimou civis e militares. Já os outros dois foram construídos em locais diferentes, um em Pistóia, na Itália, e o outro no Rio de Janeiro. Ambos são resultantes dos confrontos diretos enfrentados pelos militares brasileiros no *front* europeu, onde infelizmente centenas deles perderam suas vidas em nome da pátria.

É apropriado evidenciar que, a metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho de Arqueologia Histórica buscou analisar os objetos de estudos – os equipamentos cemiteriais – tanto por meio de fontes materiais, a exemplo de algumas estruturas, como também por meio de análises de fontes escritas e iconográficas.

3.1 – Os Dois Equipamentos Cemiteriais dos Náufragos

O primeiro cemitério de vítimas da Segunda Guerra Mundial construído em território nacional foi o Cemitério dos Náufragos, em Aracaju, no ano de 1942, devido a urgência da situação trágica em que centenas de mortos foram encontrados espalhados pela costa sergipana. Diante de um alto número de vítimas, não foi possível enterrar todas nos cemitérios

já construídos da capital. Por isso, foi necessário abrir um “cemitério improvisado” na praia de Atalaia, talvez, nesta localidade, devido ao aproveitamento de um campo santo que já existia na região chamado pela comunidade local de Cemitério dos “Manguinhos” ou “Campinhos” (MELLO; CERQUEIRA, 2012, p. 2).



Figura 29 – Sepultamento dos náufragos na praia de Aracaju - SE. Fonte: Cruz (2012, p. 155)⁴⁶.

A *figura 29* publicada no livro *Agressão* pela Imprensa Nacional, em 1943, demonstra em parte a dimensão da tragédia. Vários corpos revirados (na posição decúbito ventral), seminus, jogados na areia sem nenhum tipo de tratamento ou cuidado especial que deve ser concedido aos mortos no momento do enterramento, exceto, pelo tipo de cova que demonstra pelo menos a individualidade de cada um. No entanto, é pertinente sublinhar que a cena fotográfica representa apenas uma parte do todo, afinal, o destino de muitos foi a cova coletiva.

Ao analisar a imagem, percebemos também que não há um acompanhamento material fúnebre, nem caixão, nem roupas adequadas, nem flores ou algo representativo como um cerimonial religioso. Pelo contrário, há uma crueza no tratamento, talvez, devido à brutalidade da situação bélica e das condições oferecidas pelas autoridades, que não possibilitaram realizar um enterramento tradicional “decente” e respeitável a esses brasileiros, vítimas de uma guerra da qual o país ainda não estava oficialmente envolvido.

⁴⁶ Registro fotográfico publicado no livro *Agressão – Documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. Fonte: Cruz (2012, p. 155).

Este “equipamento cemiterial” nomeado oficialmente de Cemitério dos Náufragos, está situado à beira mar, na Rodovia Presidente José Sarney, no Bairro de Atalaia. Todavia, se buscarmos este local na internet pelo Google Maps não iremos localizá-lo. Sobre o fato de estar em uma rodovia movimentada, infelizmente ele passa despercebido aos olhos de muitos, pois o mesmo não tem fachada ou placa indicativa que sinalize sua localidade.

Atualmente, sua estrutura é cercada por um muro baixo que mede 40cm de altura e possui arame farpado preso a várias colunas que medem 2 metros de altura, sendo a distância dele para a pista de 4 metros (*ver figura 30*). Vale ressaltar que, o arame farpado que está em parte quebrado possibilita o acesso livre ao interior do cemitério. O “portão” principal deste cemitério é, na verdade, uma cancela de madeira que mede 2 metros de largura e fica na parte central. A largura frontal da estrutura mede 19 metros e 80cm (lado direito) e 21 metros e 95cm (lado esquerdo), totalizando 43 metros e 75cm.



Figura 30 – Cemitério dos Náufragos localizado na praia de Atalaia onde foram enterradas várias vítimas dos atentados nazistas⁴⁷.

⁴⁷ Fonte: Fotografia tirada pela autora, Aracaju, janeiro de 2015.

Sobre a dimensão cemiterial na atualidade, quando comparamos com as informações presentes nas fontes escritas a respeito da década de 1940, época em que dezenas de pessoas foram enterradas, logo percebemos a diferença. Afinal, hoje, o cemitério apresenta uma pequena dimensão. Contudo, de acordo com Mello e Cerqueira (2011, 2012), o mesmo era realmente maior, mas devido à construção da rodovia seu tamanho diminuiu. Para nós, isso pode significar, talvez, que ainda existam enterramentos sob a pista ou do outro lado, na areia da praia, próximo ao mar.

Com relação aos tipos de enterramentos encontrados neste espaço, identificamos dois: o de cova rasa de terra, que demonstra um enterramento individual em sua maioria, e a sepultura em monumento⁴⁸, que demonstra a intenção de enterramento coletivo de membros de uma mesma família. Sobre este último tipo, notamos que alguns jazigos já estão degradados pela ação do tempo e também do homem, afinal, não há um acesso limitado ao cemitério, fato este que dá margem para vandalismo.



Figuras 31 a 34 – Enterramentos em covas rasas e em sepulturas monumentos, Cemitério dos Náufragos, Atalaia, Aracaju – SE⁴⁹.

⁴⁸ Conceito retirado da obra, *O homem diante da morte*, de Philippe Ariès (1989).

⁴⁹ Fotografias tiradas pela autora, por Christian Rocha, Dalline Guimarães e Davisson Oliveira, em 2015.

A diferenciação percebida nas construções tumulares, no geral, nos permite ler as diferenças sociais e econômicas que existiam na sociedade do passado, a qual se refletiu, consequentemente, na sociedade dos mortos, sendo demonstrada por meio dos artefatos presentes no cemitério, os quais têm a função de homenagear a memória dos indivíduos ali enterrados (BASTIANELLO, 2009). Assim, podemos dizer que este cemitério representa a parcela da população que não tinha posses, já que ele é bem simples e possui poucas estruturas funerárias.

Uma das características que nos chamou a atenção neste equipamento fúnebre foi a ausência de um padrão nos enterramentos, ou seja, todos voltados para o mesmo lado. Notamos que a maioria está virada para o interior do cemitério, isto é, de costas para o mar. Existem também alguns localizados ao fundo, na diagonal e na lateral, aparentemente aproveitando o espaço interno delimitado pelo muro. Diante disso, passamos a considerar a possibilidade de, talvez, a frente do cemitério ter sido do lado contrário ao que é hoje. Para formular esta hipótese, tomamos por base os enterramentos que estão dispostos na posição em que normalmente os corpos são sepultados, ou seja, com os pés virados para a porta. E, como sabemos que o cemitério é anterior à construção da rodovia, o acesso, na época, poderia ter sido através da fazenda e não pela praia.



Figuras 35 e 36 – Não há padrão nos enterramentos do Cemitério dos Náufragos, Atalaia, Aracaju – SE⁵⁰.

A respeito da paisagem cemiterial atual, podemos inferir que ainda é bastante semelhante a de 1942, já que predominam as covas rasas de areia. No entanto, após a pesquisa de campo, analisando cada sepultura, percebemos que nenhuma delas faz referência aos enterramentos dos náufragos. A maioria possui datação acima da década de 1940, sendo muitas inclusive recentes. Contudo, convém destacar que foi encontrada somente uma

⁵⁰ Fotografias tiradas pela autora, por Christian Rocha, Dalline Guimarães e Davisson Oliveira, em 2015.

sepultura com datação de 1940 (*ver figura 37*), mas não sabemos se faz referência ao nascimento ou ao falecimento até porque não há um padrão nas identificações das cruzes. Porém, como esta cruz ainda está em bom estado de conservação, provavelmente, o enterramento deve ser recente.



Figura 37 – Sepultamento que se remete a década de 1940, no Cemitério dos Náufragos, Atalaia, Aracaju – SE. Fonte: Fotografia tirada pela autora, 2015.

Outra sepultura que merece destaque, apesar de ter data de falecimento recente, é a cova rasa de um ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, exposta na *figura 38*. É importante dar ênfase a este enterramento porque ele é o único que condiz com a placa que está pregada na grande cruz, localizada na parte central do cemitério, logo na entrada, e que possui a seguinte inscrição: “Os ex combatentes da 2ª Guerra Mundial que lutaram na Itália em 1942 a 08 de julho de 1948. Que as autoridades não esqueçam dos heróis que lutaram pela nossa pátria”.





Figuras 38 a 40 – Placa referente aos ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial, no Cemitério dos Náufragos, Atalaia, Aracaju – SE. Fonte: Fotografias tiradas pela autora, 2015.

Todavia, ao refletirmos sobre esta única placa informativa, nos damos conta que ela foi colocada pelas autoridades de maneira equivocada neste cemitério, pois o mesmo não serviu para enterrar os militares que foram combater na Itália “em 1942 a 08 de julho de 1948”, até porque a guerra acabou em 1945. Na verdade, este cemitério serviu para enterrar os civis e militares que morreram na costa sergipana como vítimas de um atentado trágico-naval, em que três embarcações foram torpedeadas pelo submarino alemão *U-507*. Assim, este fato equivocado mostra apenas o descuido e falta de atenção com este espaço fúnebre por parte das autoridades, as quais deveriam ser as responsáveis pela salvaguarda do espaço público e também da memória coletiva.

Sobre o significado simbólico deste cemitério para a população, com base nas pesquisas, percebemos que a maioria das pessoas infelizmente o desconhece. Isto prova que, enquanto espaço de memória histórica, ele foi escolhido para ser esquecido. Talvez, por fazer referência a um passado doloroso da nossa história local e nacional. Ou simplesmente pelo fato de não haver uma tradição no país de culto aos mortos, ou melhor, à memória dos mortos, principalmente, os que foram vítimas de guerra (PIOVEZAN, 2014). A respeito disso, Bellomo (2008, p. 51) afirma que:

[...] a associação de vivos e mortos raramente ultrapassa a terceira geração ascendente. O tempo enfraquece a memória, e a relação entre o antepassado e seus descendentes vai aos poucos desaparecendo. Poucos brasileiros sabem onde está o túmulo dos seus ascendentes além dos bisavós.

Na época do pós-guerra, talvez, este cemitério tenha ganhado notoriedade e significado para aquela geração que conviveu – antes dos trágicos acontecimentos – com as

vítimas que foram enterradas aqui. No entanto, com o passar do tempo, como mesmo afirmou Bellomo (2008), os laços que ligam os vivos e os mortos, através da memória, vão enfraquecendo. Logo, se essas vítimas não forem rememoradas, ano após ano, em uma tradição de culto e homenagens aos mortos, elas inevitavelmente caem no esquecimento.

Já o segundo cemitério, nomeado de “Monumento dos Náufragos”, pode ser considerado como uma espécie de extensão do primeiro, pois sua construção, na década de 1970, teve como finalidade abrigar os restos mortais que seriam retirados do cemitério “original”, devido a construção da Rodovia José Sarney, a qual atravessaria, em parte, o interior do primeiro cemitério, implicando, assim, na sua diminuição e, conseqüentemente, na retirada dos restos mortais das vítimas.



**Figura 41 – Cemitério dos Náufragos localizado no Mosqueiro, Aracaju – SE.
Fonte: Fotografia tirada pela autora, 2015.**

A respeito da localização deste segundo equipamento cimiterial, de acordo com as observações feitas durante as pesquisas de campo, identificamos que ele está situado na Rodovia dos Náufragos, no Bairro Mosqueiro, em Aracaju/SE. No entanto, é válido fazer uma ressalva com relação ao acesso a este local, já que está situado em uma rua estreita e sem saída, além de não haver nenhuma placa indicativa que faça referência a sua existência na região. Com relação à pesquisa deste na internet pelo Google Maps, infelizmente, não iremos localizá-lo assim como o Cemitério dos Náufragos “original”.

Este cemitério é composto por uma estrutura monumental de mármore, localizada na parte central, que possui dez gavetas. Segundo Porto (2013), nelas possivelmente estariam guardados os restos mortais das vítimas dos naufrágios. Contudo, Cruz (2012) afirma que elas estão vazias, sendo este monumento apenas um túmulo simbólico. Diante disso, ao fazermos uma referência ao cemitério anterior, podemos dizer que, os sepultamentos individualizados do primeiro foram suprimidos pelo sepultamento coletivo, em gavetas, deste segundo.

Além desta construção em mármore, vale ressaltar que, há também um mastro para hastear a Bandeira Nacional, uma âncora simbólica e uma grande cruz, as quais representam, respectivamente, a presença do Estado, da Marinha do Brasil e da Religião Cristã.



Figura 42 – Cemitério dos Naufragos localizado no Mosqueiro, em destaque a cruz, o mastro de hastear a bandeira e a âncora simbólica. Fonte: Fotografia tirada pela autora, 2015.

Notamos que a estrutura deste equipamento cemiterial é organizada e se difere completamente do anterior. Ele possui muros altos, um portão de ferro e um jardim ao redor da estrutura central, sendo o seu estilo *monumental*, que, nesse caso, segundo Ariès (1989), “[...] os túmulos transformam-se em monumentos; os monumentos são forçados a serem túmulos” (ARIÈS, 1989, p. 598).

Ao observarmos esta pequena construção central, onde estão os túmulos simbólicos, percebemos que há uma placa com a seguinte inscrição: “Cemitério dos Naufragos dos navios

mercantes Baependi, Araraquara e Aníbal Benévolo. ‘Aí está o golpe mais traiçoeiro e terrível vibrado contra o coração da nacionalidade’”.



Figura 43 – Placa referente aos naufragos da Segunda Guerra Mundial, Cemitério dos Naufragos, Mosqueiro, Aracaju – SE⁵¹.

A partir das informações contidas na placa, percebemos que elas estão carregadas de emoção e consternação. Na verdade, a placa representa o discurso das autoridades da ditadura militar da década de 1970, discurso esse que foi descrito inclusive pela historiografia oficial a respeito dos ataques nazistas a uma nação não beligerante como era o Brasil na época dos torpedeamentos. Por isso o: “Aí está o golpe mais traiçoeiro e terrível vibrado contra o coração da nacionalidade”.

Com base nos resultados obtidos a partir das observações de campo, entendemos que a materialidade presente neste segundo cemitério condiz, de certa maneira, com a noção de “Memorial”, o qual foi construído para homenagear e relembrar a memória dos que perderam a vida pela nação, mesmo sem estarem em combates. Contudo, a pequena espacialidade deste monumento contradiz a função de homenagens, pois cabe poucas pessoas neste local. Sendo assim, o que prevalece é o seu simbolismo. Outro ponto que nos chamou a atenção foi a ausência dos nomes das vítimas, as quais supostamente seriam a razão de ser deste Monumento, entretanto, elas não são homenageadas de forma individual levando em consideração a identidade pessoal de cada uma.

Após a realização das pesquisas de campo nos dois equipamentos cemiteriais, concluímos que, mesmo não havendo sepulturas que pudessem comprovar a existência de enterramentos de naufragos nestes locais, as informações das placas tanto a pregada na cruz

⁵¹ Fotografia tirada pela autora em 2015.

como a anexa ao memorial, atestam o contexto da guerra por Sergipe. Mas, vale destacar que, estas placas são pequenas e ficam no interior dos cemitérios.

Com relação à questão da preservação dos cemitérios, notamos que o monumental está em boas condições, até porque o seu acesso é controlado por um zelador, o senhor Nailson Conceição Santos⁵², que exerce esta função desde o ano de 1987. Em entrevista, ele afirmou que o cemitério recebe, de vez em quando, visitas de alguns parentes das vítimas, de funcionários da prefeitura e também de excursões de estudantes.

Já as condições do cemitério “original”, observamos que são opostas as do cemitério “memorial”. Primeiro, porque ele está em uma rodovia movimentada, cercado apenas por arame farpado, o que facilita o acesso livre a qualquer pessoa. Segundo, porque está interditado pelo Ministério Público Estadual (MPE) desde o ano de 2006, por ter sido considerado um cemitério “ilegal”, conforme Mello e Cerqueira (2011, 2012).

No entanto, mesmo estando interditado, a população local, em forma de protesto ao descaso das autoridades com relação à providência de novos cemitérios nessa região, abriu passagens “informais” que dão acesso ao interior do cemitério “original” para poder continuar enterrando seus entes queridos. Este fato demonstra a “resistência” das pessoas, conforme o conceito de Funari (2002), em aceitar à imposição judicial que proíbe os enterramentos neste local. Diante de tal situação, fica claro que este equipamento cemiterial encontra-se “abandonado”, sendo a cada dia destruído tanto pela ação do tempo como pelo descuido daqueles que deveriam zelar pela memória coletiva – as autoridades.

Sobre isso Froner (1995, p. 295) citada por Bastianello (2009, p. 158) afirma que, “[...] não existe nenhum material natural ou sintético que não se degrade com o passar do tempo”. Bastianello ainda reforça dizendo que “[...] toda a degradação é irreversível, pois a obra não voltará ao seu estado original. Porém, a degradação pode ser estacionada e controlada” (2009, p. 158). Portanto, é preciso haver um gerenciamento deste equipamento cemiterial “original” assim como existe no monumental, para que este espaço funerário, que abriga ou abrigou corpos de civis e militares vítimas da guerra, seja conservado tanto quanto os bens históricos e materiais existentes nele.

Com relação às “estruturas” – fontes de informações históricas segundo Orser (1992) –, no primeiro cemitério não encontramos nenhuma âncora simbólica e nenhum mastro para hastear a bandeira, diferente do segundo, onde há todos esses elementos. Já o símbolo da cruz, este está presente nos dois equipamentos cemiteriais, sendo que, no “original”, existem várias

⁵² Entrevista realizada pela autora no dia 02 de novembro de 2014.

espalhadas pelos sepultamentos, enquanto que no memorial existe apenas uma. As cruzes principais, em ambos os cemitérios, são altas, feitas em madeira e localizadas na parte central. Com relação à única cruz encontrada no equipamento monumental, talvez, ela simbolize o desejo das autoridades, da época, de manter um certo distanciamento do viés religioso, ou seja, buscando homenagear os mortos da guerra mais como heróis da pátria.

Diante disso, deixamos aqui uma crítica com relação a este monumento, o qual foi planejado e, mesmo assim, não foi dado destaque aos nomes dos homenageados. Fato este que demonstra uma falta de consideração com cada brasileiro que perdeu sua vida por motivos da nação. Esta crítica toma como base outros dois cemitérios monumentais que veremos mais a frente, os quais têm como representações materiais e simbólicas, os nomes descritos de cada militar que foi enterrado sob a bandeira nacional. Assim, vemos então aqui, a morte coletiva em detrimento da morte individual de cada vítima.

Ao compararmos as informações obtidas com as pesquisas de campo em relação as que estão presentes nas fontes escritas sobre os dois Cemitérios dos Náufragos, percebemos que não há uma concordância, pois os discursos históricos e oficiais não se refletem na cultura material existente nos cemitérios, tanto com relação as suas estruturas e dimensões, como no cuidado, acesso e sinalização. Até porque, só foi possível reconhecer esses equipamentos cemiteriais como respectivos memoriais dos acontecimentos trágicos da guerra, porque tínhamos informações prévias sobre eles e, quando chegamos aos locais, só as duas pequenas placas atestaram as informações, apesar dos dados equivocados.

Enfim, cabe aqui ressaltar que, o nosso objetivo final foi discutir a respeito da materialidade e também da ausência dela, na tentativa de contribuir para uma construção crítica e reflexiva do conhecimento a cerca destes episódios, tidos como marcantes para a sociedade sergipana e brasileira da época da Segunda Guerra, já que a tragédia naval ocorrida em Sergipe foi utilizada como o motivo maior para a entrada do país na guerra.

3.2 – Cemitérios e Monumentos das vítimas da Segunda Guerra Mundial: caso brasileiro x caso norte-americano

Além dos dois Cemitérios dos Náufragos, situados em Aracaju, e já explanados no subtópico anterior. Existem mais dois cemitérios de vítimas da Segunda Guerra que abrigam restos mortais de brasileiros. O terceiro, por exemplo, foi construído fora do território nacional, especificamente, na cidade de Pistoia, situado ao norte da Itália, no ano de 1944

(ROCHA, 2007; PIOVEZAN, 2011, 2013, 2014, 2016; OLIVEIRA; ROSTY, 2012; ROSTY, 2012; RIBEIRO, 2013).

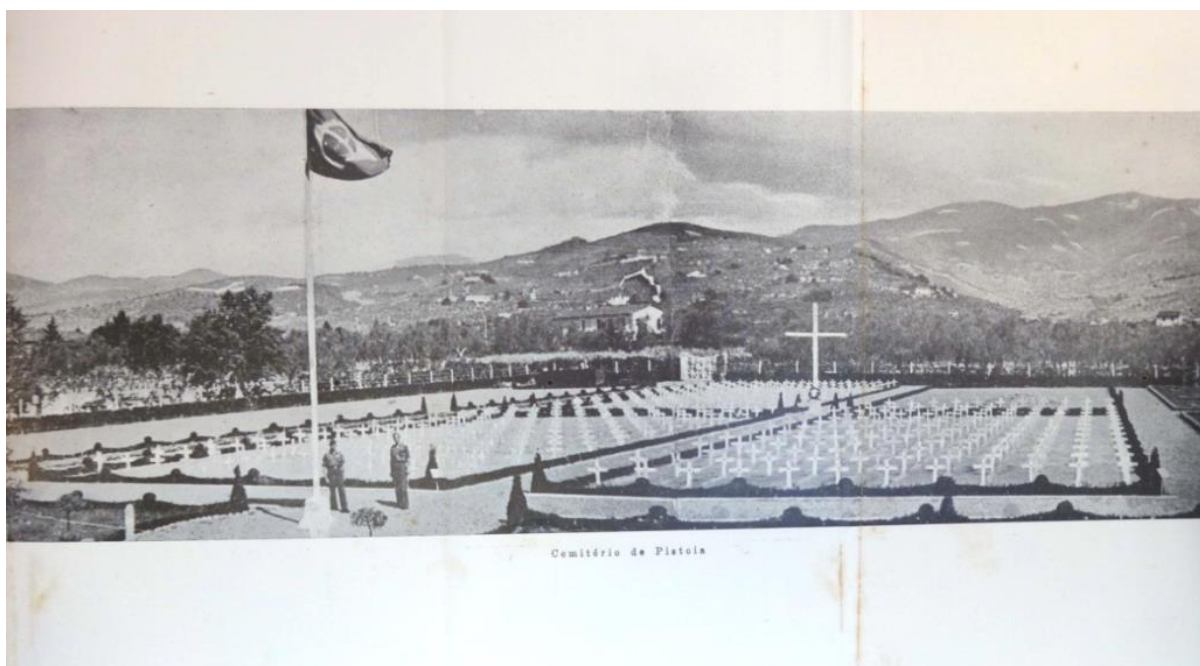


Figura 44 – Cemitério Militar Brasileiro em Pistoia, na Itália. Fonte: Piovezan (2014, p. 241)⁵³.

Este antigo Cemitério Militar abrigou, por muitos anos, os corpos dos membros da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutaram no *front* europeu e acabaram perdendo suas vidas em combates, em um total de “466 mortos” (PIOVEZAN, 2014, p. 4).

Sobre sua localização, Piovezan (2016) afirma que não é de fácil acesso, pois Pistoia não é tão conhecida como outras cidades italianas. Além disso, este espaço fúnebre não fica no perímetro central urbano e nem existe acesso a ele por trem. Dessa forma, para visitá-lo é preciso saber previamente de sua existência, podendo chegar por meio de automóvel. Todavia, se pesquisarmos por este local na internet pelo Google Maps iremos localizá-lo diferentemente do que acontece com os dois Cemitérios dos Náufragos, em Aracaju.

O cemitério em Pistoia foi construído devido à participação efetiva dos militares brasileiros na grande guerra que lutaram ao lado dos Aliados. No início, os soldados eram enterrados nos cemitérios militares norte-americanos por causa da subordinação brasileira ao V Exército dos Estados Unidos (PIOVEZAN, 2012). Porém, conforme a documentação pesquisada por Piovezan (2014), havia críticas relacionadas a inexistência de um cemitério brasileiro para sepultar os militares que perdiam suas vidas em combates. Afinal, a dependência com relação aos norte-americanos ocasionavam problemas burocráticos, demora

⁵³ Figura 44 – “[...] A diferença mais perceptível em relação as fotos do cemitério que constam do relatório de 1945 é a colocação de uma grande cruz cristã de madeira ao fundo” (PIOVEZAN, 2014, p. 241).

na comunicação das mortes aos familiares das vítimas e, principalmente, se mostrava ofensivo do ponto de vista simbólico. “Defendia-se a ideia de que nossos soldados, já que não repousavam em solo pátrio, poderiam ao menos ser sepultados sob nossa bandeira nacional e não em terra consagrada aos soldados de outra nação, no caso os Estados Unidos da América” (2014, p. 233).

Diante de tal situação e com o intuito de solucionar essa questão, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) mobilizou-se para criar um cemitério militar brasileiro. Para tal intento, técnicos foram convocados para localizar uma área adequada em Pistóia. O local que foi escolhido e demarcado situava-se, inclusive, ao lado de um cemitério civil já existente na região, o Cemitério de San Roque (*ver figura 48*) (PIOVEZAN, 2016).

Com relação à construção do cemitério, o Batalhão de Engenharia da FEB forneceu tanto os materiais como a mão de obra necessária. Assim, ele foi erguido de maneira organizada, comportando seis quadras no total, sendo quatro delas destinadas para o enterramento de soldados brasileiros e as outras duas destinadas aos soldados inimigos. A “[...] área demarcada foi cercada com arame farpado, instalado um mastro para hasteamento da bandeira nacional e pavimentadas as ruas” (PIOVEZAN, 2016, p. 164). O seu funcionamento começou em 2 de dezembro de 1944, no entanto, devido aos problemas de formação de lama em épocas chuvosas, o trabalho de pavimentação das ruas cemiteriais continuou até 1945.



Figuras 45 e 46 – Portão principal do cemitério e o mastro no qual era hasteada a bandeira nacional.
Fonte: Piovezan (2014, p. 236)⁵⁴.

⁵⁴ Figuras 45 e 46 – “Portão principal do cemitério. Encimando o pórtico de entrada se lê a conhecida expressão em latim *Dulce et decorum est pro patria mori* (É doce e honroso morrer pela pátria) atribuída ao poeta romano Horácio do século anterior à Era Cristã. Seu sentido ao mesmo tempo edulcorado e patriótico foi fortemente

É importante destacar que, além da área dos enterramentos, também foi separado um local que funcionava como um necrotério dentro do cemitério. Na verdade, se tratava de uma simples instalação de uma barraca de lona, a qual possibilitava privacidade aos trabalhos realizados com os mortos (PIOVEZAN, 2013). Vale ressaltar que, este cuidado e preocupação estavam em consonância, inclusive, com o manual norte-americano que ressaltava o *Graves Registration Service*:

Na documentação do *War Department Field Manual*, encontramos o fascículo dedicado apenas ao *Graves Registration Service*. Nele é possível identificar todas as normas e procedimentos elaborados para o tratamento com o morto em combate, além de todas as instruções para construção de cemitérios militares nos teatros de operações nos quais o Exército Americano participava. Este manual foi traduzido em parte para o português e serviu de guia para o Pelotão de Sepultamento da FEB na sua função de recolher, identificar e enterrar os mortos brasileiros em combate, como também de possíveis inimigos (2013, p. 3).

Com relação ao necrotério, devido a sua fragilidade por ser montado em uma simples barraca de lona com um biombo de dois metros de altura, que sofria com os fortes ventos que afligiam a região, foi solicitado então uma nova construção em madeira. É importante evidenciar que, dentro do necrotério também eram realizadas as cerimônias fúnebres com a presença de um capelão, perante uma capela improvisada, sendo este cemitério consagrado, inclusive, como campo santo [...]. Os capelães rezavam três missas diárias [...] para a alma dos mortos (PIOVEZAN, 2016, p. 164).

Um ponto interessante com relação ao enterro imediato dos soldados, que Piovezan (2014) destaca, está relacionado tanto com a urgência voltada para a questão da higiene, como também por priorizar a menor interferência possível no moral das tropas brasileiras. Afinal, “Encontrar cadáveres de companheiros mortos numa ação abalava profundamente os soldados” (2014, p. 238).

contestado por uma série de artistas pacifistas, socialistas, etc. ao longo do século XX como Wilfred Owen, Erza Pound, Bertold Brecht, Erich Maria Remarque, etc.” (BRAZILIANO, 1945, p. 18 apud PIOVEZAN, 2014, p. 236). “Mastro no qual era hasteada a bandeira nacional. Nessa foto que também ilustra o relatório do PS/FEB uma vez mais se nota a harmonia do conjunto, formado por jardinagem geométrica e arruamento ensaibrado, com túmulos e canteiros bem cuidados. Nesse ângulo toda instalação parece ser exteriormente circundada por árvores frondosas e terrenos tipicamente rurais. As sucessivas linhas de montanhas da Toscana ao fundo, realçam o pavilhão nacional que drapeja sob uma brisa leve” (BRAZILIANO, 1945, p. 16 apud PIOVEZAN, 2014, p. 236).



Figura 47 – Ajardinamento adotado no cemitério ao fim da guerra. Tratam-se de soluções simples e reveladoras de uma certa estética ao mesmo tempo funcional e simbólica. Fonte: Piovezan (2014, p. 235)⁵⁵.

A respeito da padronização geral das sepulturas nos cemitérios militares, conforme os estudos, é variada. Contudo, é importante destacar que a finalidade, na época, era que todas as sepulturas fossem iguais ao invés de representarem a hierarquia que cada militar tinha ocupado em vida. Sobre o formato, podemos dizer que variava entre estelas e cruzes, sendo composta de materiais diversos como calcário, cimento armado e até alumínio. No caso do Cemitério de Pistoia, o que prevaleceu foi a cruz de madeira, contendo nela uma placa pregada de metal que identificava cada soldado (PIOVEZAN, 2016).

A respeito da presença deste objeto – a cruz – que é comum em inúmeros equipamentos cemiteriais, é notório sua simbologia voltada para o cristianismo. Segundo Ariès (1989), a necessidade de utilização deste artefato se deu posteriormente à substituição dos sepultamentos nas igrejas para um local ao ar livre. Segundo o autor, esta mudança foi impulsionada mais pela aparente necessidade da burguesia de se individualizar e exaltar a sua riqueza do que uma questão de higiene. Com isso, era preciso sintetizar em um único símbolo os elementos religiosos, sendo assim, a cruz foi escolhida e passou a conter estes significados simbólicos nos enterramentos cemiteriais.

⁵⁵ In: BRAZILIANO, 1945, p. 17 apud PIOVEZAN, 2014, p. 235.

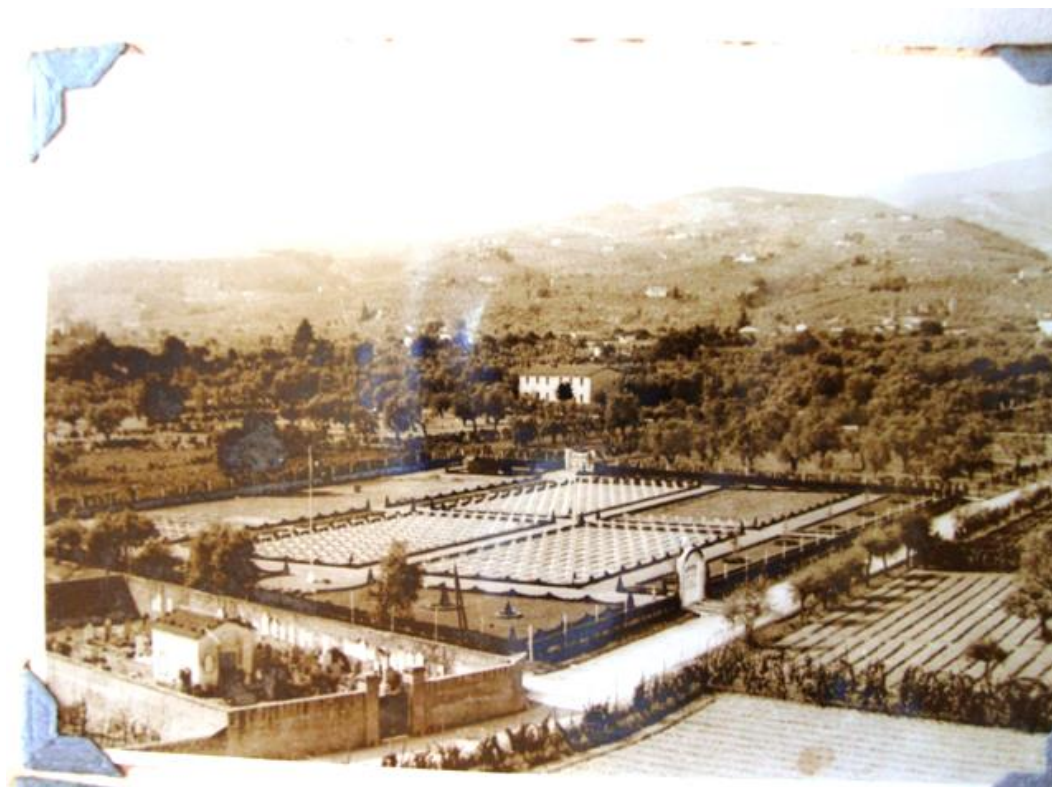


Figura 48 - Cemitério em Pistoia (1945). São visíveis as seis quadras, os portões de acesso, o mastro da bandeira e os canteiros. Ao seu lado, o cemitério civil de San Roque. Fonte: Piovezan (2014, p. 234)⁵⁶.

Ao analisarmos a fotografia acima, vemos que ela demonstra bem os elementos presentes no Cemitério Militar. Conforme Piovezan (2016), as feições não parecem ter sido alteradas de maneira significativa entre o período de 1945-1960. É possível perceber que os túmulos se mantiveram conservados – ainda marcados pelas cruzes brancas simbólicas, nas quais estavam pregadas as identificações de cada militar – sendo rodeados de caminhos e canteiros.

A partir desta fonte iconográfica, conseguimos compreender melhor a força simbólica e emocional evocada pela paisagem deste pequeno equipamento fúnebre, construído em local pouco conhecido na Itália. Sobre suas características, Piovezan (2016, p. 166) faz uma breve descrição “[...] montanhas suaves, céu de nuvens imensas, terra, flores, placas nas cruzes brancas com nomes escritos. Uma vez que inexistente tráfego de qualquer natureza [...] o local é agreste. Faz sentido pensar que fosse um lugar sossegado, onde se pudesse ainda sentir o aroma do campo”.

Falando ainda sobre as emoções que este antigo cemitério provocava nas pessoas que o visitavam, Piovezan (2014) cita uma das poesias mais conhecidas criada por Cecília Meireles, que demonstra claramente como este espaço fúnebre tocava sentimentalmente as

⁵⁶ In: BRAZILIANO, 1945, p.16 apud PIOVEZAN, 2014, p. 234.

peessoas, a ponto inclusive de inspirá-la a compor este belo mas triste poema, em 1955, quando visitou o local. O poema descreve o envolvimento da autora com os sentimentos de “[...] dor, perda, distância e saudade [...]” (2014, p. 242 e 243), todos suscitados pelas consequências da Segunda Guerra Mundial.

Pistoia, Cemitério Militar Brasileiro
Cecília Meireles

Eles vieram felizes, como
para grande jogos atléticos:
com um largo sorriso no rosto,
com forte esperança no peito,
- porque eram jovens e eram belos.

Marte, porém, soprava fogo
por estes campos e estes ares.
E agora estão na calma terra,
sob estas cruzes e estas flores,
cercados por montanhas suaves.

São como um grupo de meninos
num dormitório sossegado,
com lençóis de nuvens imensas,
e um longo sono sem suspiros,
de profundíssimo cansaço.

[...] Este cemitério tão puro
é um dormitório de meninos:
e as mães de muito longe chamam,
entre as mil cortinas do tempo,
cheias de lágrimas, seus filhos.

Chamam por seus nomes, escritos
nas placas destas cruzes brancas.
Mas, com seus ouvidos quebrados,
com seus lábios gastos de morte,
que hão de responder estas crianças?

E as mães esperam que ainda acordem,
como foram, fortes e belos,
depois deste rude exercício,
desta metralha e deste sangue,
destes falsos jogos atléticos.
Entretanto, céu, terra, flores,
é tudo horizontal silêncio.
O que foi chaga, é seiva e aroma,
- do que foi sonho, não se sabe -
e a dor anda longe, no vento...

No poema, o foco principal está nos soldados mortos, ou melhor, nos “meninos” sepultados no “cemitério”, sendo este local colocado como “dormitório”. Meireles destaca também o papel da mulher enquanto mãe, a que espera por seu filho que infelizmente não mais retornará: “[...] mães de muito longe chamam, entre as mil cortinas do tempo, cheias de lágrimas, seus filhos”. É possível perceber o inconformismo e ao mesmo tempo o estado de espera permanente materno. Afinal, “Elas esperam um retorno que sabem que não é possível, mostrando não serem capazes de esquecê-los. Essa é a imagem que tradicionalmente se tem de uma mãe. A mulher perde um pouco de sua identidade, passando a ser mais mãe do que mulher e a viver pelos seus filhos” (SILVA, 2013, p. 4).

A respeito das funções exercidas por este Cemitério Militar, podemos elencar algumas: “[...] servia para identificar e abrigar restos mortais; prestar-se ao papel de local de luto, culto, homenagem e rememoração dos mortos; servir como local de peregrinação cívica e patriótica [...]” (PIOVEZAN, 2016, p. 165).

No entanto, posteriormente, com o repatriamento dos restos mortais dos soldados brasileiros enterrados neste cemitério, as cinzas tiveram que ser trasladadas para o Brasil. Dessa maneira, a maioria das funções que ele exercia foi então encerrada no ano de 1960. E, a partir de então, o Cemitério de Pistoia foi transformado em Monumento Militar Votivo, o qual foi projetado por Olavo Redig de Campos e inaugurado em 1966 (ROCHA, 2007; PIOVEZAN, 2011; 2014).



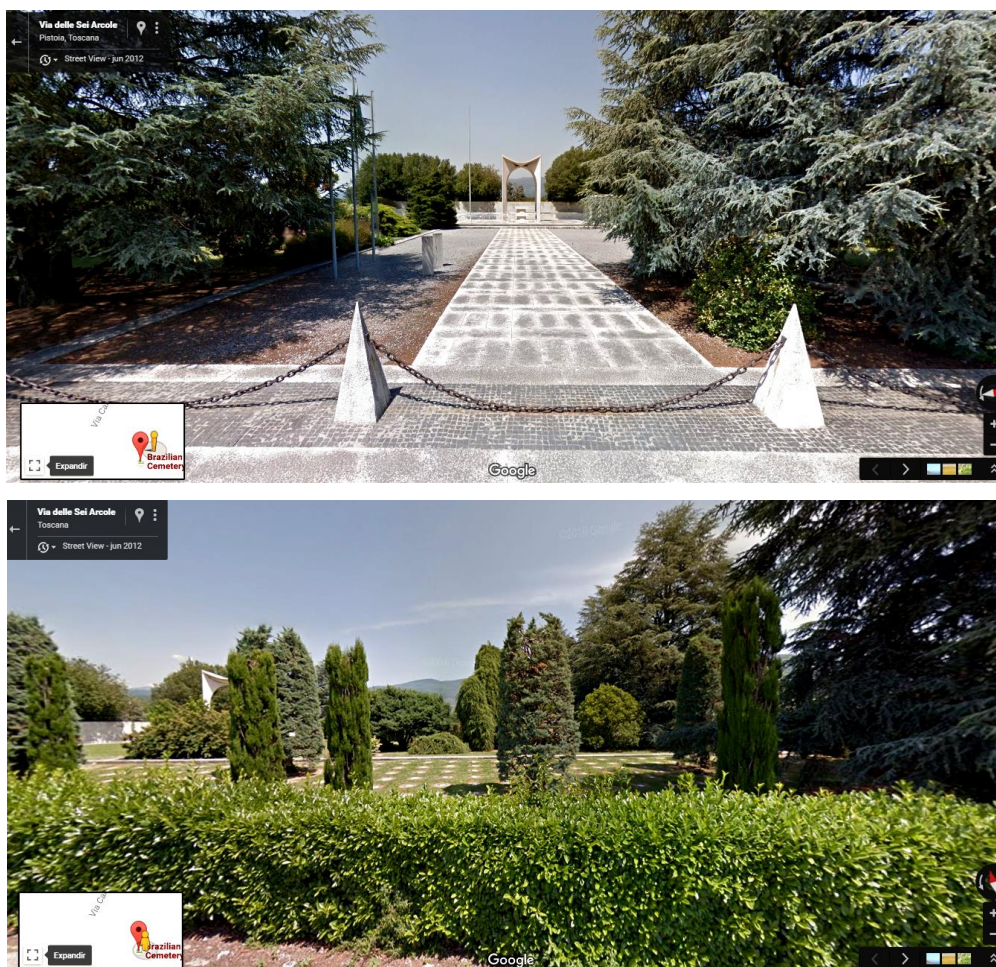
Figura 49 - Túmulo do soldado desconhecido no Monumento Votivo de Pistóia, na Itália, modelo de chama eterna presente na maioria dos monumentos ao soldado desconhecido. Fonte: Piovezan (2011, p. 3).

A respeito do nome curioso deste novo monumento, chamado de Votivo, esclarecemos que o termo vem da palavra “voto”, do latim *Votum*, e que significa promessa solene a Deus. Este monumento, que substituiu o antigo Cemitério Militar, tem então a função de cumprir uma promessa, isto é, de lembrar daqueles brasileiros que perderam suas vidas em batalhas na Itália e que ali mesmo foram enterrados antes de serem trasladados (PIOVEZAN, 2014).

No entanto, devemos destacar que, a conotação religiosa do nome do monumento foi deixada de lado no momento em que ele perdeu o status de cemitério e se transformou em monumento. Assim, o termo Votivo passa a significar algo que é construído para recordar, comemorar, ou seja, que tem a função de preservar acontecimentos e pessoas. Há, inclusive, nas paredes deste monumento, os nomes gravados dos soldados brasileiros homenageados. Nesse sentido, podemos dizer que a ideia contida no Monumento Votivo estabelece, então, uma nova função para este local, em outras palavras, ele deixa de ser um cemitério com forte conotação religiosa e passa a ser um local que privilegia os aspectos de celebração da pátria (PIOVEZAN, 2016). Sobre isso, a autora ainda diz que:

Enquanto cemitério, seria impossível desvincular o espaço da cruz, das flores, das orações dos familiares pela alma que se foi no conflito. Já como monumento votivo, valoriza o ato heroico, o feito militar de bravura, privilegiando os signos de culto cívico. Com a transferência dos corpos do local, não existia mais a necessidade de vínculo com o religioso e construiu-se uma materialidade que sinaliza, orienta o espaço para a lembrança de que um dia ali existiram outras realidades (2016, p. 167).

Contudo, é importante ressaltar que, posteriormente à criação do monumento foi encontrado o corpo de um militar brasileiro não identificado, sendo necessário enterrá-lo neste espaço, no ano de 1967. Assim, segundo Piovezan (2014, p. 245), este fato reestabeleceu “[...] a aura de um local de memória em que a lápide do soldado desconhecido enfatiza que o local é santo e que foi um cemitério”. Afinal, há agora a presença de restos mortais de um combatente enterrado. Diante disso, houve até uma certa pressão por parte de alguns familiares de ex-combatentes, pedindo que fossem colocadas novamente as cruzeiras simbólicas no espaço dos enterramentos, onde ficaram apenas as placas com os nomes das vítimas de guerra (*ver figuras 50 e 51*) (PIOVEZAN, 2016).



Figuras 50 e 51 – Monumento Votivo em Pistoia, na Itália, detalhe da segunda foto que mostra as placas nos locais dos enterramentos. Fotos disponíveis pelo Google Maps (2016)⁵⁷.

Além disso, é interessante evidenciar também que, tais herdeiros dos ex-combatentes escolheram o Monumento Votivo como o local para depositar os pertences de seus parentes que lutaram na guerra pela FEB. Os objetos foram entregues à administração ou deixados junto à chama eterna, presente no túmulo do soldado desconhecido (*ver figura 52*). Tais reações só demonstraram o quanto este monumento é representativo, já que conseguiu despertar nos parentes dos ex-combatentes essa vontade de trazer de volta o clima do espaço cemiterial, que antes abrigava os soldados mortos. Entre os objetos deixados estão: capacetes, partes de uniformes, medalhas, entre outros.

⁵⁷ Figuras 50 e 51 – Fontes: Google Maps. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@43.9449634,10.9438224,3a,75y,279.4h,86.78t/data=!3m6!1e1!3m4!1s_BoymGev91CUJzCx58l1LQ!2e0!7i13312!8i6656 e <https://www.google.com.br/maps/@43.9445275,10.943399,3a,75y,13.9h,87.01t/data=!3m6!1e1!3m4!1sr88H7TBhhJP6hnx4DU6KRg!2e0!7i13312!8i6656>. Acesso em: 14 ago. 2016.



Figura 52 - Túmulo do Soldado Desconhecido. Fonte: Piovezan (2014, p. 279).

Esta relação com o Monumento Votivo mostra que ainda há um caráter afetivo com este espaço, enquanto local dedicado às vítimas da guerra e, em contrapartida, evidencia o distanciamento que há com relação às instituições brasileiras que deveriam guardar a memória deste período tão importante da nossa história, como por exemplo, o Monumento aos Mortos construído no Rio de Janeiro (PIOVEZAN, 2016).

Diante das reações destes brasileiros sensibilizados e da presença dos pertences deixados no monumento, foi então inaugurado dentro dele, em 2013, o Museu da Força Expedicionária Brasileira (FEB). O acervo foi montado justamente com grande parte desses objetos doados pelas pessoas que consideram este local como um espaço de memória mais significativo do que outras instituições que deveria ter esta função no Brasil (PIOVEZAN, 2016).

De acordo com Piovezan, atualmente, no monumento, ainda são realizadas duas cerimônias por ano em rememoração às vítimas. As datas de culto cívico aos mortos são as seguintes: “[...] 08 de maio, dia em que é comemorado pelos aliados como o Dia da Vitória”, e também “[...] o dia de Finados, 02 de novembro, já que são também espaços que simbolizam os heróis e que na prática também abrigam mortos” (2016, p. 168).



Figuras 53 e 54 – Pracinhas da FEB são homenageados em Pistoia, no dia 02 de novembro de 2015⁵⁸.

As fotos acima mostram uma cerimônia de reverência que foi realizada em Pistoia, no ano passado, dedicada aos militares mortos na Segunda Guerra. A solenidade foi presidida “[...] pela Ministra Conselheira Cynthia Altoé Vargas Bugané, representando a Embaixada do Brasil na Itália, e contou com a presença de familiares, de autoridades italianas civis e militares e de convidados de países amigos”. Também prestaram homenagens “[...] um pelotão do 183º Regimento Paraquedista ‘Nembo’, Brigada Folgore; integrantes do Grupo ‘Fratelli sulla Montagna’, que utilizaram uniformes de época, representando os Pracinhas da FEB”. Na cerimônia, ainda foi lida uma mensagem do Comandante do Exército Brasileiro sobre o feito heroico desses militares e, por fim, foi realizada uma missa dedicada aos Pracinhas mortos (PADILHA, 2015).

Para finalizarmos a discussão a respeito dos cemitérios brasileiros dedicados às vítimas da guerra, falaremos agora sobre o quarto e último equipamento fúnebre que, na verdade, é um monumento – o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial – construído no Rio de Janeiro, especificamente, no Aterro do Flamengo (ROSTY, 2012).

Ele foi projetado pelos arquitetos Helio Ribas e Marcos Konder com o objetivo de abrigar os restos mortais dos militares que foram trasladados da Itália para o território nacional (ROCHA, 2007; PIOVEZAN, 2011; 2014). De acordo com Piovezan, esta edificação pode ser considerada “[...] como um marco fundador da tentativa de criação do culto cívico dos mortos no Brasil” (2014, p. 260).

⁵⁸ Figuras 53 e 54 – Fonte: Defesa Aérea e Naval. Disponíveis em: <http://www.defesaaereanaval.com.br/pracinhas-da-feb-sao-homenageados-em-pistoia-italia/>. Acesso em: 18 jul. 2016.



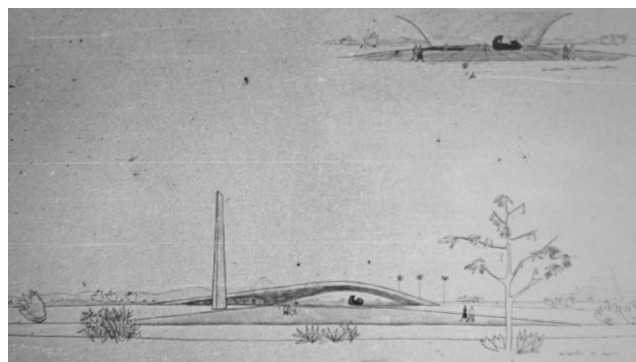
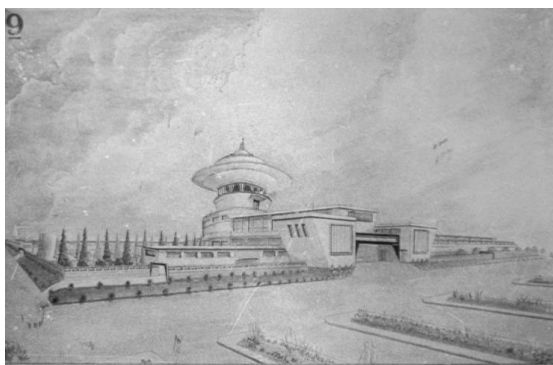
Figuras 55 e 56 – Monumento aos Mortos situado no Parque do Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro⁵⁹.

Com relação aos trâmites do traslado dos restos mortais, após o final da Segunda Guerra, uma Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia foi então criada, especificamente, no ano de 1952. O interesse da comissão era construir um Mausoléu no Brasil, que abrigasse os restos mortais dos combatentes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Nesse sentido, a importância da construção de tal monumento seria justificada por ser este um ato de homenagem aos soldados mortos, como também pela necessidade de se ter um local de memória em território nacional desse importante evento da história mundial, do qual o Brasil também participou ativamente (PIOVEZAN, 2014).

Para a construção desse monumento específico foi lançado, inclusive, um Edital de Concurso do Projeto “Monumento Nacional destinado a servir de Mausoléu aos mortos da Segunda Grande Guerra”, em 1952 (PIOVEZAN, 2014, p. 256). A respeito deste concurso, Rocha (2007) afirma que, atualmente, no museu do Monumento existem 28 fotografias dos projetos que foram apresentados na época, mas nenhuma delas identifica os autores, com exceção das fotografias dos finalistas. Dentre os projetos propostos, nota-se que houve uma variedade com relação a definição da arquitetura que deveria ser escolhida para o monumento dedicado aos mortos de guerra.

O autor destaca figuras “[...] desde uma pirâmide, passando por edificações em forma de capacete ou do símbolo da República; composições mais ou menos tradicionais ou ingênuas (*Figura 57*); cascas à Niemeyer (*Figura 58*); e até soluções mais geométricas [...]” (ROCHA, 2007, p. 157).

⁵⁹ Figuras 55 e 56 – Fontes: A primeira foto foi retirada do artigo de Rocha (2007, p. 162) e a segunda está disponível no seguinte site: <http://vejario.abril.com.br/materia/passeios/parques-a-celu-aberto-para-levar-a-criancada>. Acesso em: 22 ago. 2016.



Figuras 57 e 58 - Propostas apresentadas no concurso para o Monumento aos Mortos, RJ.
Fonte: (ROCHA, 2007, p. 157 e 158).

Na *figura 59* abaixo, vemos a maquete do projeto vencedor do concurso sendo apresentada. Na fotografia estão presentes (da esquerda para a direita) Alfredo Ceschiatti, colaborador do projeto com o grupo escultórico (*ver figura 62*), Helio Ribas e Marcos Konder, os idealizadores do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (ROCHA, 2007).



Figura 59 - Maquete apresentada no Concurso para o Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial. Fonte: Rocha (2007, p. 159).

Com base na análise de Rocha (2007), o projeto vencedor pode ser incluído em uma série de tipos de monumentos, como por exemplo, compreende os dedicados “[...] aos mortos ou caídos em conflitos”, que se dividem por tipos: fúnebre, patriótico; há também a série dos “monumentos ao expedicionário”, se incluindo neste, o monumento ao Brasil na Guerra, do qual também faz parte o Monumento Votivo Militar Brasileiro, na Itália; e, por último, a série dos monumentos modernos (2007, p. 156).

Com base nas informações obtidas nas teses de Ribeiro (2013) e Piovezan (2014), sobre o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, uma das versões sobre o motivo da construção deste mausoléu se deu principalmente devido a uma promessa feita pelo Comandante da FEB, o Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, que teria dito o seguinte: “Minha obra de comandante da FEB ficaria incompleta se não trasladasse para o Brasil os despojos dos que tombaram na campanha da Itália. Eu os levei para o sacrifício, cabia-me trazê-los de volta para receberem as honras e glórias de todos os brasileiros” (2014, p. 253).

Todavia, no comando da Comissão de Repatriamento, Mascarenhas e os demais militares acompanharam as injustiças e descasos sofridos pelos pracinhas que regressaram vivos da Itália para o Brasil (porém não vamos nos aprofundar neste assunto aqui), e justamente, por isso, ele lutou para que fosse concretizado este projeto de Monumento. Perante esta promessa, foi então criado o Monumento aos Mortos no ano de 1957, depois da realização do concurso (citado anteriormente), tendo sido a sua inauguração em 05 de agosto de 1960 (PIOVEZAN, 2014).

Com relação à característica do Monumento Nacional aos Mortos, podemos dizer que ele é composto por três planos: a plataforma, o patamar e o subsolo⁶⁰. A plataforma foi construída em formato de um grande L, todo em granito, e está a 3 metros do solo. Do alto dela é possível ver toda a paisagem bela do Rio de Janeiro, especificamente, da baía de Guanabara e da Marina da Glória. E foi justamente para ter essa visão privilegiada que os arquitetos Ribas e Konder pensaram neste modelo de projeto (MNMSGM, 2016).

Na plataforma estão presentes: o pórtico monumental construído por 2 pilones de 31 metros de altura; uma placa superior de 220 metros quadrados de superfície; o túmulo do soldado desconhecido (*ver figura 73*), que fica na base dos pilones, e, em dias de solenidade, este túmulo torna-se o centro das cerimônias cívicas; uma escultura metálica criada em perfis de ferro, cujas linhas sintetizam as formas dos engenhos de guerra aéreas; o grupo escultórico de cinco metros de altura em granito, representado por um marinheiro, um soldado e um avião, em homenagem às Forças Armadas; e, por fim, a pirâmide triangular onde constam as inscrições relativas à obra (*ver figuras 60 a 63*) (MNMSGM, 2016).

⁶⁰ As informações sobre as características do Monumento foram retiradas do vídeo produzido pelo Centro de Comunicação Social do Exército. Disponível em: <http://www.parquedoflamengo.com.br/equipamentos/monumento-nacional-aos-mortos-da-segunda-guerra-mundial-2/>. Acesso em: 17 ago. 2016.



Figuras 60 a 63 – Detalhes do primeiro plano do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial⁶¹.

O segundo plano do Monumento é o patamar, que foi construído no nível da praça. Nele estão presentes: os mastros, onde a bandeira brasileira é içada diariamente, e em dias de cerimônias são hasteadas também as bandeiras norte-americana, francesa e da Grã-Bretanha; há o museu que abriga os objetos que foram utilizados pelos militares na guerra (com fotografias, armas e outros materiais de emprego militar); um painel representativo denominado “guerra e paz” e outros feitos em cerâmica – lajotas –, que homenageiam a Marinha Mercante e a de Guerra; um jardim interno, o qual apresenta o roteiro da campanha na Itália; e, por fim, um lago com 70 metros de comprimento e 12 de largura que representa uma cascata. Este lago tem, na verdade, a função de iluminar, por uma grande janela, o mausoléu no subsolo, além de dar um ar agradável, sem iluminação exagerada (MNMSGM, 2016).

⁶¹ Figuras 60 a 63 – Fontes: MNMSGM e Parque do Flamengo. Disponíveis em: http://www.mnmsgm.ensino.eb.br/MNMSGM_arquivos/estrutural.htm e <http://www.parquedoflamengo.com.br/equipamentos/monumento-nacional-aos-mortos-da-segunda-guerra-mundial-2/>. Acesso em: 17 ago. 2016.



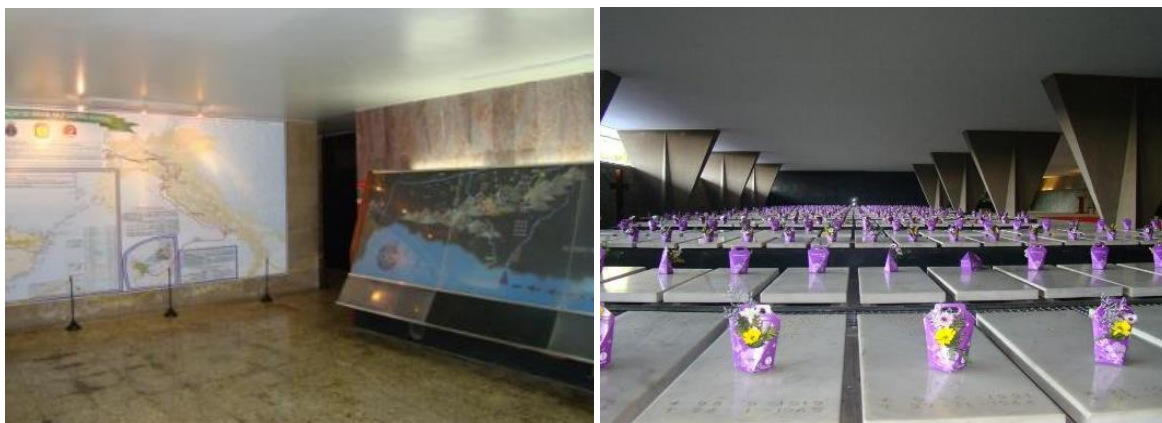
Figuras 64 a 69 – Detalhes do segundo plano do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial ⁶².

O terceiro e último plano é onde fica o mausoléu, razão de ser do monumento, situado no subsolo. Na entrada deste plano, no *hall*, há uma homenagem a Mascarenhas de Moraes toda em granito e mármore. Nele existe um acervo histórico e um painel eletrônico mostrando

⁶² Figuras 64 a 69 – Fontes: MNMSGM e Parque do Flamengo. Disponíveis em: http://www.mnmsgm.ensino.eb.br/MNMSGM_arquivos/estrutura1.htm e <http://www.parquedoflamengo.com.br/equipamentos/monumento-nacional-aos-mortos-da-segunda-guerra-mundial-2/>. Acesso em: 17 ago. 2016.

o roteiro da FEB durante a guerra na Itália. O mausoléu em si abriga os restos mortais dos militares considerados heróis nacionais, que morreram lutando pela pátria na Segunda Guerra Mundial. De acordo com o arquiteto Konder, o subsolo foi escolhido para depositar os restos mortais porque é um local ideal de recolhimento (MNMSGM, 2016).

O mausoléu contém 11 quadras alternadas de 48 e 36 jazigos revestidos em gratinho preto e lápides em mármore, juntamente com o túmulo do soldado desconhecido. Neste plano, estão todos os jazigos que homenageiam os 468 combatentes brasileiros que morreram defendendo a pátria. É importante ressaltar que, dois desses jazigos possuem lápides sem nenhuma inscrição, os quais estão destinados a receber os restos mortais de dois soldados que até hoje não foram encontrados (MNMSGM, 2016). Outra característica interessante é que, na parede, estão gravados os nomes dos “[...] 800 homens das Marinhas de Guerra e Mercante, dos militares do Exército mortos nos torpedeamentos e dos combatentes não identificados”⁶³.



Figuras 70 e 71 – Detalhes do terceiro plano do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial⁶⁴.

Diante disso, devemos evidenciar também uma das características mais comuns encontradas nos monumentos fúnebres – o túmulo do soldado desconhecido –, o qual geralmente fica “[...] abaixo de um pórtico e com a chama eterna, similar ao monumento que deu origem a tal concepção, o Arco do Triunfo em Paris” (*ver figuras 72 e 73*) (PIOVEZAN, 2014, p. 257).

⁶³ Informação retirada do site Ecos da Segunda Guerra. Disponível em: <http://segundaguerra.net/monumento-aos-mortos-da-feb-na-segunda-guerra-mundial/>. Acesso em: 20 de ago. 2016.

⁶⁴ Figuras 70 e 71 – Fontes: MNMSGM e Parque do Flamengo. Disponíveis em: http://www.mnmsgm.ensino.eb.br/MNMSGM_arquivos/estrutural.htm e <http://www.parquedoflamengo.com.br/equipamentos/monumento-nacional-aos-mortos-da-segunda-guerra-mundial-2/>. Acesso em: 17 ago. 2016.



Figuras 72 e 73 – Túmulos de Soldados Desconhecidos, respectivamente, em Paris e no Rio de Janeiro⁶⁵.

Uma informação importante que deve ser destacada aqui é que, este Monumento, devido a sua representatividade, foi tombado pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), em 28 de julho de 1965 (MNMSGM, 2016).

Com relação a construção deste Monumento, podemos dizer que ele agregou feições do modelo contemporâneo mostrando, assim, atitudes de mudança do homem com relação à morte. Afinal, o destaque dado para o soldado desconhecido e a “igualização progressiva” dos túmulos dos militares deixaram em evidência, ou melhor, teriam a “função de atenuante na hierarquização do papel do indivíduo na guerra” (PIOVEZAN, 2011, p. 3).

Sobre isso, Piovezan ainda faz uma ressalva afirmando que, “A ênfase em elementos modernistas e a não inclusão de esculturas religiosas, [...] no monumento aos mortos, [...] pode ser caracterizado por uma igualização progressiva que possui a ênfase em transmitir uma mensagem política funcional” (2014, p. 258). Assim, estes monumentos funerários que têm como características a democratização e funcionalização são, na verdade, “[...] a representação da morte em favor dos vivos” (2011, p. 3).

Com relação ao repatriamento dos restos mortais dos soldados brasileiros, podemos afirmar que ele foi marcado por alguns fatos inusitados publicados, inclusive, em alguns jornais da época: durante o período de finalização da construção do Monumento, foi noticiado que houve falta de verba para que a Comissão viajasse para Pistoia e lá pudesse fazer a exumação e o traslado dos restos mortais dos militares para o Brasil; só em agosto de 1960 é que a Comissão de Repatriamento conseguiu viajar para a Itália; em 01 de dezembro, os

⁶⁵ Figuras 72 e 73 – A primeira se refere ao túmulo em Paris – junto a ele a chama eterna. “A inscrição no túmulo informa que se trata de soldado morto pela pátria na Primeira Guerra Mundial” (PIOVEZAN, 2014, p. 214). A segunda foto está disponível no site do Parque do Flamengo – RJ. Disponível em: http://www.parquedoflamengo.com.br/wpi/wp-content/uploads/2015/06/1-2011_0811Escola00411.jpg. Acesso em: 17 ago. 2016.

jornais publicaram que a FAB finalmente estava trazendo as urnas funerárias com os restos mortais dos soldados repatriados; entretanto, um dos aviões que faziam o traslado caiu em Portugal, no dia 12 de dezembro, e este fato provocou críticas relacionadas ao repatriamento dos corpos, pois mesmo as autoridades afirmando que as urnas não tinham sofrido dano algum com o acidente, havia certa desconfiança e dúvida quanto a esta informação (PIOVEZAN, 2014).

No geral, os motivos para pedido de repatriamento de restos mortais de militares, segundo Piovezan (2014) têm a ver com as causas da morte e ênfase no sacrifício pela nação. O manual norte-americano do *Graves Registration* já previa, inclusive, essa prática. Afinal, de acordo com este “[...] documento, todos os cemitérios são tidos como provisórios até o final da guerra, e os procedimentos com os sepultamentos devem estar coerentes com a possibilidade de retorno dos cadáveres ao país de origem” (2014, p. 253)

No Brasil foi feito até mesmo um processo de consulta realizado pela Comissão de Repatriamento, conforme Piovezan (2011, p. 4), no intuito de saber dos familiares dos militares mortos a respeito da “[...] preferência no que se referia à destinação dos corpos, entendendo-se que a adesão ao sepultamento coletivo no mausoléu em questão seria opcional”. Todavia, as solicitações de devolução dos restos mortais para sepultamento familiar não foram levadas em consideração diferentemente do caso norte-americano. Aqui, “Todas as urnas vieram numa só data e todas foram enterradas num mesmo local” (2014, p. 5).

Perante esta situação, vemos então um caso típico de “[...] confronto entre os interesses da instituição militar e as práticas de luto vigentes na cultura popular” (2014, p. 253). Outro ponto importante a ser ressaltado também, nesse contexto, é que o Brasil foi o único país Aliado, naquela época, a realizar o traslado dos corpos de seus militares do solo italiano (PIOVEZAN, 2011).

O evento cívico de homenagem, realizado no dia 22 de dezembro de 1960, para o recebimento dos restos mortais dos militares brasileiros mortos na Segunda Guerra Mundial pôde ser acompanhado pela população, pois no dia foi decretado ponto facultativo para os funcionários público e meio expediente para os trabalhadores das repartições estaduais (RIBEIRO, 2013; PIOVEZAN 2014). Sobre isso, é válido lembrar que, a partir do século XX, os repatriamentos de mortos “[...] são marcados como eventos midiáticos, em que a esfera pública participa do luto e a intenção política da celebração é explorada de diferentes formas” (PIOVEZAN 2014, p. 252)

Com relação à mídia, Piovezan (2014) destaca que, um dos jornais da época, um dia após a cerimônia, publicou uma manchete falando sobre a emoção da homenagem feita aos pracinhas e, na mesma página do jornal, tinha também uma declaração do Marechal Mascarenhas admitindo que os militares foram enviados para o conflito, na Itália, em total despreparo. No entanto, essas considerações não tiveram espaço para serem discutidas naquele momento, afinal, “[...] a homenagem e o caráter de identidade do grupo e sacrifício individual no combate pela ‘guerra justa’, no caso a vitória dos aliados contra os países do Eixo neutralizaram quaisquer discussões sobre os problemas de preparação do envio das tropas brasileiras para a Itália” (2014, p. 6).

Ainda com relação ao repatriamento de soldados mortos nas guerras mundiais, Piovezan (2014, p. 6) ressalta que, no Brasil, este ato não teve “o caráter de instituição de um culto cívico aos mortos como ocorreu na Europa e nos Estados Unidos”. Aqui, os monumentos e eventos que deveriam ser dedicados às vítimas, na verdade, serviram mais para reverenciar uma memória institucional, como foi o caso do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (PIOVEZAN, 2014).

Ao compararmos o tratamento que foi dado pelas pessoas ao Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia, entre os anos de 1945 até 1960, percebemos que esse local realmente serviu de rememoração das vítimas da guerra. Porém, a partir de 1960, com o repatriamento dos corpos para o Monumento no Rio de Janeiro, fez com que essa relação de culto aos mortos fosse rompida, já que o novo local em solo brasileiro priorizou a construção de um Monumento com feições cívicas “[...] em que não a memória individual do morto é celebrada, mas a instituição militar como um todo” (PIOVEZAN, 2011, p. 5).

Outro ponto que pode ser evidenciado sobre as diferenças notórias entre o Monumento Votivo Militar de Pistoia, antigo Cemitério Militar, e o Monumento aos Mortos do Rio de Janeiro é justamente o status de cemitério, isto é, local fúnebre de reflexão e homenagem às vítimas, e que o Monumento Votivo por ter sido um – já que abrigou por muitos anos os corpos dos soldados –, ainda é tratado pelos seus visitantes como tal. Diferentemente do Monumento aos Mortos que, apesar de ter atualmente a posse dos restos mortais, não se revelou capaz de cumprir as mesmas funções cemiteriais com o reconhecimento da população (PIOVEZAN, 2016).

É significativo que o local não seja conhecido como um cemitério, mas sim denominado como Monumento aos Pracinhas. O termo ou a associação à ideia de morte, enquanto permanece em um lugar que não mais corresponde a esta função, no caso de Pistoia, é negado

ou ignorado no verdadeiro local onde se encontram os restos mortais, no caso do Rio de Janeiro. Negado ou esquecido, rememorado apenas pelas Forças Armadas em datas comemorativas (2016, p. 175).

Com base nas informações pesquisadas sobre o tratamento que é dado, na atualidade, pelos brasileiros ao Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, identificamos que o mesmo não é reconhecido pelo nome oficial, mas sim como “Monumento aos Pracinhas”. Este fato nos mostra o quanto o termo “morte” está distanciado da referência do local (PIOVEZAN, 2011).

Segundo Ribeiro (2013, p. 89), apesar deste Monumento ter ficado conhecido assim, ela esclarece que, na verdade, ele foi “[...] construído em homenagem aos que morreram nos campos de batalha da Itália e não aos que retornaram de lá. É [...] homenagem à memória dos mortos, que é silenciosa, está ‘fechada, concluída’, sendo, assim, basicamente, alvo de apropriação das Forças Armadas”.

Assim, a construção deste mausoléu é considerado “[...] um ato político/simbólico de reconhecimento ao esforço daqueles que se sacrificaram pela pátria (RIBEIRO, 2013, p. 89). A autora ainda acrescenta que não tem como negar que o monumento marcou o imaginário social referente à participação do Brasil na guerra. Afinal, não é por acaso que este monumento ficou conhecido como “dos pracinhas” (RIBEIRO, 2013).

Sobre o discurso militar construído, Mauad (1999) citada por Ribeiro (2013) defende que este deve ser entendido enquanto “[...] um discurso [...] que confere à morte um conteúdo cívico, no qual o que importa é ‘dar a vida pela Pátria’ [...] não se trata apenas morrer por ela, mas também viver por ela [...] sacrifícios em prol da ordem [...] e da unidade da nação [...] prezados pelo Exército” (RIBEIRO, 2013, p. 90).

No entanto, conforme Rocha (2007), o projeto arquitetônico do Monumento tinha como concepção original tentar integrar o Monumento ao cotidiano da cidade em um espaço de lazer, que seria ao mesmo tempo cerimonial e cívico, interligado ao Parque do Flamengo. O formato do Monumento em um grande L foi idealizado justamente pelo fato de estar em um local com uma visão privilegiada da baía de Guanabara, e principalmente por ser um espaço de uso público e acesso livre que possibilitaria visitas ao Mausoléu.

A localização deste túmulo, no alto da escadaria, também visava permitir a visibilidade de todos às cerimônias e homenagens que se realizariam naquele monumento. Intencionava-se, assim, diminuir ao máximo a intimidação tradicional que as construções monumentais costumam causar nas pessoas,

trazendo-as para mais próximo dos significados e homenagens das lutas dos brasileiros na guerra (PIOVEZAN, 2014, p. 260).

Diante do exposto, nos questionamos sobre o porquê da postura de distanciamento das pessoas com relação a esta instituição? Já que a mesma tem a função de resguardar tanto a memória dos militares, como também a memória de um período tão importante da nossa história. Conforme Piovezan (2014, p. 260), a respeito do Monumento aos Mortos, “Esperava-se que a homenagem aos brasileiros comuns que lutaram por uma boa causa seria capaz de fortalecer a identidade nacional”. No entanto, este objetivo não se concretizou na prática.

A resposta, talvez, pode estar ligada ao fato dos monumentos modernos dedicados aos mortos possuírem uma concepção de “morte-identidade-memória” (PIOVEZAN, 2014, p. 254). Partindo disso, “[...] a característica mais marcante destes monumentos seria a funcionalização dos mesmos a favor dos vivos. No caso, a instituição militar arregimenta os corpos dos militares mortos para suas próprias práticas simbólicas” (2014, p. 254).

Outro ponto que, talvez, corrobore para esse distanciamento das pessoas, pode estar ligado às feições arquitetônicas do próprio Monumento, pois a deposição dos restos mortais em um “[...] local de características abstratas, sem elementos religiosos como cruzes, onde a questão da pátria é enfatizada com a presença de soldados das três forças que se revezam [...]” (PIOVEZAN, 2011, p. 5) acabam por se sobrepor ao aspecto fúnebre do local. Assim, como consequência, Piovezan justifica então a “[...] ausência de demonstrações religiosas ou homenagens da população em geral durante o dia de finados” (2011, p. 5).

Piovezan ainda ressalta que, em de 2011, período das comemorações dos cinquenta anos de construção do monumento, o tratamento dado com relação às homenagens cívico-militares se restringiram apenas às Forças Armadas. “Inclusive na semana que se iniciavam as comemorações, o mausoléu com a cripta contendo as urnas funerárias estava fechado para visitação” (2011, p. 7).

Diante de tudo o que já foi apresentado, não foi possível evitar fazer comparações e, por meio delas, constatar as diferenças relacionadas ao tratamento que foi e ainda é ofertado à memória dos militares mortos tanto no Monumento de Pistoia como no do Rio de Janeiro. A diferença reside, talvez, na real intenção com que esses restos mortais foram trazidos para o Brasil. Aqui, segundo Piovezan (2011, p. 7), “procurou-se não homenagear os indivíduos e sim celebrar o próprio exército e a nação. A identidade de grupo passa a ser menos relevante

na ideia de preservação de uma memória coletiva do que a identidade maior, no caso a nação”.

Nos exemplos dos monumentos fúnebres construídos na Alemanha, na França e na Itália, segundo Koselleck (1997) citado por Piovezan (2011), percebe-se que estes monumentos são vistos como “[...] locais de lição de moral e civismo dada pelos mortos, a partir de seus túmulos. Em outras palavras, fica evidente “[...] a funcionalização das imagens da morte por meio dos interesses políticos dos vivos quanto aos monumentos aos mortos” (2011, p. 8).

Já no Monumento aos Mortos do Rio de Janeiro fica perceptível que “[...] estas questões aparecem de forma que o local seja espaço de comemoração das Forças Armadas Brasileiras, com abundante presença de elementos desta instituição. Os mortos, estes estão lá apenas para legitimar esta presença” (PIOVEZAN, 2011, p. 8).

Diante disso, podemos dizer que, a morte dos soldados brasileiros na guerra, os quais estão representados visivelmente no grupo escultórico do Monumento (*ver figura 62*), “[...] significou o sacrifício da vida pela Pátria, pela unidade, pela soberania nacional – não pessoal. Além do caráter material – morte consumada – este sacrifício possui também outro, simbólico: a história privada, de pessoas, sucumbe à História Nacional” (MAUAD; NUNES, 1999, p. 91 apud PIOVEZAN, 2014, p. 258).

Saindo agora do estudo focado nos equipamentos cimiteriais no âmbito nacional, partiremos para quatro estudos de caso relacionados a cemitérios e monumentos norte-americanos. Afinal, os Estados Unidos enquanto nação se destaca quando o assunto é culto cívico aos mortos. Essa é uma tradição que vem sendo cultivada, rememorada e incentivada pelo governo há muitos anos, o qual investe, inclusive, em monumentos que exaltam essas memórias, principalmente, dos que perderam suas vidas lutando pela pátria.

É notório que, no caso norte-americano, o símbolo do Estado geralmente não se sobrepõe à memória das vítimas de maneira que apague a identidade pessoal de cada uma. Na verdade, com base nos estudos, percebemos que há o costume, dentro das normas, de gravar – seja nos cemitérios, seja nos monumentos –, os nomes dos militares, dos civis, as datas e até os locais de batalhas e mortes. Notamos também que existe um cuidado e preocupação com a conservação destes monumentos fúnebres, os quais ficam a cargo de uma instituição específica, criada só para realizar estas funções.

Em nossas pesquisas em sites do governo norte-americano, especificamente no *American Battle Monuments Commission (ABMC)* – Comissão de Monumentos de Batalhas Americanas – encontramos uma documentação que tem catalogado cada um desses cemitérios

e monumentos onde foram enterrados militares mortos em guerras. Tal catalogação envolve as construções fúnebres não só existentes no país como também as que foram construídas fora dele, no exterior, para enterrar as vítimas.

É com a seguinte frase: “*If ever proof were needed that we fought for a cause and not for conquest, it could be found in these cemeteries. Here was our only conquest: all we asked... was enough... soil in which to bury our gallant dead.*’ LT. GEN. MARK W. CLARK”, que o documento produzido pelo órgão norte-americano, denominado *American Battle Monument Commission*, inicia o assunto do subtema *War II Commemorative Cemeteries and Memorials* intitulado *Commemorative Sites Booklet* (ABMC, 2015, p. 21).

A frase acima se refere à importância que é dada pelos norte-americanos aos cemitérios – “solo para enterrar seus mortos”. Tal cuidado demonstra o valor e o respeito que é ofertado pelo governo e também pelo povo à memória dessas pessoas, cidadãos que perderam suas vidas em nome da liberdade da nação. “Se alguma vez fosse necessário que nós lutássemos por uma causa e não para a conquista, esta causa poderia ser encontrada nestes cemitérios. Aqui era a nossa única conquista: todos nós pedimos... foi o suficiente... solo para enterrar o nosso valente e destemido morto.’ LT. GEN. MARK W. CLARK” (ABMC, 2015, p. 21, tradução nossa).



Figura 74 – Dois Guardas Costeiros saudando a memória de um companheiro em 1945.
Fonte: Arquivo Nacional (ABMC, 2015, p. 21).

A foto acima é a primeira imagem que aparece no documento ao lado da frase citada anteriormente. O documento *American Battle Monument Commission – Commemorative Sites Booklet*, produzido pelo governo, está sendo utilizado, neste trabalho, como fonte principal relacionada aos equipamentos cemiteriais norte-americanos dedicados aos mortos da Segunda Guerra Mundial.

Logo abaixo, selecionamos quatro desses monumentos fúnebres com o objetivo de destacar certas características, como por exemplo, localizações, estruturas, tratamento dado pelas autoridades e os simbolismos impregnados neles. Dessa maneira, após obtermos tais informações, faremos uma breve comparação destes cemitérios e monumentos com os que foram construídos pelo governo brasileiro. Nesse sentido, buscaremos diferenças e semelhanças no intuito de entender o reconhecimento e a representatividade dos equipamentos cemiteriais para cada uma dessas nações.

Antes de fazermos as análises sobre as quatro construções fúnebres norte-americanas, gostaríamos de apresentar, de forma breve, um histórico a respeito da instituição que é responsável pela manutenção e cuidado desses monumentos que homenageiam os mortos da guerra.

Com base no documento produzido pela *American Battle Monuments Commission (ABMC)*, esta Comissão é considerada a guardiã dos cemitérios e memoriais comemorativos da América do Norte, no exterior. O objetivo do trabalho da Comissão é honrar o serviço, as conquistas e os sacrifícios das Forças Armadas dos Estados Unidos (ABMC, 2015, p. 3, tradução nossa).

A criação desta Comissão partiu do reconhecimento da necessidade de se ter uma Agência Federal que fosse responsável por honrar as Forças Armadas Americanas, principalmente no exterior, onde ocorreram as batalhas, para poder assim controlar os cemitérios militares, os monumentos e os marcadores destas ações de guerra. Diante de tal necessidade, o Congresso, então, criou em 4 de março de 1923, a Comissão de Monumentos de Batalhas Americanas (ABMC). O primeiro presidente nomeado para o Conselho de Comissários da ABMC foi o General do Exército, John J. Pershing, que serviu neste cargo até sua morte, em 1948. Depois, oito presidentes adicionais ocuparam esta posição desde então (ABMC, 2015, p. 4, tradução nossa).

Conforme o documento, a missão estabelecida para esta Comissão foi a seguinte: criar, construir, operar e manter cemitérios militares norte-americanos permanentes em países estrangeiros; além disso, deve também construir e manter monumentos, memoriais e marcadores no exterior, onde as forças norte-americanas têm servido desde 6 de abril de 1917,

e também nos Estados Unidos, quando orientada pela lei pública; por fim, controlar a criação e construção de memoriais militares, monumentos e marcadores dos EUA, no exterior, criados por cidadãos e organizações norte-americanas, públicas e privadas, e incentivar a sua manutenção (ABMC, 2015, p. 3, tradução nossa).

Após a Primeira Guerra Mundial, o governo norte-americano reconheceu a necessidade de uma política de enterro e repatriamento de vítimas de guerra dos Estados Unidos. Ao longo deste conflito, mais de 116.000 americanos perderam suas vidas na Europa. Diante desse contexto, foi compreendido que havia a necessidade de reconhecer as contribuições da América para as guerras na Europa através de cemitérios comemorativos e memoriais no exterior (ABMC, 2015, p. 4, tradução nossa).

Todavia, cabe aqui uma ressalva com relação à atitude do governo, que levou em consideração e respeitou os desejos de muitos norte-americanos de terem seus parentes mortos na guerra de volta aos EUA, conforme as disposições da lei. Assim, as famílias tinham o direito de selecionar o tipo de enterro permanente dos restos mortais de um ente querido, tanto em um cemitério militar americano em solo estrangeiro, como escolher pela repatriação dos restos mortais para os EUA para um enterro em um cemitério nacional ou privado. De acordo com as informações, a maioria das famílias escolheu o repatriamento, sendo que cerca de 30% escolheram o enterro permanente em um dos cemitérios da ABMC (2015, p. 5, tradução nossa).

Atualmente, a Comissão administra, opera e mantém 25 cemitérios militares permanentes e 27 memoriais federais, monumentos e marcadores norte-americanos, que estão localizados em mais de 15 países estrangeiros, além de três dos memoriais que estão localizados dentro dos EUA, sendo que estes cemitérios e memoriais estão entre os mais belos e meticulosamente mantidos santuários do mundo. Além de locais de sepulturas da Primeira e Segunda Guerra Mundial, tais locais prestam homenagens com as descrições dos nomes também dos membros do serviço militar que não foram encontrados até hoje, inclusive os que tiveram o mar como sepultura (ABMC, 2015, p. 4, tradução nossa).

De acordo com os dados que foram contabilizados, no total, durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial foram mortos 207.603 norte-americanos, os quais são homenageados merecidamente em locais da ABMC. Detalhando mais esta conta, isso inclui 30.922 enterros e 4.452 memoriais referentes à Primeira Guerra, e 93.239 enterros e 78.990 memoriais referentes à Segunda Guerra Mundial. Além disso, foram listados os nomes de 8.200 pessoas com status de desaparecidas desde a Guerra da Coreia, e 2.504 indivíduos da Guerra do Vietnã, os quais estão imortalizados no Memorial Honolulu da ABMC, no Havaí.

É importante destacar que, esta Comissão não se restringe apenas a cuidar dos cemitérios e memoriais alusivos às guerras mundiais, estão incluídos também os equipamentos fúnebres resultantes de outros conflitos (ABMC, 2015, p. 4, tradução nossa).

Com relação às construções fúnebre referentes à Primeira e à Segunda Guerra Mundial, o Programa Comemorativo de homenagens da ABMC as destacam da seguinte maneira. O programa voltado para o período da Primeira Guerra consistiu na construção de oito cemitérios americanos permanentes na Europa e ergueu 13 memoriais e marcadores separados entre a década de 1920 e 1930. Cada cemitério foi erguido com capelas não-sectárias, esculturas, mapas de batalhas que descrevem o curso da guerra na região e instalações de recepção para visitantes. Além disso, a ABMC tem se dedicado a documentar os esforços dos norte-americanos na Primeira Guerra através da compilação de resumos operacionais das divisões, de publicação do Exército Americano e de descrições de campos de batalha na Europa, há também um guia que fornece descrições detalhadas sobre as ações ocorridas nos campos de batalha europeus, onde os americanos serviram (ABMC, 2015, p. 4 e 5, tradução nossa).

Já com relação ao período pós Segunda Guerra Mundial, havia centenas de cemitérios temporários que tinham sido estabelecidos pelo Exército dos EUA em campos de batalha ao redor do mundo. Em 1947, 14 locais no exterior foram selecionados para se tornarem cemitérios permanentes do Exército e da ABMC (2015, p. 5, tradução nossa).

Outro ponto interessante também ressaltado é que, após a Primeira Guerra, as famílias dos falecidos tiveram a opção de escolher o sepultamento permanente no exterior ou o repatriamento oferecido pelo Governo. Partindo disso, semelhante à Primeira Guerra, ao final da Segunda a maioria dos norte-americanos escolheram o repatriamento (ABMC, 2015, tradução nossa).

Todavia, em alguns casos, os parentes mais próximos determinaram que fossem realizados enterros isolados para deixar os corpos encontrados em repouso, no local de batalha, fato este que significou que os mortos deveriam permanecer onde caíram ou onde foram encontrados. Nesse sentido, tais sepulturas iriam ser mantidas, como são até hoje, pelas comunidades locais. Assim, o uso de ambos os locais tanto da Primeira como da Segunda Guerra, enquanto enterro militar permanente, concedido em perpetuidade pelo país anfitrião, se efetuou mediante forma gratuita ou por tributação (ABMC, 2015, p. 5, tradução nossa).

Ainda dentro desse contexto, é importante destacar aqui que, todos os cemitérios da ABMC relacionados às guerras mundiais estão fechados para enterros, exceto nos casos em

que restos mortais de militares de guerra norte-americanos sejam recuperados na atualidade (ABMC, 2015, tradução nossa).

Para finalizarmos essa parte histórica a respeito desta Comissão, destacaremos a função do Programa Comemorativo voltado para o período da Segunda Guerra – que é o nosso foco. O Programa consistiu na construção de 14 cemitérios militares permanentes, 10 monumentos em solos estrangeiros e três memoriais nos EUA. Sobre a construção em si destes equipamentos fúnebres, incluem-se capelas não-sectárias, esculturas, mapas de batalhas e narrativas que descrevem o curso da guerra na região e também possuem instalações de recepção para visitantes (ABMC, 2015, p. 5, tradução nossa).

A respeito das sepulturas americanas construídas no exterior, relativas às duas guerras mundiais, elas são marcadas por lápides de mármore branco. Lápides estas colocadas de acordo com a fé de cada militar, isto é, aqueles pertencentes à fé judaica foram marcados pela estrela de Davi; já as cruzes latinas marcam todos os outros sepultamentos. A descrição presente nas lápides dos soldados da Primeira Guerra, que não puderam ser identificados, tem a seguinte frase gravada: “*Here rests in honored glory an american soldier known but to God*”. Já a frase “*American Soldier*” foi substituída pela frase “*Comrade in Arms*” nas lápides de militares que não puderam ser identificados a partir da Segunda Guerra Mundial (ABMC, 2015, p. 5, tradução nossa).

Já os indivíduos que foram registrados como desaparecidos, perdidos ou sepultados em mar, durante as guerras, estão imortalizado pelos seus nome gravados nas paredes dos cemitérios ou nos três memoriais presentes nos EUA sob a responsabilidade da ABMC (2015, p. 5, tradução nossa).

Encerrando já esta discussão sobre as funções da *American Battle Monuments Commission* (ABMC), informamos que este órgão é composto por até 11 membros, os quais são nomeados pelo Presidente dos Estados Unidos, por tempo indeterminado, e que servem sem remuneração com o objetivo de cumprir a missão outorgada à ABMC. A respeito das operações diárias, estas são dirigidas por um secretário de nível executivo, que também é nomeado pelo Presidente dos EUA. Sobre a localização da sede da ABMC nos EUA, ela está situada em Arlington, na Virginia-VA, já a sede de Operações no Exterior fica localizada em Garches, França, nos arredores de Paris (ABMC, 2015, p. 22, tradução nossa).

A partir de agora, serão apresentados quatro estudos de caso feitos por meio de fontes escritas e iconográficas referentes às construções fúnebres norte-americanas dedicadas às vítimas da Segunda Guerra Mundial. O primeiro equipamento cemiterial analisado foi o *Ardennes American Cemetery* (Cemitério Americano de Ardennes), único entre todos os

cemitérios da ABMC, que serviu como ponto de identificação central para todo o teatro de operações europeias dos últimos dias de guerra até 1960. Esta construção fúnebre é o local de descanso final de 5.323 norte-americanos, com 65% daqueles que eram aviadores das Forças Aéreas do Exército dos EUA, que foram mortos durante o conflito (ABMC, 2015, p. 22, tradução nossa).

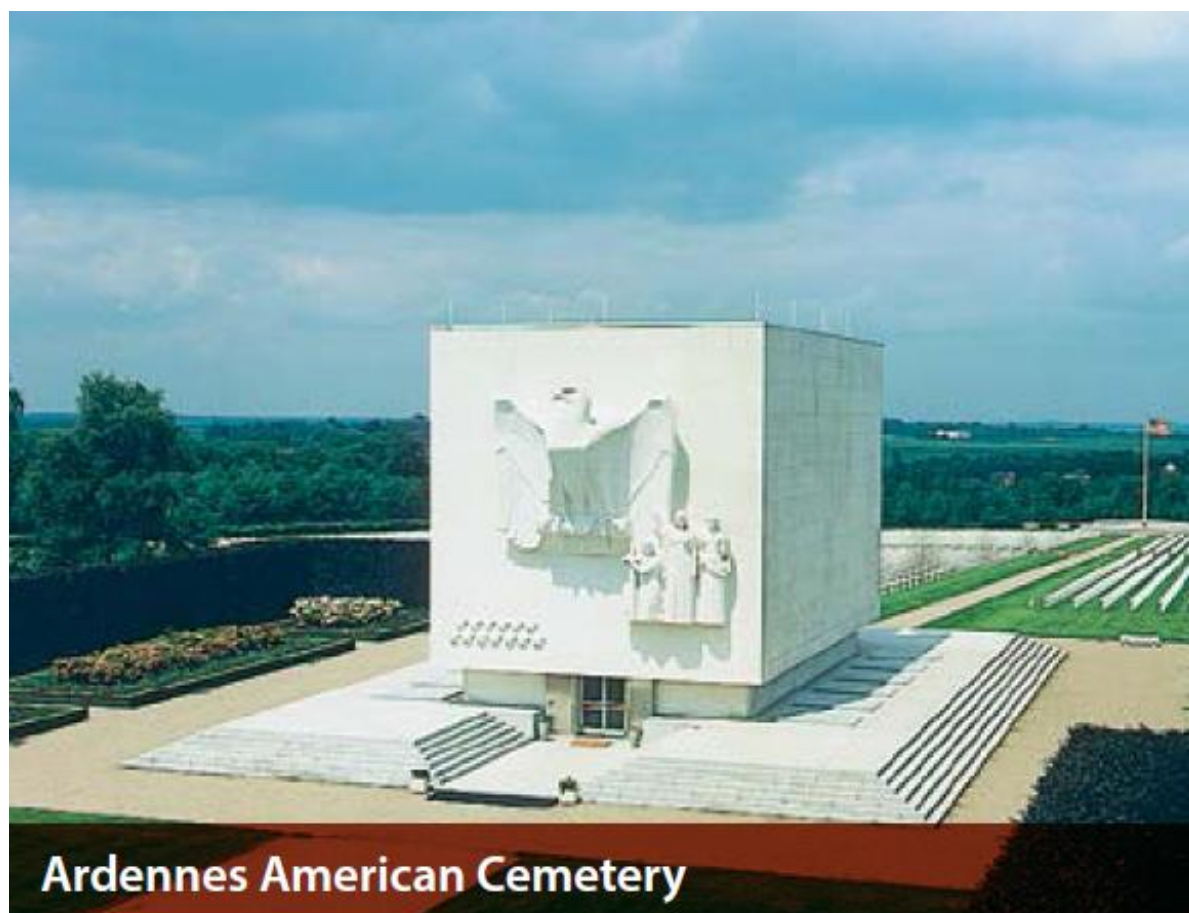
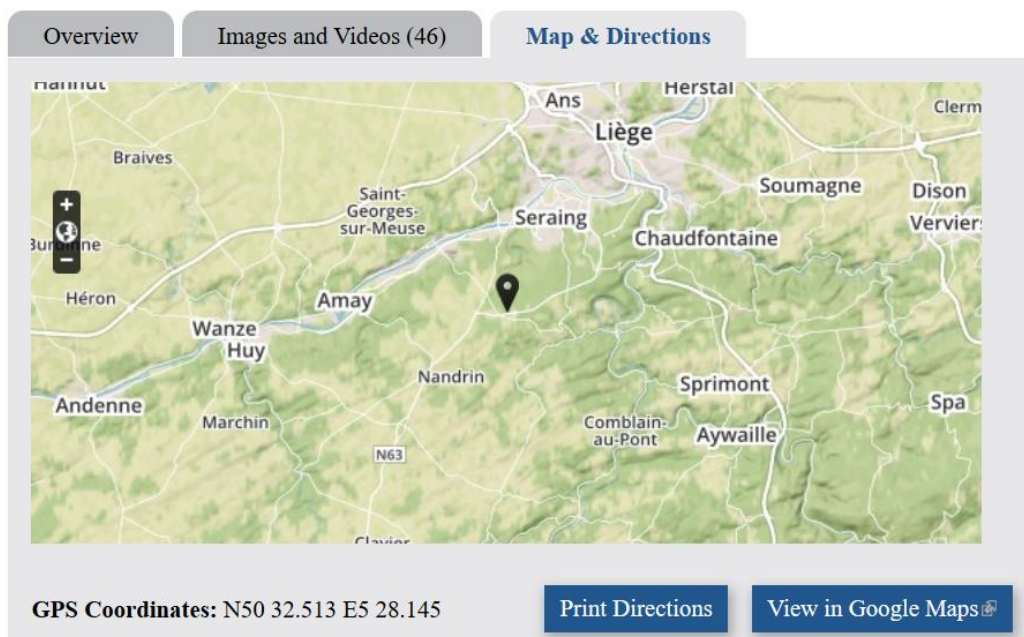


Figura 75 – Cemitério Americano de Ardennes, na Bélgica. Fonte: ABMC (2015, p. 22).

Este cemitério está localizado próximo ao sudeste de Neupré (Neuville-en-Condroz), a 12 milhas a sudoeste de Liège, na Bélgica. Para visitá-lo basta pegar a principal rodovia para Marche, que passa pela entrada do cemitério. Segundo as informações contidas no documento da Comissão, Liège pode ser alcançada por trem de Paris (Gare du Nord) através de Bruxelas com duração aproximadamente de 3 horas e meia de viagem. Dá para ter acesso ao cemitério também saindo da Alemanha através de Aachen. O documento também informa que existem serviços de táxis e de ônibus em Neupré, que estão disponíveis para ir à Liège. As coordenadas da localização em GPS deste cemitério são as seguintes: N50 32,513 E5 28,145 (ver mapa 2) (ABMC, 2015, p. 22, tradução nossa).



Mapa 2 – Localização do Cemitério Americano de Ardennes, na Bélgica⁶⁶.

A respeito das lápides, elas estão alinhadas de maneira que formam o desenho de uma cruz grega. Na parte externa do memorial estão inscritos, em lajes de granito, os nomes dos 462 militares desaparecidos, cujos restos ainda não foram recuperados. A fachada localizada ao norte, que tem vista para a área dos enterramentos, carrega as insígnias em mosaico das principais unidades americanas que operavam no noroeste da Europa durante a Segunda Guerra Mundial (ABMC, 2015, p. 22, tradução nossa).



Figuras 76 e 77 – Placas com os nomes dos desaparecidos e insígnias dos principais elementos do Exército dos EUA e das Forças Aéreas do Exército na parte de trás da capela do Cemitério Americano de Ardennes, Bélgica. Fonte: Site da ABMC.

Já o segundo equipamento fúnebre analisado, trata-se do *Brittany American Cemetery* (Cemitério Americano da Bretanha), que abriga 4.409 corpos de militares americanos, sendo

⁶⁶ Fonte: Site da ABMC. Disponível em: https://www.abmc.gov/cemeteries-memorials/europe/ardennes-american-cemetery?qt-cemeteries_memorials=1#qt-cemeteries_memorials. Acesso em: 17 ago. 2016.

que a maioria deles perdeu suas vidas durante as campanhas de fuga e perseguição da Normandia e Bretanha, assim como no contra-ataque alemão, em Mortain, entre julho e setembro de 1944 (ABMC, 2015, p. 22, tradução nossa).

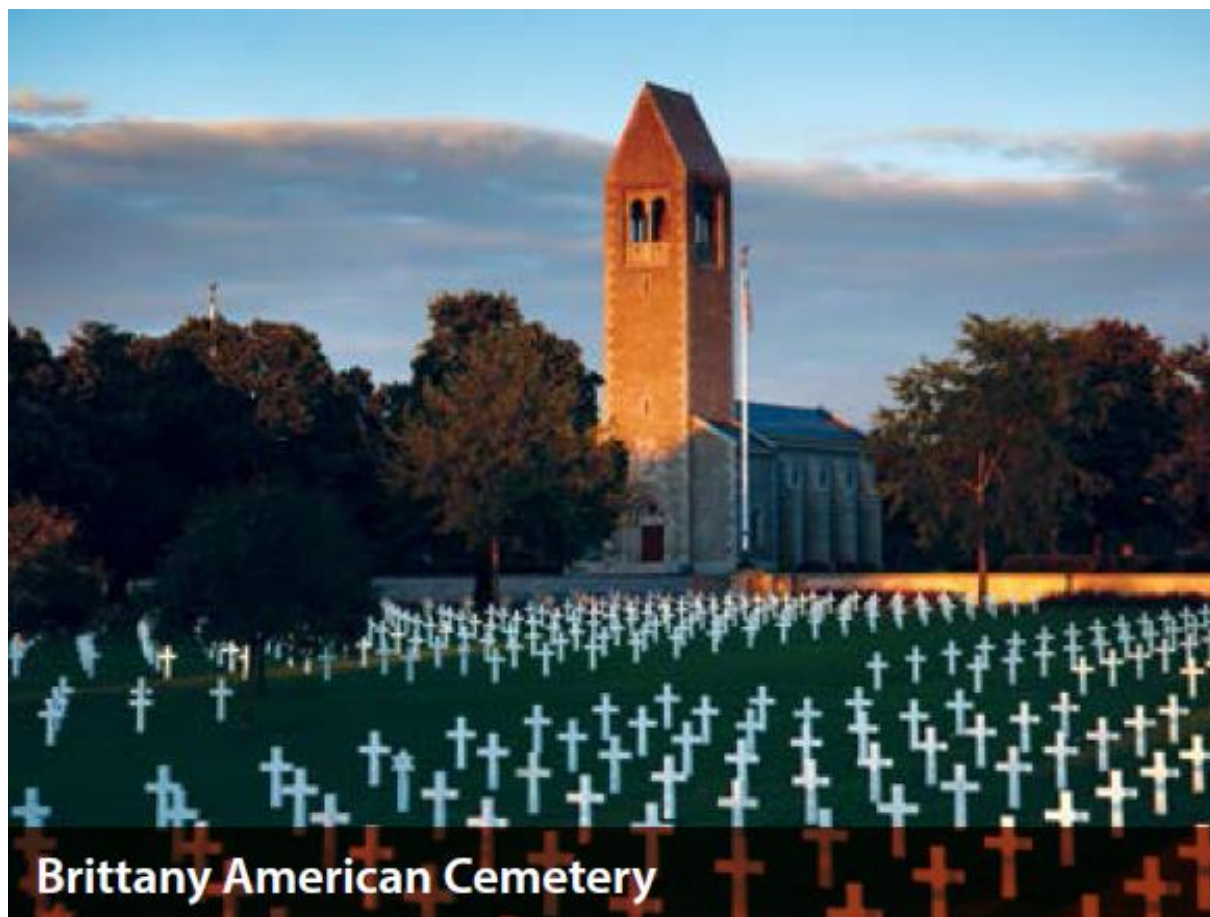
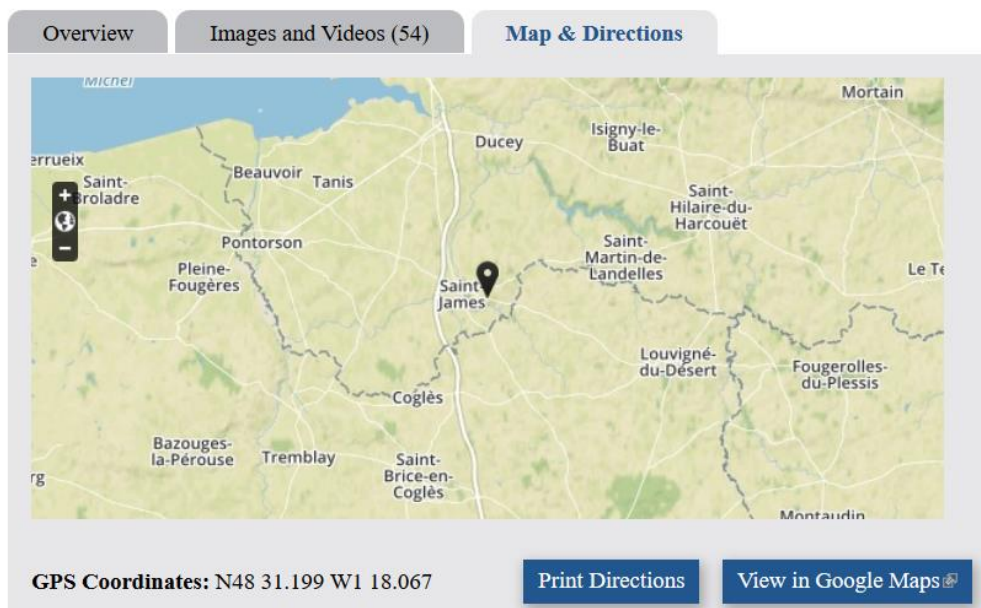


Figura 78 – Cemitério Americano da Bretanha, França. Fonte: ABMC (2015, p. 22).

Este cemitério está localizado a 1½ milhas a sudeste da cidade de Saint James (Manche), na França, que fica a 12 milhas ao sul de Avranches e a 14 milhas ao norte de Fougères. Para visitá-lo é possível chegar por carro de Paris via Autoroutes A13 e A84, saída 32, uma distância total de 220 milhas, e também por meio da via férrea ou de táxi saindo de Paris através da estação de Montparnasse (TGV) para Rennes, onde lá é possível alugar um carro ou pegar um táxi para Saint James. As coordenadas da localização em GPS deste cemitério são as seguintes: N48 31,199 W1 18,067 (*ver mapa 3*) (ABMC, 2015, p. 22, tradução nossa).



Mapa 3 – Localização do Cemitério Americano da Bretanha, na França⁶⁷.

É possível observar que ao longo das paredes de retenção do terraço do memorial estão os nomes inscritos de 499 desaparecidos, cujos restos mortais não foram recuperados até hoje. A respeito da capela do memorial, ela está voltada para a área dos sepultamentos, nela existem representações de duas operações em grandes mapas e também uma bandeira do corpo militar. Dentro da entrada do memorial, a direita, tem uma janela de vitral que descreve Saint James. Sobre a plataforma de vigia da torre do memorial, ela proporciona uma vista privilegiada do cemitério, ficando, a noroeste, o mar e o histórico Mont St. Michel (ABMC, 2015, p. 23, tradução nossa).



Figuras 79 e 80 – Mapa de batalha e vitral na capela do Cemitério Americano da Bretanha.
Fonte: Site da ABMC.

⁶⁷ Fonte: Site da ABMC. Disponível em: https://www.abmc.gov/cemeteries-memorials/europe/brittany-american-cemetery#.V_7LIrPwhUQ. Acesso em: 17 ago. 2016.

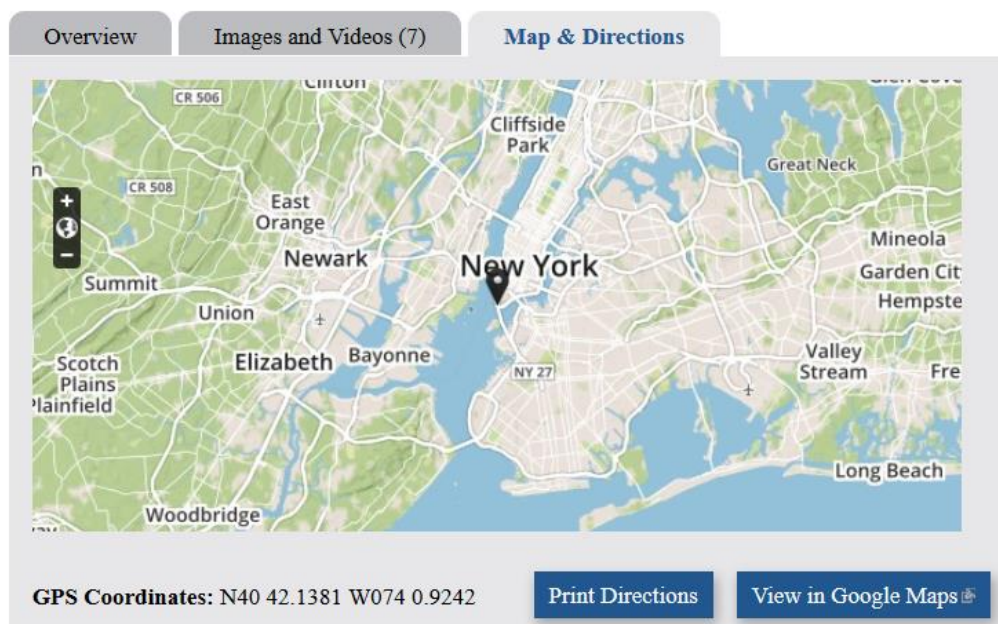
O terceiro equipamento fúnebre analisado foi o *East Coast Memorial* (Memorial Costa Leste), o qual tem a função de homenagear a memória de soldados, marinheiros, aviadores, fuzileiros navais, a Guarda Costeira e marinheiros mercantes, que perderam suas vidas em águas ocidentais do Atlântico durante a Segunda Guerra Mundial (ABMC, 2015, p. 24, tradução nossa).



Figura 81 – Memorial Costa Leste, em New York, EUA. Fonte: ABMC (2015, p. 24).

Este memorial está localizado no Parque Battery, em Nova York, no extremo Sul da Ilha de Manhattan, nos Estados Unidos. Fica situado a cerca de 150 jardas⁶⁸ da estação de metrô South Ferry e fica ao sul do Forte Histórico Clinton, em um local fornecido pelo Departamento do Parque da Cidade de Nova York. As coordenadas de localização GPS deste Memorial são as seguintes: N40 42,1381 W074 0,9242 (*ver mapa 4*) (ABMC, 2015, p. 24, tradução nossa).

⁶⁸ Unidade fundamental de comprimento do sistema inglês, equivalente a 914mm. Fonte: Dicionário Aurélio, 2000.



Mapa 4 – Localização do Memorial Costa Leste em New York, EUA⁶⁹.

Uma curiosidade com relação a este Memorial é que seu eixo está orientado com a Estátua da Liberdade. Sua estrutura está disposta da seguinte maneira: em cada lado do eixo tem quatro altas lajes de granito cinza sobre as quais estão gravados os nomes, classificações, organizações e estados de origem de 4.611 militares norte-americanos, os quais estão listados como desaparecidos durante a guerra ou perdidos no mar (ABMC, 2015, p. 24, tradução nossa).



Figuras 82 e 83 – Paredes com os nomes dos desaparecidos no Memorial Costa Leste, em New York. Fonte: Site da ABMC.

Por fim, o quarto e último equipamento fúnebre analisado foi o *Normandy American Cemetery* (Cemitério Americano da Normandia). Nele estão presentes 9.388 túmulos de

⁶⁹ Fonte: Site da ABMC. Disponível em: https://www.abmc.gov/cemeteries-memorials/americas/east-coast-memorial#.V_7Ef7PwhUQ. Acesso em: 17 ago. 2016.

guerra de militares americanos, sendo que a maioria deles perdeu suas vidas durante o desembarques do Dia D e, posteriormente, ao combate de Hedgerow (ABMC, 2015, p. 30, tradução nossa).

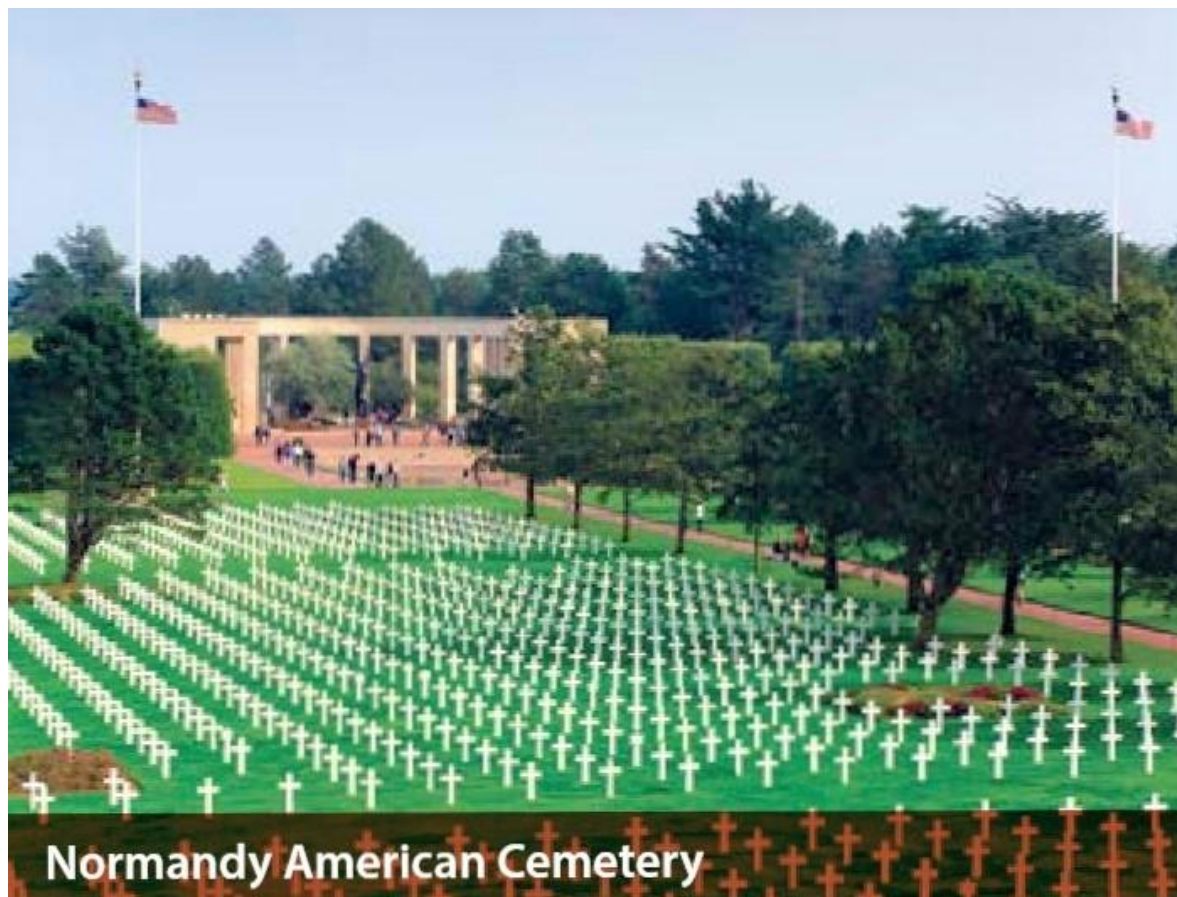
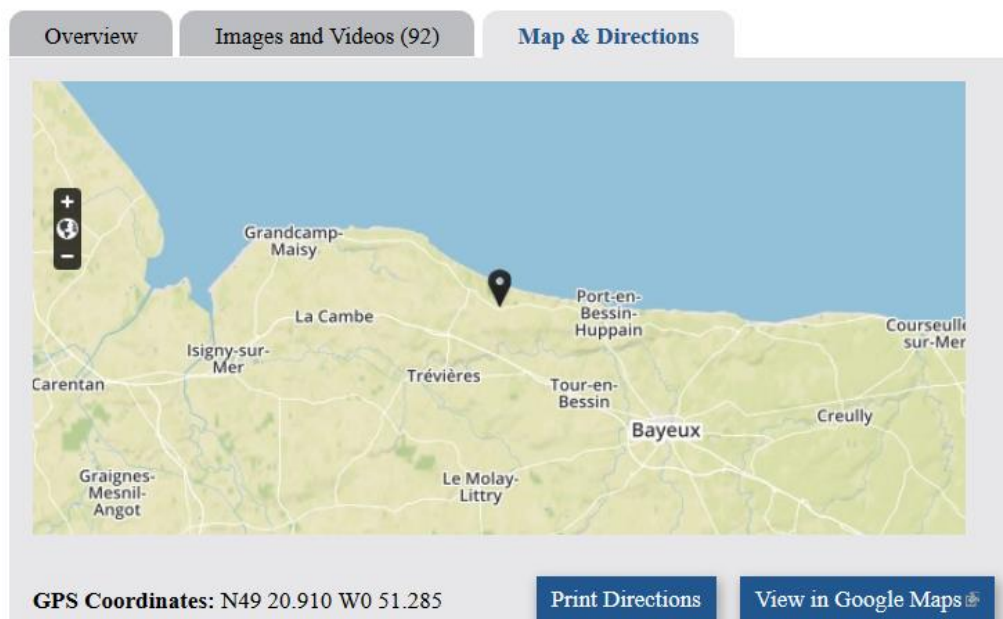


Figura 84 – Cemitério Americano da Normandia, França. Fonte: ABMC (2015, p. 30).

Este cemitério está localizado a leste de St. Laurent-sur-Mer e a noroeste de Bayeux em Collevillesur-Mer, a 170 milhas a oeste de Paris. Ele fica situado em um penhasco com vista para a Praia de Omaha e para o Canal Inglês. Suas coordenadas GPS é de: N49 20,910 51,285 W0 (*ver mapa 5*) (ABMC, 2015, p. 30, tradução nossa).

É possível chegar até ele por condução de Paris via Autoroute A13 para Caen, em seguida, N-13 a Formigny, continuando na D-517 em direção a St. Laurent-sur-Mer e D-514 para Colleville-sur-Mer, onde existem placas que indicam a entrada do Cemitério. Há também um serviço ferroviário entre Paris (Gare St. Lazare) e Bayeux, além de táxis e ônibus de turismo que ficam disponíveis para serviço (ABMC, 2015, p. 30, tradução nossa).



Mapa 5 – Localização do Cemitério Americano da Normandia, França⁷⁰.

A estrutura deste cemitério tem as seguintes características: um jardim semicircular, sendo que, no lado leste, nas paredes do memorial estão inscritos os nomes de 1.557, os quais foram listados como desaparecidos durante a guerra, perdido ou enterrados no mar (ABMC, 2015, p. 30, tradução nossa).



Figuras 85 e 86 – Escultura presente no jardim semicircular e parede com os nomes dos desaparecidos no Cemitério Americano da Normandia. Fonte: Site da ABMC.

O memorial também é composto por uma colunata semicircular, onde em cada extremidade contém grandes mapas e narrativas das operações militares. No centro, encontra-

⁷⁰ Fonte: Site da ABMC. Disponível em: https://www.abmc.gov/cemeteries-memorials/europe/normandy-american-cemetery#.V_7MTbPwhUS. Acesso em: 17 ago. 2016.

se a estátua de bronze (*figura 85 acima*) com a seguinte frase: “The Spirit of American Youth Rising from the Waves” (ABMC, 2015, p. 30, tradução nossa).



Figuras 87 e 88 – Inscrições no centro de visitantes e na parede da capela do Cemitério Americano da Normandia. Fonte: Site da ABMC.

Existe também outras inscrições pelas paredes, inclusive a que foi citada no documento da *American Battle Monuments Commission* (*figura 88 acima*). Há também uma mesa de orientação com vista para a praia que retrata o desembarque na Normandia. Além disso, o cemitério também dispõe de um centro de visitantes, a partir do qual é retratada a importância e o significado da Operação Overlord. Assim, tanto os valores como os sacrifícios da geração da Segunda Guerra Mundial são homenageados (ABMC, 2015, p. 30, tradução nossa).



Figura 89 – Soldados americanos indo em direção à Praia de Utah, em 06 de junho de 1944, Normandia. Fonte: Site da ABMC.

Diante de tudo o que já foi apresentado e discutido a respeito dos Cemitérios e Monumentos das vítimas da Segunda Guerra Mundial, tanto brasileiros como norte-americanos, é preciso fazer agora uma análise geral que mostre o que eles têm de semelhanças e diferenças, além de destacar a forma como cada um é tratado não só pelos governantes, como também o reconhecimento que é dado ou não pela população.

As semelhanças que ligam, por exemplo, o Monumento Nacional aos Mortos construído no Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro, ao Memorial Costa Leste localizado no Parque Battery, em Nova York, é que ambos estão situados em um espaço de uso público, fato este que possibilita o acesso livre às pessoas para visitá-los. A diferença entre eles é que, no monumento brasileiro, estão depositados os restos mortais dos militares que combateram na guerra, enquanto que o monumento norte-americano é dedicado aos desaparecidos durante o conflito. Com relação à arquitetura, ambas são diferentes em suas estruturas, mas apresentam estilos semelhantes sendo modernos e monumentais, além disso os dois têm gravados em suas paredes os nomes dos militares mortos homenageados.

Já o Monumento denominado Cemitério dos Náufragos, localizado em Aracaju, no Mosqueiro, se difere de ambos citados acima, pois ele está localizado em uma rua sem saída, em um local pouco conhecido ao invés de um local público. Nas paredes de sua construção não há nomes gravados dos mortos de guerra que deveriam ser homenageados. Pelo contrário, este monumento é simplista e pequeno, contendo apenas uma estrutura em mármore que possui dez gavetas, localizada na parte central, e que devido à ausência de documentação sobre o traslado dos corpos do cemitério “original” para este monumento, não sabemos se elas contém ou não os restos mortais das vítimas de guerra, que morreram na costa sergipana.

Outra diferença encontrada entre os equipamentos fúnebres brasileiros e os norte-americanos é que, estes últimos ainda apresentam as cruzes que marcam cada sepultamento (sendo a exceção, no Brasil, o Cemitério dos Náufragos “original”). Já os brasileiros, no caso do antigo Cemitério de Pistoia, na Itália, as cruzes foram retiradas após a mudança para Monumento Votivo, ficando apenas placas nos lugares das cruzes, e no Monumento aos Mortos, no Rio de Janeiro, não há na parte externa a figura da cruz, pois a finalidade desta ausência intencional é justamente demonstrar a laicidade do Estado e, consequentemente, das Forças Armadas. Além disso, vemos também o cuidado e organização com que cada um dos cemitérios foi estabelecido nos EUA e nos cemitérios brasileiros da Itália e do Rio de Janeiro.

Com relação ao trabalho de divulgação desses equipamentos e memoriais fúnebres, no caso dos norte-americanos há alguns sites do governo com publicações inclusive atuais, sendo o principal o da American Battle Monuments Commission

(<https://www.abmc.gov/cemeteries-memorials>). Já no caso dos brasileiros, percebemos que não há muita divulgação por parte do governo com o intuito de alcançar a população, nem existe um site de uma comissão específica que gerencie os monumentos e cemitérios. Encontramos apenas sites que fazem referência ao Monumento aos Mortos vinculando-o ao Parque do Flamengo (<http://www.parquedoflamengo.com.br/equipamentos/monumento-nacional-aos-mortos-da-segunda-guerra-mundial-2/> e <http://www.mnmsgm.ensino.eb.br/>), mas nenhum referente ao Monumento Votivo ou aos Cemitérios dos Náufragos.

A respeito das homenagens aos mortos de guerra, no Brasil, elas geralmente se restringem aos próprios militares, como é o caso do Monumento aos Mortos e do Cemitério dos Náufragos Monumento, tendo inclusive este último um zelador que controla o acesso ao local fúnebre. Já as homenagens e comemorações norte-americanas, estas se destacam não só por envolver os militares, mas principalmente por abranger a população, a qual se solidariza com seus mortos, seguindo a tradição de cultuar os entes falecidos, sejam vítimas de guerras ou civis. Já o Cemitério dos Náufragos “original”, informamos que este não tem recebido a atenção por parte das autoridades, encontrando-se interditado desde 2006, motivo este que levou sua cerca a ser violada, facilitando assim o acesso à população local e, conseqüentemente, dando margem também às ações de vandalismo.

Sobre as localizações destes equipamentos fúnebres, eles apresentam diferenças quanto aos locais, mas, principalmente, quanto ao acesso. Se procurarmos no Google Maps pelas localizações dos equipamentos fúnebres em Sergipe, não iremos encontrá-las, diferente do caso do Monumento de Pistoia e do dedicado aos Mortos no Rio de Janeiro, além é claro dos quatro casos norte-americanos, os quais estão plotados no mapa, sendo possível localizá-los de forma fácil e rápida. Este fato demonstra, de certa maneira, a importância, a procura e a preocupação que é ofertada a esses equipamentos fúnebres referentes ao período da Segunda Guerra Mundial.

É relevante destacar também a questão do repatriamento, que foi algo que ocorreu de maneira diferente comparando o caso brasileiro e o norte-americano. No âmbito nacional, apesar de ter sido feita uma consulta oficial às famílias dos militares mortos sobre o desejo de ter de volta os corpos dos seus entes queridos para enterrá-los de forma particular. Todavia, as opiniões não foram levadas em consideração pelo governo, que decidiu fazer o enterramento de todos os soldados em um único local, no Monumento aos Mortos, no Rio de Janeiro. Já no caso do governo dos Estados Unidos, a decisão familiar foi, sim, levada em consideração, sendo então devolvidos os corpos solicitados para serem enterrados sob o desejo pessoal dos familiares.

Infelizmente, notamos que o caso brasileiro não levou em consideração nem seus vivos – os militares que regressaram da guerra e os parentes dos que não sobreviveram – imagine seus mortos. Segundo Marton (2015), quando os integrantes da Força Expedicionária Brasileira aportaram no país, esta instituição nem existia mais. A FEB tinha “[...] sido dissolvida em 06 de julho de 1945, enquanto os soldados ainda estavam na Itália (2015, p. 39). Tal fato foi inclusive destacado pelo ex-Comandante da Força, o Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, que acompanhou junto com outros militares as injustiças e os descasos sofridos pelos pracinhas que regressaram vivos da guerra (porém, não vamos nos aprofundar neste assunto).

Para concluir, citaremos agora a característica que elegemos ser a que mais se difere entre o caso brasileiro e o norte-americano. Com relação aos EUA, notamos que o governo tem incentivado e mantido, ao longo do tempo, o culto aos mortos como demonstração de respeito e também de gratidão às vítimas de guerra e, por isso, prestam-lhes homenagens fúnebres, ano após ano, não permitindo assim que a memória desses cidadãos caia em esquecimento, fato este que pode ser facilmente provocado pelo tempo. Já no caso brasileiro, é justamente essa ausência de cerimônias fúnebres envolvendo, principalmente, a participação popular, que faz com que não haja essa ligação entre as pessoas e os seus antepassados.

E como bem ressaltou Bellomo (2008, p. 51) dizendo que: “[...] a associação de vivos e mortos raramente ultrapassa a terceira geração ascendente. O tempo enfraquece a memória, e a relação entre o antepassado e seus descendentes vai aos poucos desaparecendo”. O autor ainda concluiu afirmando que, “Poucos brasileiros sabem onde está o túmulo dos seus ascendentes além dos bisavós”. Sobre isso, vou além, os brasileiros, na verdade, desconhecem seus mortos ainda mais recentes, principalmente, os que perderam suas vidas em nome da pátria. Fato este que, talvez, pode ser justificado – no caso das vítimas de guerra – pela inexistência de uma tradição de culto aos mortos e de rememoração aos seus atos, pois não há um incentivo concreto por parte das autoridades, as quais deveriam ser as responsáveis por zelar pela memória coletiva da nação. Todavia, entendemos e enxergamos que a cultura material pode ser esse elo entre a população e as cerimônias fúnebres, sendo esta não mais distanciada das pessoas, pelo contrário, passando a servir como ponte entre a história e a memória.

Nesse sentido, as novas produções historiográficas, que têm sido elaboradas de maneira multidisciplinar, incluindo, o conhecimento advindo de várias áreas e, neste caso específico, da Arqueologia, a qual se utiliza principalmente da cultura material para interpretar os acontecimentos da vida social. Assim, partindo disso, novos projetos que

tenham por finalidade rememorar este passado – com o intuito de envolver a população, inclusive os estudantes, em um trabalho conjunto entre pesquisadores, autoridades do governo, meios de informações e professores –, podem se concretizar utilizando, principalmente, a cultura material – os Monumentos – com meio de transmitir esse conhecimento. E como bem afirmou Orser (1992, p. 10), “[...] nada melhor do que o mundo material que nos envolve, para compreender a sociedade, suas transformações e conflitos” (ORSER, 1992, p. 10). Por isso, é necessário que esses equipamentos cemiteriais e monumentos sejam vistos de outra maneira, isto é, como um meio de proporcionar, de forma efetiva, o conhecimento da nossa História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico buscou fazer um estudo arqueológico tomando como base a cultura material existente referente ao período da Segunda Guerra Mundial, focando o contexto sergipano, que sofreu diretamente com os reflexos da guerra. A discussão feita ao longo do trabalho partiu dos eventos trágico-navais ocorridos na primeira metade do século XX, especificamente em agosto 1942, quando o submarino alemão *U-507* torpedeou sequencialmente as três embarcações mercantes – *Baependy*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo* – na costa brasileira, entre o litoral de Sergipe e da Bahia, provocando assim a morte de mais de 500 (quinhentas) pessoas entre civis e militares. Diante da gravidade de tais atos bélicos, o Governo Brasileiro foi obrigado a abandonar a condição de país “neutro” para se transformar em nação beligerante, declarando guerra à Alemanha nazista e à Itália fascista em 31 de agosto de 1942.

Em virtude de todas as considerações abordadas neste denso trabalho monográfico, acreditamos que, enquanto arqueólogos, devemos assumir o nosso papel de agentes ativos na sociedade e buscarmos meios efetivos para lidarmos com os usos desses monumentos, de forma crítica, transformando-os em ferramentas de construção e transmissão de conhecimento sobre a nossa história.

Afinal, ao fazermos uma reflexão sobre as representações desse cenário bélico, percebemos que, de maneira geral, a memória que prevaleceu foi a relacionada aos feitos militares, sem considerar a participação dos civis, como os sergipanos que viram de pertos os horrores do conflito por meio das centenas de corpos espalhados em suas praias. Sendo assim, constatamos que, os monumentos comemorativos construídos pelo governo brasileiro, teve por finalidade perpetuar não a memória individual das vítimas, mas sim a memória da instituição militar como um todo, através da construção de uma “memória coletiva”. Todavia, notamos que esta memória coletiva oficial homogeneizada acabou por sufocar as outras versões da guerra vivenciadas pelos civis.

Por tais razões, a presente pesquisa se opõe claramente “ao manto do esquecimento” que foi conferido às “outras” histórias da guerra, de igual modo ao trabalho de Fáveri (2002). Uma vez que, nosso intuito é trazer à tona as histórias relegadas pela historiografia oficial, as quais podem e devem ser rememoradas, usando como instrumento a cultura material existente dessa época – os equipamentos cemiteriais e os monumentos –, enquanto ponte entre a memória e a História, sendo, no entanto, reinterpretados de maneira crítica sob a perspectiva

da Nova História Social e Cultural, ou seja, da “história vista de baixo para cima”, dando destaque à presença e, principalmente, às ausências encontradas nos monumentos.

É necessário destacar que, se fizermos uma contagem dos números de brasileiros mortos na guerra, veremos que, em águas nacionais, morreram mais pessoas do que os que foram enviados para lutar no *front* europeu. De acordo com Monteiro (2013), a Força Expedicionária Brasileira (FEB) enviou pouco mais de 25 mil soldados para a Europa, palco dos principais combates. Todavia, na costa brasileira, morreram mais civis e militares – que não estavam em combate – do que os que foram lutar na Itália. “Em toda a Campanha da FEB [...] morreram 465 militares. Menos do que o número de mortos nos torpedeamentos dos navios *Baependy*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba*, *Arara*” (MONTEIRO, 2013, p. 263, grifo nosso) e *Jacira*, em um total de “607” mortos, salvando-se apenas “217” tripulantes e passageiros de um total de “824” entre homens, mulheres e crianças (CRUZ, 2012, p. 71).

Tomando como base as fontes escritas e orais, percebemos que a guerra foi e ainda é lembrada como um tempo de aflição, angústia, dor e medo. Todos queriam que ela acabasse logo, tanto os que sofreram a violência, como os que praticaram a violência (FÁVERI, 2002). Vale ressaltar que, as lembranças da guerra não estão “mortas” para os contemporâneos dela. Desse modo, as recordações precisam apenas ser contadas para que sirvam, não como uma maneira de trazer tristeza sobre este passado doloroso da História, pelo contrário, o objetivo é exaltar a memória de todos que vivenciaram este período – as vítimas fatais e os sobreviventes –, no intuito de mostrar a importância e o significado trazido, principalmente, pelo fim da guerra, isto é, a paz e a liberdade alcançadas entre as nações a custo de milhões de vidas que devem ser valorizadas.

Nesse sentido, os monumentos fúnebres devem, então, ter a função de rememorar não apenas as lutas e os sacrifícios realizados pelos militares, mas também as ações e reações da população que presenciou os reflexos da guerra de perto, buscando assim, de maneira geral, homenagear a memória de todos eles. Até porque, como bem afirmou Fáveri (2002), as histórias de vida estão “[...] na memória, fronteira entre o dito e o silêncio, nas emoções e resistências (2002, p. 328). Sendo assim, “Sem dúvidas, a espoliação das lembranças é uma das mais cruéis práticas de opressão, porque desenraiza e mata laços de identificação” (2002, p. 328). Seguindo essa lógica, é importante lembrar que, o fato de “Controlar o passado ajuda a dominar o presente e a legitimar tanto as dominações quanto as rebeldias” (FERRO, 1999, p. 11 apud FÁVERI, 2002, p. 329). Afinal, temos a consciência de que “A História [...] é o saber que mais acalora debates nas esferas governamentais pelo poder que representa; e incomoda, obviamente” (2000, p. 329). Portanto, contar essas histórias por meio do enfoque

arqueológico utilizando a cultura material é oferecer a parte concreta – objetos, estruturas, roupas, armas, restos mortais – daquele momento vivido em um passado não tão distante, tornando, assim, o conhecimento mais efetivo.

E, para que as histórias da guerra sejam recontadas de maneira mais democrática, sugerimos que tais equipamentos cemiteriais sejam anexados aos roteiros turísticos das cidades, assim como já acontece em outros estados e países. Mas, antes disso, ressaltamos que, a cultura material da época de guerra, especificamente a situada em Aracaju, precisa receber a atenção por parte das autoridades no que tange a conservação e a sinalização. Partindo disso, acreditamos que por meio do uso consciente desses espaços históricos, com base em uma reflexão crítica, é possível estimular e desenvolver nas pessoas um pensamento crítico sobre as representações desses episódios bélicos através dos monumentos.

Por fim, fazemos questão de evidenciar o resultado geral da Segunda Guerra Mundial apresentado por Gilbert (2009), que considera este conflito como o maior e o mais sombrio período da Idade Contemporânea, visto que, pereceram nele “[...] mais de quarenta milhões de militares e civis [...]”, sendo que a maioria perdeu suas vidas em situações de extrema crueldade, muitas vezes, de maneira prolongada. Por isso mesmo que este conflito armado “[...] encontra-se entre os [...] mais devastadores da história da humanidade” (2009, p. 7). E, é justamente por tais motivos que as histórias vividas nesta época não podem ser simplesmente lançadas ao mar do esquecimento. Pelo contrário, devem ser rememoradas como lição para superarmos os preconceitos ainda vistos na atualidade, sejam eles étnicos, religiosos, sexuais, de gênero, de classe social, de nacionalidade, entre outros, procurando assim lutar de maneira incessante pela promoção da paz entre as nações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. C. **A história da devastação dos manguezais aracajuanos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008. Disponível em: <http://200.17.141.110/pos/prodema/files/dis08/DissertaoFernandaC.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

AMERICAN BATTLE MONUMENT COMMISSION - COMMEMORATIVE SITES BOOKLET. Washington, D. C, 2015, p. 1-48. Disponível em: <https://www.abmc.gov/sites/default/files/publications/Commemorative%20Sites%20Booklet%20Sept%202015_508.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

ARAUJO, J. G. Naufrágios e afundamentos na costa brasileira. 2.ed. **Revista e ampliada**, Salvador: JM, Gráfica e Editora, 2008, 120 p.

ARIÈS, P. **O homem diante da morte**. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: F. Alves, v. I, 1989.

_____. **O homem diante da morte**. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: F. Alves, v. II, 1989.

BARETTA, J. R. Arqueologia da Repressão e da Resistência e suas contribuições na construção de memórias. **Revista Arqueologia Pública**, 2014, n 10, p. 76-89. Disponível em: <http://nebula.wsimg.com/105a17d2417484fc666d1a7babb7ccb5?AccessKeyId=DC11B1DABAC73D45FDD4&disposition=0&alloworigin=1>. Acesso em: 21 mar. 2016.

BARRETO, L. A. **Cultura**: um roteiro de alusões. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.

BASTIANELLO, E. M. T. **Arqueologia Histórica – estudos e perspectivas multidisciplinares: as manifestações culturais no cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé/RS**. In. Arqueologia Histórica, Memória e Patrimônio em Perspectiva Multidisciplinar: Contribuições da Arqueologia, História, Literatura, Arquitetura e Urbanismo. FUNARI, P. P. A.; CERQUEIRA, F. V.; NOBRE, C. K. (org.). Pelotas: IMP, LEPAARQ/UFPel, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio cultural/UFPel, 2009, p. 149 a 161.

BAVA DE CAMARGO, P. F. **Arqueologia das fortificações oitocentistas da planície costeira Cananéia/Iguape, SP**. 2002. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **Portos e mais portos: Arqueologia Marítima de Cananéia (SP)**. Revista Navigator, v 4, nº 7, p. 83-98, 2008. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig7/art/N7_art5.pdf. Acesso em: 09 ago. 2016.

BELLOMO, H. R. (org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte sociedade e ideologia**. Porto Alegre: EDIPUCS, 2008.

BONET, F. S. O discurso oficial brasileiro durante a II Guerra Mundial - O Brasil se une para a Guerra. IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. **Anais**, Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1209067969_ARQUIVO_OdiscursoooficialbrasileiroduranteaIIGuerraMundial.pdf. Acesso em: 26 maio. 2016.

BRÍGIDO, L. E. B. O Brasil declara guerra ao Eixo – 70 anos. **Revista Marítima Brasileira**, vol.132, nº04/06, 2012, p. 34-58.

COSTA, D. M. Estudos mortuários em Arqueologia Pré-Histórica e Histórica: de espelho etnográfico à máscara social. **Revista Habitus**, Goiânia, vol.10, nº1, 2012, p. 105-114.

CRUZ, L. A. P. **“A guerra já chegou entre nós”!** O cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942 -1945). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/09/A-Guerra-J%C3%A1-Chegou-Entre-N%C3%B3s.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2016.

_____. Submarinos no Mar & Soldados na Praia. A militarização da costa sergipana no tempo da II Guerra Mundial (1942-1945). **Ponta de Lança: Revista eletrônica de História, Memória & Cultura**, Ano 4, nº8, 2011, p. 25-35. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3081>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____; ARAS, L. M. B. Submarinos alemães e o cotidiano de Aracaju. **Revista do IHGSE**, nº40, 2010, p. 155-181. Disponível em: <http://www.ihgse.org.br/revistas/40.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____; ARAS, L. M. B. A cidade dos malafogados: o cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina em Sergipe (1942-1945). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 2011. **Anais**, São Paulo, 2011, p. 1-17. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300849352_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOGUERRASUBMARINA.pdf. Acesso em: 22 maio 2016.

_____; ARAS, L. M. B. A Guerra submarina na costa sergipana (1942-1945). **Navegador**, vol.8, nº15, 2012, p. 85-100. Disponível em: http://www.revistanavegador.com.br/navig15/art/N15_art1.pdf. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____; ARAS, L. M. B. Submarinos alemães ou norte-americanos nos malafogados de Sergipe (1942-1945)?. **Navegador**, vol.9, nº17, 2013, p. 69-83. Disponível em: http://www.revistanavegador.com.br/navig17/dossie/N17_dossie5.pdf. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____; SOUZA, A. L. U-Boots no Brasil. As vivências do homem costeiro diante da Guerra Submarina em Sergipe (1942-1945). In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2009. **Anais**, Maringá, Paraná, Brasil, 2009, p. 1483-1497. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/331.pdf>. Acesso em: 23 maio. 2016.

DINIZ, D. N. L. **Aracaju: A construção da imagem da cidade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-15032010-155846/pt-br.php>. Acesso em: 20 maio 2016.

DURAN, L. D. **Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo**. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-26062008-095339/pt-br.php>. Acesso em: 09 ago. 2016.

FÁVERI, M. **Memórias de uma (outra) guerra**. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/82826>. Acesso em: 28 ago. 2016.

FUNARI, P. P. A. O Amadurecimento de uma Arqueologia Histórica Mundial. **Revista de História**, nº 135, p. 163-168, FFLCH-USP:1996. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18801/20864. Acesso em: 26 jun. 2016.

_____. A Arqueologia Histórica em uma Perspectiva Mundial. In: **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas**. Andrés Zarankin e María Ximena Senatore (orgs.), Buenos Aires, Ediciones del Tridente, 2002, p. 107-116. Disponível em: <http://www.ufjf.br/maea/files/2009/10/texto13.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2016.

_____. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **MNEME - Revista de Humanidades**, vol.6, nº13, 2004/2005, p. 1-5. Disponível em: <http://ufrn.emnuvens.com.br/mneme/article/view/267/243>. Acesso em: 19 jul. 2016.

_____. **Arqueologia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Teoria e a Arqueologia Histórica: a América Latina e o Mundo. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Vol. 1, nº. 1 Jan-Jun, 2007. P. 49-58. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/vestigios/download/01/FUNARI_Teoria-e-arqueologia-historica.pdf. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____; ZARANKIN, A; REIS, J. A. **Arqueologia da Repressão e da Resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas 1960-1980)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

FURTADO, J., et al. **Capacitação básica em defesa civil**. Florianópolis: CAD UFSC, 2012. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=7414b05c-790e-455c-9ae6-029e1a2173c7&groupId=10157. Acesso em: 25 maio 2016.

GAMA, A. O. S.; MARTINS, H. L. A Marinha na Segunda Guerra Mundial. In: **História Naval Brasileira**. Quinto Volume. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.

GARCIA, C. A Arqueologia em contextos de navios dos sécs. XVI-XVII – Testemunhos Açorianos. **Arquipélago – História**, 2ª série, IX, 2005, p. 89-103. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/413/1/Catarina_Garcia_p89-103.pdf. Acesso em: 27 jul. 2016.

GILBERT, Martin. **Second World War**. Tradução de Ana L. Faria e Miguel S. Pereira. (A Segunda Guerra Mundial). Portugal: Publicações Dom Quixote, 2009.

GODOY, M; LOPES, M. O Brasil foi para a Guerra – Schacht, o comandante alemão sem disciplina que levou o país ao conflito. **Revista Aventuras na História**. Ed. 144, jul. 2015, p. 32-41.

GOMES, R. O. **Olhos verdes: o olhar de ex-dirigentes integralistas sobre o governo militar brasileiro de 1964 a 1970**. 2011. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37073/000819782.pdf?...1>. Acesso em: 06 jul. 2016.

GUIMARÃES, J. C. M. S. Marinha Mercante. In: **História Naval Brasileira**. Quinto Volume. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.

HINGST, B. **Projeto ideológico cultural no regime militar: o caso da Embrafilme e os filmes históricos e adaptações de obras literárias**. 2013. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) – Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo, São Paulo - SP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-23082013-092350/pt-br.php>. Acesso em: 02 jun. 2016.

HODDER, I; HUTSON, S. Post-processual archaeology. In: **Reading the past - Current approaches to interpretation in archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 206-235.

KUGLER, H. **Política de Boa Vizinhança**. In: Missão: fotografar o Brasil. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/sobrecultura/2013/01/missao-fotografar-o-brasil>. Acesso em: 03 maio. 2016.

MARTOLIO, E. Diferente da História Oficial. In: O Brasil foi para a Guerra – Schacht, o comandante alemão sem disciplina que levou o país ao conflito. **Revista Aventuras na História**. Ed. 144, jul. 2015.

MARTON, F. O preço da paz. **Revista Aventuras na História**. Ed. 145, ago. 2015, p. 32-41.

MELLO, J. C.; CERQUEIRA, R. S. R. Do passado ao monumento: proposta de Arqueologia Histórica do Cemitério dos Náufragos - SE. **Revista Mnemosine**, vol.2, nº1, 2011, p. 75-86. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/volume2/dossie_republica/MNEMOSIN-E-REVISTA-REPUBLICA-VOL2-N1-JAN-JUN-2011.pdf. Acesso em: 08 jun. 2016.

_____. Cemitério dos Náufragos: uma Proposta de Arqueologia Histórica em Sergipe. **GET - Cadernos do Tempo Presente**, nº9, 2012. Disponível em: <http://www.getempo.org/index.php/revistas/50-edicao-n-09-setembro-de-2012/artigos/131->

cemiterio-dos-naufraços-uma-proposta-de-arqueologia-historica-em-sergipe-por-janaina-cardoso-de-mello-e-rafael-santa-rosa-cerqueira. Acesso em: 11 maio 2016.

MNMSGM. **Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial** (site). Disponível em: <http://www.parquedoflamengo.com.br/equipamentos/monumento-nacional-aos-mortos-da-segunda-guerra-mundial-2/>. Acesso em: 17 ago. 2016.

MONTEIRO, M. **U-507 – O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial**. 2ª ed. Porto Alegre: Publicato, 2013.

NEYLAND, R. S. **Underwater Archaeology of the World Wars**. In CATSAMIS, A; FORD, B; HAMILTON, D. *The Oxford Handbook of Maritime Archaeology*. New York, 2011, p. 708-729.

OLIVEIRA, D; ROSTY, C. S. **A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial – Estudos e Pesquisas**. DECEX – DPHCEX – CEPHiMEX, Rio de Janeiro, 2012, p. 1-112. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2011/10/livro_final.pdf. Acesso em: 28 maio. 2016.

ORSER JR, C. E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Tradução de Pedro Paulo Funari. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

_____. Rumo A Uma Arqueologia Histórica Global: Um Exemplo Do Brasil. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Vol. 6, nº. 2 Jul-Dez, 2012. P. 182-215. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/f98efd_1eddc034e685f6c98b8c38d0b09fdb2e.pdf. Acesso em: 27 jul. 2016.

PADILHA, L. Pracinhas da FEB são homenageados em Pistoia, Itália. 2015. Disponível em: <http://www.defesaaereanaval.com.br/pracinhas-da-feb-sao-homenageados-em-pistoia-italia/>. Acesso em: 18 jul. 2016.

PEREIRA, D. L. **Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2015.

PIOVEZAN, A. **Morrer na Guerra: Instituições, Ritos e Devoções no Brasil (1944-1967)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas - Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36370>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. As representações da morte nos Mausoléus Militares: o embate entre o cívico e o confessional (1924-2010). In: III ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 2011, Londrina – PR. **Anais**, 2011, p. 1-9. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Adriane%20Piovezan.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Ritos de Morte: o Pelotão de Sepultamento da FEB (1944-1945)**. In: OLIVEIRA, D; ROSTY, C. S. A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial – Estudos e Pesquisas. DECEEx – DPHCEEx – CEPHiMEx, Rio de Janeiro, 2012, p. 3-8. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2011/10/livro_final.pdf. Acesso em: 28 maio. 2016.

_____. Atitudes diante da morte: religiosidade e pragmatismo nos objetos dos mortos na Segunda Guerra Mundial. In: ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. V, n.15, jan. 2013, p. 1-12. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. O culto cívico aos mortos: o caso dos traslados dos combatentes brasileiros das guerras mundiais. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS. 2014. **Anais**, Rio de Janeiro, 2014, p. 1-7. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400544852_ARQUIVO_textocompletorio.pdf. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. Lembrar e esquecer: registro de visitantes do Monumento Votivo Militar Brasileiro de Pistoia. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 161-177, jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2015v22n34p161/32178>. Acesso em: 03 ago. 2016.

POLONI, R. J. S. Arqueologia da Repressão e Resistência: uma proposta de estudo. **História e-História**. 2014. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=curtas&id=118>. Acesso em: 15 abr. 2016.

PORTO, O. A. **Arqueologia Marítima / Subaquática da 2ª Guerra Mundial: sua aplicabilidade no Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013.

_____. Arqueologia Náutica e Marítima: a participação da Esquadra Brasileira na Defesa Territorial do Brasil. **GET - Cadernos do Tempo Presente**, nº 5, 2011. Disponível em: <http://www.getempo.org/index.php/revistas/38-edicao-n-05-outubro-de-2011-cadernos-do-tempo-presente-issn-2179-2143/artigos/72-arqueologia-nautica-e-maritima-a-participacao-da-esquadra-brasileira-na-defesa-territorial-do-brasil-por-otavio-arruda-porto>. Acesso em: 16 abr. 2016.

RAMBELLI, G. **Arqueologia Subaquática do Baixo Vale do Ribeira – SP**. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. **A Arqueologia Subaquática e sua aplicação à Arqueologia Brasileira: o exemplo do Baixo Vale do Ribeira de Iguape**. 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. **Arqueologia até debaixo d'água**. São Paulo: Maranta, 2002.

_____. Entre o uso social e o abuso comercial: as percepções do Patrimônio Cultural Subaquático no Brasil. **História (São Paulo)**, vol.27, nº2, 2008, p. 49-74. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200004. Acesso em: 20 abr. 2016.

REZENDE, C. B.; COELHO, M. C. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIBEIRO, P. S. **EM LUTO E LUTA: construindo a memória da FEB**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11296/Tese%20completa_REV4.pdf?sequence=1. Acesso em: 06 jun. 2016.

ROSA, R. S. **Sergipe no contexto da Segunda Guerra Mundial (1942): uma abordagem da Arqueologia de Ambientes Aquáticos**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2015.

ROCHA, R. S. A arquitetura moderna diante da esfinge ou a nova monumentalidade – uma análise do Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, Rio de Janeiro. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. N. Sér. v. 15. n. 2, 2007, p. 151-167. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200016. Acesso em: 09 jun. 2016.

ROSTY, C. S. **Itinerário dos Libertadores do Povo Italiano**. In: OLIVEIRA, D; ROSTY, C. S. A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial – Estudos e Pesquisas. DECEX – DPHCEX – CEPHiMEX, Rio de Janeiro, 2012, p. 88-100. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2011/10/livro_final.pdf. Acesso em: 28 maio. 2016.

SCHIAVETTO, S. N. O. **Arqueologia guarani: construção e desconstrução da identidade indígena**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

SERAFIM, C. F. S; BITTENCOURT, A. S. **A Marinha na República. A importância do mar na História do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

SANTOS, S. C. A. **Movimento estudantil em Sergipe: secundaristas no esforço de guerra contra o nazi-fascismo (1942-1943)**. Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/782.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SHANKS, M.; TILLEY, C. **Re-Constructing Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. **Social Theory and Archaeology**. Albuquerque: New México University Press, 1988.

SCHURSTER, K. O “inverno do descontentamento” na propaganda de preparação para Segunda Guerra em Recife. **Navigator**, vol.9, nº17, 2013, p. 42-58. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig17/dossie/N17_dossie3.pdf. Acesso em: 23 jul. 2016.

SILVA, C. H. M. **Espaço público político e urbanidade - o caso do centro da cidade de Aracaju**. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8834/1/TeseCesarSilva-parte1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2016.

SILVA, L. S. **Porto Alegre a Segunda Guerra mundial (1939-1945):** impactos nos cotidiano da capital gaúcha. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande de Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://segundaguerra.net/wp-content/uploads/2012/04/1C31Ad01.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SILVA, R. D. A construção do feminino no poema “Lamento da Noiva do soldado”, de Cecília Meireles. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. 2013, **Anais** Eletrônicos, Florianópolis, 2013, p. 1-6. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386696228_ARQUIVO_RobertaDonagaSilva.pdf. Acesso em: 07 jun. 2016.

SOUZA, B. C. M. F. **Desenvolvimento regional e gestão metropolitana:** reflexões a partir da política habitacional na região metropolitana de Aracaju. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. Disponível em: http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=120. Acesso em: 18 maio 2016.

SYMANSKI, L. C; GOMES, F. Da cultura material da escravidão e do pós-emancipação: perspectivas comparadas em Arqueologia e História. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, vol.7, nº 1, 2013, p. 293-338. Disponível em: dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4393020.pdf. Acesso em: 06 jul. 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Escola de Enfermagem. Biblioteca “Wanda de Aguiar Horta”. Guia prático para elaboração de dissertação, tese, monografia e projeto de pesquisa.** Juliana Akie Takahashi, Neide Bombeiro Filet, Sonia Maria Gardim, Yuka Saheki (org.). São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.ee.usp.br/biblioteca/whorta/doc/guia.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2016.

LISTA DE FONTES

a) DOCUMENTOS

Declaração de Estado de Beligerância em Todo Território Nacional. Nota enviada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil aos governos da Alemanha e Itália pela qual anunciou a declaração de guerra. Fonte: In: CRUZ, L. A. P. “A guerra já chegou entre nós”! O cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942 -1945). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, p. 232, 2012.

Depoimento do naufrago Henrique Jacques Mascarenhas Silveira, comandante do Aníbal Benévolo. Aníbal Benévolo seguia para Aracaju. Fonte: In: CRUZ, L. A. P. “A guerra já chegou entre nós”! O cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942 -1945). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, pp. 227-228, 2012.

Documentos sobre os navios sergipanos e destroçados durante a Segunda Guerra Mundial em 1942. E listas com os nomes dos tripulantes e passageiros dos navios Baependy, Araraquara e Aníbal Benévolo. Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe – APES - (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55).

Depoimentos dos naufragos Osvaldo Ferreira, Raimundo Corrêa dos Santos, Deoclides Gomes da Silva, Firmino Gomes da Silva e Milton Fernandes da Silva. Fonte: JORNAL CORREIO DE ARACAJU, 18 a 21 de agosto 1942, p. 1.

Depoimentos dos naufragos Manoel Nunes da Silva, Alaíde Lemos Cavalcante e Vilma Castelo Branco. Fonte: JORNAL CORREIO DE ARACAJU, 20 de agosto 1942, p. 1-3.

Nota do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. Ataques dos navios Baependy, Araraquara e Aníbal Benévolo. Fonte: In: Folha da Manhã. 1ª Ed. Aracaju-SE, 18 de agosto de 1942, p. 4.

b) FONTE ORAL

Nailson Conceição Santos. Zelador do Cemitério dos Náufragos do Mosqueiro, em Aracaju – SE, desde o ano de 1987. Entrevista realizada em 02 nov. 2014.

c) JORNAIS E PERIÓDICOS

Correio de Aracaju. 01 de agosto a 15 de setembro de 1942. Biblioteca Pública Epifânio Dória.

Diário Oficial do Estado de Sergipe. 01 de agosto a 15 de setembro de 1942. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Folha da Manhã. 01 de agosto a 15 de setembro de 1942. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

d) LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei nº 1.561 de 02 de setembro de 1939. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 04 set. 1939. Seção 1, p. 21265. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2469868/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-09-1939/pdfView>. Acesso em: 03 mar. 2016.

Decreto-Lei nº 4.098, de 06 de fevereiro de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 10 fev. 1942. Seção 1, p. 2062. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2154423/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-10-02-1942/pdfView>. Acesso em 03 mar. 2016.

Decreto-Lei nº 4.624, de 26 de agosto de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 28 ago. 1942. Seção 1, p. 13254. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2469155/pg-6-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-28-08-1942/pdfView>. Acesso em 03 mar. 2016.

Decreto-Lei nº 10.358, de 31 de agosto de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 01 set. 1942. Seção 1, p. 13413. Disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2473858/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-01-09-1942/pdfView>. Acesso em 03 mar. 2016.

Decreto-Lei nº 4.716, de 21 de setembro de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 26 set. 1942. Seção 1, p. 14433. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2495346/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-09-1942/pdfView>. Acesso em 03 mar. 2016.

Decreto-Lei nº 10.490-A, de 25 de setembro de 1942. Fonte: Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10490-a-25-setembro-1942-325988-norma-pe.html>. Acesso em 26 fev. 2016.

Decreto-Lei nº 5.861 de 30 de setembro de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 02 out. 1942. Seção 1, p. 14721. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2479259/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-10-1943/pdfView>. Acesso em 03 mar. 2016.

Decreto-Lei nº 4.800 de 06 de outubro de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 08 out. 1942. Seção 1, p. 15011. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2508750/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-10-1942/pdfView>. Acesso em 03 mar. 2016.

e) MONUMENTOS

Cemitério dos Náufragos da Atalaia, Aracaju – Se. Pesquisa de campo realizada em: 02 nov. 2013; 02 nov. 2014; jan. 2015.

Cemitério dos Náufragos do Mosqueiro, Aracaju – Se. Pesquisa de campo realizada em: 02 nov. 2013; 02 nov. 2014; jan. 2015.

ANEXOS



ESTADO DE SERGIPE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA

ERAM OS SEGUINTE OS TRIPULANTES DO " BEAPENDI ".



João Soares da Silva, Comandante.
 Antonio Dibo Queiroz, Imediato.
 Alcio Borges Tavares, 1º Piloto.
 Frutuoso Eudio Chaves, 2º Piloto.
 Baltazar Santos Pereira, 1º Radio-Telegrafista.
 Lídio Freire de Carvalho, 2º " "
 Wagner de Oliveira Braga, Conferente.
 Estelio Peixo de Azevedo, Medico.
 Pascasio Calado, Enfermeiro.
 Roberto Ferreira Salgado, C. Mestre.
 José Rodrigues Campelo, Carpinteiro.
 Manuel Messias dos Santos, Marinheiro.
 João Alves Caldas, "
 Antonio Joaquim dos Santos, "
 Eugênio dos Santos, C. Foquista.
 João Alves da Silva, C. Foquista.
 Julio Gomes da Silva, C. "
 Euclides Manuel do Nascimento, C. Foquista.
 Antonio Pereira da Silva, C. Foquista.
 Alfredo Cardoso da Silva, " "
 Francisco de Castro, " "
 Minervino Severino de Souza, Carvoeiro.
 Raul Oliveira da França, "
 Severino Felix dos Santos, "
 Sebastião Ferreira Tarquela, 1º Comissário.
 Mario Ferreira Barros, 2º Comissário.
 José Guerra, 2º Comissário.
 Jorge Vicente da Silva, 1º Cozinheiro.
 Hildio Lima Calvacante, 2º Cozinheiro.
 Antonio Luciano da Silva, 2º Cozinheiro.
 Arlindo Monteiro da Silva, 3º Cozinheiro.
 Luiz Vargas, Ajud. de Cozinheiro.
 José Corrêa de Melo, Padeiro.
 Joaquim Jesus de Brito, Padoleiro.
 Deocleciano Ramos da Silva, Botiquineiro.
 Eduardo Rodrigues Uchôa, Copeiro.
 Mario José Ferreira, Camareira.
 José Joaquim Filho, Taifeiro.
 Joaquim Mendonça de Souza, Taifeiro.
 Francisco Rodrigues de Farias, Taifeiro.
 Manuel Messias dos Santos, Taifeiro.
 Francisco Marques Calvacante, Taifeiro.
 Luiz Vilanova, Taifeiro.
 Manuel Ribeiro da Silva, Taifeiro.
 José Mosqueira Gonzalez, " - brasileiro naturalizado.
 Raimundo do Carmo Vidal, " "
 Joaquim Corrêa de Oliveira Vidal, Taifeiro. - brasileiro naturalizado.
 José Bispo dos Santos, Taifeiro.
 Ulisses Chagas, Taifeiro.
 Antonio Torquato, Taifeiro.
 Raimundo Calvacante da Silva, Taifeiro.
 Manuel Ferreira Calvacante, Taifeiro.
 João Ribeiro de Souza, Barbeiro.
 Clovis Brandão Ribeiro, ~~2º~~ Pianista.
 Efigenio Severino Pessoa, Bateria.
 Celso Andrade Ferreira Lima, Saxofonista.
 Adolfo A. Kern, chefe de Maquinaria.



ESTADO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA

CONTINUAÇÃO:-

Ivone Lima Guimarães.
Vina Fernandes Castelo Branco.
Arlindo Menezes.
José Peixoto Souza.
Edmundo Manuel Paiva.
Valter Chaves Carvalho.
Raimundo Pio da Silva.
Antonio Campos F. Santos.



ERAM OS SEGUINTE OS TRIPULANTES DO " ARARAQUARA":

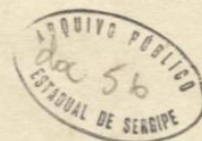
Layro Teixeira de Freitas. Comandante.
João Fernandes Bia, Imediato.
Milton Fernandes da Silva, 1º Piloto.
Benedito Junes, 2º Piloto.
João Vassalo de Barros, 3º Piloto.
Jayme Teixeira de Freitas, Prático de Piloto.
Carlos Ramos de Azambuja, Medico.
Odilon Muniz Barreto, 1º Radio-Telegrafista.
Carlos Saraiva Alcao, 2º Radio-telegrafista.
José Martins Reis Junior, Contramestre.
Otacilio Gomes da Silva, Carpinteiro.
José Rufino dos Santos, Marinheiro.
Francisco José dos Santos. Marinheiro.
Manuel Francisco da Silva, Marinheiro.
Manuel Martins de Souza, Marinheiro.
Melckisedeck de Carvalho, Marinheiro.
Luiz Gonzaga Freire, Marinheiro.
João Ferreira dos Santos, Marinheiro.
José Pintodias, Moço de bordo.
Mario Gomes da Silva, Moço.
Sebastião Simões dos Anjos, Moço.
Antonio Querino da Costa, Moço.
Jayme Gomes Pinto, Moço.
Pedro da Mota, Silvera, Moço.
Esmerino ~~Santos~~ Elias Silveira, Moço.
José Correa dos Santos, Moço.
Carlos Santos Pires, Moço.
Valdemir Matos, 1º Maquinista.
Cristovão Machado, 2º Maquinista.
Erolides Bruno de Barros, 3º Maquinista.
Manuel Serejo Linhares, Cond. Maquinista.
Amaro Antunes de Almeida, Cond. Maquinista.
Aurelio Delgado Serviço, 3º Maquinista.
Luiz Rangel da Silva, 3º Maquinista.
Manfredo Bezerra, 3º Motorista.
José Farias da Paixão, 3º Motorista.
Graciliano M. Assunção, P. Maquinista.
Acacio de Souza Machado, Eletricista.
Pedro Vieira, C. Caldeireiro.
Abdon Parcino de Medeiros, C. Padioleiro.
Henrique ~~Assunção~~ Guedes de Moura, Foquista.
Moyses ~~Assunção~~ Joaquim Oliveira, Foquista.
Santio Vicente, Foquista.
Vicente Ferreira da Silva, Foquista.
José Alves de Melo, Carvaceiro.
Francisco Freitas Barbosa, Carvaceiro.



ESTADO DE SERGIPE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA

Continuação:-



Manuel Rodrigues Oliveira, 38 Conzinheiro.
 Sebastião Jardim dos Anjos, ~~SEBASTIAO~~ Padeiro.
 Irineu Pereira da Silva, Paioleiro.
 Osvaldo Andrade, Lavandeira.
 João de Oliveira Filho, Botiquineira.
 José Calazans dos Santos, 12 Copeiro.
 Milton Soares da Silva, Taifeiro.
 Antonio Tavares dos Santos, Taifeiro.
 Oliveiros Rodrigues Lucera, Taifeiro.
 Adão Brasil Rodrigues, Taifeiro.
 Celso Rosas da Silva, Taifeiro.
 Pedro Bezerra Wanderley, Taifeiro.
 José Elias Filho, Taifeiro.
 João Pereira de Lima, Taifeiro.
 Roque Martins da Silva, Taifeiro.
 Amarílio Lins das Neves, Taifeiro.
 Miguel Alves das Chagas, Taifeiro.
 Pedro Mauricio de Souza, Taifeiro.
 Maurício Pereira Vital, Taifeiro.

PASSAGEIROS EMBARCADOS NA BAHIA:

Antonio Inacio Alcantra .
 Ruben Couto Barreto.

PASSAGEIROS PROCEDENTES DE OUTROS PORTOS:

José Dutra Pereira,
 Edelvíro Santarna,
 Aloisio Cergueira.
 José Gonçalves Fernandes
 Wilson Pereira de Mendonça.
 José Pedro da Costa.
 Manuel Barbosa dos santos.
 Manuel Antonio Teixeira.
 Norberto Silvio de Paiva Anciã.
 Washington Nobre da Silva.
 Carmen Mitozo.
 Anibal de Souza Gonçalves.
 Haydée Pita Gonçalves.
 João Dias Junior.
 Francisco de Castro.
 Hermes Dantas da Silva.
 Gilberto Costa.
 Paulo Moutinho Neiva.
 Antonio Campos Arruda Beltrão.
 Eliza Beltrão.
 Gustavo George.
 Beatriz George.
 Mariano George.
 Maria de Lourdes Souza Rangel.
 Murilo Gonçalves da Silva.
 Osvaldo Machado.
 Constantino Ferreira de Almeida.
 Mary Nogueira de Almeida.
 Gildo Antunes de Silva.
 Alberto Elísio Silveira.
 José Batista da Silva.
 Elza Borges.
 Roberto Ribeiro da Gama.



ESTADO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA

CONTINUAÇÃO:

Odete Vieira da Cunha Carvalho.
Luiz Eduardo Gomes.
~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~
Flavio de Andrade. Guimaraes.
Virgilio Alves de Figueiredo.
Auto de Andrade.
Caetano Moreira Falcão.
Nelson Sales Pereira Leite.
Valdemar Figueiredo Lemos.
Antonio Luiz Calvacante.
Alaide Lemos Calvacante.
Antonio Luiz Calvacante Filho.
Helio Luiz Calvacante.
~~XXXXXXXX~~ Moeme Luiz Calvacante.
~~XXXXXXXX~~ Heinrich Faklbischa.
Francisco José de Souza.
Renato Cardoso Mesquita.
Hervasio Castahela.
Calcilda de Souza Pinho.
Jaime Souza Pinho.
Gaspar Monteiro Pliveira.
Jaime Sagsrsky.
Eduardo Alexandre Baumann.
Anibal Whalley Dias.
Eunice Neiva Baumann.
Amelia Figueira ~~de~~ Pereira
Nodigum Ferreira.
Edison Ferreira.
Waber Ferreira
Arlette Ferreira.



LISTA DE TRIPULANTES DO VAPOR " ANIBAL BENEVOLO":

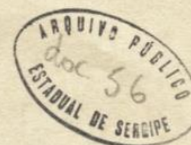
Henrique Jacques Mascarenhas Silveira, Comandante.
Manuel Duarte Cardoso Filho, Imediato.
Helio Correia de Oliveira, 1º Piloto.
José Furtado Soares de Moraes, 1º Piloto.
Hugo Pedro Kraff, 2º Radio.
Osorio ~~XXXXXXXX~~ Franca, Médico.
Sérvulo da Costa. Conferente.
Firminio Peireira da Silva. Mestre.
Antonio de Almeida, Carpinteiro. - Português.
Julio Alexandrino de Carvalho, Marinheiro.
José Rodrigues dos Santos, Marinheiro.
Cristovão de Deus Oliveira, Marinheiro.
Amintas Ascudino dos Santos. Marinheiro.
João Joaquim Sergio, Marinheiro.
Manuel Nunes da Silva, Moço.
José Bomfim da Hora Moço.
Cosmo de Oliveira Silva, Moço.
Antonio Ferreira de Alcantara, Moço.
Francisco Fernandes, Moço.
Teodoro de Holanda Calvacante, 1º Maguinista.
Raimundo Lira de Azevedo, 2º Maguinista.
Mariano Costa, 3º Maguinista.
José Gonçalves Duarte Lira, 4º Maguinista.
Tiago José da Silva, Cabo Focista.
Manuel Pereira dos Santos, Cabo Focista.



ESTADO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA

CONTINUAÇÃO:

Inocencio Alves dos Santos, Foquista.
João Laurentino da Silva, Foquista.
Olavo Pereira da Cruz, Foquista.
Zacarias Alves, Foquista.
Antonio Manuel da Cruz, Carvoeiro.
Inocencio Severiano dos Santos, Carvoeiro.
André Gomes da Sena, Carvoeiro.
Manuel Severino da Silva, Carvoeiro.
Calmon Ferreira Da Silva, Carvoeiro.
Antonio Santanna Ferreira, da Silva, Carvoeiro.
Manuel Vangelotti, 1º Comissário.
Mauricio José Puikusfild, 2º Comissário.



Fir

Firmino Jesus da Silva, 1º Cozinheiro.
Aristides Matos dos Santos, 1º Cozinheiro.
Ernesto de Azevedo Silva, 2º Cozinheiro.
José Souza, Ajudante.
Carivaldo Francisco da Solidade, Padeiro.
Sergio Clementino Bezerra, Padioleiro.
Guilhermino Ribeiro, Botiquineiro. - Português.
Oscar Gois, Copeiro.
José Marques da Costa, Taifeiro.
Carlos de Azevedo Coutinho, Taifeiro.
Edgar Silva Ramalho, Taifeiro.
Raimundo Ribeiro da Silva, Taifeiro.
Pedro Martins Fontes, Taifeiro.
Amaro Martins dos Santos, Taifeiro.
Antonio Francisco dos Santos, Taifeiro.
Nivaldo Navarro de Moraes, Taifeiro.
Manuel Fernandes da Silva, Taifeiro.
Antonio Castanheira, Taifeiro.
Jonas Manuel dos Santos, Praticante de Maquinista.

PASSAGEIROS PROCEDENTES DE OUTROS PORTOS:

DE BAHIA:

Julio Alexandre.

De Uotos Portos:

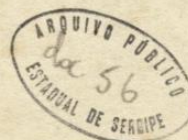
Benicio Monte Flores.
Izabel Monte Flores.
José Lacerda Dantas.
Zeda Gomes Dantas.
Luci Gomes Dantas.
Josias Alves de Souza.
Guilhermina Alves de Souza.
Zenz Alves de Souza.
Fernando de Oliveira.
Evangelina de Barros Oliveira.
Carlos de Oliveira.
Manuel Messias de Souza.
Elisabete Santos.
Edmundo Dantas.
Joséfa Cardoso Santos.
José Carlos do Nascimento.
Jeronimo Alves Torres.
Baltercio José de Sá.



ESTADO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA

CONTINUAÇÃO:

Olga Alves.
Pedro ~~Alves~~ Marinho da Silva.
Clarinha Rege Silva.
José Soares de Brito.
José Gomes da Silva.
Severina Moreira.
Maria Gomes.
Alcides Gomes.
Ismael Cordeiro.
Aciolo Cordeiro.
José Gomes.
José Aprigio,
Manda,
Ivo,
Aprigio e
Sezarina Martins
Joaquina Martins.
Antonio Martins.
Antonia Martins.
Mariano Ramos Pereira.
Cecilia Ramos Pereira.
Lourival Ramos Pereira.
Creusa Ramos Pereira.
Narciso Dias da Silva.
Vitalina Dias da Silva.
Maria da Silva.
Maria Annunciada Dias da Silva.
Aurora Dias da Silva.
Otacilio Dias da Silva.
José Martins dos Santos.
Amanda Martins dos Santos.
Maria ~~Esse~~ das Dores dos Santos.
Severino dos Santos.
Tompson Teles Vieira.
Joséfina Dias da Silva.
Clarica Prudentia Vieira.
Marinete Prudente Vieira.
Maria ~~Esse~~ dos Santos.
Nilton ~~Esse~~ dos Santos Vieira.
Antonio Ciriaco.
Maria Alves .
Maria José dos Santos.
Antonio Fernandes Neto.
Francisco Garcia.
David Gois.
João Castro.





ESTADO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA

NAUFRAGOS " ARARAQUARA "

TRIPULANTES :

- 1º Piloto Milton Fernandes da Silva.
- 2º Máquinista Erotildes Bruno da Silva.
- Moço de Convez José Corrêa dos Santos.
- Marinheiro José Rufino dos Santos.
- Carvoeiro José Alves Melo.

PASSAGEIROS:

- Caetano Moreira Falcão.
- D. Alaide Lemos Calvacante (esposa do sub-tenente Lins Calvacante).

Observação: - Na manhã do dia 17 (hontem) foram encontra-
dos 3 cadáveres, sendo um de uma senhora usan-
do um relógio com a seguinte inscrição:-
" Lourdes" e os outros dois irreconhecíveis,
ambos do sexo masculino.
Um destes últimos está completamente despido.
Os outros três estão no Necrôterio.

De São Paulo - já identificada.

Fia-20-

*Emilice Steiva Baumiam.
Maurício Pereira Vital.
Francisco José dos Santos.*

Até o dia 19 :

MORTOS -

13 adultos, sendo 4 mulheres.
1 Criança.

Total.....14.





ESTADO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA

NAUFRAGOS "BAEPENDI"



- ✧ Capitão Lauro Moutinho dos Reis.
- ✧ 1º Tenente JoséCastelo Branco Vergosa.
- ✧ 1º Tenente José Joel Marques.
- ✧ 1º Sargento Vicente de Paulo Sousa Pulquerios.
- ✧ 1º Sargento Jorge Trambontin.

SOLDADOS

- ✧ Abel Dantas.
- ✧ Osvaldo Ferreira Ariosa.
- ✧ Odor do Nascimento.
- ✧ Eliseu Trindade.

TRIPULANTES

- ✧ Chefe de Máquinas Adolfo A. Kerny.
- ✧ 1º Piloto Alício Borges Tavares
- ✧ 1º Radio Baltazar dos Santos Jereira
- ✧ Sub-Comissário José Guerra.
- ✧ Enfermeiro Pascasio Calado.
- ✧ Marinheiros:- Antonio Joaquim dos Santos.
- ✧ Estêvão da Silva
- ✧ Decclides Gomes da Silva.
- ✧ Minervino Severiano de Souza.
- ✧ Luis Vargas.
- ✧ Severino Felix dos Santos.
- ✧ Francisco Bastos
- ✧ Henrique Francisco dos Santos.
- ✧ Zacarias Caetano Medeiros. da Conceição (na lista)

Moço de Convez Raimundo Correia Silva.

Cosinheiro Floriano Freitas Ceará

" Arlindo Monteiro da Silva.

PASSAGEIROS

- Dr. Viterbo Sttoy.
- Dr. Zamir de Oliveira.
- D. Vilma Castelo Branco.
- JoséGabriel de Sousa.
- Gilberto Lima. (15 anos).

*Ramos**Elmer de Faria*O BRASIL NA GUERRA

As palavras do embaixador Moniz de Aragão, proferidas diante de um seleto auditório britânico, vieram por em merecido relevo a contribuição do Brasil à causa das Nações Unidas. Neutralizando em seu território a ação dos agentes eixistas e transformando-o numa base aliada de operações, o governo brasileiro não somente conjurou graves ameaças que pesavam sobre pontos estratégicos de importância excepcional, como também juntou os seus esforços aos das potências que lutam contra a tirania e a agressão nazi-fascista. Ao mesmo tempo, as forças brasileiras de mar e ar cooperaram incessante e efizazmente no sistema de proteção às comunicações através do Atlântico, que são vitais para a estratégia aliada. Tais fatos demonstram que a posição brasileira nesta guerra não é meramente passiva, nem se limitou ao terreno, contudo vasto, da colaboração econômica e do fornecimento de matéria prima ou produtos manufaturados, mas se estende cada vez mais no campo estritamente militar.

-----o-----

/MAFS/.